

MARIA DE FÁTIMA BENTO RIBEIRO

**ITAIPU, A DANÇA DAS ÁGUAS: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE
1966 A 1984**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31 / 03 / 2006.

BANCA

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (orientador)

Prof^a. Dr^a. Leda Maria Caira Gitahy

Prof^a. Dr^a. Maria Izilda dos Santos Matos

Prof^a. Dr^a. Maria Stella Martins Bresciani

Prof^a. Dr^a. Silvana Barbosa Rubino

MARÇO/2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Ribeiro, Maria de Fátima Bento.
R354i Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984 /
Maria de Fátima Bento Ribeiro. - - Campinas, SP: [s. n.], 2006.

Orientador: Edgar Salvador De Decca.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Itaipu Binacional – História – 1966-1984. 2. Memória –
Aspectos sociais – América do Sul. 3. Conflito social.
4. Fronteiros – Aspectos sociais. I. De Decca, Edgar Salvador.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(msh/ifch)

*A meu filho, Antônio,
Alegria dentro de mim.*

*À minha irmã, Ângela,
amiga sempre presente.*

*À minha mãe, Laura,
O amor que não se esquece.*

*Nunca somos verdadeiramente historiadores; somos, sempre, um pouco de poetas, e nossa
emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida.*

Gaston Bachelard

AGRADECIMENTO

Há muitas pessoas a quem agradecer. A realização de uma pesquisa é um trabalho construído com auxílio de outras pessoas. Nos arquivos, bibliotecas, livrarias, em sala de aula, nas disciplinas cursadas, nos seminários de teses, nos encontros regionais e nacionais, nos bares, são tantos os lugares e as pessoas que seria difícil nomear todos. Dentre as pessoas próximas, destaco, principalmente aqueles que compartilharam de meu cotidiano.

A meu filho Antônio, que soube tão bem compreender o trabalho da mãe fechada em uma sala sem tempo suficiente para ouvir suas histórias, a minha irmã Ângela, amiga e tão presente a quem o Antônio recorre sempre quando necessita de algo e também ao Andrew, meu sobrinho.

À Unicamp, por propiciar a realização do sonho de uma pós-graduação. À Unioeste, por oferecer a oportunidade de realizar este estudo, especificamente a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que através da Capes, viabilizou financeiramente, a realização desta qualificação, mediante o Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD).

Ao meu orientador, prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca, pelas valiosas orientações. Seus ensinamentos são fundamentais e em muito contribuíram para a formação desta historiadora.

Também agradeço às professoras Maria Stela Bresciani e Silvana Rubino, integrantes da Banca de Qualificação e que deram importantes contribuições, que foram

incorporadas no texto.

As amigas Josinete Souza e Iara Beleli. E ao querido amigo Felipe Magalhães, devo agradecer muito afetuosamente por estar sempre presente nesta caminhada.

Agradeço ao professor José Adilçom Campigoto, pelas reflexões sobre a pesquisa, suas observações foram importantes.

Devo agradecer aos alunos de graduação da Unioeste, principalmente aqueles que torceram para que eu concluísse mais esta etapa.

À Iara Dahmer, secretária do Curso de História que já considero uma amiga, à Yonissa, Luciana e Zelimar da linha “Cultura Relações de Gênero e Memória”, agradeço pelo companheirismo e oportunidade de realizarmos alguns trabalhos juntas, trocando experiência.

Ainda da Unioeste gostaria de agradecer ao coordenador do Curso de História Valdir Gregory, pelo apoio nos momentos que tive que ausentar-me. A professora Liana Vasconcelos.

Impossível esquecer os amigos Cleonice Aparecida, Odete Lodi e Eduardo Amaro. Por fim a minha família, Julinho, Camila, Carolina, Verinha, Wendel, Katito, Viviane, Sabrina, André, Lucia, Fernanda e especialmente a dona Laura minha mãe.

RESUMO

Itaipu fez parte de um projeto edificado sobre as águas do rio Paraná. As águas do violento rio alimentaram o sonho do Brasil potência, do Brasil grande, durante a ditadura militar. As águas e a sua importância fazem parte da história do país, movem projetos de desenvolvimento. Narrativas históricas e literárias remetem a pensar a construção da nação em que o rio serve de referência, as águas movem projetos políticos. Os impactos ocasionados pela execução do projeto de Itaipu certamente foram marcantes, o desaparecimento das Sete Quedas e as desapropriações são exemplos emblemáticos. Na história de Itaipu há um espetáculo de luz e outro de morte. São representações utilizadas para construção de uma memória. Itaipu é um projeto marcado pelo conflito, dualidade e binacionalidade, temática esta que pauta as reflexões do presente estudo.

Palavras-Chaves: Itaipu, Memória, Conflito, Fronteira, Águas.

ABSTRACT

In the time of Brazilian military dictatorship (1964-1985), it happens the creation and execution of Itaipu's project. The building of this hidreletrics has represented an human, social and enviromental impacts. This project it was executed inside the paraná river and this present thesis was writen in functin of the oral testimonies, reflecting the nacionality in the paraná's water. In the Itaipu's History there is an spectacle of light and death, and the fights os representations are used in the process of construction of memories in the stage of water, concrete and basalt. Itaipu is a monument marked by the conflict, ambivalence and binacionality, themathic this that guideline the reflecons of the present thesis.

Keywords: Itaipu, Memory, Conflict, Border, Waters.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural

ANDE – *Administración Nacional de Electricidad*

APPN – Associação Paulista de Proteção a Natureza

BMP – Batalhão de Polícia Militar

BNH – Banco Nacional de Habitação

CALT – *Compañía Americana de Luz y Tracción*

CEA – Centro de Estudos Ambientais

CHESF – Companhia Hidrelétrica de São Francisco

CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia do Paraná e Uruguai

CIE – *Consortio de Ingeniería Electromecánica*

CIEM – Consórcio Itaipu Eletromecânico

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COPEL – Companhia de Energia Elétrica do Paraná

CPJP – Comissão Pontifícia Justiça e Paz

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ELC – *Electroconsult S.A*

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras SA.

FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

IECO – *International Engineering Company Inc*

ONU – Organização das Nações Unidas

ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PDS – Partido Democrático Social

PICD – Plano Institucional de Capacitação Docente

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC/SP – Pontifícia Universidade de São Paulo

SNBP – Serviço de Navegação da Bacia do Prata

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICON – União de Construtoras Ltda.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO.....	11
Figura 2 - DESVIO DO RIO PARANÁ.....	15
Figura 3 - PRESIDENTE ALFREDO STROESSNER COMPRIMENTANDO O GENERAL JOÃO BATISTA DE FIGUEREDO E PRESIDENTE DA REPÚBLICA GEISEL.....	16
Figura 4 - SETE QUEDAS (GUAÍRA/PR).....	22
Figura 5 - PROJETO DE ITAIPU	48
Figura 6 - CHEGADA DE COLONOS DO OESTE EM RONDÔNIA.....	75
Figura 7 - MUDANÇA DE COLONOS I – DESAPROPRIAÇÃO	85
Figura 8 - MUDANÇA DE COLONOS II – DESAPROPRIAÇÃO	86
Figura 9 - A CAMINHO DO CANTEIRO DE OBRAS: TRANSPORTE DOS BARRAGEIROS	91
Figura 10 - MOVIMENTO DE DESAPROPRIAÇÃO.....	92
Figura 11 - VILAS CONSTRUIDAS PARA MORADIA DOS TRABALHADORES DA ITAIPU – CONJUNTO C E A	111
Figura 12 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DA TURBINA Nº 1 PARA O CANTEIRO DE OBRAS DE ITAIPU – NOV/1981	115
Figura 13 - OPRACÃO MYMBA-KUERA QUANDO O RESERVATÓRIO COMEÇOU A SER FORMADO, EM OUTUBRO DE 1982.....	126
Figura 14 - INÍCIO DO PROJETO DE ITAIPU	165

Figura 15 - BARRAGEIROS E GIGANTISMO DE ITAIPU	176
Figura 16 - OS BARRAGEIROS – UMA IMPLOSÃO! NASCEU	179
Figura 17 - HISTÓRICO FOTOGRÁFICO DE ITAIPU	202
Figura 18 - BARRAGEM DE ITAIPU CONCLUÍDA	203
Figura 19 - ILUMINAÇÃO MONUMENTAL DE ITAIPU	204
Figura 20 - PAINEL DO BARRAGEIRO	206
Figura 21 - DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL DA ITAIPU COMO A SÉTIMA MARAVILHA DO MUNDO MODERNO	216
Figura 22 - REBAIXAMENTO DO LAGO DE ITAIPU	219
Figura 23 - ÁRVORE DA VIDA – ARTESANATO INDÍGENA	220

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO: O DESVIO DO RIO PARANÁ	13
1.1 ITAIPU DO PROJETO À REALIZAÇÃO	13
1.2 O DISCURSO OFICIAL.....	38
1.3 OUTRAS HISTÓRIAS	58
CAPÍTULO 2 - A FRONTEIRA	94
2.1 FOZ X PORTO STROSSNER.....	94
2.2 ADEUS SETE QUEDAS	116
2.2.1 O Alagamento de Sete Quedas a Itaipu - 1982.....	116
2.3 A Justificativa do Regime – A Vitória do Progresso	125
CAPÍTULO 3 - MONUMENTALIZAÇÃO DA TÉCNICA: “A VITÓRIA DO TEMPO”	158
3.1 ESPAÇO DE TRABALHO: HOMENS E MÁQUINAS	158
CAPÍTULO 4 - ITAIPU ESPETÁCULO DE LUZ E MORTE	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
REFERÊNCIAS	244
ANEXOS	256
ANEXO A - INDICADORES DO PROJETO DE ITAIPU.....	257
ANEXO B - CAUSO DE ITAIPU	258
ANEXO C - BOLETIM POEIRA – PRIMEIRAS EDIÇÕES.....	260

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Meu tempo é hoje não pertence ao passado, mas o passado me pertence.
Paulinho da Viola.

No momento em que escrevo este trabalho estão ocorrendo debates contra a instalação de uma indústria de álcool na região do pantanal mato-grossense, para surpresa de todos um militante colocou fogo no próprio corpo vindo a morrer logo depois no hospital. Essa foi a forma que encontrou para protestar contra a destruição da natureza. A forma que encontrei no momento foi escrever sobre questões que remetem às reflexões sobre como tem sido implantado um projeto de desenvolvimento em que a problemática ambiental não tem significado para os administradores de nosso país, destacando principalmente o período da ditadura (1964-1985). A construção da hidrelétrica de Itaipu, representou um enorme impacto ambiental. A memória que prevalece com relação a este projeto oculta em um cenário de luzes e sons essas questões. A versão que prevalece é a memória oficial de Itaipu destacando o quanto somos tributários da energia produzida, como gostam sempre de reverberar “sem a energia de Itaipu o Brasil estaria literalmente às escuras”¹. É essa a memória incorporada. Vale ressaltar as reflexões de Antonio T. Montenegro, em seu trabalho com a memória histórica:

Esta articulação mais ampla de um acontecimento histórico vivido pessoalmente e o encadeamento histórico exigem ou requerem níveis de elaboração e explicação que muitas vezes não se realizem para o conjunto da população. A força da história oficial operando com representações simplistas e maniqueístas, ou ainda o fato de outras instituições ou setores da sociedade não apresentarem com a mesma intensidade versões históricas distintas, contribui para que se

¹ Jornal de Itaipu, nº 86, Ano IX – junho de 1996.

fixem na memória popular apenas fragmentos².

Edgar de Decca, em seu livro intitulado “1930 – O silêncio dos vencidos”, mostrou a construção da memória histórica que estabeleceu a Revolução de 1930 como símbolo e fato histórico divisor da história nacional. Neste livro desmonta a versão oficial elaborada pelos vencedores que é a mesma da historiografia. Com Itaipu a versão que prevalece é a dos vencedores, dos idealizadores do projeto “demos adeus a Sete Quedas, o rio se transformou em lago, modificando a natureza, e surgiu Itaipu. O espetáculo era da natureza, agora é do homem”³. E é justamente para ver o espetáculo do homem que milhares de turistas se dirigem para a barragem cotidianamente.

De acordo com a teoria de Walter Benjamin, a história é uma ciência documental cujas fontes são deixadas pelos vencedores. Sendo assim, prevaleceria a versão imposta pelos dominantes e a exclusão das demais visões. Trabalhar com essas questões pode evitar quem sabe situações catastróficas de situações de legitimação e abuso do poder de determinados grupos, bem como os abusos dos recursos do planeta, que são patrimônio legado pela natureza a todos os seres da Terra.

Na década de oitenta, quando ainda aluna da graduação no curso de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), comecei a prestar mais atenção às questões que envolviam a problemática ambiental, terminando a graduação em 1988, iniciei uma pós-graduação na Unisinos, em São Leopoldo/RS, em Ecologia Humana, logo em seguida entrei em contato com Centro de Estudos Ambientais (CEA), Renata, colega já da

² MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. p.92

³ LOPES, Luiz Eduardo Veiga. **O meio ambiente na Itaipu Binacional.** In: Ecomuseu de Itaipu, livro texto, p.7

graduação, Antonio e Marco, que havíamos conhecido na pós, e faziam parte do CEA, nos convidaram para juntos nos reunir e discutir as questões que envolviam essa problemática. No início dos anos 90 transferi residência para Foz do Iguaçu; cidade em que as belezas da natureza chamavam atenção, mas o que mais me despertava questionamentos era sem dúvida Itaipu Binacional. Em 92 fui representando o CEA à Eco92, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Retornando para a cidade de Foz do Iguaçu, e trabalhando na rede Estadual, acabei momentaneamente me afastando da antiga militância. No ano de 1997 entrei no programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), inicialmente pensando em trabalhar com a prostituição infantil, mas aos poucos meu trabalho foi se encaminhando para questões que envolviam o processo de desterritorialização, sofrida por diferentes sujeitos envolvidos diretamente com as transformações ocasionadas pela implantação do projeto de Itaipu. O impacto causado não era apenas no espaço físico. Terminei o mestrado em 1999, orientada pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias, com a dissertação; “Memória do Concreto: vozes na construção de Itaipu”, publicada em 2000 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), selecionada entre outros trabalhos acadêmicos para compor a Coleção Thésis, com patrocínio da Fundação Araucária.

Em 2002, fui convidada pelo Pastor Fuchs e Gernote Kirinus (ambos foram secretários da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na época das desapropriações) para fazer o lançamento do livro durante o evento, que aconteceu em Santa Helena/PR, para rememorar os 25 anos dos atingidos pelas barragens, junto com outros pesquisadores de Itaipu, (Guiomar Germani, com o livro “Os Expropriados de Itaipu” e Juvêncio

Mazarollo, “A Taipa da Injustiça”). Este foi um momento importante e tive a oportunidade de dialogar com pessoas que participaram deste momento que estudo e fazem parte de minhas pesquisas. Estavam no evento antigas lideranças, representantes da Itaipu Binacional, das Centrais Elétricas Brasileiras SA. (Eletrobrás), políticos, professores universitários, e pesquisadores das mais diferentes áreas. Em 2005, o livro foi escolhido para compor a Biblioteca do Estado do Paraná, em projeto intitulado “Temas Paranaenses”. Isto foi uma surpresa, não esperava esta repercussão do trabalho. Paulo Konzen, um dos organizadores, da Coleção Thésis, diz que esse é um trabalho bem solicitado por abordar questões que remetem a pensar o significado de Itaipu; brinco que tenho a palavrinha mágica: Itaipu, a curiosidade sobre esse objeto é intensa.

No ano de 2000 ingressei no programa de pós-graduação da Unicamp outra surpresa feliz, à possibilidade de estudar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e ter o professor Edgar de Decca como orientador foi a melhor coisa que me aconteceu deste que meu filho nasceu. E foi pensando em trabalhar com a força da representação e significação do monumento que comecei minha caminhada. Talvez meu coração carnavalesco, tenha falado mais alto, por isto a tentativa de dialogar com autores diferentes. Confesso que as maiores influências no momento da escrita vieram dos textos publicados do professor Edgar de Decca, apesar de não ter seu brilho e intelecto para abordar questões que remetem a pensar sobre nosso país, seus textos estão presente em minhas reflexões, seu trabalho é uma forte referência não apenas neste trabalho, mas em sala de aula, e orientações de alunos em monografias.

Quanto interpreto algo, um texto, uma obra de arte, mesmo que me apropriando

de um método científico, existe uma tradição que o antecede e que sutilmente está presente, citamos Gadamer: “Toda compreensão começa com o fato de que algo nos interpela”⁴. É o que nos mantém abertos aos múltiplos acontecimentos, às possibilidades de acreditarmos na vida no sonho, no acaso. Nicolau Sevcenko ressalta que: “Não se pode fazer o cálculo do acaso, da possibilidade. Podem ser encontrados padrões, é nessa direção que a ciência vai hoje em dia, a da interpretação holística, em detrimento daquela oferecida por uma linhagem exclusiva de eventos”⁵.

A presente tese foi desenvolvida buscando tentar compreender as possíveis representações e leituras que o objeto Itaipu pode proporcionar. Os sujeitos envolvidos diretamente com a construção da obra não interessavam em sua constituição, e sim na forma como constroem o monumento Itaipu. Uma questão tornou-se básica para a pesquisa: Existe uma luta de representações na construção da memória de Itaipu. Itaipu é um monumento do conflito, da binacionalidade, da duplicidade. A começar pelo conflito que Brasil e Paraguai herdaram de Portugal e Espanha para definir o traçado da fronteira.

Essa luta de representações em que os conflitos se fazem presentes está na forma como os sujeitos constroem as mais diferentes narrativas. Essas representações são tão importantes quando aspectos econômicos Roger Chartier, ressalta: “As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo

⁴ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

⁵ SEVCENKO, Nicolau. Fim da história. **Revista Atrator Estranho**. Escola de Comunicação e Artes da USP, nº 19, jan., 1996. p. 38

social, os valores que são seus; e o seu domínio”⁶.

Itaipu é um projeto executado sobre as águas do rio Paraná, as narrativas que remetem a pensar a nacionalidade com referências nas águas fazem parte da história do Brasil, estão presentes na literatura e em trabalhos historiográficos. Para Merleau-Ponty o rio é a metáfora da história. Assim, a proposta deste estudo situa-se no período compreendido entre 1966 e 1984. Destacaremos o fato de corresponder ao período da ditadura militar em nosso país, campo em que relativamente existem poucos estudos. Fomentar a realização de novos estudos é um projeto ético para “impedir que a memória histórica se desvaneça”⁷.

Buscamos em diferentes tipos de documentos, tais como, palestras, relatórios anuais de Itaipu, revistas especializadas, jornais, fotografias, *folders*, boletins, entrevistas, contos, teatro, narrativas que nos levassem a perceber os aspectos polissêmicos dessas representações. Fazer uma escavação arqueológica das camadas de significação, o culto de contemplação que é oferecido à idéia de nação, mistificação nacional. Neste sentido tem razão Françoise Choay, quando afirma ao estudar sobre os monumentos o seguinte: “Eles funcionam como uma introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais”.

Em havendo a necessidade de se escolher uma cena para a narrativa sobre Itaipu, a escolha é iniciar pelo espetáculo organizado pelos dirigentes de Itaipu Binacional e de

⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1999. p. 17.

⁷ SOSNOWSKI, Saul. Contra os consumidores do esquecimento. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul. **O trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 15.

seus respectivos países no dia em que o majestoso Rio Paraná teve o curso de suas águas desviado para a construção do canal de desvio. Nossa aventura se desenrolara às margens deste rio. Se o passado de cada povo é fundado na tentativa de dar visibilidade a algum acontecimento considerado “legendário”, o feito realizado neste dia entrou para os anais da engenharia moderna não apenas do Brasil.

Explorando este aspecto que remete a pensar no conflito, na dualidade, na binacionalidade escolhemos analisar os discursos que antecederam a execução do projeto propriamente, as negociações, que se iniciaram com a chegada do embaixador Mario Gibson ao Paraguai, com a assinatura da Ata de Iguazu e o Tratado de Itaipu. As negociações não foram tranquilas, exigiram um acordo diplomático, solução encontrada entre os dois países. Essa decisão gerou um longo debate que teve ressonância em outros países. Se em um primeiro momento o embate foi entre o Brasil e Paraguai, posteriormente a questão será com a Argentina, que protestou em todas as instancias contra a decisão do Brasil e do Paraguai de construir a hidrelétrica de Itaipu em condomínio.

Desta forma a pesquisa procurou dar visibilidade ao conflito que a assinatura do Tratado gerou e a solução encontrada pelos dois países governados por ditaduras o que facilitou a execução do projeto.

Os argumentos utilizados para justificar o projeto estavam apoiados nas idéias dos militares de se construir um Brasil grande potência. Para o desenvolvimento do país era necessária a produção de energia elétrica. Com Itaipu, o Brasil solucionaria o problema energético com um projeto menos assustador do que o nuclear.

No mesmo capítulo se procurou contextualizar o Estado do Paraná e a maneira como a maioria de pequenos e médios agricultores, meeiros, posseiros e bóias-frias receberam a notícia das desapropriações, o que denominamos outras histórias. Nossa intenção não foi mostrar os sujeitos em sua constituição e sim o significado deste processo em seus cotidianos. Resisti em trazer estas questões para o texto, uma vez que esta temática já havia sido trabalhada por outros pesquisadores, por exemplo, Guiomar Germani, em seu livro “Os Expropriados de Itaipu”, trabalho de mestrado desenvolvido na época em que esse embate estava acontecendo entre a população local e os tecnocratas de Itaipu. Outra referência é Juvêncio Mazarollo, jornalista do jornal Nosso Tempo, da cidade de Foz do Iguaçu, publicou o livro “A Taipa da Injustiça”, contando a trajetória do movimento organizado pelos agricultores com o apoio das igrejas. Conta especificamente o cerco ao escritório da Itaipu em Santa Helena/PR pelo movimento “Justiça e Terra”. Esse material dá continuidade ao “Mausoléu do Faraó” que contou o início das lutas dos expropriados contra Itaipu. No entanto, acredito que o trabalho ficaria incompleto sem estas outras histórias, sem este conflito que se travou entre os expropriados e os tecnocratas de Itaipu, o material produzido na época é muito rico, destaco o Boletim Poeira, produzido pela CPT, que é genial a começar pela criatividade do nome Poeira, afinal tudo virou poeira depois da detonação dos 55 toneladas de dinamite que mudaram o perfil do oeste paranaense.

No capítulo 2, como nossa visão está pautada por esta dualidade, resolvemos iniciar mostrando um pouco as cidades de Foz do Iguaçu/PR, e presidente Strossner cidades escolhidas para serem sede da obra. Na parte que procuramos dar visibilidade à

cidade de Foz do Iguaçu/PR, ao reler o trabalho achei que ficou muito longa a narrativa, acredito que teria sido mais interessante recuarmos somente até a década de 50 do século passado, mas a falta de material produzido para pesquisa me fez cometer este deslize e recuar cronologicamente. Nossa intenção era dar uma dimensão das mudanças ocorridas naquele espaço todo voltado naquele momento para facilitar a construção da obra. Outro item deste capítulo foi destacar a destruição de Sete Quedas. Não enfrentei a questão ambiental, apenas procurei situar o leitor contrapondo dois personagens de um lado o presidente do Brasil, general Figueiredo e do outro Antônia, uma jovem de 18 anos, quem sabe uma militante anônima que questionava a perda das quedas de rara beleza, esse encontro me pareceu muito revelador. O desastre ecológico está presente em todo o trabalho, como uma consequência da escolha do projeto.

E para finalizar este capítulo trabalhamos no sentido de mostrar a vitória do progresso. Itaipu era mais que uma simples hidrelétrica era o elemento encontrado pelo governo militar que representava a grandeza do novo regime, símbolo que refletia o orgulho da pátria, conduzida pelas mãos de políticos com visão de engrandecimento da nação. Com Itaipu o país colocava em evidência o desejo de se construir uma nação forte e poderosa. Para tal façanha se fazia necessário lançar mão de recursos naturais, e dos avanços tecnológicos disponíveis. Estas características não faltavam ao Brasil afinal o país “é gigante pela própria natureza”.

No capítulo 3, resolvemos entrar porta a dentro do canteiro de obras, procurando mostrar por meio dos mais diferentes textos e fragmentos, anônimos barrageiros e as inovações tecnológicas que Itaipu inventou. Sergio Buarque de Holanda diz o seguinte

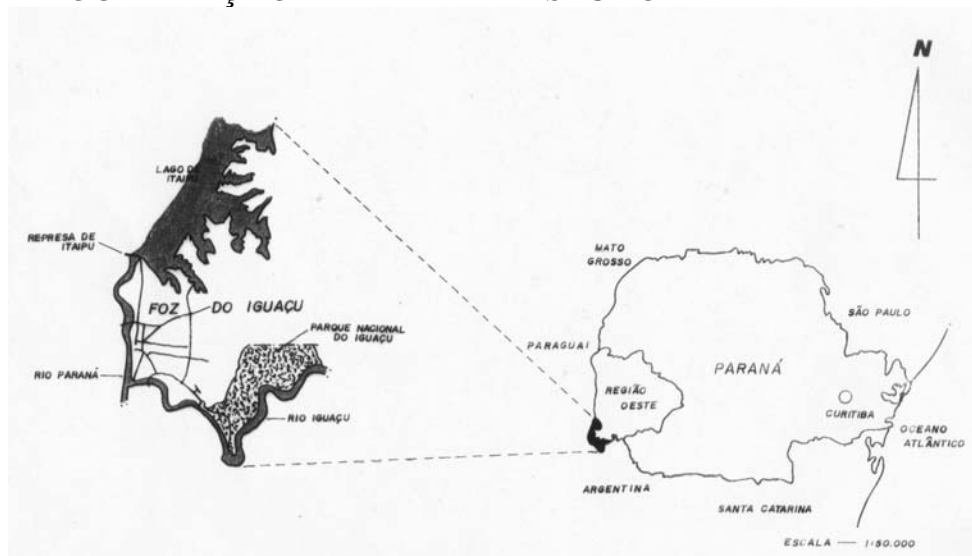
“com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze dobrando-se ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio”, para se remeter aos homens que abriam caminhos e fronteiras, para nomear os barrageiros a consistência do couro não seria suficiente, o gosto pela aventura era uma característica comum, que poderia unir os aventureiros de ontem com os contemporâneos barrageiros, no entanto, eles tinham que ser de ferro, era essa a metáfora utilizada: “Eu via fecharem as comportas, vi o rio enchendo, vi as primeiras águas descendo do vertedouro e posso falar que, para construir Itaipu, o peão tinha que ser de ferro”. As palavras do baiano ao rememorar o trabalho dentro da usina traduzem bem seu dia de trabalho. Tinham que ser inabaláveis frente ao cotidiano e os riscos que enfrentavam diariamente. A proeza técnica é o que nos interessa neste capítulo, o fato de transpor obstáculos, que variavam entre o meio físico e a resistência física e psicológica, marcavam os espaços e construía um tempo carregado de sentido mitológico, fabuloso, sobrenatural, citamos novamente Sergio Buarque de Holanda; “[...] onde o real e o fantástico parecem fundir-se, deveria nascer o ambiente propício ao mito”⁸. São muitas as narrativas que contam os perigos vivenciados neste espaço em que a noção de realidade parece abolida, as histórias de morte dentro da obra principalmente em que teriam sido concretados muitos trabalhadores fazem parte das narrativas do trabalho. Neste sentido escolhi um caso em que o humor ilustra esta questão e remete também a pensar nas fronteiras que são sobretudo culturais.

No capítulo 4, resolvemos dar visibilidade ao espetáculo de luzes e sons, e procuramos trazer para o palco a dança das águas que gera muito mais que energia é um

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visões do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 30.

monumento que traz para o cenário uma luta de representações na construção da memória. Há um espetáculo de luzes e outro de morte. Para contrapor ao espetáculo de luzes e som escolhemos a peça de teatro “Canal de Desvio”, escrita por Adolpho Mariano da Costa para protestar contra o desastre ecológico ocorrido com a implantação e execução do projeto de Itaipu. Segundo White: “o que um historiador pode urdir na forma de uma tragédia outro pode fazê-lo na forma de comédia ou romance”, Mariano escolheu o teatro, sua narrativa traz vestígios da natureza e do mundo histórico, local onde se desenrolaram tantas histórias no passado. Para visualizar geograficamente a obra que gerou nosso trabalho apresentamos o mapa a seguir:

Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO



FONTE: Perfil anuário estatístico/Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento, Dep. Extraordinário de Pesquisa e Informação, 1995, p. 163.

CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO: O DESVIO DO RIO PARANÁ

1.1 ITAIPU DO PROJETO À REALIZAÇÃO

Na manhã da sexta-feira dia 20 de outubro de 1978, Foz do Iguaçu despertou com intenso movimento de turistas, que lotavam hotéis. Não seria um dia comum. Também foram incomuns os milhares de visitantes que transitaram pela cidade. O que mais chamava a atenção das pessoas, além da presença de destacadas autoridades políticas, era o “exército” de jornalistas que portavam sofisticados equipamentos para atingir a melhor cobertura de importante fato histórico. O Brasil e o mundo iriam acompanhar o início da construção da maior hidrelétrica do universo. Às pessoas estavam ansiosas para conhecerem a experiência monumental preparada para aquela manhã ensolarada, afinal, não é todo dia que se explodem 55 toneladas de dinamite para abrir a passagem da água de um rio como o Paraná. A detonação das rochas que iriam abrir a nova passagem do Rio Paraná estava marcada, exatamente, para as 11 horas e 30 minutos.

Durante toda a semana a imprensa havia dado ênfase ao acontecimento, anunciando que seriam registradas ondas de até 15 metros de altura. Seria um acontecimento técnico de repercussão mundial. Seria o grande marco da irreversibilidade de Itaipu. A partir daquele momento, a Argentina não poderia mais contrariar o projeto. Restaria-lhe apenas protestar, fato que ficou notório com a ausência do diplomata argentino no Paraguai, embora tivesse sido convidado para o evento. Simplesmente, em forma de protesto, não compareceu à solenidade.

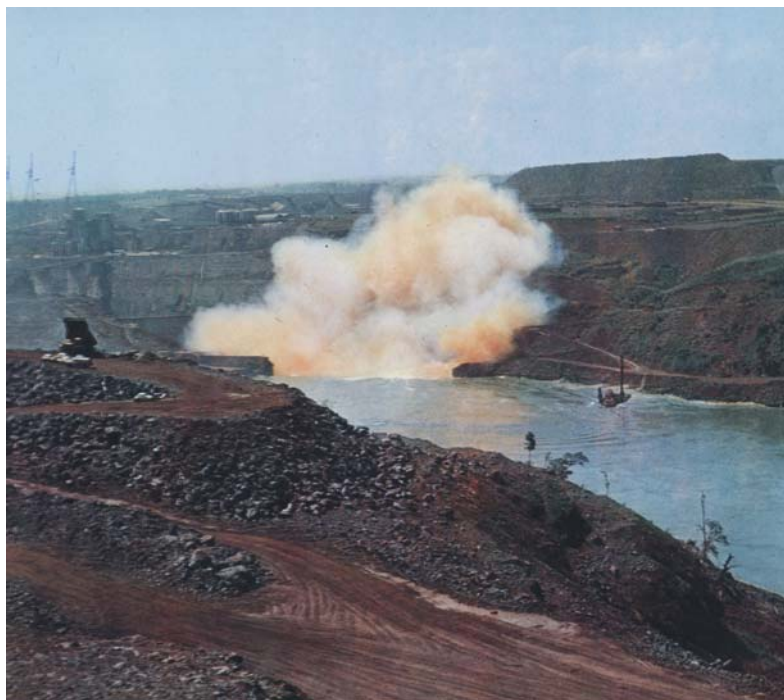
O jornal Correio Braziliense publicou, no dia 21 de outubro de 1978, a seguinte

matéria: “Fato interessante ocorreu na própria cidade de Foz do Iguaçu. Os habitantes que lá vivem ficaram temerosos com a implosão e assim saíram da cidade, até que a implosão estivesse terminada. Temiam os habitantes que a implosão pudesse afetar a cidade e também suas casas”.

As causas que motivaram a saída da população devem ser atribuídas, possivelmente, às histórias narradas sobre o Rio Paraná, sétimo mais importante do mundo e o seu poder de destruição, que faziam parte da tradição oral da região. Moradores da cidade estavam assustados com a proeza do homem desafiar a natureza.

O Rio Paraná foi desviado por canal escavado nas rochas com dois quilômetros de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade. Com isso, foi concluído um estágio importante das obras de construção da Hidrelétrica de Itaipu (Figura 1).

DESVIO DO RIO PARANÁ



FONTE: Revista Estrellas (1979, Ano XXX, nº 72, p. 12)

A abertura do desvio do Rio Paraná foi marcada por implosão ouvida em todo o canteiro de obras da usina. Marcou o início da construção da imensa barragem. A implosão das rochas extrapolou a sonoridade auditiva e serviu como ressonância de dimensões políticas para os presidentes do Brasil e do Paraguai (Figura 3), que acionaram as alavancas do equipamento que originou a explosão que mudou a história e o perfil da região fronteiriça, além de estabelecer novo e importante momento para engenharia moderna. O Brasil inaugurou nova fase, tanto da história político-administrativa quanto da engenharia civil.

Figura 2 - PRESIDENTE ALFREDO STROESSNER CUMPRIMENTANDO O GENERAL JOÃO BATISTA DE FIGUEREDO E PRESIDENTE DA REPÚBLICA GEISEL



FONTE: Revista Estrellas (1979, Ano XXX, nº 72, p. 18)

Pouco antes da explosão, no mesmo dia 20 de outubro de 1978, foram assinados, entre Itaipu e o Consórcio Itaipu - Eletromecânico (Ciem), contratos no valor equivalente a 880 milhões de dólares para a compra dos equipamentos básicos e o equivalente a 740 milhões de dólares para o fornecimento das 18 unidades turbo – geradoras de 700 megawatts. Os equipamentos e os acessórios seriam construídos em fábricas brasileiras e paraguaias, com a participação de indústrias alemãs, francesas e suíças⁹.

De acordo com o discurso do presidente brasileiro general Ernesto Geisel, importantes foram os fatores observados durante a concorrência pública, quando foram seguidos índices de nacionalização.

O canal de desvio das águas do Rio Paraná permaneceu aberto até 1982, quando

⁹ Entre os indicadores da capacidade técnica e de produção do Ciem, segundo informação de Itaipu, é o índice de nacionalização das 18 turbinas e 18 geradores de 700 mil kw, é de 81 por cento e 86 por cento respectivamente. In: **Jornal de Brasília**. Editado em 21 de out., 1978.

as comportas da represa foram fechadas para segurar as águas do Paraná. O represamento formou reservatório de água com 1.400 quilômetros quadrados, tendo a capacidade de armazenar 29 bilhões de metros cúbicos de água.

O desvio do rio permitiu a construção das obras da barragem onde, inclusive, foi construída a casa de força, que abrigou as 18 turbinas do complexo de geração de energia elétrica.

Itaipu foi adquirindo contornos gigantescos. A mudança do leito do Rio Paraná alterou a geografia da região. O gigante e caudaloso rio foi domado e aprisionado por gigantesca muralha de concreto. Fato que poucas pessoas acreditavam ser possível.

Revistas e jornais brasileiros e paraguaios¹⁰ divulgaram e documentaram o desvio do Rio Paraná.

Muitas pessoas da platéia que assistiram ao espetáculo estavam vestidas com as melhores roupas. Foi o caso dos milhares de trabalhadores da Itaipu Binacional que lotaram o local do espetáculo. Poucos, porém, conseguiram assistir o espetáculo com nitidez, pois se encontravam em locais afastados, e não tinham boa visibilidade. Apenas autoridades e convidados especiais estiveram em local privilegiado, de onde puderam acompanhar bem a implosão das rochas. Os mais entusiasmados com o fato, com certeza,

¹⁰ Jornais brasileiros: Belo Horizonte: Diário de Minas; Diário da Tarde; Estado de Minas; Jornal de Minas. Blumenau: Jornal de Santa Catarina./ Brasília: Correio Brasiliense; Jornal de Brasília./ Campo Grande:Correio do Estado./Curitiba: Diário do Paraná./ Florianópolis: O Estado./Goiânia: Folha de Goiaz; O popular./ Maceió: Gazeta de Alagoas./ Manaus: A crítica./ Niterói: O Fluminense; A tribuna./Porto Alegre: Diário de Notícias./Recife: Diário de Pernambuco; Jornal do Commercio./Rio de Janeiro: O Dia; Gazeta de Notícias; O Globo; Jornal do Brasil; Jornal do Commercio; Jornal dos Sports; A Notícia; Tribuna da Imprensa; Última Hora./ Santo André: Diário do Grande ABC./ Santos: A Tribuna./ São Paulo: Diário do Comércio; Diário Comércio e Indústria; Diário da Noite; Diário Popular; Diário de São Paulo; O Estado de São Paulo; Folha de São Paulo; Folha da Tarde; A Gazeta; A Gazeta Esportiva; Gazeta Mercantil; Jornal da Tarde; Notícias Populares; Popular da Tarde; Última Hora./ Vitória: A Gazeta; A Tribuna. 2. Jornais Paraguaiois: Assunção: ABC Color; Pátria. Revistas Brasileiras: Isto É; Manchete; Veja.

foram os presidentes do Brasil e do Paraguai, bem como os dirigentes da obra, que aplaudiram com grande intensidade o acontecimento histórico.

O presidente do Brasil, general Ernesto Geisel, estava particularmente feliz. Para ele, tratava-se de um grande dia, que marcaria para sempre seu governo, já que até aquele momento nenhuma “grande obra” havia sido inaugurada com tanta pompa como a daquela manhã.

O Jornal de Brasília, no dia seguinte, 21 de outubro de 1978, noticiou afirmando que de tudo isso chamou, e muito, a atenção, principalmente a maneira como as populações de Foz do Iguaçu e da paraguaia Presidente Stroessner acompanharam os acontecimentos. Apesar de insistentemente convidados a comparecerem ao ato solene, os populares preferiram acompanhá-lo pelo rádio e televisão. Assim, não mais do que 15 mil pessoas teriam comparecido aos mirantes para assistirem aos fatos, contrariando exageradas previsões iniciais que davam conta de que gigantesca massa, formada por 100 mil paraguaios, viria a Itaipu para prestigiar o desvio do Rio Paraná.

Detalhe interessante diz respeito ao local reservado para a população brasileira. A maior parte da população ali reunida era constituída por funcionários da obra, que estavam de folga devido ao feriado decretado pela binacional.

Os presidentes do Brasil e do Paraguai se encontraram horas antes na Ponte da Amizade. O general Ernesto Geisel atrasou-se um pouco, o que causou irritação ao presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, que havia chegado minutos antes ao local do encontro. O fato foi inclusive publicado pela imprensa no dia seguinte. O Jornal do Comércio 21/10/1978 noticiou que “o único incidente no protocolo havia ocorrido uma

hora antes, no encontro que os dois presidentes tiveram sobre a Ponte da Amizade, na fronteira entre os dois países. Geisel se atrasou por 15 minutos e a espera sob um sol já muito forte, causou certa irritação ao presidente paraguaio”.

A maioria dos jornais brasileiros, no entanto, noticiaram que o presidente Geisel não havia se atrasado para a solenidade, e sim que o presidente Stroessner teria se adiantado 15 minutos.

Esse, contudo, não foi o único motivo que aparentemente irritou o presidente do Paraguai. Outro fato foi registrado pelos jornalistas. O fato do desvio do rio estar localizado em território brasileiro e não paraguaio também não teria agradado ao presidente paraguaio.

As imagens da implosão do rio causaram certa decepção a cinegrafistas e fotógrafos. Segundo foi divulgado por jornais, cerca de mil jornalistas brasileiros cobriram o evento, sob sol intenso. A notícia de que o “desvio não causou espetáculo” chamou a atenção. Ao invés de ondas de até 15 metros o que se registrou foram uma elevação superior a um metro. Matéria publicada pelo Correio Braziliense no dia 21 de outubro de 1978, informa que “este era o comentário generalizado entre os cinegrafistas e fotógrafos – não houve, praticamente, imagem a registrar, a não ser a grande fumaça e a poeira causada pela dinamite”.

O fato, contudo, não tirou a pompa do evento. O ato ficou registrado nas lentes do mundo. Era uma “nova era” que se iniciava, afinal, o que era sólido foi desmanchado pela potência da dinamite e virou poeira aos olhos de milhares de espectadores.

Tudo foi meticulosamente previsto. A preocupação com cada detalhe e o

cumprimento do cronograma das obras era quase uma obsessão dos militares que governavam o país. O mesmo acontecia de modo ainda mais intenso na ótica dos responsáveis por Itaipu. Significava a prova de sua eficiência, principalmente para o diretor-geral de Itaipu, general Costa Cavalcanti. Tratava-se de momento importante. Nada, absolutamente nada, poderia sair errado. A abertura do canal de desvio do Rio Paraná representava o primeiro passo para o sucesso do empreendimento da construção de Itaipu.

A cerimônia de implosão das rochas para a abertura do canal começou exatamente às 11 horas e 15 minutos. Após os pronunciamentos oficiais, os presidentes brasileiro e paraguaio acionaram as alavancas que fizeram soar sirene por aproximadamente cinco minutos. O soar da sirene foi ouvido em todo o canteiro de obras. Técnicos e engenheiros começaram a implosão detonando 55 toneladas de explosivos. O ato representou um marco de desenvolvimento. O acontecimento teve o acompanhamento da mídia, que o mostrou ao Brasil e ao mundo.

O que foi exibido era completamente novo. Pela primeira vez, um rio da magnitude do Paraná era desviado com o auxílio do que havia de mais moderno na engenharia civil. Com o ato não se configurou apenas a união entre dois países fronteiriços, mas fundiu-se a técnica com a natureza. Culturas e tradições foram mescladas. Era empreendimento de proporções gigantescas. Verdadeira odisséia moderna, que assustou os moradores locais, que preferiram ver a execução do ato através da TV, com muitos, inclusive, temendo coisas piores, abandonando suas casas.

Durante o período em que os militares governaram o país havia fascinação pela

construção de grandes obras. Itaipu não foi a única experiência dos referidos governantes. Várias outras grandes obras foram construídas.

Itaipu fascinava não apenas pela sua grandiosidade. Também impressionava pelo seu significado. Nela, se aliou a técnica ao domínio da natureza. De um lado, empregou-se o que havia de mais moderno no país e no mundo no que se referia à engenharia de construção de hidrelétricas e de geração e transmissão de energia. De outro, o homem mostrou ser capaz de dominar a natureza, desviando e, depois, barrando o curso de um rio do porte do Paraná. Era exemplo da força de um governo forte e grande, tal como o queriam os militares. Não foi sem intenção que o presidente do Brasil, general Ernesto Geisel, no ato da implosão, se fez acompanhar do general Figueiredo, que o sucedeu na presidência da República.

O projeto Itaipu e a materialização da obra, combinavam nos planos interno e externo do tipo de Nação, que se estava querendo criar no país, sob a influência de um projeto de grandeza. Esperava-se que a Nação fosse grande, o projeto refletia esta imagem de força e poder, em que os números diziam mais que palavras, ou melhor como a chamada de matéria publicada pelo jornal Globo no dia 20 de outubro “usina de Itaipu: tanto quanto o rio falam os números”.

O Rio Paraná foi desviado por iniciativa do homem, que construiu no leito natural do rio, barragem suficientemente capaz para barrar a passagem água, que passou a ser utilizada para mover as turbinas, para a geração de energia elétrica¹¹.

No dia 13 de outubro de 1982, com o fechamento das comportas da barragem,

¹¹ ITAIPU BINACIONAL. **Aspectos Técnicos do Empreendimento Itaipu**. Rio de Janeiro: Itaipu Binacional, 1989. p. .22.

começou a formação da represa, que originou o Lago de Itaipu, que atinge 16 municípios brasileiros, dos quais 15 são paranaenses e um sul-mato-grossense.

As primeiras páginas dos jornais de maior circulação estamparam manchetes e matérias alardeando o fechamento das comportas de Itaipu. Anunciavam que Brasil e Paraguai tinham a maior hidrelétrica do Mundo. Alguns meios de comunicação afirmavam que “Itaipu era o esforço para o futuro”.

A imprensa mundial também destacou o fato. O New York Times noticiou que “*Brazil Creates a Lake, With Care for man and Beast*”. O *Time Magazine*, “*Megawatt Monolith*”; o Buenos Aires Herald lamentava, “*Adeus 7 Quedas*”. O *International Herald Tribune* também lamentava “*Brazil Says Goodbye to a Waterfall*”, referindo-se à inundação das Sete Quedas (Figura 4).

Figura 3 - SETE QUEDAS (GUAÍRA/PR)



FONTE: Capa do livro “Guahyrá – Guairá” de Hortência Zeballos Muntoreanu (1992).

Para fazer voltar a água ao leito normal do Rio Paraná, foi realizada em novembro de 1982, cerimônia de abertura das comportas de Itaipu. O ato foi acompanhado pelo

presidente do Brasil, general João Figueiredo e, do Paraguai, Alfredo Stroessner. O ato foi considerado pelas principais revistas do país como um dos espetáculos “mais eletrizantes já contemplados na fronteira do Brasil com o Paraguai”, evento com força suficiente para modificar “a face da fronteira”.

Com a abertura das comportas da barragem o curso do rio Paraná foi normalizado. As funções das comportas são a de regular a água do reservatório, sendo que elas somente são abertas nos períodos de chuva.

Nesta ocasião paralela à cerimônia que teve a presença de autoridades, pescadores da região correram às margens do Rio Paraná para capturarem “sem muito esforço, cardumes de cascudos, apanhados a bordoadas, ou simplesmente com a mão, já que milhares desses peixes do leito do rio para as mesas”¹².

Enquanto pescadores se divertiam apanhando peixes na Argentina ocorreram problemas em razão das águas do Rio Iguaçu terem “triplicados de velocidade”. Na cidade Argentina de Puerto Iguaçu, que faz fronteira com Foz do Iguaçu, “o atracadouro de balsas foi destruído”¹³.

A primeira etapa a ser vencida pelos idealizadores da obra era considerada a mais crítica. Tratava-se do canal de desvio do Rio Paraná. A área onde foi construído o canal começou a ser desmatada em 1975. O desvio foi aberto para possibilitar a construção da barragem principal e da casa de força¹⁴.

Para Costa Cavalcanti os grandes momentos da história de Itaipu até sua

¹² TEIXEIRA, Hélio. O colosso hidrelétrico. **Revista Veja**. Edição de 3 de novembro de 1982, p. 54-62

¹³ Idem, p.58

¹⁴ ITAIPU BINACIONAL. **Aspectos Técnicos do Empreendimento Itaipu**. Rio de Janeiro: Itaipu Binacional, 1989. p. .22.

inauguração foram: o desvio do rio Paraná; o fechamento das comportas do desvio em outubro de 1982, interrompendo por treze dias o fluxo do Rio Paraná para jusante da barragem de Itaipu, o que permitiu realizar o enchimento do reservatório; em novembro de 1982 foram abertas as comportas do vertedouro, permitindo que as águas do Rio Paraná, voltassem a fluir para jusante de Itaipu e, o quarto momento seria o funcionamento da primeira unidade geradora¹⁵.

A área na qual foi implantado o projeto de Itaipu, inicialmente, se caracterizou pelo sistema de “obrages”, que consistia, basicamente, na exploração da produção de erva-mate e madeira em toras. Para Valdir Gregory, o sistema de obrages foi “uma economia que se baseava na exploração de produtos nativos por meio de empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de trabalho de servidão. Estas empresas eram denominadas de obrages, que contratavam trabalhadores na região”¹⁶.

A abundância de árvores, cuja madeira era possível de ser aproveitada para diversas finalidades, caso da construção civil e do fabrico de móveis, por exemplo, caracterizou o que se pode chamar de primeiro ciclo exploratório da região fronteiriça.

A exploração da mata, em busca das árvores e da erva-mate, já era conhecida na Argentina e no Paraguai. Os obrageiros argentinos foram os responsáveis pelo sistema que foi implantado no território brasileiro. No período, o controle da navegação no Rio da Prata estava sob o poder da Argentina.

¹⁵ Cf. TRAVASSOS, Milton. Entrevista Gen José Costa Cavalcanti. **Revista Círculo de Engenharia Militar**. Ano XXXV – nº 86- set/83, p.17.

¹⁶ GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p. 89.

Trabalhadores, na maioria paraguaios, exploravam as florestas da região em busca da erva-mate e de madeiras de lei. O “obragero” argentino explorava a fronteira brasileiro-paraguaia, obtendo concessão do governo paranaense a baixo custo. O mesmo acontecia em relação à posse da propriedade.

A única via de acesso, na época, era pelo Rio Paraná, que fazia funcionar todo o sistema de exploração. “O perigo de uma possível reação nacionalista brasileira era uma ameaça permanente. Porém, a mentalidade dos políticos da velha República era de certa maneira uma segurança”.

No período das obras havia vários portos: Bela Vista, Itaoquita, Leonor, União, Alberto, Marnik, Sol de Maio, São Vicente, São Francisco, Mendes, além de outros, situados nas barrancas do Rio Paraná por volta de 1920. Os portos, aos poucos, se transformavam em povoados, nos quais os trabalhadores fixavam residência. Mais tarde deram origem às vilas.

No Brasil, os rios representaram importante papel na história. Marcam, de forma indelével, todos os momentos da nação. No período colonial, além de serem preocupação da política de D. João VI, eram como estradas - vias que transportavam homens e mercadorias, criando ao longo das margens, pontos de parada. Capistrano de Abreu já enfatizava essa relevância: “Tal é a importância dos rios nesta parte de nossa história que as bandeiras devem classificar-se não pelo ponto donde partiram, mas pelos rios que margearam ou navegaram. Todos os rios do Brasil representaram papel mais ou menos

considerável no devassamento do interior”¹⁷.

Os rios sempre estiveram atrelados ao poder ao longo da história. Transportaram em seus cursos d’água “a carga da história”.

Ver um rio equivale a mergulhar numa grande corrente de mitos e lembranças, forte o bastante para nos levar ao primeiro elemento aquático de nossa existência intra-uterina. E, com essa torrente, nasceram algumas de nossas paixões sociais e animais mais intensas: as misteriosas transmutações do sangue e água; da vitalidade e mortalidade de heróis, impérios, nações e deuses¹⁸.

O Rio Paraná, desde os tempos mais remotos da história do Brasil, aparece como motivo de discórdia entre o reino de Portugal e Espanha pela posse do território da bacia do Prata. Vários tratados tentaram pôr fim à disputa, nas quais foram gastos vários esforços diplomáticos, entre diferentes países¹⁹.

Brasil e Paraguai herdaram a disputa de limites que se travava nas águas do Rio Paraná do passado, que não foi resolvida com o passar dos anos. O desacordo surgiu desde o Tratado de Tordesilhas, que gerou controvérsia sobre o local exato onde ocorria a separação dos dois países, sobretudo nas proximidades dos saltos das Sete Quedas.

O problema dos rios internacionais se encontra presente em todas as etapas da história do Brasil. São testemunhas as lutas travadas no Sul, durante os primeiros séculos, e o fato de que a Colônia do Sacramento foi o apanágio da transferência da capital do país

¹⁷ ABREU, Capistrano. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.65.

¹⁸ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.253.

¹⁹ A fronteira entre o Brasil e o Paraguai é determinada pelo tratado de limites Loizaga-Cotegipe (nome dos dois principais negociadores), assinado em Assunção a 9 de janeiro de 1872, no fim da guerra sustentada pela Tríplice Aliança (Argentina, Brasil, Uruguai) contra o Paraguai do Marechal Francisco Solano Lopes. Cf. CAUBET, Christian Guy. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata**. São Paulo: Acadêmica, 1989. p. 42.

para o Rio e Janeiro, bem como a sinuosa política de D. João VI na cisplatina. São fatos e testemunhos da perenidade desta preocupação²⁰.

O Brasil é país ribeirinho de grandes bacias do continente. Diante disto, os nossos governantes se depararam, em determinado momento, diante de fato que enfatiza a geografia do país. Se, durante o período colonial a política de D. João VI esteve envolvida com a questão cisplatina, durante o império foi a “política do Prata”, já que o caminho para chegar ao Mato Grosso se restringia apenas às águas do rio do Prata, via Montevideú, Buenos Aires e Assunção.

O caminho das águas do Prata conferia à nação que o comandasse não só o controle sobre o Oeste do território brasileiro, mas, também, o domínio do Paraguai e da Bolívia, nas áreas “tributárias do Prata”. Estas questões conduziram a “política do Prata”. “O problema da navegação nas águas do Prata e seus formadores precede a independência e, após o seu reconhecimento e consolidação, se transformou na mais importante preocupação nacional, por dizer de perto, à época, a própria existência do Brasil”²¹.

Para governar, era pré-requisito o domínio das águas. Isso explica os constantes conflitos pelas águas do Prata. O poder fluía, intrinsecamente, dos rios. Paraguai, Uruguai e, principalmente a Argentina, sabiam da importância da independência e do domínio das águas. Para a Argentina, “a questão era ligada à própria definição de seu papel histórico: se lhe fosse dado controlar, soberanamente, o direito de navegar no Prata terminaria por

²⁰ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR ESPEDITO DE FREITAS RESENDE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974.

²¹ Idem.

reunificar o Vice-Reinado e, talvez, ampliá-lo pelas vastidões do oeste brasileiro”²².

Essas questões levaram sempre a diplomacia brasileira á “confrontar essa política sem hesitações e sem contemplações e, usando dos meios a seu dispor, para resolver o problema”²³.

Se, num primeiro momento, houve conflito pela predominância com relação à navegabilidade da grande “artéria fluvial”, após várias décadas, foi constituída preocupação de outra natureza, decorrente das transformações que a revolução industrial trouxe do aproveitamento das águas para a geração de energia elétrica.

De acordo com Espedito de Freitas, a Argentina, em 1928, na VI Conferência Internacional Americana, ocorrida, em Havana, já abordava o aproveitamento dos rios internacionais, para outros fins que não fosse a navegação.

O Brasil mostrava interesse na exploração das quedas d’água para a produção de energia elétrica. Governantes anteriores aos militares já haviam recomendado estudos para o aproveitamento. O mais antigo dos estudos foi realizado pela então “São Paulo Light”, que requereu, em 1955, ao governo brasileiro, concessão para o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos saltos das Sete Quedas, pedido que não lhe foi deferido²⁴.

A Comissão Interestadual da Bacia do Paraná e Uruguai (CIBPU) realizou levantamento dos recursos naturais da região, obtendo do governo brasileiro, através do decreto n. 36.649, de 26 de janeiro de 1956, a autorização para o estudo do potencial hidrelétrico das Sete Quedas. A autorização foi revogada em 31 de dezembro de 1957

²² Idem, p.3.

²³ Idem, p.4.

²⁴ MOREIRA, Mil Mauro. Itaipu: antecedentes históricos. **Revista Círculo de Engenharia Militar**. Ano XXXV, nº 86, set., 1983. p. 6.

pelo decreto n. 42.957. A comissão não apresentou relatório conclusivo sobre Sete Quedas dadas as dificuldades para o aproveitamento no trecho do “canyon”, preferindo concentrar esforços no trecho superior do Rio Paraná²⁵.

Em janeiro de 1959, o Serviço Regional de Obras da 5ª Região Militar celebrou convênio com o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), autarquia subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo em vista o projeto para a construção de uma usina hidrelétrica piloto em Guaíra.

Outros projetos foram orientados por engenheiros, caso de Pedro Henrique Rupp, que em 20 de agosto de 1960, que resultou na implantação de usina piloto de 1.200 quilowatts na margem brasileira. Essa usina foi desativada pelo fato da área ter sido inundada pelo reservatório de Itaipu. O engenheiro Sylvestre Souza realizou estudos de aproveitamento do desnível entre Guaíra e Porto Britânia, que pertenceu antigamente ao município de Marechal Cândido Rondon e que hoje se encontra submerso, em Pato Bragado, município que se desmembrou de Marechal Cândido Rondon. A fundamentação do trabalho baseava-se na abertura de um canal pela margem esquerda.

Outro engenheiro, Octávio Marcondes Ferraz, foi convocado para elaborar um projeto em 1962. O ministro brasileiro das Minas e Energia, Gabriel Passos, encarregou o escritório do engenheiro para realizar estudos preliminares para o aproveitamento de Saltos de Sete Quedas²⁶. O relatório apresentado, considerado preliminar por Marcondes Ferraz, analisava as possibilidades de aproveitamento do Rio Paraná entre Guaíra e Porto

²⁵ Id. Ibid.

²⁶ Cf. CAUBET, Christian Guy. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na bacia do Prata.** São Paulo: Acadêmica, 1989. p. 39.

Britânia, além de considerar o desnível do rio entre as Sete Quedas, em Guaíra, até Foz do Iguaçu, fato que sempre constituiu obstáculo natural à navegação.

A solução apresentada era a construção de barragem transversal, com vertedouro, na área de Guaíra, na cota 228 metros, desviando-se o caudal principal do rio pela margem esquerda mediante um canal com cerca de 60 quilômetros até a localidade de Porto Mendes, onde seriam instaladas três casas de máquinas, em cavernas abertas no basalto, com 20 unidades geradoras de 500 MW cada, totalizando 10.000 MW²⁷.

Juvêncio Mazzarolo, jornalista do Jornal Nosso Tempo, que se tornou uma referência para os trabalhos sobre Itaipu, comenta que a proposta de Ferraz afrontava a soberania paraguaia. "Marcondes Ferraz sustentava que a execução de seu projeto era uma questão de soberania nacional e que os entendimentos com o Paraguai eram dispensáveis. Não se dava conta de que sua proposta afrontava a soberania paraguaia e que, se levada adiante, poderia até resultar em conflito armado"²⁸.

O presidente Jânio Quadros, embora tivesse curto prazo de governo, demonstrou intenções de explorar as quedas. De acordo com entrevista publicada no Jornal do Brasil de 15/10/78, do então Embaixador Juracy Magalhães, Ministro das Relações Exteriores do Governo Castello Branco o desvio do rio Paraná era a consolidação de um "delicado trabalho do Itamaraty", nesta reportagem ao rememorar os fatos que deram origem às crises de relacionamento entre o Brasil e o Paraguai, antes do acordo de Itaipu, comentou que "Jânio Quadros não se conformava em não realizar uma grande obra que pudesse ser comparada com as realizadas por Juscelino. Assim determinou que fosse contratado um

²⁷ **Revista Círculo de Engenharia Militar**. ano XXXV- nº 86 – set/83.

²⁸ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Itaipu da injustiça**. São Paulo: Edições Loyola. 2003. p. 21

escritório de engenharia – o de Marcondes Ferraz”²⁹.

João Goulart, que o sucedeu, também demonstrou preocupação com a produção de energia no Brasil. Marcondes Ferraz foi, então, mais uma vez solicitado para realizar estudo técnico objetivando promover a produção de energia elétrica a partir dos Saltos das Sete Quedas. De acordo com estudo feito por Caubet, o relatório apresentado por Ferraz oferecia vantagens para o Brasil.

Em agosto de 1963, foi constituído na Eletrobrás, o Grupo de Trabalho das Sete Quedas, orientado pelo engenheiro Mário Lopes Leão. O grupo teve a incumbência de realizar estudo conclusivo quanto ao aproveitamento de Sete Quedas.

O governo paraguaio não tardou em enviar, ao ministro brasileiro das Relações Exteriores, nota alertando sobre o traçado da fronteira na região das Sete Quedas. Entidades paraguaias se declararam contrárias à idéia brasileira e publicaram manifestos condenando a atitude brasileira de ocupação da fronteira. Partidos políticos, universidades, associações, ex-combatentes, confederação do trabalho e entidades econômicas consideraram arbitrária a ocupação militar na zona demarcada.

A delimitação dos territórios acabou ficando incerta pelo fato de que a referência à Cordilheira de Mbaracayú não era suficiente para desempatar os dois ribeirinhos. Com efeito, a cordilheira se subdivide a oeste do rio em dois ramos, cujas extremidades se prolongavam até a depressão. O Paraguai reivindicava que o traçado que seguia o ramal Norte, cuja altitude média era ligeiramente mais alta do que a do Sul, e que, se prolongando no leito do rio, passava à altura da primeira queda, das Sete Quedas. Brasil sustentava que o limite devia seguir a linha da crista do ramo Sul da cordilheira, que vinha morrer ao pé da quinta queda. Como consequência, a totalidade das quedas estava em território brasileiro³⁰.

²⁹ FERRAZ, Sílvio. Artífice do acordo lembra que obra coroa diplomacia. **Jornal do Brasil**. 15, out., 1978.

³⁰ CAUBET, Op. Cit., p. 42

A delimitação dos territórios ao longo de todos os tratados era incerta principalmente com referência à Cordilheira de Mbaracayú. Enzo Debernardi, afirma que:

Esa controversia por la posesión del Salto es la raíz de la historia misma de Itaipu, y su conocimiento y comprensión son esenciales para componer el gran cuadro de este hecho inusual, quizás único en la historia de la humanidad, en que dos pueblos no sólo renunciaron a un enfrentamiento estéril sino que lo convirtieron en una realización en común para su beneficio recíproco³¹.

A controvérsia nos interessa à medida que é a “raiz” da história de Itaipu e do começo da lenda moderna que marcou o século passado.

No final da década de 1960, Brasil e Paraguai estavam preparados para mais uma disputa, não estando descartada a hipótese de provável guerra, gerada pelo litígio da fronteira, considerada a mais turbulenta fronteira desde o descobrimento do Brasil.

O presidente Castello Branco, nomeou o ministro Mário Gibson Barbosa³², para assumir trabalho junto à embaixada do Brasil no Paraguai. As relações entre os dois países não estavam muito tranqüilas. Os paraguaios não haviam esquecido a guerra que aconteceu entre 1865 e 1870, que os deixou em situação nada agradável. Mário Gibson Barbosa, em livro, lembra que:

No dia da minha chegada a Assunção, uma bandeira brasileira foi queimada na rua principal, em “minha homenagem”. Automóveis buzinaaram a noite inteira sob a janela do meu quarto, para não me deixar dormir, e os muros da embaixada, no dia seguinte, amanhecera pichados: “Fora, invasor brasileiro”. Para que se possa entender a gravidade das agressões, é preciso recordar que, no regime Stroessner, nada disso seria possível sem, pelo menos, a aquiescência das autoridades³³.

³¹ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la historia política de Itaipu*. Assunción. Paraguay: Editorial Gráfica Continua S. A, 1996. p. 27

³² Mario Gibson foi ministro do Estado das Relações Exteriores, de 29 de outubro de 1969 a 14 de março de 1974.

³³ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 86

O Brasil está muito vivo na memória do povo paraguaio. A lembrança aos brasileiros refere-se aos momentos mais difíceis da história do Paraguai, como por exemplo, a cruel e sangrenta Guerra do Paraguai que dizimou grande parte da população do país.

Em novembro de 1966, o Paraguai comemorou os 100 anos do que os paraguaios chamavam de “martírio da raça”, referência à Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre 1865 e 1870. Mário Gibson Barbosa, que chegava ao Paraguai, lembrou, no “martírio da raça”, que éramos nós, brasileiros, os principais vencedores da questão que motivou a guerra e, o país a quem sobrou o maior ônus da guerra, era, justamente, o Paraguai”³⁴.

O estudo realizado por Ferraz, para aproveitamento dos saltos havia provocado os ânimos do governo paraguaio, que manifestou não ser de seu conhecimento os estudos que o Brasil vinha realizando desde 1955.

A partir deste momento as discussões em torno da linha de limites, começaram a ganhar cada vez mais força, culminando no envio de tropas brasileiras, em junho de 1965, para aquela área.

O Brasil, naquele momento, não reconhecia o litígio reivindicado pelo Paraguai como problema grave, uma vez que tinha certeza de seu direito territorial³⁵. Do lado dos paraguaios a situação era contrária. Eles estavam exaltados, sobretudo pelas perdas ocorridas durante a Guerra da Tríplice Aliança. A questão da guerra em que tiveram que

³⁴ BARBOZA. Op. Cit., p.86

³⁵ O Tratado de Limites entre o Brasil e o Paraguai, celebrado após a guerra da Tríplice Aliança, reza que a fronteira segue pelo álveo do rio Paraná, subindo o rio em direção norte, até o Salto Grande das Sete Quedas. Aí, nesse ponto, a linha de fronteira inflete para oeste, seguindo pelo mais alto da Serra de Macaraju e prosseguindo á procura do rio Apa, tomando então o álveo deste rio até sua foz na margem oriental do rio Paraguai. Esta é a fronteira.Celebrada em 1872 por um tratado entre os dois países. Op. cit. p.92.

enfrentar os exércitos unidos do Brasil, Argentina e Uruguai ainda estava bastante vivo na memória do povo paraguaio. Viva também era a desconfiança quanto aos interesses brasileiros.

Na tentativa de acalmar um pouco os ânimos dos paraguaios revoltados foi assinada a Ata das Cataratas, também conhecida como Ata do Iguaçu, firmada pelos chanceleres Juracy Magalhães e Sapena Pastor, na cidade de Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, ano considerado como marco inicial das negociações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai com vistas à instalação da usina hidrelétrica de Itaipu.

Resolvi tomar uma decisão arriscada, apoiada e estimulado pelo Presidente Castelo Branco, de convocar o Chanceler Sapena Pastor, do Paraguai, para uma reunião de alto nível, na Foz do Iguaçu. O objetivo seria colocar um ponto final nas discussões sobre as questões de limites e estabelecer um sistema de exploração conjunta do potencial hidrelétrico do Rio Paraná. Depois de passar por momentos extremamente críticos, o encontro terminou com êxito, e assinado o documento que ficou conhecido como Ata das Cataratas³⁶.

Na entrevista concedida para o *Jornal do Brasil*, Juracy Magalhães reverbera o papel do Itamaraty, “para solucionar o problema de limites que poderia levar a um conflito internacional, deveria a questão ser resolvida por negociações diplomáticas”. Portanto a Ata das Cataratas era um documento político.

De acordo com seus idealizadores a Ata do Iguaçu constituiu-se em um documento de cooperação binacional e de integração regional. Através do documento, os governantes dos dois países concordaram que a energia elétrica que fosse produzida pelo desnível do Rio Paraná seria dividida em partes iguais entre eles.

Com esse documento aparecia pela primeira vez a idéia de que a exploração de

³⁶ FERRAZ, Sílvio. Reportagem de Juracy Magalhães. *Jornal do Brasil*. 15, out., 1978.

energia elétrica deveria ser efetivada com a participação dos dois países.

O engenheiro Enzo Debernardi, ministro das Minas e Energia do Paraguai e diretor-adjunto da Binacional Itaipu destacava que a palavra “inclusive”³⁷ que aparecia na Ata, marcou uma etapa importante para a diplomacia paraguaia, que era o reconhecimento oficial do Brasil de que o rio pertencia em condomínio aos dois países, na área dos saltos.

A solução para resolver o problema deveria ser por meio de um “acordo” forte que unisse e contemplasse os interesses dos dois países, se possível eliminando o problema. Destacamos trecho da conversa entre o embaixador do Brasil e o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner³⁸:

- O senhor disse umas coisas, ontem, ao meu chanceler. Quer repeti-las? É sobre o aproveitamento do rio.
- Com pormenores, expliquei minha idéia ao presidente, acrescentando que aquela seria, sem dúvida, a maior hidrelétrica já construída no mundo. E continuei:
- Imagine, presidente, qual será o valor desse pequeno território em litígio, diante disso? Aliás, ele ficaria submerso.
- Ficaria?
- Sim. Com segurança, ficará. Não sou engenheiro, mas posso garantir-lhe que tudo indica que será assim.
- Embaixador! Estou achando muito interessante essa idéia, mas o que nós fazemos da fronteira?
- Presidente, o Brasil não está querendo tirar nada do Paraguai, mas não podemos conceder-lhe um pedaço de nosso território, por menor que seja. Ora, no momento em que começarmos a negociar, a discutir um assunto do porte dessa hidrelétrica, o problema do pequeno território em disputa passa a ser secundário. Ninguém mais falará no assunto, que ficará, por assim dizer, congelado. E se, por infelicidade, nossas negociações sobre a construção dessa gigantesca hidrelétrica não chegarem a bom termo, o Paraguai poderá sempre ressuscitar o problema da fronteira. Como vê, o senhor nada tem a perder.

³⁷ De acordo com a Ata de Iguazu, de 22.06.66 Brasil e Paraguai, concordavam em estabelecer: “que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguazu, será dividida em partes iguais, entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país”. Cf. **Atos oficiais de Itaipu Binacional**, p. 12.

³⁸ BARBOSA, Op Cit., p. 93-94

- Está-me interessando. Olhe, vá falar com meu chanceler, que esta à sua espera.
Nascia Itaipu.

Para Gibson, Itaipu nascia de um acordo amigável como forma de evitar tensões entre os dois países, tensão esta que o próprio embaixador sentiu quando chegou no Paraguai e queimaram a bandeira do Brasil, revelando que o clima entre os dois países não estava nada amigável.

As negociações seriam travadas a partir daquele momento com base na “cordialidade” entre as duas ditaduras. Com a construção da hidrelétrica de Itaipu, seria colocado um ponto final nas discussões sobre a questão de limites, e a explorariam em conjunto o potencial hidrelétrico do rio Paraná. Itaipu seria o elo de união entre os dois países, uma forma “amigável” de solucionar o problema de limites e promover o desenvolvimento harmônico, entre dois países soberanos. Gibson reverbera em suas memórias uma narrativa de amizade como fonte do progresso, destacando e legitimando o papel da diplomacia brasileira.

Caberia destacarmos um outro discurso proferido pelo presidente do Brasil Ernesto Geisel, por ocasião do desvio do Rio Paraná em 20/10/78, que confirma esta idéia de amizade e cordialidade, de uma solução harmônica na resolução do problema. Vejamos fragmento de seu discurso:

Hoje, presidimos esta expressiva cerimônia, certos de que o cumprimento dos prazos estabelecidos e a eficácia com que se houveram paraguaios e brasileiros, atestam, não só a capacidade técnica de que já dispomos, mas também, e sobretudo, a equidade que orientou este projeto e sua concretização e, de maneira muito especial, a vontade inquebrantável com que enfrentamos unidos,

todos os problemas inerentes a uma iniciativa de tal envergadura. O que fizemos até hoje, nesses cinco anos, que se iniciam com a assinatura, em 1973 do tratado de Itaipu, é algo inédito na história das relações internacionais, e sua implantação harmônica merece figurar entre as páginas mais significativas das grandes realizações humanas³⁹.

As manchetes dos jornais reiteravam este discurso de união e harmonia entre os dois países. Vejamos algumas matérias que circularam no Brasil e Paraguai em outubro de 1978: Brasil: Marco de União entre dois países (Jornal do Commercio 21/10/78); Itaipu, a festa de duas nações (A Tribuna, 21/10/78); Stroessner: Itaipu sela união com o Brasil (O Globo 21/10/78); Desvio do Paraná consolida a união entre Brasil e Paraguai (A notícia 21/10/78); Brasil e Paraguai: a firme decisão de trabalho conjunto (Diário popular 21/10/78); Na festa de Itaipu, dois países mais unidos (O Estado de São Paulo 21/10/78); Amizade e cooperação. Temas em Itaipu (Última Hora, 21/10/78) Presidentes destacam a amizade (Jornal de Brasília 21/10/78). Paraguai: Fraternal Brindis de los dos presidentes (Pátria 21/10/78); Um acontecimiento más que significativo y trascendental para Paraguay e el Brasil (Pátria 22/10/78); Explosion que conmovio a dos pueblos hermanos (Pátria 22/10/78).

A união Brasil-Paraguai, encontrou solução para a polêmica de limites criado em 1872 pela assinatura do Tratado de Assunção, mesmo que fosse necessário destruir uma das mais belas paisagens criadas pela natureza, os Saltos das Sete Quedas, que seriam inundadas pelo reservatório da barragem da maior usina hidrelétrica construída no século

³⁹ Confiança no destino nacional. **Jornal do Commercio**. Publicado em 21/10/78

XX. No entanto não solucionou o problema, a área de litígio agora é uma floresta⁴⁰.

1.2 O DISCURSO OFICIAL

Para se entender sob o prisma histórico, a concretização do acordo final entre Brasil e Paraguai, é importante examinar eventos que aconteceram na região antes da assinatura do tratado.

Através da assinatura, em 20 de janeiro de 1956, do convênio entre os governos do Brasil e do Paraguai, foram estabelecidas as bases da colaboração brasileiro-paraguaia com vistas aos estudos de aproveitamento dos rios Acaraí e Mondaí, afluentes da margem paraguaia do Rio Paraná, cujas embocaduras situam-se nas proximidades de Porto Presidente Stroessner⁴¹.

Em 27 de março de 1969, foi inaugurada pelos presidentes Costa e Silva do Brasil e Alfredo Stroessner do Paraguai, a BR- 277- Rodovia do Atlântico ou, Rodovia Estratégica. Esta rodovia integra através da ponte da Amizade(inaugurada em 27 de março de 1965), a estrada Assunção Paranaguá. Esta inauguração constitui o “coroamento do esforço recíproco de integração”⁴². O Paraguai conseguia uma ligação rodoviária com o Oceano Atlântico o que facilitava seu comércio e o Brasil fortalecia suas relações com o

⁴⁰ Para tentar solucionar um antigo problema de litígio entre o Brasil e Paraguai, a Itaipu Binacional criou uma faixa de proteção ambiental na fronteira entre Mundo Novo (MS) e Salto del Guairá (Paraguai). Em menos de dez anos de trabalho para a recuperação ambiental da área denominada de Refúgio Biológico Maracaju – ela esta totalmente reflorestada. Cf. **Revista de Itaipu**. nº 1, dezembro de 2002, p. 16

⁴¹ Op. Cit, p.5

⁴² Cf. Da estrada estratégica à BR-277. **Revista Memória de Foz do Iguaçu**. nº 2. Foz do Iguaçu: Gráfica Eldorado, dezembro, 1982, p. 20.

Paraguai.⁴³

A Ponte da Amizade⁴⁴ ganhou destaque durante os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek, do Brasil, e de Alfredo Stroessner, do Paraguai. Inaugurada nos governos de Castello Branco e Alfredo Stroessner. O Brasil empenhava-se na política de “cordialidade”, a ponte vinha selar este compromisso, construída sobre o Rio Paraná, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e de Puerto Stroessner, antes mesmo de Itaipu.

Vejamos um pequeno histórico de Itaipu Binacional⁴⁵:

Assinatura da Ata do Iguaçu:
22 de junho de 1966
Assinatura do tratado de Itaipu:
26 de abril de 1973
Constituição da Entidade Itaipu Binacional:
17 de maio de 1974
Início da Obra:
Maio de 1975
Abertura do Canal de Desvio:
20 de outubro de 1982
Formação do Lago (fechamento das comportas):
13 de outubro de 1982
Entrada em operação da 1ª unidade geradora:
5 de maio de 1984
Entrada em operação da 18ª unidade geradora:
9 de abril de 1991
Assinatura do contrato para instalação de mais duas unidades geradoras:
13 de novembro de 2000
Produção acumulada:
No dia 7 de junho de 2001, Itaipu acumulou a geração de 1 bilhão de Mwh, desde que começou a produzir energia, em 5 de maio de 1984

⁴³ Ver sobre estas questões PERIS, Alfredo Fonseca. **Trilhas, rodovias e eixos**: um estudo sobre desenvolvimento regional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

⁴⁴ A ponte representa importante marco da rodovia Paranaguá-Assunção, cuja construção, melhoramento e pavimentação teve lugar 15 anos antes. A interligação rodoviária, associada ao estabelecimento de área livre no Porto de Paranaguá, junto ao Oceano Atlântico, destinada exclusivamente ao comércio paraguaio de além-mar, constituiu-se em um dos fatores mais significativos para a dinamização do intercâmbio comercial e turístico entre o Brasil, Paraguai e outros países. MOREIRA, Mil Mauro. Itaipu: antecedentes históricos. **Revista Círculo de Engenharia Militar**. Ano XXXV, n.º 86, set., 1983. p. 5

⁴⁵ ITAIPU. **O bê-á-bá da Itaipu**. Assessoria de Comunicação Social de Itaipu Binacional, 2001.

A assinatura da Ata de Iguazu foi a primeira manifestação oficial estabelecida entre os dois países. Para implementar esta decisão, foi criada através de acordo, a Comissão Técnica Brasileiro-paraguaia.

Em 10 de abril de 1970, a Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai celebrou com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), do Brasil e com a *Administración Nacional de Electricidad* (Ande), do Paraguai, “Convênio de Cooperação”, com o objetivo de obter dados e elaborar estudos técnico-econômicos do potencial energético do rio Paraná⁴⁶.

No dia 26 de abril de 1973, os governos do Brasil e do Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, pelo qual se comprometeram a realizar, as obras de aproveitamento hidráulico em conjunto do Rio Paraná em trecho compreendido entre os saltos de Sete Quedas, de Guaíra a Foz do Iguazu.

A empresa, autônoma, que construiu e opera Itaipu chama-se Itaipu Binacional. A empresa tem por sócios, Brasil e Paraguai, em partes iguais, já que as águas do Rio Paraná, no seu trecho de fronteira, a partir de Guaíra pertencem em condomínio aos dois países. Qualquer aproveitamento nesse trecho, só poderia ser feito por concordância mútua de acordo com a Ata de Iguazu, de 1966, confirmado pelo Tratado de Itaipu em abril de 1973⁴⁷.

Pelo Tratado, cada país tem direito a consumir metade da energia produzida ou autorizar cessão do excedente ao outro mediante compensação monetária, como faz

⁴⁶ Cf. CAVALCANTI, José Costa. A Itaipu binacional: um exemplo de cooperação internacional na América Latina. **Revista de Administração Pública**. v.10, nº 1, jan/mar. 1976, p. 25

⁴⁷ Cf. Itaipu Binacional.

atualmente o Paraguai. Os dois países pagam à empresa a energia que lhe compram. A empresa, com essas receitas, paga sua despesa operacional e as divisas contraídas para construir a obra⁴⁸.

Debernardi, confirmava a tese de que a condução do assunto que anteriormente à assinatura do tratado estava sob o comando do Itamaraty, inspirado pelo embaixador Mario Gibson Barbosa, e não no setor elétrico, que entraria com projeto exclusivamente técnico, em detrimento a outras soluções, que poderia ser até mais vantajosas para o Brasil.

A solução encontrada era política e não técnica. A seguinte análise é feita pelo autor dos fatores que teriam contribuído para que se tornasse possível a construção da hidrelétrica de Itaipu:

[...] el hecho de que, del lado brasileño, fuese Itamaraty, con su autoridad interna y su prestigio internacional, y no el sector eléctrico, el impulsor del proyecto; la coincidencia de dos Cancilleres dotados de una personalidad descolhante; la presencia de dos Gobiernos fuertes con una rápida capacidad de decisión; la complementaridad de dos presidentes como Alfredo Stroessner y Emilio Garrastazú Médici; la circunstancial rivalidad argentina-brasileña; la abundancia de financiamentos internacionales; la relativa debilidad de los grandes movimientos ecológicos; la experiencia recientemente adquirida por tecnicos paraguayos en Acaray y el entendimiento constructivo de los ejecutivos⁴⁹.

Gibson Barbosa e Juracy Magalhães, confirmam esta tese, que Itaipu resultou de importante negociação diplomática. O engenheiro Marcondes Ferraz costumava dizer que o Brasil cometeu erro fundamental ao não construir a usina de Itaipu no trecho do rio que

⁴⁸ Cf. Itaipu Binacional. **Itaipu a pedra que canta**. Foz do Iguaçu: Assessoria de Relações Públicas, 1987.

⁴⁹ DEBERNARDI, Op. Cit., p. 24

lhe pertencia, transformando-a em hidrelétrica exclusivamente nacional. Neste caso a idéia era ampliar a influência sobre o Paraguai, atraindo-o na disputa geopolítica na qual a Argentina estaria envolvida⁵⁰.

Efraín Enriquez Gamón, chama atenção para a polêmica que o assunto da obra construída sobre as águas provocou “*El Tratado de Itaipu puede llamarse, y con razón el tratado de las controversias*”⁵¹. O debate foi provocado dentro e fora dos países diretamente envolvidos com sua construção. As discussões giraram em torno de várias questões: técnico-energético, diplomático-jurídico, geopolítico e militar. Por trás de todas estas questões os conceitos de soberania e segurança.

No Paraguai, os debates foram intensos Ricardo Canese, Luiz Alberto Mauro chamavam a atenção “*el Tratado del 2 de abril de 1973 es el más importante documento intenacional que suscribió el Paraguay desde el Tratado de la Paz Del Chaco (em 1938) y, sin duda, el más importante de toda su existencia como nación independiente, en lo que a cuestiones económicos se refiere*”⁵².

Alfredo Stroessner, em mensagem ao congresso paraguaio, teria feito o seguinte pronunciamento sobre o significado da obra: “*Es tal la trascendencia de esta obra que mucha gente ni la imagina. Puede decirse que es la realización más grande de nuestra historia después de nuestra independencia nacional*”⁵³. Para Gamon Itaipu significava “*se constituirán, en nuestro concepto, como una transfusión de sangre nueva que necessita el*

⁵⁰ BRASÍLIA. **Resenha de acompanhamento de política externa e comércio exterior**. Resenha Quinzenal. Ano I, nº 15, out., 2ª quinzena, 16 a 31/10/1979.

⁵¹ GAMÓN, Efraín Enriquez. **Itaipu: águas que valen oro**. Impreso en la Argentina, 1975. p. 11.

⁵² CANESE, Ricardo; MAURO, Luiz Alberto. **Itaipú: dependência e desarrollo**. Editorial Araverá: Assuncion Del Paraguay, 1985. p. 16

⁵³ Declaración al diário “Clarín” de Buenos Aires. Publicación aparecida en el diário “ABC – Color”, Asuncion, 31 de julio de 1973.

país”⁵⁴.

A polêmica no Paraguai dizia respeito a qual país se beneficiou com a assinatura do tratado? Do lado paraguaio o tratado teria favorecido o Brasil, do brasileiro o tratado teria sido favorável ao Paraguai.

A principal crítica, era centrada no comprometimento do Paraguai em ceder a energia excedente exclusivamente ao Brasil, e, igualmente, o longo prazo de 50 anos para revisão do acordo, que aconteceria somente em 2023⁵⁵.

A interpretação era: “*la energia barata de Itaipu es la que posibilitara la continuidad de la actual incipiente recuperacion económica del Brasil*”⁵⁶. E mais, “*Vale decir, la política energética del Brasil en 1973 era la de evitar, em todo lo posible, la construcción de centrales térmicas tradicionales y nucleares*”⁵⁷.

Outra polêmica diz respeito a elementos que não foram incorporados no Tratado, e que estavam presente na Ata das Cataratas. “*Em el Tratado, em lugar de establecerse um ‘justo precio’, em base a um critério lógico, se fijó una mísera compensación de 300 dolares por GWH cedido*”⁵⁸, na Ata estaria a seguinte referencia: “*1º consignaba que la energia cedida debia ser pagada a un ‘justo preço’*”.

Nessa mesma linha de argumentação, Canese ressalta um outro aspecto também

⁵⁴ Op. Cit., p.33

⁵⁵ O tratado reitera o direito de cada um dos países de adquirir a energia não utilizada pelo outro. Itaipu Binacional vende a energia através de suas linhas de transmissão em alta tensão para a Eletrobrás e a ANDE que, por sua vez, cuidam da distribuição. O tratado também estabelece os mecanismos para o financiamento da construção, amortização do capital, custos financeiros e juros, bem como, os métodos para estabelecer as tarifas para a venda da energia. Cf. ITAIPU. O projeto. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição de novembro de 1977. Novo Grupo editora técnica Ltda, p. 6.

⁵⁶ Idem, p.31

⁵⁷ Op. Cit., p.29.

⁵⁸ CANESE, Ricardo; MAURO, Luis Alberto Mauro. Op. Cit., p. 42

polêmico, o da frequência das unidades geradoras de Itaipu; “o Brasil pretendia que o Paraguai mudasse de frequência (de 50 para 60 ciclos por segundo), o que provocou uma crise em 1977. Finalmente acordou-se que o Paraguai não mudaria sua frequência, optando-se por instalar para o bem de toda a região 50% das unidades geradores em 50 ciclos e outros 50% em 60 ciclos”⁵⁹.

Ferraz, considerado um dos maiores opositores do projeto no Brasil, costumava dizer “nós tínhamos todos os trunfos o *know how*, o dinheiro, a capacidade de obter mais dinheiro para fazer a usina e, o que era mais importante o mercado”⁶⁰.

Realizador de Paulo Afonso, ex-presidente da Eletrobrás, ex-ministro da Viação e Obras Públicas e ex-ministro interino de Minas e Energia. Ferraz organizou e instalou no Brasil o primeiro escritório de projetos e consultas técnicas sobre energia elétrica e tecnologias conexas, em 1928, denominado “Escritório Técnico M.F Ltda”, que já realizou estudos para a construção de usinas e instalações, cuja potência totalizaria mais de 13 milhões de KW, e posteriormente o escritório dedicou-se a consultas e pareceres técnicos”⁶¹.

Desde a fundação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF) em 1948 até 1960, foi diretor técnico da mesma, onde projetou e dirigiu a construção da usina de Paulo Afonso. Foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo do presidente Café Filho, em 1955, e assumiu a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) no dia 6 de maio de 1964, no governo do presidente marechal Humberto de Alencar Castello

⁵⁹ SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. **Itaipu: geopolítica e corrupção**. São Paulo: Cedi, 1991. p. 40

⁶⁰ FERRAZ, Octavio Marcondes. **Um pioneiro da engenharia nacional: memória da eletricidade programa de história oral do CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Lamgraf Artesanato Gráfico Ltda, 1993. p. 168

⁶¹ FERRAZ, Op. Cit.

Branco, onde permaneceu até o término deste governo, ministro interino das Minas e Energia em novembro de 1965⁶².

Para Espedito de Freitas Resende, na época embaixador chefe do departamento das Américas, o Tratado de Itaipu é o “testemunho da evolução do Brasil e de sua capacidade de cooperar com seus vizinhos”, prova maior desta cooperação era o fato de o Paraguai em direitos com o Brasil na construção e gestão da obra, não precisar de financiamento de um dólar sequer⁶³. E que do ponto de vista do interesse nacional, Itaipu, criou condições favoráveis para os problemas de energia da região centro-sul do Brasil, e também equacionava os problemas de energia atômica do país.

Um outro aspecto do debate sobre Itaipu, estava atrelado à “tomada de consciência do destino de cada um dos países do continente”⁶⁴ esta tomada de consciência levava cada país a um exame de suas possibilidades de realização. E mais, “além dos aspectos relevantes do direito e da técnica, o problema dos rios pode envolver relevantes particularidades surgidas na história e da psicologia”⁶⁵. Um exemplo foi o embate suscitado pela Argentina contra Itaipu. Na sua concepção os problemas jurídicos que a Argentina reivindicava envolviam resíduos de “fundo psicológico e de formação histórica”⁶⁶.

Um ponto importante no debate suscitado na época, o da natureza política e psicológica que se ligava a Itaipu era o debate sobre “redimensionamento”.

⁶² Idem

⁶³ Problemas Políticos Decorrentes de Itaipu. Cf. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR ESPEDITO DE FREITAS RESENDE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974.

⁶⁴ Idem p.20

⁶⁵ Idem, p.21.

⁶⁶ Idem, p.20.

Nesse debate, levantava-se a hipótese do Brasil, se tornar em curto prazo uma potência mundial, argumentava o embaixador “à falta de base física e de recursos adequados, nenhuma, outra nação, na América Latina, atingirá este ambicioso status”⁶⁷.

Para os dirigentes do país as possibilidades de crescimento, desenvolvimento, estavam intrinsecamente associadas a Itaipu, representava o futuro, seria o suporte energético que o país necessitava para consolidar sua posição no mundo, principalmente com a crise do petróleo e da energia.

Itaipu aparecia nos discursos como “projeto coerente que combinava com a imagem dos últimos governos brasileiros fortes fazem do Brasil – uma Nação forte, e poderosa, respeitada no cenário internacional. Tão forte e tão poderosa que se vê no centro metropolitano de poder regional”⁶⁸. O Brasil apostava que para atingir desenvolvimento a produção de energia elétrica era imprescindível, seria o produto que faria a nação ser forte e poderosa, tiraria o país de um estágio atrasado que permanecia ainda fundamentalmente agrícola em plena era da revolução industrial.

Por outro lado Schilling, afirma que “Itaipu foi construída dentro da tradição do capitalismo selvagem” somente “à luz da geopolítica explica-se perfeitamente o que parece ser totalmente absurdo do ponto de vista técnico, econômico, diplomático ou humano”⁶⁹. Não que fosse contrário ao aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios brasileiros, segundo este autor os “governos brasileiros, movidos por claros propósitos geopolíticos, abandonaram a solução nacional, não conflitiva, elaborado em 1962, pelo

⁶⁷ Idem, p. 21

⁶⁸ Geisel, publicado na Folha de São Paulo em 22/10/78

⁶⁹ SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. Op. Cit., p.23-25

engenheiro Marcondes Ferraz”⁷⁰.

Os argentinos chamavam o plano brasileiro de desenvolvimento de ambicioso. Se o debate de redimensionamento apontava o Brasil como país do futuro, a Argentina, de acordo com Resende “não podia mais aspirar o status de potência”⁷¹.

É importante destacar estas questões para situar a disputa de poder que se travava naquele momento, a assinatura do Tratado foi muito mais que uma alternativa para solucionar o problema de limites, estavam em jogo também questões relacionadas à hegemonia entre dois países, e Itaipu tornava o jogo favorável para o Brasil. Tinha para o governo a ressonância de uma “batalha ganha”. Representava uma vitória política, uma garantia de progresso e desenvolvimento. Se para Stroessner Itaipu representava um monumento da fraternidade para os dirigentes do Brasil era o monumento do desenvolvimento.

Paulo Shilling, crítico do projeto ressaltava que “a opção por Itaipu foi uma típica manobra geopolítica com objetivos claros: satelizar o Paraguai e prejudicar o desenvolvimento argentino”⁷² (Figura 5). Uma das teses que aparecia contra Itaipu “é a de que impedirá a construção de corpus e talvez mesmo outros projetos argentinos como o de Iguazu-Paraná, que faria desaparecer a cidade de Foz do Iguaçu e as famosas cataratas”⁷³. Para visualizar geograficamente a localização da Argentina, Paraguai e Brasil ver mapa abaixo.

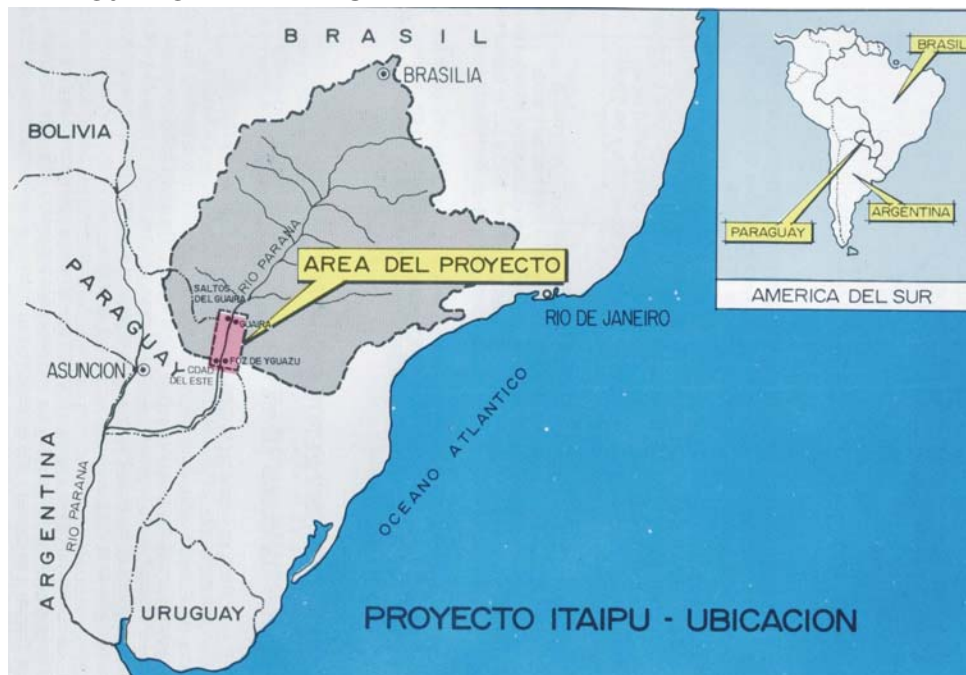
⁷⁰ idem, p.23

⁷¹ Cf. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR ESPEDITO DE FREITAS RESENDE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974, p. 23

⁷² SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. Op. Cit., p. 23

⁷³ Idem, p.21

Figura 4 - PROJETO DE ITAIPU



FONTE: ITAIPU. *La central hidroeléctrica de Itaipu*. Paraguai, s.d. p. 8

Corpus⁷⁴, passou a se constituir num problema político a repercutir sobre Itaipu, a Argentina questionava o fato de que Itaipu impediria a construção de Corpus na quota máxima.

Estas discussões para Resende, só serviram para dificultar a execução da assinatura do Tratado, uma vez que não existiam estudos a respeito de Corpus. “Há entretanto, em muitos meios técnicos, a convicção de que, na quota desejada pela Argentina, Corpus inundaria território brasileiro”.

Estas questões surgiram na discussão das cotas utilizadas pelas respectivas barragens e em torno dos números de turbinas de Itaipu, “*fijando el nivel del embalse de Corpus em 130 metros con lo que inundaria las turbinas de Itaipu em una verdadera*

⁷⁴ Corpus, complexo energético associado com o Paraguai e situado abaixo de Itaipu.

*‘guerra del agua’*⁷⁵.

Para os argentinos Itaipu além de prejudicar os interesses com relação às águas do rio Iguaçu, poderia prejudicar o aproveitamento da represa de Corpus (projeto argentino-paraguaio); afetar a navegação do rio Paraná; e no caso de acidente arrasar cidades principalmente Buenos Aires⁷⁶.

Somava-se a imagem da gigantesca barragem de uma bomba, *“la bomba hídrica brasileña; la obra de Itaipú puede ser un arma peligrosa contra la seguridad argentina. Aun cuando no haya intencionalidade brasileña, la amenaza subsiste en forma de eventuales fallas en el sistema o de desastres naturales que afecten la represa”*⁷⁷.

Schilling, levantou estes problemas decorrentes do perigo que representava para a Argentina os 29 bilhões de metros cúbicos de água.

Diplomatas e técnicos brasileiros argumentavam que Itaipu é obra; Corpus é projeto. A afirmação era uma forma de demonstrar a vantagem de Itaipu sobre Corpus

Argumentou Resende na sua conferência, que o problema da Argentina, ao questionar Itaipu, estaria no fato do Brasil e do Paraguai, criarem um pólo de desenvolvimento, ao lado das províncias argentinas, deslocando o eixo econômico dessa área para o Brasil.

⁷⁵ Hugo Scarone.

⁷⁶ Hugo Scarone em sua matéria sobre Itaipú, la bomba hídrica brasileña, apontava questões geopolíticas atrelada ao projeto de Itaipu, destacando o interesse brasileiro de obter o predomínio e a superioridade da região. Apontava razões que levavam a crer numa influência hegemônica do Brasil, por meio de Itaipu. 1º Saída para o Pacífico do Brasil para o Japão (Shigeaki Ueki, ministro das minas e energia Brasil teria pressionado o governo chileno Pinochet para entregar Tagna a Bolívia – Tirada do Peru na Guerra do Pacífico; 2º O art. XVIII do Tratado permitia a ocupação militar brasileira de toda a represa de costa a costa com forças militares para sua segurança; 3º Ocupação pacífica da fronteira Paraguaia por empresas brasileiras (lembra Hitler invade Checoslováquia com a desculpa da presença da população alemã, Irlanda pelos escoceses, Texas e Novo México nos Estados Unidos, Departamento boliviano de Acre anexado ao Brasil e a guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia); 4º Construção de estradas tanto vias férreas e rodovias.

⁷⁷ SCARONE, Hugo. **Itaipú la bomba hídrica brasileña**. s.d.

Desta forma, a fronteira se tornaria uma área forte, *“fuerte suficiente para resistir a cualquier acción o presión externa, principalmente em la región de Palmas o Misiones. El fortalecimiento de esta región, dentro del concepto del General Golbery ayuda a prevenir eventuales avances del ‘imperialismo platino’ hacia el norte”*⁷⁸.

O Tratado de Itaipu considerado pelo governo como “um divisor de águas do novo Brasil”, fomentava o desenvolvimento e criava infra-estrutura, “vivificando e densificando as fronteiras”⁷⁹. Era a linha adotada pela diplomacia brasileira de acentuar programas binacionais como meio de penetração no universo das influências hispano-americanas. O projeto de manter as fronteiras dinâmicas e povoadas fazia parte das estratégias geopolíticas de Colbery.

As águas do Rio Paraná alimentavam os projetos e empreendimentos dos governos militares, Itaipu, Corpus.

A Argentina sentia-se prejudicada em seus interesses, Ferraz já havia manifestado esta preocupação que poderiam surgir nesta área da fronteira, uma “nova zona de atrito” e que Itaipu seria um segundo canal do Panamá⁸⁰. Durante o governo Médici, o problema quase levou o Brasil e a Argentina a uma situação de confronto armado⁸¹.

Segundo consta na resenha quinzenal de acompanhamento da política externa e comércio exterior, (referente ao período de 16 a 31 de outubro de 1979), a Argentina

⁷⁸ Cf. AMARAL, Carlos Autran. *Influjo Geopolítico de Itaipu*. 1989. Trabalho T.C.C. Academia de Guerra Naval, Curso de Estado Maior. p. 9.

⁷⁹ Problemas Políticos Decorrentes de Itaipu. Cf. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR ESPEDITO DE FREITAS RESENTE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974.

⁸⁰ FERRAZ, Otavio Marcondes. **Comentários sobre a solução de Itaipu**. Palestra ministrada ao Clube de Engenharia. Rio de Janeiro: 1976.

⁸¹ BRASÍLIA, Op Cit., p. 19

defendeu a tese da “consulta prévia”, segundo a qual um país precisaria consultar os vizinhos quando um recurso natural fosse compartilhado por dois deles. Sem a consulta, argumentava a Argentina, as alterações no recurso natural poderiam provocar “prejuízo sensível”.

O Brasil em contraposição, era favorável à tese do “prejuízo sensível”. Isso significava que um país seria inteiramente soberano para modificar um recurso natural, se não causasse “prejuízo sensível” na extensão do recurso do território vizinho⁸².

As duas teses referiam-se à construção de Itaipu, entre Brasil e o Paraguai. O fato gerou um longo período de tensões entre os dois países. As negociações com a Argentina não foram fáceis. O país vivia em constante sucessão de governantes militares. Imperava grande instabilidade, o que dificultava os entendimentos.

A Argentina recorreu em todos os organismos internacionais sua tese. Durante o governo Geisel, a diplomacia brasileira desfaz a vantagem política da Argentina⁸³.

A questão foi crucial nas relações que se estabeleceriam com a Argentina, país banhado também pelo Rio Paraná. Argentinos passaram a se preocupar com o projeto brasileiro-paraguaio, temendo que ele prejudicasse a utilização futura do Rio Paraná, que constituía, para eles, o uso mais importante à jusante de Itaipu⁸⁴.

Itaipu evocou questão no âmbito do direito internacional fluvial, remetendo aos tradicionais problemas de delimitação de fronteira e ao uso diversificado dos recursos de

⁸² Id. Ibid.

⁸³ Idem, p.20

⁸⁴ Sugiro a leitura do interessante trabalho de Christian Guy Caubet, em sua tese *As Grandes Manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. Estuda como os cinco Estados ribeirinhos da Bacia do Prata abriram espaço à nova utilização das águas e definiram normas aplicáveis a todos.

curso de água internacional⁸⁵.

A preocupação era centrada no uso das águas para a navegação, consagrando a primazia sobre usos industriais e agrícolas, práticas comuns da região.

Na Europa, desde a década de 1920, existia a preocupação do aproveitamento das águas para a produção de energia. Na região da fronteira entre o Brasil e o Paraguai era novidade o uso das águas para a produção de energia em condomínio com outro país.

Assinado em 19 de outubro de 1979, o acordo tripartite⁸⁶, contribuiu para melhorar a qualidade das relações interestatais⁸⁷. O referido acordo é um documento único em direito internacional fluvial. As questões sobre o uso das águas do Rio Paraná foram discutidas em várias instâncias internacionais, sob pressão diplomática da Argentina. Segundo a tese de Caubet “a Argentina não aceita, por conseguinte, assimila os recursos naturais compartilhados ao conceito de soberania partilhada” e que “qualquer utilização das águas, a montante de um curso de água, terá efeitos mais ou menos importantes sobre o volume, a vazão ou a qualidade da água que chega a um Estado situado a jusante”.

O Brasil aceitou a obrigação de não alterar o nível do rio, já que a Argentina está localizada à jusante da hidrelétrica e usa as águas para a navegação, sendo, igualmente, sua maior prioridade a produção de energia hidrelétrica. Caubet destaca que:

⁸⁵ Ver CAUBET, Op. Cit. p. 16

⁸⁶ O acordo mantém o ponto básico dos entendimentos dos últimos 12 meses, estabelecendo 18 turbinas com potência de 700 megawatts cada uma e vazão máxima de 12.600 metros cúbicos de água por segundo para Itaipu, e uma cota de 105 metros acima do nível do mar par Corpus. Também o Brasil, Argentina e Paraguai se comprometeram, segundo texto do acordo, a adotar todas as medidas necessárias para manter as condições de navegabilidade do rio Paraná. Cf. BRASÍLIA, Op. Cit., p. 13

⁸⁷ CAUBET, Op. Cit., p. 35.

É no terreno da produção hidrelétrica e da partilha do potencial energético que a Argentina fez valer que a barragem de Itaipu, situada a dezessete quilômetros de sua fronteira, ia privá-la, parcialmente, de uma utilização que lhe pertencia por direito. O rendimento das barragens que a Argentina pretendia construir a jusante de Itaipu, em colaboração como o Paraguai, não seria tão elevado quanto previsto⁸⁸. E mais: pois se o projeto Yacyreta-Apipé é antigo, sua realização foi sempre postergada em razão de dificuldades de toda ordem, inclusive, para a adjudicação dos contratos às firmas susceptíveis de construí-lo. De qualquer modo, sua posição geográfica, a 470 km a jusante de Itaipu, torna seu funcionamento muito independente da barragem paraguaio-brasileira⁸⁹.

O Paraguai, ao assinar o tratado, fez uma escolha política a favor do Brasil, a Argentina perdeu um aliado em potencial e sua reação não tardou a acontecer. O projeto brasileiro-paraguaio alimentou, sem dúvida, polêmica geopolítica. Havia problemas de hegemonia política entre o Brasil e a Argentina.

Os três países banhados pelas águas do Rio Paraná estavam sob o comando de governantes militares. As concepções geopolíticas assumiam dimensões que privilegiavam os aspectos conflitantes. O sentimento nacionalista é evocado constantemente. As fronteiras são alvos de constante vigilância, com receio de “inimigos” e, é, justamente, baseado em acusações expansionistas e hegemônicas em princípios geopolíticos que se trava a batalha entre argentinos e brasileiros. A força das idéias geopolíticas, que tem no Brasil como mentor principal Golbery do Couto e Silva, é baseada em uma política nacionalista.

Trabalho apresentado na Escola Superior de Guerra pelo engenheiro Newton Camargo de Andrade Silva, chama a atenção para a importância que o tratado apresentava como solução de problema referente à fronteira na área Sul do Estado de Mato Grosso do

⁸⁸ CAUBET, Op. Cit., p. 168

⁸⁹ CAUBET, Op. Cit., p. 171

Sul. De acordo com fragmento do texto:

A idéia da construção de uma hidrelétrica no Rio Paraná, no trecho da fronteira entre Brasil e Paraguai, teve como justificativa o grande potencial hidrelétrico ali existente e a crescente demanda por energia elétrica no país. Todavia, outros objetivos tão ou mais relevantes foram atingidos com a concretização do Tratado de Itaipu, quais sejam: a solução de problemas de fronteira na área Sul do Estado do Mato Grosso do Sul e a transferência definitiva do Paraguai da órbita a Argentina para a brasileira⁹⁰.

Durante séculos, o Paraguai dispunha de uma única saída para o mar. Era pelo Sul. O fato criava desequilíbrio e dependência. Até o ano de 1967 a Argentina ainda não havia reconhecido ao Paraguai o direito de livre navegação nos rios através dos quais se comunicava com o restante do mundo.

O Paraguai possui posição estratégica na América do Sul. Dele se alcança a Bolívia, o Chile e o Brasil. Esta era, justamente, uma das preocupações dos governantes brasileiros, dentro da estratégia de controle das fronteiras, ao se aliar ao Paraguai.

Preocupação constante dos governos militares brasileiros foi com “terras e fronteiras”, havendo secretaria geral permanente com pessoal preparado para estudos nas áreas de interesse da segurança nacional. O Brasil, via Mato Grosso, possui fronteira “livre” com o Paraguai, na qual segundo a mentalidade dos militares da época era fácil a penetração de “possíveis inimigos”, esquerdistas fortes como Fidel Castro e Chê

⁹⁰ SILVA, Newton Camargo de Andrade. **Análise de uma Experiência pioneira após 20 anos**. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. Curso de Altos Estudos de Política Estratégica. Rio de Janeiro: 1993, p. 13.

Guevara⁹¹.

Havia interesse de solucionar as questões sensíveis da fronteira que havia alcançado seu ponto alto em 1966 com o deslocamento de tropas brasileiras, mas o interesse de proteger a fronteira de possíveis líderes comunistas também era uma realidade.

O Tratado de Itaipu de acordo com a narrativa do engenheiro Newton Camargo, resolveria este problema também “a solução de problemas da fronteira na área Sul do Estado do Mato Grosso do Sul e a transferência definitiva do Paraguai da órbita a Argentina para a brasileira”⁹².

No Rio de Janeiro em 27 de abril de 1976, o engenheiro Marcondes Ferraz proferiu a palestra Comentários sobre a solução de Itaipu, no Clube de Engenharia que abria debates sobre Itaipu – o aproveitamento da energia hidráulica do Salto de Sete Quedas do Rio Paraná. Convidado pelo “reconhecido valor e grande autoridade”.

Em seu discurso Ferraz questionava o fato da Eletrobrás não ter tomado conhecimento da assinatura da Ata das Cataratas, assinada em 1966. “Em 1966, foi assinada, sem o conhecimento do presidente da Eletrobrás, a Ata das Cataratas que atribuiu ao Paraguai metade da energia total disponível e acertou que os estudos técnicos

⁹¹ “Chê Guevara, apesar de ter sido preso no dia 08 de outubro de 1967 e fuzilado na manhã seguinte, ainda constituía grande ameaça devido à forte liderança que o tornou uma das maiores personagens do século XX, firmando-o como modelo de herói. A título de exemplo, cabe lembrar que “grupos guerrilheiros existentes na Venezuela, na Guatemala e no Peru começaram a se somar aos brotos de luta armada na Argentina, no Uruguai e no Brasil. A Bolívia, situada no coração do continente, era o melhor epicentro para constituir uma coordenação revolucionária. A luta armada era a via escolhida para a luta pela emancipação de países do continente dado ao bloqueio dos caminhos institucionais, que foram militarizados pelos regimes que passaram a tomar conta do continente, onde as ditaduras prosperaram”. Cf. GUEVARA, Ernesto Che. O socialismo: humanistas e clássicos do pensamento político. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 12

⁹² SILVA, Op. Cit.

seriam feitos em comum. Em março de 1967, deixei a presidência da Eletrobrás”, e mais, “Manifestei a minha estranheza que um problema desse porte fosse tratado em segredo de estudo e de Estado”⁹³. Segundo sua palestra os dados importantes não eram tratados e os pronunciamentos “tem sido todos sobre generalidades e os aspectos interessantes do problema são deixados de lado”.

Questionava também o orçamento apresentando em novembro de 1973. “Se em apenas 8 meses o custo sofreu uma alteração de 23% e se admitirmos que exista uma elevação de apenas 20% ao ano, o que não é nem exagero, o custo será elevadíssimo. Apenas para raciocinar, imaginamos o custo seja triplicado. Nesse caso ele passará de 4.243.000,000 de US\$ para 12.729.000,000 US\$, o que nos conduzirá a um custo de kw instalado de 1.113 US\$”⁹⁴.

O custo final de Itaipu foi de aproximadamente US\$ 1.000 por MW instalado, chegando portanto próximo a US\$ 12 bilhões. O valor atualizado, com os juros e a inflação em dólar durante o período, é de cerca de US\$ 16 bilhões. Essa dívida está sendo quitada com a Eletrobrás. O pagamento terminará em 2023⁹⁵.

Não era apenas Ferraz que questionava a falta de informação, parlamentares paranaenses também questionavam a falta de esclarecimentos com relação aos dados técnicos do projeto; “parece que existe de fato uma cortina de silêncio sobre os dados técnicos do projeto”⁹⁶.

⁹³ FERRAZ, Op. Cit.

⁹⁴ Idem

⁹⁵ Cf. ITAIPU, Op. Cit.

⁹⁶ CPT. **CPI Desparanização**. Depoimento do Pastor G.G. Kirinus. Curitiba: CPT, 1978.

Há apenas umas vagas informações sobre o projeto, informando que nos custará o sacrifício de aproximadamente 100 mil hectares da mais fértil terra e a perda de um laborioso e qualificado contingente de trabalhadores do campo. Das poucas informações que transpõem a referida cortina de silêncio, podem-se juntar dados que se, por um lado, nos fascinam, por outro nos assustam⁹⁷.

No Senado Federal, em 1975, foram abordadas as questões. “O nosso Estado, o Paraná, é quem mais está sofrendo com a obra. Primeiro foi obrigado a renunciar a qualquer pretensão de cobrança de impostos. A área que vai ser coberta é das mais férteis – a área de fertilidade corresponde à área de fertilidade de todo Israel – e as indenizações não estão sendo justas”⁹⁸. Críticos do tratado, caso de Ricardo Canese e de Luís Alberto Mauro, denunciaram aspectos relacionados ao sigilo do tratado de Itaipu, no Paraguai.

El Tratado económico de mayor envergadura y trascendencia firmado por el Paraguay en toda a su historia, aquí habia permanecido absolutamente desconocido hasta el 26 de abril, no solamente para la opinión pública sino inclusive para los más altos organismos financieros y económicos como el Banco Central y la Secretaría de Planificación⁹⁹.

Surgiram interrogações a respeito da preferência do Brasil por Itaipu, já que outras soluções, aparentemente, pareciam ser mais vantajosas e menos perigosas. Seria Itaipu um símbolo às avessas?

Para Samuel Guimarães da Costa, em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, Itaipu era um símbolo de um desenvolvimento às avessas. “Não que se trate de uma obra tecnicamente errada, pelo contrário, é um monumento de técnica e competência empresarial. Mas economicamente, social e politicamente, é igualmente um monumento

⁹⁷ CPT, Op. Cit.

⁹⁸ LEÃO, Mattos. **Itaipu**: a hidrelétrica do século. Brasília: 1975. p. 67.

⁹⁹ CANESE, Ricardo; MAURO, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 11.

histórico em testemunho da crise de estadistas de visão que o país vem sofrendo nas últimas décadas”¹⁰⁰.

1.3 OUTRAS HISTÓRIAS

Nos dias 29 e 30 de agosto de 2003, em Santa Helena/PR, aconteceu um encontro para lembrar os Atingidos de Itaipu – 25 anos depois. “LEMBRAR PARA PREVENIR – Vamos nos reencontrar! Vamos contar às novas gerações o que foi o Movimento Justiça e Terra!”.

Durante o culto ecumênico, um dos pedidos foi:

Para que lembremos sempre da história aqui do Oeste do Paraná, marcada por alegrias e grandes sofrimentos, conquistas e perdas, saudades e lágrimas, progressos; para que dela tiremos lições para a vida, para que aprendamos dos erros do passado e no espelhemos nos acertos, pedimos, como pediu o povo de Israel quando no deserto estava, com fome e com sede, aflitos pelo sofrimento que o deserto lhes impunha, onde nós muitas vezes nos encontramos também, pedimos.

A luta pela terra no oeste paranaense é anterior à chegada de Itaipu Binacional. No passado os jagunços tentaram expulsar os colonos de suas terras, no entanto o embate com Itaipu Binacional por um preço justo de suas terras foi o que deixou um maior

¹⁰⁰ Reportagem “Itaipu: erro do século”, publicado no Jornal o Estado do Paraná, em 29 de março de 1981. Em março de 1981 o jornal O Estado de São Paulo, publicava matéria em que segundo a Time, a construção de Itaipu consumiu mais de Cr\$ 10 bilhões em propinas. Vejamos um fragmento da carta de Massomi Takayama, escrita em 19 de março de 198. “Desde quando o início das obras de Itaipu-Binacional têm surgido muitas polemicas, com empresas multinacionais que atuam na obra com envolvimento de subornos e propinas. Poucos dias forma publicados na revista Time o enriquecimento de muitos responsáveis pela obra, na base de presentes e gorjetas, onde os gerentes europeus tinham autoridade ilimitada e pagavam contas em bancos suíços. Mas, quando os pequenos agricultores reivindicam seus justos direitos são marginalizados e recebidos de baionetas e metralhadoras”.

número de registro.

A violência contra o índio, contra o pequeno lavrador faz parte da história do oeste do Paraná. Áreas de terras em litígios eram comuns no Estado. O desbravamento da região oeste por famílias oriundas principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi cheio de dificuldades no que diz respeito à legalização da terra. O problema da bititulação e a precariedade dos títulos de propriedade, ou até mesmo a ausência destes, desencadearam graves conflitos. Criaram infra-estrutura, organizaram-se em comunidades sociais e religiosas, construíram vilas, que mais tarde se transformaram em cidades.

Na década de 60, chegam na região pequenos agricultores da região Norte do Estado. No Paraná, por exemplo, entre 1970 e 1980, cerca de 100 mil estabelecimentos agrícolas (propriedades, posses, arrendamentos e parcerias) deixaram de existir, segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980¹⁰¹. Aproximadamente 100 mil famílias, que se transformaram em assalariados trabalhando na cidade ou como bóias-frias e algumas migrando em busca de novas terras.

Com base no censo de 1980 e em relatório divulgado pela Comissão Justiça e Paz em 20 de maio de 1983, o êxodo rural no Paraná necessitava de medidas governamentais urgentes, o êxodo rural tendia a duplicar até o final dos anos 80, aumentando os bóias-

¹⁰¹ Boletim Poeira. ano IV, nº 18, setembro/outubro, 1981.

frias¹⁰².

Os motivos apresentados deste crescente êxodo rural, estavam ligados a vários fatores, como a utilização indevida dos créditos rural, não havendo um plano específico de crédito rural para agricultores de baixa renda, a exigência dos agentes financeiros da hipoteca de bens imóveis, o pequeno agricultor que é na maioria meeiro ou posseiro não possuía propriedade para hipotecar; outro problema a supervalorização da terra que acabava sempre com o latifundiário.

As hidrelétricas foram apontadas no relatório como um dos motivos que mais contribuíam para o êxodo rural. Só em função da hidrelétrica de Itaipu, 40 mil pequenos agricultores deixaram suas terras na região.

Conseqüências do êxodo rural denunciadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) em 1979, de paranaenses de suas terras, distinguem-se dois fluxos principais: em direção aos centros industrializados de São Paulo e Curitiba; em direção ao Paraguai e à frente amazônica, na tentativa de preservar seus vínculos com a agricultura. Caberia aqui uma pergunta: Por que isso?¹⁰³

A estrutura produtiva do Paraná era majoritariamente no setor agrícola e no final

¹⁰² Este documento registrava que nos últimos 10 anos, 1.508.000 pequenos agricultores foram expulsos do campo e 55% deles migraram para São Paulo (capital e interior); os 45% restantes se estabeleceram em novas fronteiras agrícolas, em Rondônia, Mato Grosso e Acre, imigraram para o Paraguai, Argentina e Bolívia, ou dirigiram-se para as grandes cidades do Paraná, preferencialmente Curitiba. 350 mil Pequenos agricultores paranaenses viviam no Paraguai e 100 mil na Argentina – nas províncias de Corrientes e Entre Rios – e 50 mil na Bolívia

¹⁰³ As causas são diversas, destacando-se a decadência da economia cafeeira, a mecanização agrícola com o avanço da soja, a substituição de lavoura de subsistência pela cana-de-açúcar e o crescimento da pecuária, além da inundação de extensas áreas de terras férteis pelas grandes barragens hidrelétricas, sitiadas e posseiros expulsos, os grandes proprietários engolindo os pequenos. No período de 1972/80, mais de 150 mil propriedades deixaram de existir e a área média dos estabelecimentos agrícolas aumentou de 25 para 32 hectares. Em conseqüência, além dos dois milhões e tanto que saíram do Paraná em razão da falta de condições mínimas de sobrevivência, outras 1.235.000 pessoas deixaram de trabalhar na agricultura, engrossando os cinturões de miséria nas cidades. Cf. QUINTANA, Caio. **Querem afogar o Paraná**. Curitiba, 1984.

da década de 70 vinha sofrendo com as condições climáticas desde 1975. No ano de 1978, a estiagem se estendeu por 150 dias, além de intensas geadas no mês de agosto. Em 79, a lavoura paranaense sofria novamente com o clima. Estes colonos foram duramente castigados por golpes sucessivos. A instabilidade no preço principalmente do suíno; a suinocultura era uma importante fonte de renda, esse golpe fez com que o colono procurasse alternativas, e foi levado para a cultura principalmente de soja, que veio facilitada pelos financiamentos bancários e fortalecida pela divulgação de técnicas modernas na lavoura mecanizada.

Pagavam preços altos pela mecanização de sua lavoura. Alguns pequenos produtores que não tinham condições de acompanhar a modernidade eram obrigados a vender suas terras aos vizinhos, dirigindo-se ao Paraguai e Mato Grosso.

[...] quando a safra e o preço prometiam bons resultados financeiros, sobreveio o assalto de confisco. O suíno mais uma vez prometia ser vantajoso economicamente e sobreveio a famosa concordata dos frigoríficos, que, além de desviar para outros Estados este importante produto, deixou o agricultor em difícil situação diante das NPR que o obrigam a arcar com o ônus de falências alheias. Agora a seca, que, além da perda a safra de soja, está ameaçando seriamente de fracasso total do cultivo do trigo. Como se isto não bastasse, o agricultor terá que enfrentar o golpe definitivo que é a desapropriação de Itaipu.

O país vivia um clima parcial de movimentos grevistas. Na região oeste, onde a agricultura era o maior fator de desenvolvimento o que causava preocupação eram as desapropriações de Itaipu Binacional. Este era um fato concreto. Se as greves no país eram assunto a que se tinha acesso apenas aos dados estatísticos, as desapropriações faziam parte do cotidiano. “Vejam, por exemplo, ‘Sede Alvorada do Iguaçu’. A

primeira desapropriação que ocorreu. Em Sede Alvorada do Iguaçu nós encontramos um processo que aqui já denunciávamos, do antigo imperialismo romano: dividir para vencer ‘Dividet et gaudet’¹⁰⁴.

O clima era de insegurança e angústia. Cheios de dúvidas, os agricultores procuravam apoio principalmente nas igrejas e comunidades de base. Todos haviam recebido a visita dos funcionários de Itaipu para efetuarem as medições necessárias para as indenizações. Ficavam assustados e com dúvidas. Recebiam a notícia de que seriam desapropriados, mas não tinham a data deste acontecimento e o valor que seria pago por suas terras¹⁰⁵.

Havia reuniões entre os funcionários encarregados das indenizações com os agricultores como forma de manter o contato entre Itaipu e agricultores, o que criava um clima de tensão, “o agricultor não está depositando tanta confiança neste preço justo”¹⁰⁶. E mais, “além do mais o governo nem tem o direito de exigir do povo confiança em seus atos de justiça, porque tampouco o governo confia no voto do povo para a escolha dos seus governantes em eleições diretas”.

Os prefeitos da faixa de fronteira eram nomeados, no final da década de 70 e início dos 80, eram os “prefeitos biônicos”, alguns por 15 anos, outros por 10 anos. Cassação de vereadores e prefeitos fazia parte do cotidiano do oeste paranaense, mais

¹⁰⁴ KIRINUS, Gernote. **Entre a cruz e a política**. Curitiba: Beija Flor, s.d. p. 37

¹⁰⁵ Constituição do Brasil. Dos Direitos e Garantias Individuais Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 22. É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvando o disposto no art. 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, ao assegurado ao proprietário indenização superior.

¹⁰⁶ CPT, Op. Cit., p. 17.

especificamente nas áreas consideradas de segurança nacional¹⁰⁷.

Mas o aspecto psicológico era a maior reclamação, era o que assustava os agricultores:

Chegam no vizinho, pressionam. O vizinho fica assustado. O outro que eles sabem que não vai aceitar a proposta deles chegam por último. Vão deixando. Eles têm um censo de psicologia tão grande que eles querem matar a turma aos poucos. Tenho 69 alqueires de terras para ser indenizado. Até hoje não fizeram nem proposta. A terra toda lavrada. Toda mecanizada. Ao meu ver, justiça seria a gente ficar onde está há 16 anos. Mas como não dá para ficar, eles que consultem os colonos, mas eles não consultam. Eles apenas impõem. Quer o preço que é proposto? Não quer, procure advogado, mas vocês vão perder, porque com o governo não se brinca. Isso é o que eles da Itaipu dizem.¹⁰⁸

Sendo assim, as lutas populares eram uma maneira de o povo se defender, uma vez que Deus segundo a mensagem das igrejas “quer que o povo lute”. É a maior força a arma do povo seria a fé e a união. As reuniões realizadas por Itaipu assustavam os agricultores:

Quanto às reuniões de Itaipu, quando um agricultor apresenta uma coisa que eles não se agradam, ou quando um agricultor pergunta alguma coisa, eles dão uma resposta do jeito que o agricultor senta e fica quieto, porque não está acostumado ao debate, então geralmente acaba por isso, e por causa disto eu não gosto das reuniões da Itaipu, e quase ninguém mais vai às reuniões. Recebemos sempre respostas que não nos satisfazem¹⁰⁹.

A Igreja do Brasil e da América Latina estava cada vez mais envolvida com as

¹⁰⁷ Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira foi fundada em 08/07/1978, no II Encontro Regional de Vereadores da Faixa da Fronteira, esta Associação e os deputados do MDB solicitavam eleições diretas na Faixa da Fronteira, denunciavam o “abuso das arbitrárias nomeações”.

¹⁰⁸ BESPÁLEZ, Roberto. Histórico relatado de Porto Mendes – Marechal Cândido Rondon. Porto Mendes, 11.11.1979.

¹⁰⁹ BESPÁLEZ, Roberto. Histórico relatado de Porto Mendes – Marechal Cândido Rondon. Porto Mendes, 11.11.1979.

lutas, sobretudo, com os trabalhadores que viviam do cultivo da terra. As igrejas, durante o período das grandes “obras”, construídas nos governos militares, esteve preocupada em defender o homem da terra, tendo uma visão ruralista centrada na pequena propriedade.

Defendendo esta posição, as igrejas luterana e católica vão apoiar a luta gerada entre Itaipu e os agricultores, surgindo na região uma dos movimentos políticos mais importantes daquele momento.

Esse movimento foi batizado de “Justiça e Terra”. Começou a se organizar preparando lideranças da região atingidas pelo lago de Itaipu. Pelo Pastor Gernote Kirinus e Kurt Hatje, dando prosseguimento o Pastor Werner Fucks e o Padre Valetim, ambos de Santa Helena e membros da Comissão Pastoral da Terra.

O movimento teve início em março de 1978, quando principiou o projeto “Arca de Noé”, que, inicialmente, foi constituído pela formação de 20 grupos de base implantados nos municípios de São Miguel do Iguçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, entre a população a ser desapropriada.

O movimento foi se organizando aos poucos, nas pequenas comunidades, onde era muito forte a presença das igrejas, principalmente nos trabalhos de bases. Todo o trabalho de base era guiado pela idéia de que a desigualdade social entre os homens não decorria da vontade de Deus, mas ao contrário, de injustiças nas estruturas econômicas da sociedade que a Igreja se propunha a denunciar.

A ação dos religiosos fez com que as capelas se transformassem num lugar de reflexão e de discussão dos problemas. Em 1976, foi criada a Comissão Pastoral da Terra do Oeste, e vinha ao encontro de uma das tendências da Igreja ligada à Teologia da

Libertação, com a preocupação de apoiar a luta do homem pela terra, prestando, inclusive, assessoria jurídica, já que a terra era problema de todas as Igrejas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região foi fundada pelo pastor luterano Gernote Kirinus e contou com o apoio e incentivo de Dom Agostinho Sartori (bispo de Palmas) transformando-se num trabalho mais ecumênico.

A experiência de Kirinus em dinâmica de grupos, foi fundamental, com certeza, para mobilizar os colonos, fazendo surgir lideranças que tiveram importante papel dentro do movimento. As igrejas davam segurança aos agricultores. Especificamente a Igreja Católica dava o respaldo político necessário ao movimento, uma vez que o país estava em plena ditadura militar, mais tarde, alguns políticos, apoiaram o movimento.

Os trabalhos de conscientização eram realizados com base em reflexões que provinham do evangelho, em que a força vinha por meio da palavra. Importante destacar a importância deste trabalho, em que a voz tinha o poder quase mágico de unir homens e mulheres nesta luta, a maioria dos agricultores estava acostumada com a comunicação verbal como forma de entendimento entre eles, de pouca prática de comunicação escrita.

Os trabalhos de base, realizados durante cinco anos nas capelas, talvez tenham sido fundamentais para a realização do movimento e para o rumo que ele tomou. Nas reuniões realizadas, criaram organizações para defenderem seus direitos. O movimento não surgiu de repente. Tem toda uma trajetória, nos cinco anos de trabalhos de base que antecederam o momento de luta contra Itaipu e seus representantes.

O trabalho das igrejas coincidiu com a emergência na América Latina, de uma igreja popular mais comprometida com os pobres, oprimidos e preocupada também com

os problemas da terra. “Para Onde Vais?” – era a pergunta lema da Campanha da Fraternidade proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1980.

A Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à linha Missionária da CNBB. Como objetivo central de “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais”¹¹⁰. A Comissão Pastoral da Terra, vai prestar colaboração para a educação política dos agricultores e trabalhadores rurais, com a finalidade de tornar estes trabalhadores mais “livres e conscientes” tinha uma função pedagógica.

A referência era a bíblia, mais especificamente o povo de Israel. Tinha a CPT força suficiente de construir um imaginário capaz de unir e manter organizado os lavradores, homens simples que confiavam no seu poder de enfrentamento.

Esta participação terá uma enorme ressonância. Era uma luta justa. O próprio nome do movimento reflete esta posição “Justiça e Terra”.

As diretrizes e ação evangelizadora da Igreja no Brasil e sua caminhada expressavam o desejo de uma orientação dinamizada, o que pretendia e vinha tentando era “dar voz aos que não têm voz, isto é, interpretar os anseios dos homens expulsos e humilhados em busca de terra e de trabalho”¹¹¹. E mais, “Nós, cristãos, não podemos nos descuidar da política. Por quê? Porque a realização do Plano de Deus vai depender da ação política dos homens”¹¹².

Ousados para a época, os boletins da Comissão Pastoral da Terra eram um dos

¹¹⁰ Conclusão nº 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, junho de 1975.

¹¹¹ Boletim Poeira, ano VI, nº 27, março/abril, 1983.

¹¹² Boletim Poeira, ano VI, nº 21, março/abril, 1982.

meios de comunicação e denúncia da violência praticada contra os lavradores e a sua luta pela terra, um dos principais meio de comunicação.

[...] enquanto formos um bom instrumento de evangelização, animando os trabalhadores do campo a abrirem os olhos, a se unirem e se organizaram para fazer valer sua vontade, nós continuaremos vivos, firmes e trabalhando. No dia em que outro instrumento melhor aparecer, a CPT dará lugar a ele com muita alegria.

O Boletim começou a circular em 1975. Era um espaço em que o trabalhador rural ganhava visibilidade. A Igreja, por meio de sua atuação junto à Comissão Pastoral da Terra, podia se redimir de ter sido no passado conivente com a colonização e escravidão.

Um fato interessante é que o mesmo Boletim solicitava para que “[...] não fique lendo este ‘Poeira Sozinho! Faça uma reunião com os vizinhos e discuta tudo, e leve as sugestões e a grupos maiores, ao sindicato ou à Comissão Pastoral da Terra’”.

É importante salientar que a igreja não era contra o projeto de Itaipu, mas sim, contra a forma como as desapropriações estavam ocorrendo. Vejamos fragmento do documento publicado pela CPT em 1978:

Não nos cabe como Igreja, imiscuirmo-nos em assuntos de ordem técnica a não ser que estes venham ameaçar o bem-estar do homem. Não nos cabe monopolizar poderes decisórios, mas compartilhar idéias e preocupações em defesa do homem caso este esteja ameaçado de graves lesões em seus direitos. Não nos cabe tomar decisões políticas, mas cabe à Igreja iluminar, a partir das verdades evangélicas, as decisões que serão tomadas¹¹³.

¹¹³ CPT, Op. Cit

Em 16 de outubro de 1978, apesar da chuva, a pequena cidade de Santa Helena/PR era local onde se realizou, assembléia dos agricultores da área de Itaipu, comparecerem mais de 1200 pessoas, que representavam 66 localidades e linhas da área que seria inundada¹¹⁴.

Foi aprovado em assembléia um documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu, para ser enviado ao presidente da república, general Ernesto Geisel.

Junto com o documento, foram anexadas um mil e oito assinaturas de pessoas presentes na assembléia. Protocolo de recebimento publicado no Boletim Poeira nº 5, confirmava que foi encaminhado ao presidente da Republica do Brasil por meio do Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia. Houve a tentativa fracassada de o bispo de Foz, Dom Olívio, marcar uma reunião com o presidente Geisel.

O documento entregue ao Ministro foi assistido pelos jornalistas interessados em dar cobertura ao movimento. Neste documento solicitavam esclarecimentos sobre as desapropriações.

Em matéria publicada no Boletim Informativo da CPT, os problemas eram muitos: o preço que seria pago por suas terras era insuficiente para se assentarem em condições iguais em outro local; faltavam esclarecimentos quanto ao modo como as indenizações seriam realizadas, classificação das terras, benfeitorias existentes na propriedade, árvores frutíferas, eletrificação rural, maquinários, financiamentos existentes

¹¹⁴ Entre eles, o bispo de Foz do Iguaçu, D. Olívio Fazza; o Pastor Regional da IECLB, Harald Malschitzky; o Pe. Selvino Chiamolera, representante de D. Geraldo, bispo de Toledo; o P. Friedrich Gierus, da secretaria de Missão da IECLB – Porto Alegre; e Daniel Rech – da Equipe Nacional da Comissão Pastoral da Terra, de Goiana. Boletim Poeira, Ano I, nº 5, s.d.

nos bancos; injustiças no preço pago para as chácaras e terrenos perto da cidade, comparando com outros; como ficaram a situação de quem era posseiro ou arrendatário; demora entre a época de avaliação e a data do pagamento das indenizações, com isso o dinheiro perdia o valor; diferença entre a medição judicial das terras e aquela feita pela Itaipu; como ficam os que possuíam apenas parte das terras nas faixas de desapropriação? Muitos idosos sem condições físicas de começarem lavouras novamente, e com dinheiro indenizado não poderiam sobreviver nas cidades.

O patrimônio da comunidade, por exemplo, igrejas, escolas, associações e outras benfeitorias comunitárias como ficariam? Como conseguir terras noutras partes com segurança de não serem desalojados, com todos os problemas de grilagem? Não foram consultados sobre a construção da usina. E aqueles que vão ficar? Quem vai se responsabilizar pelas mudanças de clima, moléstias, e outros problemas que aparecerão com a construção da usina? Os lavradores paraguaios em situação dramática, não sabendo o que acontecerá a eles? Como locomover as famílias para outras partes do país, juntamente com casa desmontada, maquinário e animais? Nenhuma certeza das promessas da Itaipu. Por que eram descontadas, para indenização, as margens de rios e estradas que beiram ou atravessam as propriedades? Se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) só autorizava dois títulos de terra por proprietário, como ficava a situação de quem, após a desapropriação, teria muitos pequenos lotes. Por que eram obrigados a pagarem impostos que os proprietários anteriores deixaram de pagar? E a situação das cidades, vilas e benfeitorias adjacentes ao lago, que não serão indenizadas, mas sofrerão desvalorização geral? Às custas de quem se farão as novas estradas e pontes necessárias

devido às inundações? Seria permitido fazer corredores de acesso ao lago, para que o gado de pastagens com fonte inundada tenha água?

Reivindicavam: melhores preços para terras; indenização até o final de 1978, em caso de mora, reajuste de 40% ao ano; benfeitorias (casa, galpão, chiqueiro, pomar) deveriam ser indenizados em separado das terras, com melhor valorização das árvores frutíferas; maquinário e eletrificação rural também deveriam ser indenizados, no mínimo em 50%.

As hipotecas deveriam ser transferidas para outros imóveis para conseguirem o total das indenizações, o que facilitaria imediatamente o reassentamento; as terras dos moradores do mesmo local deveriam ser pagas ao mesmo tempo, em grupo os agricultores teriam melhores condições de se estabelecerem; para os agricultores que têm sociedade de maquinário, a indenização seja ao mesmo tempo; que as propriedades parcialmente atingidas pela inundação possam ser totalmente indenizadas, como convém ao proprietário, e que as benfeitorias que se encontram na faixa de reserva sejam deslocadas por conta de Itaipu; reassentamento no Estado do Paraná, em terras nas mesmas condições das que serão inundadas (fertilidade, mecanizáveis, destocadas), que o governo indique novas terras e dê ajuda para nova instalação; despesas de transporte de mudança, máquina e dos animais sejam pagas pela Itaipu Binacional, inclusive sejam concedidas guias livres de imposto ou alfândega, no caso os migrantes ao Paraguai; convênio entre os governos do Brasil e Paraguai, para maior segurança das famílias que migram de um país ao outro.

Em 20 de março de 1979, foram nomeados os membros da Comissão de

TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO, ficando na presidência o deputado Gernote Gilberto Kirinus e na vice-presidência, o deputado João Elísio. Durante o ano de 1979, deveria se voltar para os seguintes problemas: Origens e causas de inúmeros litígios de terra no Estado; Problemas de terras desapropriadas devido à construção da hidrelétrica de Itaipu; problemas referentes à conservação de solo; problemas referentes a lotes urbanos não regularizados; estudos sobre a viabilidade da Reforma Agrária no Estado, além de outros assuntos.

Esta comissão questionava os critérios aplicados pela Binacional:

[...] os critérios aplicados pela Binacional, são além de injustos, irrealistas, e o que é mais grave, às vezes até alterando a própria realidade jurídica, ao invés de propor indenização, propunha simplesmente um contrato de compra e venda, que vinha causando problemas gravíssimos, sendo que o sistema impedia o agricultor de amanhã ou depois questionar um valor mais adequado¹¹⁵.

Requerimento enviado para a Assembléia do Estado do Paraná, em 23 de março de 1981¹¹⁶, solicitava um voto de apoio ao movimento dos agricultores que lutavam por critérios considerados justos de indenização por suas terras que seriam alagadas por Itaipu. De acordo com este requerimento os agricultores representavam os interesses também do Paraná que perdia ampla extensão de seus territórios e que não se beneficiaria dos resultados da obras.

Esperamos contar com a participação de todos os senhores deputados no debate, bem como receber o apoio da imprensa paranaense e de todos os segmentos da sociedade, porque a ameaça que paira hoje sobre o Paraná é das mais graves: o

¹¹⁵ Trabalhos da Comissão de Terras, Colonização e Imigração.

¹¹⁶ Requerimento assinado pelos deputados estaduais: Nelton M. Friedrich; Gernote Kirinus e Fidelcino Tolentino.

seu solo, de fertilidade agrícola impar, está ameaçado a se transformar num grande lago para gerar mais energia elétrica para o país. Se nós permitirmos, senhor presidente, o prosseguimento do plano de eletrificação que aí está, nós, que hoje ostentamos com orgulho o fato de ser o Estado de maior produtividade agrícola desta Nação, passaremos, em futuro próximo, a ser um Estado e concentração de grandes lagos e gigantescas barragens, em detrimento da riqueza, da pujança e da fertilidade dos nossos solos¹¹⁷.

Estas questões, presentes na Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) Desparanização, enfatizam que, naquele momento, Itaipu era uma preocupação não apenas das igrejas, mas também da Assembléia Legislativa que sentia as perdas do seu Estado.

Quando a questão era a desparanização era imprescindível se reter ao oeste do Paraná com ênfase na construção da hidrelétrica de Itaipu, uma vez que segundo os relatórios técnicos a que tinham acesso, o reservatório que se formou com as águas represadas do Rio Paraná e alguns dos seus afluentes, cobriu parte das terras. Propriedades rurais, nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guairá, afetando diretamente 42.444 pessoas.

Em média, os municípios atingidos pelas águas de Itaipu sofreram uma queda de 8,5% em sua renda tributária, mas alguns foram mais duramente castigados: Foz do Iguaçu, 31,2%; São Miguel do Iguaçu, 21%; Santa Helena, 26%; enquanto o Estado deixou de arrecadar anualmente mais de 200 milhões de cruzeiros em consequência dos estragos provocados por Itaipu¹¹⁸.

¹¹⁷ QUINTANA, Op. Cit., p. 8.

¹¹⁸ QUINTANA, Op. Cit., p. 47

Caito Quintana denunciava o fato de, no Estado, as hidrelétricas¹¹⁹ estarem proliferando. A metáfora que utiliza é “hidrelétricas proliferam como cogumelos”. O processo de desparanização enfatizava a saída do agricultor para o Paraguai e, em relação á Itaipu, exigiam que fosse respondida a pergunta sobre QUANTIA e a DATA exata das indenizações.

As explicações fornecidas pela diretoria jurídica da Itaipu não convenciam. O debate sobre os problemas relacionados com as desapropriações unia sindicato e igreja. A comissão de coordenação das reivindicações dos agricultores era formada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep); Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comissão Pontifícia Justiça e Paz (CPJP), de acordo com o Relatório sobre a situação dos agricultores na área da Itaipu Binacional.

Segundo este documento, os agricultores não estavam sendo informados do preço que seria pago por suas terras, havendo acontecido vários casos em que, após insistência destes, conseguiam os valores anotados em papel de embrulho ou papel sem timbre. Solicitavam para que Itaipu entregasse uma “cópia oficial dos valores oferecidos ao expropriado”.

Segundo este relatório, o critério da Itaipu, de que posseiros receberiam no mínimo 50% da terra e mais as benfeitorias, não estava acontecendo. Tal critério havia sido anunciado em diversas reuniões perante a população atingida. Exposta perante uma

¹¹⁹ Hidrelétricas no Paraná: Existentes ou em construção até 1985: 20; prevista até 1990:03; em estudo: 34; total de 57. Importante salientar que o discurso do deputado era de 1984. Hidrelétricas existentes ou em construção até 1985: Rosana.; Ilha Grande; Itaipu;Xavantes; Ourinhos; Salto Grande; Capivara; Taquaruçu; Chopim I; Julio M. Filho; Salto Osório; Salto Santiago; Segredo; Foz do Areia; Chaminé; Guaricana; Parigot de Souza; Pres. Vargas; Apucarantina; Mourão I.

comissão de posseiros e líderes sindicais de Guairá e Marechal Cândido Rondon no dia 29 de março de 1979, e reafirmado pelo General Costa Cavalcanti no dia 22 de junho de 1979.

Uma das reivindicações dirigidas à Itaipu e ao Incra era para que fosse acelerada a titulação aos posseiros a fim de receberem 100%. Em reunião realizada em 19 de abril de 1979, os representantes de Itaipu admitiriam que mudaram o critério, ou que simplesmente não o fazem valer nos acordos entre posseiros e detentores do título. Outra questão era quanto as medições, “quando a medição de Itaipu é maior que a área constante na escritura, vale a escritura, quando é menor, vale a medição de Itaipu”.

A quantia reivindicada pela terra nua na assembléia de agricultores de 07/04/79 em Santa Helena, firmada no documento Terras no Paraná e Indenizações Justa, era de 100.000,00 por alqueires, a partir de janeiro de 1979, reajustados mensalmente conforme as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). Portanto, o preço deveria ser em torno de 160.000,00 cruzeiros, que era o preço de mercado. Itaipu pagava o máximo de 105.000,00 por alqueire (terra nua). O agricultor podia permanecer em suas terras até dezembro de 1981. Portanto, a última safra viável seria setembro de 1981.

Desde 1977 até a data do relatório foram efetuadas entre 2.500 e 2.700 desapropriações (mais aproximadamente 1.000 imóveis urbanos). Restariam cerca de 3.300 acordos para os próximos 20 meses. A média de 300 acordos ao mês é um dado após 15 de março de 1980, quando foi concedido o reajuste de 28%.

Outro drama apresentado no relatório eram os proprietários das “propriedades esquecidas” em meio às áreas já desapropriadas, por exemplo, Alvorada do Iguaçu.

No lado paraguaio, cerca de 900 propriedades (70% delas em mão de brasileiros) aguardavam definições sobre as condições de desapropriação.

O reassentamento dos indenizados acontecia, majoritariamente, no oeste do Paraná, mas em propriedades desocupadas por famílias que, na maioria, foram levadas ao Mato Grosso e a Rondônia. A migração era um problema regional (Figura 6).

Figura 5 - CHEGADA DE COLONOS DO OESTE EM RONDÔNIA



FONTE: Acervo Eucatur (1983)

Adquiriam terras com área maior em outras localidades, mas de inferior qualidade. O Paraguai era uma alternativa para aqueles que não conseguiam terras no Brasil. Bertoldo Rambo foi um exemplo: “Assinei a proposta, e recebi 60 dias após, não encontrei terra para adquirir, pelo preço que recebi pela indenização, e então fui obrigado a ir para o Paraguai”¹²⁰.

As terras alagadas deixariam de gerar divisas para o Estado, além da migração forçada de milhares de agricultores, aproximadamente 100 mil hectares de terra produtiva

¹²⁰ BESPALAZ, Roberto. Histórico relatado de Porto Mendes – Marechal Cândido Rondo. Porto Mendes, 11.11.1979.

que deixa de produzir soja.

A estes fatos soma-se ainda, de que o Estado cederia energia a outros do país. A perda de terras produtivas expropriadas também para a passagem de energia: “para ceder passagem à nossa energia que será carregada em dois linhões que atravessarão nosso Estado do oeste a nordeste, perfazendo 600 km”. “O maior medo dos paranaenses. Arcar apenas com as conseqüências do projeto de Itaipu e não usufruir os benefícios”.

A conseqüência da construção de Itaipu refletia diretamente nos moradores da região oeste. Para solucionar as negociações entre os agricultores e Itaipu, foi criada uma comissão pluripartidária¹²¹, por deputados do Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP). Os demais partidos não estavam representados porque não havia deputados de outros partidos a não ser do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e apenas um o representava. O movimento dos agricultores buscava o apoio político de todos os partidos, todos que estavam dispostos a ajudarem: “Por interesses maiores devemos nos unir acima de partidos políticos”¹²².

À medida que as desapropriações ocorriam, os preços da terra aumentavam no Estado e aumentava o efeito especulativo advindo da desapropriação.

O Instituto de Terras e Cartografia, vinculado à Secretaria da Agricultura do governo do Paraná, a pedido de Reinhold Stephanes, secretário de agricultura do Estado,

¹²¹ Por determinação dos senhores deputados presentes à reunião realizada na tarde do dia 26 de março de 1981, com a presença da Comissão de representantes de agricultores expropriados pela Itaipu Binacional, foi aprovada a criação de uma Comissão Parlamentar Intermediária, para acompanhar de perto a situação das reivindicações dos agricultores junto aos órgãos do governo Estadual e Federal.

¹²² BARTH, Marcelo. Relato da discussão entre parlamentares do PDS e PMDB com os agricultores na reunião do dia 26/03/1981. Assembléia Legislativa do Paraná, p. 6.

realizou levantamento de preços praticados na região oeste do Paraná, uma vez que esta era a principal questão de impasse. Também um levantamento de áreas disponíveis à venda na região oeste e em todo o Estado do Paraná, buscando alternativas de assentamento aos expropriados.

De acordo com o relatório do levantamento executado pelo Instituto de Terras e Cartografia, visando apurar preços de terras na região oeste do Paraná, de 10 de abril de 1981, o mercado imobiliário regional encontrava-se da seguinte forma:

O mercado de terras na região oeste do Paraná encontrava-se com preços sendo praticados em constante alta devido a vários fatores: boas safras colhidas, com bons preços de comercialização, trouxeram ao proprietário rural novo alento na exploração de sua propriedade e, portanto, maior valor a terra; expropriações por parte de Itaipu Binacional que acentuaram a demanda de terras, quando cerca de 3.500 proprietários rurais expropriados tiveram que se realocar por terem o total de suas propriedades indenizadas, elevando o preço de mercado da região oeste, dada a preferência do agricultor em permanecer ali.

Considere-se, também, a inflação com desvalorização da moeda – há uma grande tendência à aplicação em terras, pois estas garantem uma valorização constante e segura, acarretando um maior preço nas terras à venda, tanto pela desvalorização do dinheiro quanto pela maior demanda; Processo de concentração e posse da terra (a região oeste é uma das mais características na questão da incorporação de áreas menores por maiores propriedades).

A área média das propriedades tem aumentado ao longo dos anos, em face de

migração de pequenos proprietários que tiveram suas terras incorporadas a grandes lotes, ocorrendo à medida que os números das pequenas propriedades vão diminuindo, um aumento de preço pago por parte dos compradores para a aceleração do processo incorporatório.

Este fator é de maior influência nos municípios que têm áreas predominantemente mecanizáveis, devido à maior facilidade que apresentam à exploração em grandes propriedades.

O fator preponderante na fixação do preço das propriedades é a área mecanizada ou mecanizável, a qual define o valor da venda. A oferta de terras na região é restrita e insuficiente para o reassentamento dos aproximadamente 1600 expropriados não indenizados e provocador de mercado em constante alta, quer pelo aumento de demanda, quer pelo efeito especulativo de que se revestem as propriedades em oferta.

Assim, a simples fixação de um preço não deverá ser solução com o transcorrer do tempo, pela defasagem que terá, apesar dos índices de reajustes como o ORTN, que não vêm acompanhando a valorização imobiliária real.

Uma medida de extrema urgência apontada era a constituição de um regulador de mercado através da compra, por instituições oficiais, de grandes áreas que possam servir tanto ao reassentamento, quanto à regularização do mercado imobiliário regional.

O impasse existente atualmente entre a Itaipu Binacional e os expropriados da área do futuro reservatório merece por parte do governo do Estado as maiores atenções pelas conotações sociais e políticas que atingiu e pela relevância da obra, a qual obedece a prioridades nacionais. O relatório ora apresentado tem por objetivo trazer ao Exm^o Sr. Governador, um breve, objetivo e acurado levantamento das situações pendentes entre as partes litigantes, que possibilite

embasar a tomada de posição do Estado do Paraná frente às questões levantadas. (Instituto de Terras e Cartografias do Paraná).

Os agricultores expropriados pela Itaipu Binacional resolveram em assembléia, no dia 27 de julho de 1980, em Santa Helena, ir até o escritório central de Itaipu, em Foz do Iguaçu, em um “movimento pacífico e ordeiro”, para reivindicar um melhor preço para as terras.

Acampados 16 dias em Santa Helena, em julho de 1980, em 54 dias em Foz do Iguaçu, diante dos escritórios da empresa Itaipu. Conseguiram não somente um preço melhor pela terra, mas também trabalho mais rápido, pelo Incra a documentação das terras, solução para alguns casos de posse, e também terra no Paraná para cerca de 400 famílias de arrendatários e pequenos proprietários. Essas terras estavam localizadas em Aparto, perto de Ponta Grossa, em Toledo próximas à cidade¹²³.

O Movimento Justiça e Terra, com o apoio das igrejas realizado pelos colonos a serem indenizados por Itaipu, produziu documentos, lideranças. O Movimento do Agricultor Sem Terra no Oeste (Mastro) surge levantando uma só bandeira: UNIDOS QUEREMOS TERRAS! Os sindicatos e as igrejas (Comissão Pastoral da Terra) vão participar, dando apoio e assistência ao Mastro¹²⁴, para que tenha mais força ainda.

A imprensa falada e escrita cobria o movimento organizado pelos agricultores da região. Um momento impactante ocorreu quando os agricultores decidiram entregar um documento reivindicatório à diretoria da Itaipu. Optaram em saírem em massa, com seus familiares, com o propósito de acampar no canteiro de obras de Itaipu para exigirem seus

¹²³ POEIRA. Ano IV- Nº 17 – julho/agosto de 1981.

¹²⁴ O Mastro – dará origem na região ao Movimento Sem-Terra (MST).

direitos. Foram impedidos de entrar no canteiro pela forte esquema policial, armado de fuzis com baionetas, metralhadoras e armas químicas.

Foi montado um efetivo de 150 policiais militares, pertencentes ao Batalhão de Polícia Militar (BPM) da região, sob as ordens diretas do Comando da Polícia Militar do Paraná e da Secretaria de Segurança do Estado, em regime de prontidão permanente. Além destes, mais 40 guardas de segurança da Itaipu Binacional¹²⁵.

Para os lavradores, a ação policial se constituía numa violência e os líderes protestavam contra a presença de soldados armados na barreira.

Impedidos de entrar na área, os colonos tentaram acampar num loteamento situado próximo, porém o serviço de segurança proibiu essa alternativa. Após um grande tumulto, sem perspectiva de diálogo, os colonos escolheram um terreno situado entre o centro executivo¹²⁶ e o canteiro de obras, cujo proprietário concordou em ceder para o acampamento até que a Empresa Itaipu Binacional “resolva atender às reivindicações pelo reajuste de preços das indenizações de suas terras”.

O Movimento Justiça e Terra publicou um documento de reivindicação aprovado em Assembléia de Agricultores em Itacorá, dia 16 de março de 1981, com o seguinte texto:

A Itaipu Binacional afirma de público que está procedendo de maneira justa e legal e que está preocupada com um tratamento humano às pessoas com ela relacionada. Mas nós, os expulsos pelo futuro lago, somente percebemos incertezas e injustiças. Por isso estamos mais uma vez clamando pelos nossos justos direitos, dirigindo-nos neste documento ao povo, ao governo e à Itaipu.

¹²⁵ Cf. O Estado do Paraná de 18 de março de 1981. “Foz: negociações começam, difíceis”.

¹²⁶ O movimento eclodido a 17 de março, que marchou de Itacorá (São Miguel do Iguazu) até o trevo da BR 277 acesso ao Centro Executivo da Binacional de Itaipu.

Vejamos documento emitido pela Itaipu Binacional encaminhado aos agricultores da área do reservatório:

Desde o início das desapropriações, apesar de todas as dificuldades encontradas, que se situam basicamente no problema da documentação imobiliária, a Itaipu procedeu com Justiça na realização de seu programa. Tanto isto é verdade que, numa área com aproximadamente 6.000 propriedades rurais, com problemas de toda sorte, como no caso da Gleba Sol de Maio-Santa Helena, com 900 posseiros e 600 proprietários, cujos títulos de propriedade e documentos de posse tiveram que ser regularizados pelo INCRA para possibilitar o pagamento da indenização integral, a ITAIPU já pagou 4.000 propriedades sem ter que recorrer à Justiça, fato este que por si só é bastante representativo da comprovada política de preço adotada por Itaipu¹²⁷.

Depois de uma nova reunião com a Diretoria da Itaipu no dia 28, acontece finalmente o acerto entre as partes. O acordo foi possível porque Itaipu prometeu por escrito que 80% das terras a serem indenizadas seriam classificadas como de primeira classe¹²⁸.

¹²⁷ Itaipu Binacional dia 20.03.81

¹²⁸ Resumo dos principais assuntos do acordo: (1) O pagamento das desapropriações será efetuado 15 dias após a assinatura do acordo. (2) A colheita da soja plantada em 81 poderá ser feita em março e abril de 1982. (3) A Itaipu se compromete a pagar a rede elétrica instalada pelos colonos nas terras que serão desapropriadas. (4) Haverá reativação e agilização dos trabalhos da Bolsa Agrária. (5) O Incra se comprometeu, em titular até outubro/novembro deste ano as propriedades do Imóvel Rio Paraná. (6) Todos os cheques referentes a acordos já firmados o dia 28 deste foram inutilizados. (7) As estradas existentes dentro das propriedades serão indenizadas como terra. (8) A parte remanescente das propriedades desapropriadas continuará a ser indenizadas pela Itaipu até 3 hectares. Casos especiais de remanescentes superiores a essa área, serão examinados. (9) Preço das terra sem benfeitorias ao alqueire: Classe I – CR\$ 200.000,00 - situação ótima, mecanizada (5% dos colonos); CR\$ 195.000,00 - situação boa, mecanizada (80% dos colonos); Classe II - CR\$ 175.000,00 - situação ótima, mecanizada; CR\$ 170.000,00 - situação boa, mecanizada (10% dos colonos); Classe III – CR\$ 140.000,00 - situação ótima, mecanizada – dobrada; CR\$ 135.000,00 – situação boa, mecanizada – dobrada; Classe IV - CR\$ 60.000,00 – encosta de rio – não há mecanização (5% dos colonos por suas terras o preço dessas duas últimas classes). (10) As benfeitorias, que serão acrescidas ao valor da terra, na nova tabela foram reajustadas pelos índices da construção civil da região Sul. Novas benfeitorias serão também avaliadas. (11) As chácaras possuem tabela especial que será também reajustada entendendo-se como Chácaras as situada dentro do perímetro urbano de Santa Helena.

Este movimento¹²⁹ vinha mostrar que o homem da terra não estava mais disposto a aceitar com resignação as fatalidades, que em conjunto ele pode encontrar a solução para os problemas. Realizaram reuniões, participaram de assembléias, acamparam na beira da estrada em Foz do Iguaçu. Obtiveram vitórias¹³⁰. Marcelo Barth¹³¹, 36 anos agricultor, foi um dos líderes do movimento.

[...] grande sabedoria é o principal líder do Movimento Justiça e Terra que ficou quase dois meses acampado em Foz do Iguaçu reivindicando melhor comportamento de Itaipu nas desapropriações. Não se conhece movimento na história da região com as características, amplitude e força deste. E Marcelo Barth foi, senão o maior, uma das figuras deste fato. É um líder que surgiu espontaneamente entre seus companheiros¹³².

Os agricultores realizaram também uma passeata pela cidade de Foz do Iguaçu, “caminhada da paz por justiça e terra”, participaram desta caminhada religiosos, leigos, políticos, agricultores e familiares. Para aquela manifestação vieram caravanas de agricultores de outras áreas para se solidarizarem com os desapropriados. Foi um fato

¹²⁹ Caberia ressaltar que no meio rural as lutas permaneciam mais “regionalizadas”. Cada área com características diferenciadas: enquanto no norte do estado é o bóia-fria que se empenha por salários e condições de vida melhores, no sudoeste os pequenos criadores de suínos tentam alcançar preços mais condizentes para o seu produto; e enquanto no centro do estado um grande problema é a falta de documentação definitiva da terra, no extremo oeste as atenções se concentram em torno dos problemas criados com as desapropriações que a Itaipu Binacional realiza. Cf. Boletim Poeira Op. Cit., Depoimento do pastor regional Harald Malshitzky – IECLB.

¹³⁰ “Nosso movimento provou de modo irrefutável que Itaipu vinha pagando preços injustos. O ITC pesquisou os preços de terras na região e, num trabalho confiável comprovou o que nós afirmávamos. A empresa pretendia pagar 290 mil cruzeiros por alqueire de terra nua de I classe e o ITC provou que o preço de mercado era de 491 mil cruzeiros (em abril). Hoje, Itaipu aceita pagar 470 mil, o que representa um aumento de 62 por cento sobre o que pagava antes do nosso Movimento, Estes aumentos foram conquistados por etapas: 20 por cento no dia 20 de março e 31 por cento na noite de ontem”; antecipação do aumento, com a colaboração do ITC, estes futuros reajustes serão superiores aos que Itaipu normalmente concederia; Obtivemos também um aumento de 62 por cento no valor das benfeitorias, e mais de 100 por cento no das chácaras (a partir de outubro); garantimos o reassentamento de uma parte de posseiros e arrendatários em Aparto, Bom Jesus da Lapa (BA) e no Acre; indenização de redes elétricas e estradas (estas incluídas na classe da terra predominante na propriedade); titulação para áreas de documentação conflitava ou indenização por instrumento de cessão de direitos; pagamentos de traslado para os que se deslocar aos projetos de reassentamento dirigido; verba de compensação por perdas no comércio; permanência na propriedade, prorrogada de 31 de dezembro de 81 para 30 de abril de 1982. Cf. Boletim Poeira, Idem.

¹³¹ Como você adquiriu o grau de consciência que tem? Eu lia muito. Participava de reuniões comunitárias desde anos atrás. Acompanhei muito sensibilizado a luta do povo da Nicarágua, e cheguei à conclusão de que era preciso fazer alguma coisa pelos companheiros.

¹³² Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu de 13 a 19/05/81, p.10.

histórico. A população de Foz saiu às ruas para assistir e aplaudir a passeata¹³³.

As relações que se estabeleciam naquele momento confrontavam as singularidades de diferentes sujeitos de um agir simbólico. Se a hidrelétrica que estava sendo construída levava em consideração um “agir técnico” os diferentes sujeitos agiam de acordo com seus modelos de “significação e representação”¹³⁴.

Dom Olívio Fazza (bispo de Foz do Iguaçu), aderiu ao movimento após assistir o tratamento que foi dispensado aos agricultores seu depoimento na época da desmobilização do movimento é emblemático: Entrevista ao Jornal Nosso Tempo, de Foz, de 13 a 19 de maio de 1981, comentava ao ser questionado sobre o comportamento de Itaipu neste caso:

A mim surpreendeu a falta de sensibilidade humana, a frieza dos homens de Itaipu, demorando demais nas soluções. Este acampamento poderia ter terminado antes.

A rua é o espaço da luta, de acordo com Da Matta, “código da rua – está aberta ao legalismo jurídico, ao mercado à história linear e ao progresso individualista, e por um código de outro mundo”. Caberiam aqui também as reflexões de Arantes sobre “a observação das atividades que ocorrem num espaço delimitado, ao longo do tempo, permite acompanhar como se configuram as relações sociais, os conflitos, os jogos de

¹³³ Cf. Boletim Poeira, p.7.

¹³⁴ Caberia aqui uma reflexão de Daniel Hiernaux Nicolas. O espaço e o tempo correspondem justamente à capacidade dos sujeitos sociais de usar o espaço, de inseri-lo em seu encadeamento pessoal ou societário de tempos parciais. Desse modo, os sujeitos individualizam o espaço, apropriam-se dele e obrigam a transmitir-lhe um valor que se integra à sua atividade, conquanto os cálculos tradicionais não se reconheçam como tal o papel do espaço na formação do valor dos bens e serviços. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo a fragmentação na mundialização? p. 85

poder e a violência”¹³⁵.

A cidade de Foz do Iguaçu foi o local escolhido para as passeatas de reivindicação, era o campo invadindo a cidade, de forma “pacífica e ordeira”.

Os conflitos se espacializavam. “Num amálgama de múltiplos territórios (ou lugares) e não lugares. Nesse contexto, formam-se os desafios silenciosos aos projetos urbanísticos e de segurança que se querem disciplinadores do seu uso e à intenção glamourizantes da tímida valorização (simbólica, estética e imobiliária) de algumas áreas e edificações”¹³⁶.

A prefeitura de Foz do Iguaçu pressionava os colonos. A imagem do prefeito negando água aos acampamentos descortina as relações de tensão entre Itaipu e os colonos.

[...] a Binacional Itaipu está exercendo pressões a fim de que tanto a prefeitura como os postos de combustível de Foz, bem como qualquer entidade que possua carros-pipas se neguem a fornecer água aos colonos acampados, a fim de que os mesmos desistam de suas reclamações por uma melhor indenização de terras expropriadas pela empresa¹³⁷.

A igreja vai chamar a comunidade para levar água aos acampamentos, ato que ficou registrado como a marcha da água, uma maneira simbólica de protestar contra a negação de fornecimento de água pela prefeitura de Foz do Iguaçu, e também da igreja assumir sua posição favorável aos agricultores. Este fato foi mencionado no final do

¹³⁵ ARANTES, Antônio. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 1994.

¹³⁶ Op. Cit.

¹³⁷ Cf. denunciou o deputado Euclides Scalco, em matéria publicado no jornal O Estado do Paraná de 28/03/81.

movimento como um dos mais marcantes. “Houve momentos de muita emoção, especialmente através da marcha d’água, promovida por uma paróquia, o que nos tocou profundamente.”¹³⁸

Faixas expostas: “Itaipu: Atração do mundo/Crucifixão dos Brasileiros”. Os hoteleiros reclamavam. Havia sido inaugurado em Foz do Iguaçu, no dia 20 de dezembro, um novo terminal turístico de visitação das obras de Itaipu Binacional.

O Estado do Paraná publicava a seguinte matéria, vejamos fragmento:

Criou-se um mal-estar na população iguaçuense, pela permanência do acampamento ali na BR-277, via de acesso principal à cidade e rota do turismo nacional e internacional. ‘Como vender Itaipu, como a obra do século’ a um turista, se as faixas condenando-a estão expostas por toda a rodovia?’ Reclama um hoteleiro. Segundo inúmeras pessoas, mesmo as políticas, ‘esta é uma situação que não pode mais perdurar, pois cria uma imagem péssima para a cidade’, e via de regra complementam, responsabilizando a empresa Binacional¹³⁹.

Enquanto Foz era palco das reivindicações, em outras cidades caminhões de mudança e casas abandonadas eram acrescentadas à paisagem, e povoados morriam aos poucos (Figura 7 e 8).

Figura 6 - MUDANÇA DE COLONOS I – DESAPROPRIAÇÃO

¹³⁸ R – Marcelo, Juvêncio, Kolling, Gasperrini e Romeu. Entrevista publicada no desfecho do movimento.

¹³⁹ O Estado do Paraná. “Colono tem apoio”. 02.04.81.



FONTE: Revista Manchete (1982, out., n. 1593, p. 8)

Figura 7 - MUDANÇA DE COLONOS II – DESAPROPRIAÇÃO



FONTE: Revista Manchete (1982, out., n. 1593, p. 9)

Se até então os movimentos no campo permaneciam regionalizados, o movimento dos agricultores do oeste paranaense Justiça e Terra, foi exemplo para todo o país:

“Acredito que todo o agricultor brasileiro vibrou conosco pela vitória”¹⁴⁰. Esta experiência junto de Itaipu servirá de referência para outras lutas dos trabalhadores do campo, depoimentos no final da mobilização dos agricultores refletem bem seu significado. Werner Fuchs (pastor evangélico, líder do Movimento na condição de secretário regional da CPT). A desmobilização é a melhor solução?

Sim. Nas circunstâncias em que lutamos, as vitórias são muito expressivas. Itaipu se reforçou muito junto ao Governo, enquanto os agricultores não conseguiram tal proteção. O movimento serviu de escola para outros movimentos que surgirem.

Para Guiomar Inez Germani (na época da entrevista era estudante de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e estava fazendo mestrado sobre as desapropriações de Itaipu). As conquistas deles justificam a desmobilização do acampamento?

Em termos de vitórias reais, materiais não muito. Muita coisa ficou só na promessa, e isto é mau. Pelo que conseguiram não seria hora de desmobilizarem a concentração. Por outro lado, é preciso considerar as limitações deles.

Um dos aspectos negativos do Movimento foi o fato de a discussão do preço ter esvaziado a luta pela terra. Negativo porque uma questão permaneceu será que ao reivindicar o preço pela terra não teria o movimento esvaziado uma luta mais ampla? Que seria a luta pela terra? Este não seria um saldo negativo do movimento? No início a proposta era reivindicar “terra por terra”. Os dirigentes do movimento, a princípio não

¹⁴⁰ Marcelo Barth, depoimento publicado no Boletim Poeira, p.14.

estavam interessados em que os agricultores recebessem dinheiro, mas sim, que Itaipu indenizasse os colonos com terra, para evitar problemas e também para que a comunidade permanecesse unida em outra comunidade.

A idéia foi considerada coisa de comunistas, pois ao reivindicar terra por terra, a discussão suscitava uma outra, mais ampla, em nível de país, a da reforma agrária e a sua possibilidade de concretização.

Por que o movimento deixa de ser uma luta de “terra por terra” e passa a ser “preço justo pela terra”? Estão em jogo interesses econômicos dos grandes proprietários tanto do Brasil, como principalmente do Paraguai. Itaipu, não podemos esquecer, sendo binacional, possui uma legislação própria (e única neste sentido), onde as “leis” têm que ser comuns aos dois países. Ora, grande parte da terra expropriada do Paraguai estava nas mãos de grandes latifundiários, sendo um deles o próprio presidente Stroessner. No Brasil, havia um grande número de pequenos e médios proprietários, em torno de 2.500 posseiros, com problemas de definição de “suas terras”.

Muitos dos agricultores que venderam suas terras acabaram ficando sem nada. “Torraram” seu dinheiro em carros, e diversificados bens de consumo. Outros foram para outras regiões, enfrentado todo tipo de dificuldades, como doenças, falta de infraestrutura, etc. Então, uma questão seria interessante: Quem saiu realmente vitorioso? A procura de terra no Paraná subiu vertiginosamente. O mercado acabou privilegiando os grandes latifundiários?

Aspecto positivo do movimento foi a forma como simples agricultores se organizaram para enfrentar os tecnocratas de Itaipu, ainda mais em um momento em que

país era marcado pela ditadura militar, existindo entre os mais diferentes grupos o medo de questionar o poder do Estado. Como constatamos, por exemplo, nos Boletim Poeira, comentam seus editores no Boletim nº 26, que a pergunta mais ouvida na época “como conseguem publicar isso!” , E mais: “O pessoal tinha razão para temer desse jeito. O Brasil vivia, nesse tempo, uma grande perseguição e opressão dos trabalhadores que se organizavam para reclamar seus direitos, e também uma perseguição e opressão aos amigos dos trabalhadores”¹⁴¹.

Este movimento nos leva a uma reflexão do “ser na história”, este estudo impede que a “memória histórica se desvaneça”, a narrativa de Marcelo Barth, no desfecho do movimento é emblemática.

Nós, um pequeno grupo de colonos da barranca do Rio Paraná, tivemos, através de nossa união e pelo apoio vindo de todo o país, mais força que o próprio ministro e com ele todo o governo. Isto nos mostrou a força que nós temos, e não só mostrou a nós, mas a todos os agricultores. Por isso, acho que a união de nossa classe será agora bem mais fácil e mais rápida. Os agricultores quando “pegam junto”, é tão forte que fazem tremer os alicerces destas estruturas escravocratas e patriarcais, que fazem do agricultor brasileiro, um papagaio de papel (fica voando de um lado para outro, manobrado pela mão do monstro), sem terra, e sem decisões próprias¹⁴².

As palavras de Wagner Rocha D’Angelis, no desfecho da mobilização também merecem ser registrada, importa ressaltar aqui a forma como estes sujeitos construíram uma outra versão sobre o significado da implantação da hidrelétrica de Itaipu. Concordamos com Hayden White quando diz que é possível contar um grande número de “estórias” diferentes sobre o único acontecimento, e sem prejuízo do valor de verdade dos

¹⁴¹ Boletim Poeira, ano VI, nº 26, janeiro/fevereiro de 1980.

¹⁴² Marcelo Barth, em entrevista concedida ao Jornal Nosso Tempo. Foz, de 13 a 19.05.81.

fatos selecionados, um dado específico dos acontecimentos, e sem prejuízo do valor de verdade dos fatos selecionados, uma dada seqüência de eventos pode ser urdida de inúmeras formas diferentes¹⁴³.

Movimento desmascarou Itaipu, que utiliza imensa máquina publicitária para dizer que faz justiça quando na verdade comete grande injustiça. Ficou claro também que esta obra está divorciada da realidade brasileira. É uma grande distorção das reais necessidades do povo. Não é com obras assim que se resolvem os problemas do país, pelo contrário, elas representam um retrocesso para o povo, como se vê com os desapropriados de Itaipu.

Se no discurso oficial as narrativas que mais aparecem são e de desenvolvimento, de progresso, de modernidade, de justiça. Nas narrativas destes personagens a imagem aparece invertida. Caberia aqui uma questão; qual é a imagem de Itaipu depois desta luta?

Se os meios de comunicação vendiam a imagem de Itaipu exaltando sua grandiosidade, nestes registros encontramos outras histórias, que permitem uma reflexão crítica do significado da implantação do projeto. Estes registros não se encontram preservados no museu de Itaipu Binacional, e tendem a cair no esquecimento frente à magnífica obra.

As imagens, alegorias e as narrativas que emergem são representações de um momento único da história, local, regional, nacional, são sujeitos que vivenciaram estas mudanças, participaram ativamente delas, lutaram para que suas reivindicações fossem ouvidas e atendidas, em um momento em que prevalecia o silêncio imposto pela ditadura.

A imagem que vamos encontrar ao rever este movimento é de injustiça, de

¹⁴³ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 77.

destruição, como tantos outros projetos de modernidade implantados no Brasil ao longo de sua história. O custo social, econômico e ambiental de Itaipu foi altíssimo. O jornal O Estado do Paraná de 07/05/81 publicava matéria Amanhã, a solução? Vejamos fragmento da reportagem:

Em Foz do Iguaçu a comunidade já incorporou ao seu dia-a-dia o acampamento dos colonos na BR 277, assimilando os impactos causados nos primeiros dias. Muitos dos moradores iguaçuenses confirmam que o fenômeno do movimento dos desapropriados é o terceiro grande pecado de Itaipu. Os outros dois seriam a forma como transporta os seus peões da casa para o trabalho (como se fossem gado), e o alagamento dos Saltos das Sete Quedas, de Guaíra. (Figura 9 e 10)

Figura 8 - A CAMINHO DO CANTEIRO DE OBRAS: TRANSPORTE DOS BARRAGEIROS



FONTE: Revista Isto É (25/10/1978, p. 98).

Figura 9 - MOVIMENTO DE DESAPROPRIAÇÃO



FONTE: Fala Paraná (maio, 1981, p. 12).

E é justamente para que este movimento não caia no esquecimento que foi realizado 25 anos depois este encontro, LEMBRAR PARA PREVENIR – Vamos nos reencontrar! Vamos contar às novas gerações o que foi o Movimento Justiça e Terra!

CAPÍTULO 2 - A FRONTEIRA

2.1 FOZ X PORTO STROSSNER

A partir da assinatura do Tratado de Itaipu, a fronteira onde se desenrola a construção da obra se transforma como se fosse atingida por efeitos especiais de uma produção cinematográfica. Itaipu se transforma em sujeito autônomo da história. É por intermédio dela que a face da fronteira é alterada e a geografia regional redesenhada. Surge como criador de novos espaços, agente civilizador, responsável pela urbanização e a disciplina de territórios.

Foz do Iguaçu, localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, foi a cidade escolhida para ser sede do canteiro de obras da maior obra da engenharia moderna, construída por militares: a Hidrelétrica de Itaipu.

Publicações que retratam a história de Foz do Iguaçu apresentam dados que dividem o município em antes e depois de Itaipu. “Divisão simplificada da história de Foz do Iguaçu tem dois períodos: antes e depois de Itaipu. Terminou a era da evolução lenta e penosa com surtos de progressos esparsos, e deu-se ingresso numa era de abrupta e profunda transformação”¹⁴⁴.

Ao contrário de outras cidades do Oeste do Paraná, Foz se destaca pela paisagem natural. No Parque Nacional estão as exuberantes Cataratas do Iguaçu. O Congresso Internacional de Geografia Norte-Americano, realizado em 1906, declarou as cataratas de Iguaçu como a maior descoberta de acidentes geográficos do século XX, conforme artigo

¹⁴⁴ FOZ DO IGUAÇU. **Retratos de Foz de Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Gráfica e Editora Paraná: 1997, p. 28.

publicado no jornal “St. Louis Post Disptch”, edição de 16 de outubro de 1906¹⁴⁵.

A história de Foz do Iguaçu está ligada ao militarismo. Desde a descoberta da foz do Rio Iguaçu, militares discutiram a importância estratégica e a necessidade de se instalar no local uma colônia militar com a finalidade de oferecer obstáculos à invasão de estrangeiros. O fato já era discutido no ano de 1880. As águas do Rio Paraná eram outro motivo de preocupação para os governantes.

No ano de 1889 foi implantada a colônia militar, para acabar com a ocupação e exploração da área, feita, principalmente por argentinos. Apesar dos contratemplos enfrentados pela Comissão Estratégica do Paraná, chefiada pelo capitão Belarmino de Mendonça Lobo, o engenheiro militar chega a Foz do Iguaçu no dia 15 de julho de 1889, “depois de 7 meses e 20 dias de trabalho. Havia na área, 324 pessoas, sendo 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis, 95 argentinos, 21 paraguaios e 1 inglês”¹⁴⁶.

Uma segunda expedição de militares chega a Foz do Iguaçu em 22 de dezembro de 1889, quando foram afixados editais comunicando que a partir daquela data iniciavam os trabalhos de fundação da colônia.

Domingos Nascimento, militar, em relatório que fez da viagem à Foz do Iguaçu em 1903, relata, no livro “Pela Fronteira”, que “de nosso, nem uma chalana... A nossa incúria tem chegado a ponto de entregarmos toda a exploração das nossas matas e dos nossos ervais, toda a vida comercial desta zona aos argentinos, cuja bandeira desfraldada no topo dos seus navios percorre a fronteira brasileira, livre de competidora, isenta por muitos anos ainda de ver-se obrigada pelos códigos marítimos a descer pela driça para

¹⁴⁵ Revista Memória de Foz do Iguaçu. nº 3. abril/83.

¹⁴⁶ A colônia militar de Foz do Iguaçu. **Revista Memória de Foz do Iguaçu**. junho de 1982. p. 9.

cumprimentar um navio mercante”¹⁴⁷.

A colônia militar foi extinta em 1912, quando Foz do Iguaçu pertencia ao município de Guarapuava. Passou para a jurisdição do Estado do Paraná, “constituindo-se no município de Iguaçu e, por fim, pela lei estadual nº 1783, de 5 de abril de 1918, em município de Foz do Iguaçu. Em 13 de setembro de 1943, foi desmembrado do Estado do Paraná para integrar, pelo decreto nº 5812, o Território do Iguaçu”¹⁴⁸.

Desde o tempo do império já havia interesses em defender as fronteiras ocidentais brasileiras, consideradas como “abandonadas”. Por isto foi determinada a instalação da colônia militar, que pôs fim à exploração da erva-mate e de madeiras brasileiras, principalmente de parte de argentinos e de paraguaios.

Estradas só carroçáveis, trilhas indígenas e caminhos construídos por antigos dirigentes da extinta colônia eram os caminhos que os moradores da área dispunham. A construção da estrada ligando o município à cidade de Ponta Grossa foi uma das grandes aspirações da população de Foz do Iguaçu. Prevalecia, em razão das precárias condições, como principal meio de transporte, a navegação fluvial. A abundância de rios da região facilitava a locomoção.

Os gêneros alimentícios, na maioria, eram importados, tornando o custo elevado. A preferência pela exploração da erva-mate e madeira em detrimento do cultivo de lavouras de subsistência contribuía para a ausência de alimentos, motivando a importação e o encarecimento de mantimentos.

Os ervais da região eram na totalidade nativos. A ação das companhias

¹⁴⁷ Idem, p.12.

¹⁴⁸ Idem, p.20.

concessionárias foi tipicamente de exploração predatória. A erva-mate era considerada como o ouro verde da fronteira, explorada por companhias argentinas e inglesas. As florestas eram depredadas e os trabalhadores, na maioria paraguaios e brasileiros, vivam em regime de extrema brutalidade.

A madeira era outro produto largamente explorado na região. A partir de 1874 começa a exploração em ciclo comercial. A madeira era exportada pelas águas do Rio Paraná e surgia como alternativa à crise sofrida pela industrialização da erva-mate.

A exploração de madeiras de elevado valor comercial passou a ocupar destaque na atividade econômica do Oeste paranaense na década de 1930. “Diante de protestos, que se erguem contra a extração irracional de nossa riqueza vegetal, é sancionada em 1907 a primeira lei paranaense de proteção às florestas. Mas a lei não é cumprida, pois, já a partir de 1918, com a exploração crescente de madeira, nem serrarias nem o governo procuram fazer cumprir a lei”¹⁴⁹.

A exploração principalmente do pinheiro atrai colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Logo, o pinheiro começou a escassear, forçando os agricultores a iniciarem a plantação de milho e mandioca, impulsionando a criação de suínos, originando novo ciclo econômico, em substituição às serrarias. Décadas depois surgiu o cultivo de soja e trigo, iniciando o processo mecanizado da produção agrícola intensiva e comercial.

Como a exploração da erva-mate tinha características nômades, somente com a vinda de produtores rurais sulistas é que os núcleos populacionais começaram a surgir e a

¹⁴⁹ A madeira como fator de desenvolvimento de Foz. **Revista Memória de Foz do Iguaçu**. dezembro de 1982, p. 16.

“enraizar” homens e mulheres, pioneiros na colonização da região.

A exploração desenfreada da madeira fez surgir empresas que monopolizaram o lucrativo comércio do setor. Ao venderem terras aos colonos, as empresas colonizadoras impunham como cláusula contratual que as madeiras derrubadas eram de propriedade das concessionárias, que as exportavam, principalmente, para a Europa. Peroba, ipê, tatajuba, guajuvira, gabriúva, guarapiapinha, alecrim, canafístola, sapuhi, louro branco, guatambu, canela preta e parda, timbaúba, e canjarana eram as principais madeiras.

A fertilidade das terras do Oeste paranaense, associada ao clima propício ao desenvolvimento de culturas agrícolas, bem como a iniciativa do governo do Estado, que propagandeou as condições favoráveis da região, atraiu milhares de famílias.

As primeiras levas de migrantes à região Oeste remetem aos anos 1950 e 1960. Originários do Sul do país e em busca de terras para a implantação de lavouras, muitas famílias deixaram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina rumo ao Oeste do Paraná.

Nos anos de 1950, o Estado do Paraná firma-se perante a economia nacional como grande exportador de café. Os governadores Moysés Lupion (1947-1951) e Bento Munhoz da Rocha (1951-1956) assumiram compromisso político com o povoamento e a modernização do Estado. Para tanto, foi incentivada a continuação de fluxos migratórios de paulistas e gaúchos em direção ao Norte, Oeste e Sudoeste do Estado, bem como o desenvolvimento dos transportes¹⁵⁰.

A crise do café em 1955, afetado por geadas e por preços instáveis, motivou a procura de terras no Oeste do Estado. O período de crise da economia primária

¹⁵⁰ RONCAGLIO, Cynthia. **Das estradas às rodovias: meio século de rodoviarismo no Paraná**. Curitiba; DER, 1996. p. 65.

exportadora e da comercialização dos principais produtos, caso do café e da madeira, não prejudica, no Paraná, o desenvolvimento do parque industrial, que tem os produtos agrícolas respondendo por 69%, sendo que 50% das indústrias beneficiavam o café. Não foi por acaso que a obra de maior impacto em 1960 foi a construção da Rodovia do Café.

“No Paraná, o setor primário foi fortemente urbanizador”¹⁵¹. Os resultados dos investimentos eram aplicados no próprio setor cafeeiro ou enviados para São Paulo, região mais industrializada do país.

A modernização do Estado do Paraná, via industrialização, deu ênfase à ampliação da infra-estrutura básica, como o fornecimento de energia elétrica e a pavimentação de rodovias.

No início de 1970, as lavouras do Oeste paranaense passaram por aceleradas modificações. O meio geográfico foi alterado com a modernização da agricultura. Enquanto em períodos anteriores prevalecia a presença de minifúndios voltados para a produção em pequena escala, com os incentivos recebidos dos governos federal e estadual, os agricultores adotaram a mecanização de lavouras, passando, igualmente, a usar produtos químicos, tanto para ampliar a fertilidade do solo quanto para o combate de ervas invasoras e de doenças e pragas na lavoura.

Trata-se de questão importante, já que o processo modernizador do campo, aliado, posteriormente, às desapropriações realizadas pela Itaipu para indenizar o alagamento de áreas cultiváveis, expulsaram muitas pessoas que se dedicavam à atividade rural, promovendo uma das maiores migrações do século XX com destino ao Norte do

¹⁵¹ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** e o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981. p.186.

país, alterando as características da região. Jovens oriundos do campo, pequenos proprietários, arrendatários e meeiros procuraram trabalho nos canteiros de Itaipu, contribuindo para a redução na produção agrícola.

Mesmo sem as máquinas entrarem em funcionamento, Itaipu influencia todo o oeste paranaense. Aventureiros e gente simples do campo e de pequenos centros urbanos, acalentados pelo sonho de enriquecerem, procuram a “terra prometida”, como Foz do Iguaçu passou a ser conhecida.

Ônibus de turistas começam a passar por Foz de Iguaçu em direção à Ponte da Amizade, caminho para a cidade de Porto Stroessner, “onde o cruzeiro valia; 13,3 guaranis”. Enquanto isto, outros ônibus chegavam à cidade trazendo trabalhadores.

O número de trabalhadores oriundos de outros Estados era tanto que a ligação Foz-São Paulo, que antes acontecia duas vezes por semana, passou a ser feita em seis horários diários. O custo de vida na cidade tornou-se caro. “O aluguel de um rancho, casa de madeira, com sala e quarto, não sai menos de mil cruzeiros. Uma refeição num restaurante modesto fica em torno de 50 cruzeiros. A explicação para os altos preços é Itaipu”¹⁵².

Foz do Iguaçu recebeu trabalhadores de outros Estados e da própria região Oeste. Para se ter idéia do significado do projeto de Itaipu para Foz do Iguaçu basta observar os dados da população a partir da década de 1940:

¹⁵² BARTOLO, Julio. Itaipu: a terra prometida. **Revista Machete**. Rio de Janeiro: nº 1.231, 1975. p. 78.

1940	1950	1960	1970	1980	1990	1996	2000
7.645	16.421	28.079	33.966	136.352	190.123	231.627	258.543

TABELA 1 - POPULAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU A PARTIR DA DÉCADA DE 40

Apesar de ser necessário melhorar a infra-estrutura da região, parlamentares defendiam a idéia de que o Paraná teria se antecipado ao projeto. “De alguma forma, o Paraná vem se antecipando à concretização do gigantesco projeto, que já não sai do nada, mas de uma região colonizada e em processo de valorização econômica”¹⁵³.

A facilitação de financiamentos para os produtores de soja e de trigo vinha ao encontro da decisão do governo federal frente à crise dos elevados preços de petróleo: “No ano de 1979, o vice-presidente da Republica só vê uma saída de curto prazo para fazer frente a uma alta elevada nos preços de petróleo: a obtenção de safra agrícola excepcional, de forma a permitir uma substancial elevação nas exportações do país”¹⁵⁴.

Existia duplo interesse nos investimentos da região. Criar toda a infra-estrutura para o escoamento dos produtos agrícolas e facilitar a construção da usina hidrelétrica.

Em função da implantação do projeto de Itaipu, o Estado do Paraná executou o programa especial para o Oeste do Paraná (Prodopar), que, por meio de decreto de 1974, previa criar infra-estrutura econômica e social com a finalidade de preparar a “área” para receber o empreendimento de Itaipu.

O projeto também estava atrelado à necessidade de se criar na região, condições necessárias para melhorar os transportes, visando, igualmente, o escoamento da produção

¹⁵³ LEÃO, Mattos. **Itaipu**: a hidrelétrica do século. Brasília: 1975. p. 12

¹⁵⁴ Resumo elaborado a partir dos textos distribuídos pela CNE e pelo noticiário publicado no Correio Braziliense e no Jornal do Brasil de 30/10/1979.

agrícola para os centros consumidores.

Especificamente em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1960 e 1975 aumentaram as construções, com a maior parte sendo de casas de madeira. A construção da Ponte da Amizade foi um marco para o desenvolvimento local e para a modificação do panorama. Estrada de chão batido (sem pavimentação) ligava, por exemplo, Foz do Iguaçu a Cascavel, mas, em períodos de chuva, ficavam intransitáveis e, por isto, precisavam ser melhoradas, com o asfaltamento sendo a principal solução.

A BR 277 – Rodovia do Atlântico facilitou o transporte e a comunicação do Oeste do Paraná com o resto do país. “Entre os fatores que retardaram e até puseram em perigo a soberania do Brasil sobre o Oeste do Paraná pesou de maneira muito séria a enorme distância da região em relação aos centros do Estado e do país e a ausência ou a precariedade dos meios de comunicação, especialmente no setor de estradas e de transportes”¹⁵⁵.

O isolamento da região foi um dos fatores para a implantação do sistema de obras, adotado principalmente por argentinos. Em Foz do Iguaçu, mesmo quando no início se implantou a colônia militar, a falta de comunicação e de estradas dificultou bastante o projeto de instalação e de desenvolvimento da área. O quadro somente foi alterado com a melhoria das estradas.

Com o término do ciclo da madeira, o cascalhamento das estradas facilitou o deslocamento e a visita de maior número de visitantes. Com a melhoria das estradas, os turistas apareceram, exigindo a construção de hotéis, incrementando a economia.

¹⁵⁵ Da estrada estratégica à BR-277. **Revista Memória Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Gráfica Eldorado, dezembro, 1982. p. 21.

Itaipu, que é considerada como a “mola propulsora de todo o progresso que vemos na atualidade”, inicia novo ciclo que se pode chamar de ciclo Itaipu.

A ênfase nos investimentos destinados a Foz do Iguaçu, em decorrência do novo empreendimento federal, fomentou corrente migratória intensa para a cidade. Havia interesse por parte dos governantes federais na ampliação do mercado interno e na política migratória para áreas dotadas de capacidade em absorvê-las.

Em Foz do Iguaçu, a implantação do projeto do plano diretor, deu ênfase ao desenvolvimento urbano¹⁵⁶. No caso de Ilha Solteira, durante a execução do projeto, foi construída uma nova cidade. No caso de Itaipu, a opção do governo federal foi a de aproveitar a estrutura existente em Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, localizadas próximas à obra, cerca de 12 a 15 quilômetros.

Publicações em revistas de circulação nacional retratavam Foz do Iguaçu antes do projeto da Itaipu ser implantado:

Quando, em 1954, lá estive pela primeira vez, depois de horas seguidas comendo poeira nos quase setecentos quilômetros de estrada de barro, entre Curitiba e a margem esquerda do Iguaçu, a cidadezinha praticamente se resumia à comprida, empinada e empoeirada Avenida Brasil, toda ela margeada de casas e casarões de madeira, mais uma dúzia de edifícios de tijolos (onde se abrigavam as repartições oficiais) e umas tantas e enviesadas ruas vicinais. Tudo encardido, pobre, desolado¹⁵⁷.

A cidade paraguaia de Presidente Stroessner, do outro lado do Rio Paraná,

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ SILVEIRA, Joel. Uma fronteira muito viva. **Revista Manchete**. 14 de julho de 1979, p. 72 – A comida era de uma irritante, deprimente monotonia: peixe no almoço, peixe no jantar, os deliciosos peixes fornecidos pelo Iguaçu e pelo Paraná, mas deliciosos somente nos primeiros dias, enjoados e quase nauseantes pela repetição, na segunda semana.

também cresceu em função de Itaipu. O pólo mais desenvolvido do território do Paraguai deslocou-se da fronteira com a Argentina para as cercanias de Itaipu (Anexo A).

Reportagem publicada pela Revista Manchete, em 14 de julho de 1979, chama a atenção. Fragmento mostra a comparação feita por repórter entre as cidades de Foz do Iguaçu e de Presidente Stroessner.

Se quer fazer uma comparação entre Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, ela tem de que ser forçosamente maniqueísta: digamos, então, que Foz, com sua vida ordenada, sua disciplina, que mais se acentua por se tratar de uma área de segurança nacional, seu comércio, que paga impostos e taxas, seus dias afanosos e suas noites vazias e repousantes – assim ordeira e rotineira, seria o bem. Já do outro lado, a doudivana Presidente Stroessner, com suas mil lojas e butiques, onde se expõem todo os produtos estrangeiros ali levados pelo contrabando, seu febricitante e insone Cassino Acaray (de roletas não necessariamente muito honestas), seus bordéis escondidos sob árvores copudas – bem Presidente Stroessner, nesta escala maniqueísta, seria o mal¹⁵⁸.

A descrição do jornalista é pautada por visão polarizada entre as duas cidades. Constrói discurso narrativo para Foz do Iguaçu enaltecido pelo progresso, planejamento urbano e competência dos administradores. Baseia-se em opostos, como ordem x desordem, bem x mal, para definir a cidade vizinha. Trata-se de apelo relacional edificando relações desiguais dentro de lógica imbuída de valores de dominação x submissão.

Marcelo Gleiser analisa de forma “poética” o riquíssimo simbolismo que cruza as fronteiras entre a ciência e a religião e os meios que a imaginação humana utilizou para confrontar o “mistério da criação”. Um dos problemas levantados pelo cientista é, justamente, a existência de certas limitações em nossa imaginação. “O problema é que

¹⁵⁸ SILVEIRA, Op. Cit.

tanto nossa percepção sensorial quanto os processos de pensamento que usamos para organizar o mundo à nossa volta são restringidos por visão polarizada da realidade, que se baseia em opostos”¹⁵⁹.

O modo de observar os fenômenos de forma polarizada está ligado à nossa percepção de realidade e, a forma como nossas ações são organizadas em sociedade. Segundo o autor, “o problema é que pagamos um preço por sermos assim”, limitando nossa forma de pensar nossa imaginação¹⁶⁰.

Ficou comprovado que, a partir das descobertas da Física Quântica, o observador interfere no objeto. A fronteira do conhecimento se ampliava e a ciência que estuda os fenômenos naturais trazia novas reflexões para a pesquisa.

A descoberta atingiu, sobretudo, a noção de limite. Para Paul Virilio, “o que até agora era fronteira de uma matéria, o ‘terminal’ de um material, torna-se via de acesso dissimulada dentro da mais imperceptível entidade. Doravante, a aparência das áreas e das superfícies passa a esconder uma transparência secreta, uma espessura sem espessura, um volume sem volume, uma quantidade imperceptível”¹⁶¹.

As teorias que emanam da Física podem ser um caminho, por exemplo, para entender a noção de espaço e de tempo. As teorias de Einstein e, mais recentemente da Física Quântica, podem enriquecer as análises. Gleiser frisa que “assim como em música

¹⁵⁹ GLEISER, Marcelo. **A dança do universo**: dos mitos de criação ao Big-Bang. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁶⁰ A evolução da ciência, principalmente com o impacto causado na compreensão a partir da Física Quântica, causou profunda revolução. Conceitos precisaram ser revistos, uma vez que os fenômenos não podiam mais ser explicados com antigas teorias. “O mundo do muito pequeno” trazia aspectos diferentes do mundo à nossa volta. “Primeiro, fica claro que as imagens que construímos em nossas mentes na tentativa de visualizarmos a natureza física da luz não são apropriadas. Mais, ainda. A linguagem que representa a verbalização de imagens é, deste modo, limitada para descrever a realidade quântica”. GLEISER, Op. Cit.

¹⁶¹ VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993. p. 13

não é necessário saber ler uma partitura para apreciar a beleza de uma sinfonia, em Física tampouco se precisa saber resolver uma equação para apreciar a beleza de uma teoria”¹⁶².

Estas reflexões tornam-se importantes uma vez que o espaço é impensável sem o tempo. As representações do espaço e as simultaneidades do tempo em Itaipu fazem questionar o espaço e o tempo; o espaço tecnológico, o espaço político e o espaço lugar.

São questões fundamentais, já que o presente trabalho apresenta vários pares, como homem e natureza; civilizado e selvagem; ciência e técnica; tradição e modernidade. A dicotomia marca a superioridade de um pólo em detrimento de outro.

O jornalista contrapõe Foz do Iguaçu a *Ciudad* Presidente Stroessner. Seleciona ângulos para fazer as observações. As informações mostram um pouco do cotidiano dos lugares e da sua relação com ambos. A forma pela qual as cidades são nomeadas aponta para a escolha do lugar de onde ele está narrando.

Ciudad Presidente Stroessner de acordo com o jornalista é a imagem invertida de Foz. As cidades são nitidamente separadas pela analogia do bem e do mal. É estabelecida profunda diferenciação entre brasileiros e paraguaios, entre as duas cidades.

A experiência de Itaipu na fronteira transformava os modos de vida de seus moradores. O jornalista partia de velhas concepções de mundo frente à nova experiência que anunciava e manifestava sua opinião “maniqueísta”.

“Já do outro lado” constitui o imaginário mais consistente da fronteira. A interpretação do espaço individual urbano está representada pelo bem e pelo mal. O ponto selecionado é, justamente, a fronteira, local de encontro, de resistência de pressão. É a

¹⁶² GLEISER, Op. Cit., 1997. p. 14.

ponte que une e desune. Não é por acaso que as reivindicações ocorrem naquele local. A ponte é um aparato de comunicação das relações entre o cá e o lá.

A categoria ordem é fundamental para o discurso dos militares relacionados à cidade fronteiriça brasileira, Foz do Iguaçu. O contrário, o caos, é característica da cidade vizinha, paraguaia, de Presidente Stroessner. Ela representa a desordem, o paradoxo reforçado com o fato de Foz do Iguaçu estar situada em área de segurança nacional.

Itaipu simboliza o progresso. Esta idéia traz no seu bojo, a vinculação à necessidade da ordem. A fronteira do jornalista é baseada na experiência conceitual, afinal, está ali apenas para a produção de matéria que tem como abordagem a construção da hidrelétrica.

Era como se a nação estivesse sendo representada por Foz. Sendo assim, a forma como era representada a cidade servia de referência para a representação nacional. Itaipu seria como um emblema da dinâmica responsável pela modernização do país.

A Ponte da Amizade, construída no governo de Juscelino Kubitschek, servia como zona de contato entre as duas cidades. Era o contato ativo. Por ocasião da implantação de Itaipu, brasileiros compravam carne e outros produtos alimentícios a preço menor. Isto fez com que paraguaios atravessassem a ponte em busca, principalmente, de hortigranjeiros que eram comercializados pela Ceasa, em Foz. Não eram apenas paraguaios. Argentinos também migravam para Foz, levando frutas para serem trocadas por produtos como milho, arroz e feijão brasileiro.

De acordo com Laino, em 1973, com a localização definitiva de Itaipu, a perspectiva econômica da região aumentou. Cresceu a procura por terras paraguaias.

Segundo estimativas do Conselho Nacional do Progresso Social, mais de 39.000 brasileiros ingressaram no Paraguai, contudo, os registros oficiais assinalaram o ingresso de apenas 3.281 brasileiros¹⁶³.

A concentração de brasileiros, atraídos pelos preços baixos das terras paraguaias, causou preocupação a alguns segmentos paraguaios. “A evidente penetração em território fronteiriço para a aquisição de grandes extensões de terra, representa, na verdade, uma mudança de fronteira”¹⁶⁴. Para Laino o problema era muito grave o seu país perdia aos poucos sua soberania “O problema da fronteira, é, no entanto, mais grave, o cruzeiro com a efígie de Pedro II, deslocou-se para o Paraguai de forma tal que tomou o lugar do guarani com efígie do Marechal López e está presente em quase todas as cidades paraguaias localizadas nos limites fronteiriços com o Brasil”¹⁶⁵.

Jornais paraguaios divulgavam estas questões. Foram, inclusive, mais longe. “O Brasil tem fronteiras bem definidas e suas leis proíbem que qualquer paraguaio possa adquirir um pedaço de terra sobre a fronteira”¹⁶⁶.

Os costumes eram intercambiados fora e dentro da obra. Exemplo é a língua portuguesa. Jornais paraguaios noticiavam a influência brasileira exercida no Paraguai. “Como se percebe, temos até acento português [...]”¹⁶⁷.

Com Itaipu, a fronteira foi deslocada para o interior da cidade, para o interior da obra. Fronteira, aqui, é entendida com o sentido atribuído por Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁶³ LAINO, Domingo. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global Editora, 1979. p. 74.

¹⁶⁴ Idem, p.76.

¹⁶⁵ Idem, p.150.

¹⁶⁶ Idem, p. 77.

¹⁶⁷ Idem, p. 161.

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas e até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam. Ora, a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou, melhor equipados¹⁶⁸.

O progresso rápido da cidade de Foz do Iguaçu foi “disciplinado” por meio de plano diretor, criado justamente para melhorar a infra-estrutura. A cidade teve as ruas alargadas. Algumas receberam calçamento e iluminação pública. “Com as obras de Itaipu, a cidadezinha acordou por completo”.

No cenário surgiram lojas, escolas, bares, hotéis, faculdades. O planejamento se apoiou num conjunto de dados estéticos, políticos, econômicos e tecnológicos.

Um plano diretor “salvador”¹⁶⁹ preparava a cidade para o futuro enquanto que *Ciudad* Presidente Stroessner, de acordo com reportagem publicada em 1979 era o contrario de Foz.

[...] ao contrário de Foz do Iguaçu cresceu (e está crescendo) de forma errada, sem qualquer plano prévio. Simplesmente os arranha-céus sobem no chão bugre. As ruas se alargam porque é preciso dar vazão ao tráfego cada vez mais intenso. As casas se multiplicam do dia para a noite, mas sem estilo determinado – apenas vão sendo construídas apressadamente nos vastos terrenos baldios que ainda sobram, mas que logo estarão ocupados¹⁷⁰.

O plano diretor de Foz do Iguaçu foi planejado atrelado à construção de Itaipu. Se os planos têm, na maioria das vezes, a preocupação de orientar o espaço, Foz do Iguaçu foi remodelada para atender às necessidades em função de Itaipu.

¹⁶⁸ HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 p13.

¹⁶⁹ Revista Manchete, 14 de julho de 1979. p. 72.

¹⁷⁰ Revista Manchete, 14 de julho de 1979. p. 72.

Projetava-se para o presente e não para o futuro, dotando a cidade de condições para receber um fluxo intenso de pessoas. Em Ilha Solteira foi construída uma cidade. Em Foz, ao contrário, se aproveitavam as estruturas já existentes. Era construída mais do que uma hidrelétrica. O que estava sendo edificado, mudaria a história da engenharia do país e seria referência para o mundo. Itaipu era monumento para ser visto por outras gerações. O seu significado extrapolava a sua função.

Em Itaipu, os operários de todos os cantos do Brasil e do Paraguai formavam uma comunidade em que se cruzavam raças e culturas diferentes. Vilas residenciais foram implantadas para funcionários. Enormes conjuntos habitacionais foram construídos. “São mini-cidades dentro de Foz do Iguaçu, com toda a infra-estrutura”.

O planejamento das vilas visava separar os moradores de acordo com a função desempenhada na obra. Vilas A, B e C, além de acampamentos instalados no canteiro de obras para funcionários solteiros. Todos os equipamentos comunitários foram planejados. Residencial, escolar, de saúde, comercial, recreativo, religioso, administrativo e outros foram instalados nas vilas, que foram construídos com financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁷¹.

A vila foi destinada ao trabalhador de nível médio, casado (Figura 11). As residências eram edificadas, na maioria, em alvenaria. Um colégio foi construído para atender os filhos dos funcionários de Itaipu e da União de Construtoras Ltda. (Unicon). Supermercado, centro recreativo, quadras de esportes, templo de culto ecumênico, central comercial, ambulatório foram instalados. O hospital foi implantado mais tarde.

¹⁷¹ Cf. ITAIPU. Infraestrutura de apoio. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição de novembro de 1977. Novo Grupo editora técnica Ltda, p. 120

Figura 10 - VILAS CONSTRUIDAS PARA MORADIA DOS TRABALHADORES DA ITAIPU – CONJUNTO C E A



FONTE: ITAIPU. **Hydroelectric Project**. Curitiba/PR: Itaipu Binacional, 1994. p. 1.12

O conjunto B destinava-se aos funcionários de nível superior. Contava com equipamentos sociais e comunitários.

O conjunto C era o que ficava mais próximo do canteiro de obras. Era destinado aos operários casados, geralmente serventes. Foi construído para servir aos funcionários por período de tempo menor. A edificação foi levantada com blocos de concreto, possível de ser rapidamente desmontada.

Os alojamentos coletivos dentro do canteiro foram construídos e divididos em três categorias, de acordo com o nível de pessoal que iria ocupá-los.

O centro comunitário, planejado como conjunto de unidades destinadas às atividades sociais e complementares necessárias à vida dos funcionários, era composto, basicamente, de unidades administrativa e de segurança; escola; centro comercial, farmácia, lanchonete, posto bancário, bazar, barbeiros, jornaleiros, lojas de vestuário e de

calçados; rodoviária; ambulatório; lavanderia industrial; cinema e teatro para 550 pessoas; duas unidades sociais, com salas de jogos, bar, sala de TV. Também contava com centro esportivo com quadras para vários tipos de esportes; além de cozinha e refeitório com capacidade para servir, simultaneamente, 10.000 refeições¹⁷².

As pessoas que trabalhavam na obra e residiam nas vilas tinham relação de estranhamento com a cidade, afinal, estavam ali para a construção da usina. Pouco se identificavam com o centro da cidade. O que lhes dava identidade não era nenhum evento presente na memória coletiva já se tratava de pessoas de todos os lugares do país, que viviam o tempo de uma “duração técnica”.

A experiência de viver a cidade estava atrelada a valores que tinham a ver com a experiência individual. Que sentimento de cidade era alimentado pelos moradores das vilas do canteiro de obras? Os espaços de lazer estavam situados no próprio local de trabalho. Ao serem planejadas as mini-cidades foi abstraída a experiência histórica de viver a cidade. A cidade planejada não era lugar para se viver. Era uma “máquina produtiva”.

Para os construtores de Itaipu há um elemento original que deve ser levado em consideração: trata-se da primeira grande hidrelétrica construída nas proximidades de uma aglomeração urbana relativamente importante. A logística de apoio ao homem tem, por conseguinte, de procurar um esquema original, porque tudo indica que, uma vez terminada a obra, uma parcela do povo dos barrageiros que arranchou por lá, vai se integrar na comunidade em que ficou acidentalmente inserida¹⁷³.

A cidade era adaptada para atender as exigências da obra. A hierarquia podia ser

¹⁷² Idem, p. 120.

¹⁷³ Documento: Itaipu. **Suplemento de Manchete**. nº 1.384, s.d.

observada nas vilas, que ainda hoje são mantidas, preservando a divisão.

O *status* era identificado pelo local em que morava o funcionário. O espaço e a localização eram definidos pela posição social dos trabalhadores. O espaço, projetado pelos tecnocratas de Itaipu, expressava a ordem social. Não foi por acaso que o jornalista definiu Foz do Iguaçu como cidade ordeira e disciplinada.

Para a turma de nível médio (encarregados de obras, chefes de setores e técnicos em geral), o conjunto é outro. As casas são menores e mais simples. A distribuição original foi idealizada por um arquiteto paulista, na base do condomínio horizontal, sem muros e sem ruas, mas não deu certo. A falta de privacidade acabou estimulando alguns desentendimentos e até brigas, como a de um marido, indignado por achar que o vizinho ficava espiando as pernas de sua mulher quando ela lavava roupa no tanque. Por esta razão e outras, as casas construídas posteriormente foram distribuídas em padrão tradicional, em lotes normais, murados. Ao gosto do brasileiro, tudo deu certo. Ninguém devassa a intimidade de ninguém. Cada um tem seu cachorro, seus passarinhos, sua pequena horta¹⁷⁴.

Não foi somente o espaço. O tempo também foi alterado. Se antes de Itaipu vivia-se em ritmo mais lento, quando as alternâncias do dia e da noite marcavam a rotina da fronteira e da região, a forma redesenhada da cidade, para receber o canteiro de obras, obedecia à lógica do tempo. Para viabilizar isto, estradas foram abertas para dar acesso mais rápido à obra. As vilas dos trabalhadores foram localizadas próximas ao canteiro de obras.

Se o “mundo do muito pequeno” gerava novos aspectos para análise do mundo, há que se concordar com Paul Virilio, quando afirma que “lá, onde a ordenação do espaço geográfico se organiza a partir da geometria de uma marca de referência (rural ou urbana),

¹⁷⁴ FEIJÓ, Atenéia. A epopéia de Itaipu. **Revista Manchete**. 1976 p. 86.

a ordenação do tempo se opera a partir de imperceptível fragmentação da duração técnica, quando o corte e a interrupção momentânea substituem a ocultação durável, ‘a rede dos programas’ sucede às grades das cercas, como, ontem, o indicador da ferrovia, ele mesmo é sucedido às efemeridades”¹⁷⁵.

O crescimento acelerado que sofreu a cidade de Foz do Iguaçu criou desequilíbrio urbano. Os efeitos nefastos podem ser vistos nos dias de hoje. Serviços foram executados para melhorar as cidades próximas da obra. “Toda esta quantidade de pessoas vai, por certo, tumultuar e aumentar as dificuldades existentes na região”¹⁷⁶.

O sistema de transporte sofreu alterações em função da obra. Vastas estradas sofreram modificações. Outras receberam reforços para suportar a passagem de peças de grande peso da usina, cujo transporte não podia ser feito via ferroviária. O aeroporto de Foz foi ampliado e modernizado. Em aeroporto paraguaio foi construída pista somente para aviões executivos.

Quanto às ferrovias, já vêm sendo feitos melhoramentos na linha Curitiba-Paranaguá. São executados trabalhos de terraplanagem, obras de arte e aquisição de imóveis no litoral e no planalto. Na ligação Engenheiro Bley-Curitiba foram executado mais de 70 quilômetros, num total de 83. Na ligação Engenheiro Bley-Engenheiro Gutierrez, 102 km, já estando concluído o projeto executivo de engenharia. Na construção da variante Engenheiro Gutierrez, o projeto está quase concluído. Na ligação Guarapuava-Cascavel, está concluído o projeto de engenharia. No trecho Cascavel-Foz do Iguaçu, igualmente está concluído o projeto de engenharia. No trecho Campo Mourão/Cascavel, se não tivermos a estrada de ferro, grande parte de suprimentos terá que desembarcar em Maringá e de lá ser transportada vir por rodovia até Cascavel e Foz do Iguaçu. Este projeto está pronto praticamente. Informaram que faltam 20 quilômetros¹⁷⁷.

¹⁷⁵ VIRILIO, Paul. A cidade superexposta. In: Espaços e Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, 1981. p. 13.

¹⁷⁶ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

¹⁷⁷ CAVALCANTI, idem.

As melhorias no sistema de transportes eram imprescindíveis. Para a implantação da obra havia a de suprimentos para alimentar os operários. Havia a necessidade de materiais de construção e equipamentos. Carretas com centenas de rodas eram necessárias para transportar os pesados equipamentos da usina. O rotor de turbina, por exemplo, corresponde a 350 toneladas e tem oito e meio metros de diâmetro. Eixos de turbina e transformadores enormes precisavam ser levados até à usina, em Foz do Iguaçu (ver Figura 12)

Figura 11 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DA TURBINA Nº 1 PARA O CANTEIRO DE OBRAS DE ITAIPU – NOV/1981



FONTE: ITAIPU. Relatório de 1981. p. 43

O consumo de cimento e de ferro seria enorme. Quanto ao cimento, havia cálculos dando conta de que seriam consumidos, durante quatro anos, algo em torno de duas mil toneladas por dia. “Só na fase de concreto das estruturas dos canais de desvio da

água, deveremos colocar na obra, 150 mil metros cúbicos de concreto por mês, representando cinco mil metros cúbicos de concreto por dia. Quando estivermos na grande barragem, com a casa de força, estes números dobrarão. Serão 300 mil metros cúbicos de concreto por mês, ou, 10 mil metros cúbicos por dia”¹⁷⁸.

Comparando-se Itaipu com Ilha Solteira, a maior barragem até então construída no país, no pico das obras foram consumidos, durante alguns meses, 150 mil metros cúbicos de concreto por mês.

2.2 ADEUS SETE QUEDAS

2.2.1 O Alagamento de Sete Quedas a Itaipu - 1982

A Revista *Veja*, de 22 de setembro de 1982¹⁷⁹, publicou matéria sob o título “Cerimônia do adeus: as águas do lago de Itaipu vão começar a cobrir Sete Quedas, relíquia que a natureza demorou 50.000 anos para esculpir”. Diz o jornalista:

Óculos embaçados pela névoa que emoldura as cataratas, à cabeça, um boné azul e branco com a inscrição “Vim te dizer adeus, Sete Quedas”. O presidente João Figueiredo avançava por um atalho balizado por árvores centenárias, às margens do Rio Paraná, quando teve seu caminho polidamente cortado por Antônia Liberta de Moraes, 18 anos. “presidente, não dá para salvar isto aqui?”, perguntou a jovem. “Bom seria se pudéssemos ter Itaipu sem acabar com Sete Quedas”, respondeu Figueiredo. Minutos antes, escoltado por ministros de Estado e políticos paranaenses, ele contemplara pela primeira vez o majestoso cenário desenhado pelo choque das águas do Paraná contra o basalto. E, em nome do país, dera adeus a Sete Quedas –relíquia natural encravada no município de Guaíra que, nesta segunda-feira, será definitivamente fechada à visitação

¹⁷⁸ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

¹⁷⁹ TEIXEIRA, Hélio; FRANCO, Pedro. Cerimônia do adeus: as águas do lago de Itaipu vão começar a cobrir Sete Quedas, uma relíquia que a natureza demorou 50 000 anos para esculpir. **Revista Veja**. Setembro, 1982.

pública.

A paisagem que desapareceria em poucos meses evocava sentimentos diferenciados nos moradores de Guaíra, cidade onde estavam localizado os Saltos de Sete Quedas. A população guairense estava habituada ao som que emanava das cataratas. Ela custava acreditar que as quedas seriam submersas. A jovem Antônia, pelas palavras do jornalista deu dimensão ao sentimento de perda do povo da localidade, chocada diante do acontecimento irreversível. Já o presidente João Figueiredo estava convencido da sua missão política. Para ele, Itaipu era a obra que simbolizaria um novo espaço, fonte de orgulho nacional e da grandeza do país. O surgimento da nova obra por si só justificava o desaparecimento das Sete Quedas. O que, para ele, despertava a atenção era o poder de dominar e subjugar a natureza. Sete Quedas era o passado, Itaipu o futuro que instituiria um novo tempo, uma nova era que seria conduzido pelas águas do rio transformada em eletricidade com capacidade suficiente para movimentar o desenvolvimento do país.

O jornalista construindo seu texto mostra que havia discursos que questionavam, sob a ótica da subjetividade, a extinção da paisagem, que havia sido incorporada como extensão do sujeito. O pleito de Antonia reiterado pelo jornalista pode até ser considerado romântico, mas, a resposta do presidente, contrária aos anseios da comunidade, foi dada sob a ótica da racionalidade, fundamentada na importância da hidrelétrica, que, para os dirigentes da nação, muito representava para o presente e o futuro do país. Na reivindicação da jovem não existiu a supremacia entre o presente e o passado. Representa a fronteira pensada no sentido metafórico entre a subjetividade e a objetividade. Não quer

pensar uma como sendo oposta à outra, mas sim, como visões de mundo que se chocam.

Outras narrativas remetem ao desaparecimento de Sete Quedas, todavia, a jovem, diante do presidente do país e de sua comitiva, simboliza e representa o episódio. Antônia, personagem anônima de nossa epopéia, entra em cena para tentar “salvar” o que a natureza levou milhares de anos para construir. É a defesa a favor de uma seqüência de quedas de rara beleza¹⁸⁰.

Para lutar pelo objetivo, a jovem enfrenta a mais alta autoridade do país, justamente durante a solenidade de adeus ao espetáculo natural. Ao se opor ao desaparecimento das quedas, Antônia nos remete ao mito de Antígona, “incessantemente ela coloca em questão as noções essenciais do direito: o fundamento da lei e a desobediência à lei”¹⁸¹. Talvez possa parecer exagero, já que a jovem não altera o que se encontra estabelecido, mas, é inegável, contudo, sua revolta. Mesmo sem poder alterar os fatos, a indagação feita por ela permite ver outras possibilidades. Se, para as autoridades que governavam o país, o problema de limites estaria resolvido, tendo o desaparecimento de Sete Quedas papel mediador na longa disputa, para moradores da região era apenas o local “onde o Paranazão se zanga” e um território conhecido.

As imagens de que o rio não vai ter medo do concreto de Itaipu assombra ainda hoje. Boatos de possíveis rachaduras no concreto estão presentes em diferentes momentos da história de Itaipu.

¹⁸⁰ “Na verdade, uma coleção de 19 quedas e 90 saltos que o Rio Paraná, manso e espreado até o trecho, desenha ao se atirar sobre diversas fendas abertas no basalto, num desnível de 100 metros. Camadas intercaladas de rocha arenítica Botucatu e basalto deram o recorte irregular às quedas, porque, enquanto a rocha arenosa se desgasta facilmente, são necessários 500 anos para que se desgaste um metro de basalto. Deste lento trabalho da natureza surgiu uma esplêndida raridade”. **Revista Veja**, 1982., Idem, p. 70-71.

¹⁸¹ FRAISSE, Simone. “Antígona”. In: BRUNEL, Pierre. **Dicionários de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

O primeiro momento foi o da cheia do rio, que ocorre em determinados anos. O fato, coincidentemente, voltava a assombrar a região justamente quando o “violento” rio era desafiado.

As lendas e os mitos se referem sempre a um local específico. Há um território conhecido. Os mitos, ao contrário, migram de um local para outro. As lendas sobre o rio e as suas quedas são repletas de elementos mitológicos, preservados pela tradição oral, apresentando os mesmos enredos, apesar de matizes diferentes¹⁸².

A memória local preserva as dificuldades de transpor os saltos. Relatos de viagens feitas por exploradores bandeirantes, citados na obra de Capistrano de Abreu, mostram a dificuldade de transpor o rio aquele local. “O Paraná tem um salto que é impossível de se transpor. O salto de Urubupungá, abaixo, tem os Saltos das Sete Quedas, ainda mais difíceis de serem passados. A solução foi os bandeirantes retornarem, ato do qual não eram capazes aqueles homens destemidos, ou, então, de internarem-se pelos afluentes do lado direito e do lado esquerdo do Paraná”¹⁸³.

Acredita-se que o primeiro homem branco a avistar Sete Quedas foi o navegador espanhol Aleixo Garcia, que batizou o local de Cataratas do Paraná. Não se sabe ao certo porque os saltos ficaram conhecidos como Sete Quedas. Existem diversas versões a respeito. “Diz-se que o sete foi usado por ser um algarismo místico que expressa grandeza: Sete Maravilhas, Sétimo Céu, Sete Fôlegos, Sete Instrumentos”. Segundo outra versão, quando os navegantes se aproximavam de Guaíra, avistavam sete colunas de

¹⁸² Sobre a tradição dos rios ver a tese de CAMPIGOTO, José Adilçom. **Hermenêutica da fronteira:** a fronteira entre o Brasil e Paraguai. De acordo com suas reflexões, a escrita da fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá sobre o papel e as águas do rio Paraná.

¹⁸³ ABREU, Capistrano de. O descobrimento do Brasil. São Paulo: Martins fontes, 1999. p. 66.

vapor sobre os saltos. Existe ainda a explicação que a água se precipitava em sete degraus, formando sete conjuntos de quedas.

Não falta também a ironia a respeito da denominação do espetáculo da natureza. “Um jornal argentino chegou a publicar que o nome Sete Quedas foi dado por um brasileiro que não sabia contar”¹⁸⁴.

A denominação dos Saltos da Sete Quedas aparece pela primeira vez no tratado de limites entre Brasil e Paraguai, assinado em 1872¹⁸⁵.

A associação de números para nomear a natureza remete à tradição dos gregos que cultivavam a idéia pitagórica entre a harmonia e a forma de relações matemáticas com os fenômenos naturais, ou seja, da interpretação mística com a linguagem da natureza. “A harmonia se manifesta quanto à nossa percepção de ordem na natureza, quando se contrapõem simples arquétipos geométricos numa ressonância entre as experiências sensoriais e racionais”¹⁸⁶. O vapor sobre os saltos, com certeza, está ligado à formação de arco-íris, uma vez que, de acordo com estudos e experimentos de Newton, feitos na tentativa de desvendar as propriedades da luz, concluíram que “a luz branca nada mais era além do produto da superposição das sete cores do arco-íris”. A dança das águas fazia surgir o vapor e, por reação, o arco-íris.

Não foi apenas sete quedas que ficou submersa, com a formação do reservatório, boa parte do “Alto Paraná” deixou de existir uma área de 1.460 quilômetros quadrados

¹⁸⁴ José Gonçalves Fontes – Jornal do Brasil, 21 de abril de 1977.

¹⁸⁵ “O nome Salto de Sete Quedas apareceu pela primeira vez no Tratado de Paz e amizade Perpetua e de Limites, que pôs fim à guerra entre Brasil e Paraguai. Foi assinado em 1872, por João Maurício Wanderley, barão de Cotejipe, e por Carlos Loizaga, representando respectivamente o Brasil e o Paraguai. No entanto, nos países de língua espanhola as quedas continuaram conhecidas como Saltos Del Guahyrá”. MUNTOREANU, Hortência Zeballos. Guahyrá: Guaíra. São Paulo: Arte Impressa N, 1992. p. 10.

¹⁸⁶ Marcelo Gleiser. Op. cit. p.130.

cobriu 6.900 propriedades, sobretudo rurais, totalizando 100.000 hectares de metas e de solo cultivado. Vasta extensão de terras cultiváveis foi coberta pela represa.

Espécies da flora brasileira que não se encontram em outras regiões ficaram submersas, uma das espécies levadas para o Centro Nacional de Recursos Genéticos, da Embrapa em Brasília, foi a macaúba, palmeira que atinge 20 metros de altura e cuja castanha, é capaz de fornecer óleo comestível. Orquídeas diversas foram recolhidas, sendo que três espécies só existentes na região alagada. Cento e vinte mil relíquias foram recolhidas, representando 10.000 anos de história conhecida da região, chamou-nos atenção matéria publica na revista *Veja* de 1982, data da formação do lago de Itaipu:

A construção da barragem enriqueceu a arqueologia nacional. Comandadas pelo professor Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná, equipes de cientistas descobriram, em dois anos de pesquisas, 210 sítios arqueológicos no pedaço do mapa que em fevereiro deverá estar submerso. Ali foram resgatados 121.224 objetos de madeira, pedra e cerâmica, confeccionados por populações primitivas que habitaram a região, entre 1000 e 8000 anos passados¹⁸⁷.

Os assuntos vinculados ao meio ambiente e aos impactos causados pela obra foram estudados. Em 1973 já se encontrava disponível relatório sobre as conseqüências que seriam geradas pela formação do reservatório. O levantamento foi elaborado pelo Dr. Robert Goodland, considerado como documento pioneiro no Brasil em projetos de hidrelétricas.

No ano de 1975 foi aprovado um plano pela diretoria executiva de Itaipu; “esse plano teve em vista a identificação das atividades relacionadas com o meio ambiente,

¹⁸⁷ TEIXEIRA e FRANCO, Op. Cit. p.72

necessárias para mitigar as alterações, nas diversas graduações de irreversibilidade, que poderiam verificar-se no equilíbrio natural existente”¹⁸⁸.

Foram avaliados segundo este plano, fatores ambientais, físicos, biológicos e sociais. De acordo com documento da binacional destacava os seguintes itens:

Os fatores físicos mostravam a elevação do lençol freático, com efeitos prováveis na agricultura regional e na epidemiologia; a criação de espelho d’água em 1.350 km², com possíveis repercussões climáticas regionais; inundação da área florestal, e agrícola, cuja presença podia vir a causar efeitos físicos e biológicos adversos à qualidade das águas; mudança da condição fluvial para lacustre; depósitos de sedimentos; inundações de possíveis depósitos minerais desconhecidos¹⁸⁹.

Fatores do meio ambiente biológico chamavam a atenção para a modificação da cadeia alimentar das águas do rio; para a exploração populacional de plantas aquáticas; para a modificação irrevogável da fauna ictiológica; para o risco de desaparecimento das espécies raras e em extinção na área; para a redução do habitat de aves e de animais¹⁹⁰.

Fatores do meio ambiente social. Era possível ocorrer a perda de sítios arqueológicos e valores históricos. Havia o risco da inundação de 800 km² de terras agrícolas e de 600 km² de florestas; a necessidade da relocação de cerca de 100.000 pessoas; a possibilidade de surgirem condições propícias para a disseminação de epidemias e para a perda dos recursos turísticos dos saltos de Sete Quedas¹⁹¹.

¹⁸⁸ ITAIPU. Efeitos Ecológicos decorrentes do projeto de Itaipu. **Separata da Revista Construção Pesada**. Março, 1979, p. 18.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem

¹⁹¹ Idem

Inegável é para qualquer pesquisador o impacto ambiental causado por Itaipu. Quando o projeto de Itaipu foi posto em prática, com as obras iniciando em 1974, o país vivia um momento ditatorial, sob um regime repressor que não estimulava o questionamento do modelo econômico que estava sendo implantado pelos militares, por entidades, partidos ou grupos que eram duramente reprimidos pelo governo. Existiam apenas algumas vozes isoladas, movimentos, que manifestavam interesse nestas questões.

O início da década de 70, surge no Brasil um ecologismo de denúncia, representado pela Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (Agapan), Resistência Ecológica, Associação Catarinense de Preservação da Natureza, e Associação Paulista de Proteção a Natureza (APPN)¹⁹².

A primeira conferência internacional para debater as questões do meio ambiente foi realizada em Estocolmo, no ano de 1972. Teve o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil foi em 1976 que surge um manifesto em defesa da ecologia; “nesse contexto surge o Manifesto Ecológico Brasileiro: O fim do futuro (1976), encabeçado pelo ecologista José Luztemberger, e representado dez organizações ecologistas”¹⁹³.

Considerado corajoso para a época este manifesto apresentava críticas aos projetos implantados naquele período pelos militares, denunciavam também a destruição do Parque da Sete Quedas, Antonio Carlos Diegues destaca a importância deste manifesto. “O ambientalismo do Manifesto Ecológico teve função importante nas lutas ecológicas dos anos 70 e 80, denunciando a degradação ambiental, a instalação das usinas

¹⁹² DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 126

¹⁹³ Idem. p. 127

nucleares e o militarismo”¹⁹⁴.

Marcondes Ferraz em sua palestra “Comentários sobre a solução de Itaipu”, no Clube de engenharia do Rio de Janeiro, em 27/04/76 chamava a atenção para o desaparecimento dos Saltos, e a falta de interesse dos administradores na defesa do meio ambiente:

Nesta época, os jornais anunciaram que fora adotado uma solução Itaipu que entre outros inconvenientes faria desaparecer o magnífico Salto de Sete Quedas . Admitir a destruição do salto de Sete Quedas é fato que reduz grandemente a força moral das autoridades para defender a ecologia e a Natureza, Isto dificulta grandemente a ação do professor Paulo Nogueira Neto, ilustre presidente do SEMA, grande conhecedor do problema da defesa e conservação do meio ambiente. Alias, a proteção da Natureza não tem preocupado muito a nossa administração.

Houve, com certeza, grupos que denunciaram as perdas sofridas, um exemplo, foi o movimento chamado de “Movimento Adeus, Sete Quedas”, nos dias 23, 24, 25 de julho de 1982 organizaram um protesto em Guaíra, contra a destruição dos Saltos de Sete Quedas.

Interessante a publicação do Boletim Poeira nº 25, que fazia uma crítica ao projeto desenvolvido por Itaipu para resgatar os animais durante o enchimento do reservatório, “Encheram a arca mas esqueceram Noé”. O texto destacava o número de animais recolhidos quando as comportas do foram fechadas, 5.700 animais “lotação para uma arca de Noé”, questionava os cronogramas de Itaipu, que não foram cumpridos no que se refere à construção de novas rodovias e pontes, uma vez que as que existiam anteriormente estavam debaixo d’água.

¹⁹⁴ Idem, p. 129

Este material publicado nos boletins Poeira, registrou o embate entre os agricultores e Itaipu, não encontrei nos números pesquisado nem um registro denunciando o desaparecimento do parque de sete quedas, ou alguma nota sobre movimento ecológico contrário a destruição da natureza.

Políticos, empresários, e autoridades locais e regionais estiveram junto com Costa Cavalcanti, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para uma palestra de esclarecimentos sobre os “possíveis efeitos, no meio natural, da planta em fase de construção da Central Hidrelétrica de Itaipu”¹⁹⁵.

Neste encontro as perguntas dirigidas a Costa Cavalcanti giraram em torno das desapropriações “se eu tivesse imaginado o interesse dos senhores neste particular – pensei que queriam conhecer mais, de uma maneira mais geral em relação ao Estado do Paraná, em relação ao Brasil, em relação a Itaipu – estaria aqui sem dúvida o Dr. Paulo Cunha que é um dos grandes especialistas em desapropriação que possuímos no Brasil”¹⁹⁶.

O que confirma a tese de Ferraz, que os administradores não têm se preocupado muito com a questão ambiental.

2.3 A Justificativa do Regime – A Vitória do Progresso

Para Itaipu nascer foi necessário submergir Sete Quedas, além de vasta extensão

¹⁹⁵ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

¹⁹⁶ Idem, p. 39

de terras produtivas. Das quedas, que encantaram milhares de turistas, restaram apenas pequenas corredeiras. A população que residia na área alagada foi deslocada para outros locais.

A água, aos poucos, cobriu todo o espaço. Casas e plantações desapareciam como num dilúvio. Tudo sumia lentamente da vista. Dilúvio remete a caos temporário. O dilúvio, com efeito, situa-se na confluência das tradições orais de todos os povos antigos¹⁹⁷ (Figura 13).

Figura 12 - OPERAÇÃO MYMBA-KUERA¹⁹⁸ QUANDO O RESERVATÓRIO COMEÇOU A SER FORMADO, EM OUTUBRO DE 1982.



FONTE: Revista Manchete (1982, p. 8); ITAIPU (1994, p. 16.13)

O que estava em jogo não era o fato da impossibilidade de se construir Itaipu sem

¹⁹⁷ GORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁹⁸ Operação Mymba Kuera: “Durante a formação do reservatório em outubro de 1982, equipes de resgate capturaram animais ao longo da área inundada. Alguns animais, como as serpentes foram encaminhadas para institutos de pesquisa. Outros foram soltos em refúgios biológicos criados por Itaipu”. Cf. Nilson Monteiro. **Itaipu a luz**. Assessoria de Comunicação Social, 2000.

o desaparecimento de Sete Quedas. O que estava em jogo o discurso de ordem e progresso do Brasil assinando esta posição estratégica inclusive na frente da Argentina.

Vale ressaltar que ordem e progresso é o símbolo de nossa bandeira, “não é em nenhum sentido um paradigma apenas positivista; é em todos os sentidos um paradigma autoritário modernizante. Ordem e progresso. Autoridade e modernidade”¹⁹⁹.

Havia a necessidade de se encontrar um elemento que representasse a grandeza do novo regime ou de um símbolo que refletisse o orgulho da pátria conduzida pelas mãos de políticos com visão de engrandecimento da nação.

O Projeto de Itaipu colocava em evidência o desejo de se construir um país com oportunidade de se tornar o “palco das decisões na história”²⁰⁰. Os discursos que justificavam a construção de Itaipu eram fruto de uma análise na qual seus dirigentes estavam empenhados em prosseguir, conforme discurso de Costa Cavalcanti: “rompendo os grilhões do subdesenvolvimento, em contínuo esforço, objetivando propiciar cada vez melhor qualidade de vida ao nosso povo. Para tanto, temos que lançar mão dos recursos naturais que possuímos, dos avanços tecnológicos conhecidos e da capacidade de nossa gente”²⁰¹.

A produção de energia seria “alavanca” para promover o desenvolvimento nacional, a condição para o país se tornar uma grande potência. Afinal o país é “gigante pela própria natureza” e dispõe de recursos naturais. Para os militares os índices de

¹⁹⁹ TAVARES, Maria da Conceição. A política econômica do autoritarismo. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 22

²⁰⁰ Cf. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR ESPEDITO DE FREITAS RESENDE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974. p. 21

²⁰¹ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná. p. 4

ciência e de tecnologia eram fundamentais para atingir o desenvolvimento do país. É neste quadro que Itaipu se insere, com uma capacidade de geração de 12.600 milhões de kwh, que lhe confere uma situação privilegiada, “entre os maiores empreendimentos congêneres no mundo”²⁰².

Segundo Élio C. Serpe, estas referências de pensar o país com suporte ufanista para a política de integração nacional, “são tributárias do mito edênico – orgulho pela beleza e pelas riquezas naturais do país, noção do paraíso como jardim aberto a todos, a ser gozado e não meta a ser atingida -, relacionado com o tamanho do país, largamente usado pelos seguidores do ‘verdeamarelismo’ e pelos militares”²⁰³.

Este suporte ufanista que Serpe destaca foi explorado e reforçado pelos militares, principalmente para destacar Itaipu como um novo divisor de águas do Brasil, conforme palavras do embaixador Espedito de Freitas, este novo tempo instituído de um país potência seria conduzido pelos administradores neste contexto pelos militares, construtores da maior hidrelétrica do mundo.

Marilena Chauí, ao trabalhar o verdeamarelismo, destaca a forma como foi utilizado durante a ditadura “a imagem do Brasil Grande, apto a receber investimentos internacionais e a acolher as empresas multinacionais, agora, porém, essa imagem encontrava seu fundamento na ideologia geopolítica do Brasil Potência 2000, que tem na vastidão do território, nas riquezas naturais e nas qualidades pacíficas, empreendedoras e

²⁰² Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná. p. 4

²⁰³ SERPA, Élio Cantalício. Evolução, integração e educação: escritas para comemorar. In: SERPA, Élio Cantalício et al. (Orgs). **Escritas da História:** memória e linguagem. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. p. 71.

ordeiras do povo os elementos para cumprir sua destinação”²⁰⁴.

Não se tratava apenas de características técnicas exaltadas pelo projeto de Itaipu. Os aspectos geopolíticos são enfáticos. As quedas do Rio Paraná, atingidas pelo represamento da água, são o limite da disputa entre os dois países. Elas seriam submersas por homens que impunham por meio de poderes políticos, suas vontades, configurando uma nova ordem e instituindo novo espaço histórico e geográfico. A apropriação indébita e carregada de sentido simbólico faz parte de um jogo de interesses que extrapolava a materialidade das quedas e colocava em jogo as relações de poder.

Itaipu surgia como espaço criado entre os dois países. Era como um objeto que coloca dois espaços em contato, criando a comunicação e a separação entre ambos.

Itaipu é, sem sombra de dúvida, o maior monumento do século XX.²⁰⁵ A sua constituição pode-se atribuir quantidade significativa de imagens, já que sua característica polissêmica permite fazer associações.

Elementos presentes no mundo do cientificismo ou das tradições lendárias indígenas, narrativas diferentes e metáforas lhe conferem significação à Itaipu.

O projeto, a princípio, foi chamado de Sete Quedas. Antes, durante os primeiros estudos da comissão técnica, foi chamado de Tapuyeté. Como não houve consenso quanto ao nome, foi concluído que o nome do empreendimento deveria ser de fácil pronúncia e

²⁰⁴ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 40-41

²⁰⁵ De acordo com a Sociedade Americana de Engenharia Civil (ASCE), o título se refere às Sete Obras do Século XX. A lista começa exatamente pela Hidrelétrica de Itaipu e é completada pela ponte Golden Gate, em São Francisco, na Califórnia (EUA); o Canal do Panamá, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico (Panamá); O Eurotúnel sob o Canal da Mancha, unindo França e Inglaterra; os Projetos do Mar do Norte para controle das águas (Holanda); o Edifício Empire State, em Nova York (EUA); e a Torre da Canadian National, em Toronto (Canadá). Cf. **Jornal MegaNews**. 1995, p. 3

que tivesse o mesmo significado em espanhol e português.

Los paraguayos aspiraban a que el nombre fuese Guaraní. Los brasileños no se oponían a ese deseo, pero bajo la condición de que coincidiera con la respectiva palabra Tupí, para que el aprovechamiento no terminase teniendo dos nombres, la palabra Tapuyeté no reunía ninguna de tales condiciones²⁰⁶.

Uma das versões do nome escolhido oficialmente para o empreendimento que estava nascendo remetia a passado remoto, ao período pré-colombiano, na qual lenda afirmava que um velho cacique indígena, ao escutar o murmúrio do Rio Paraná na pequena ilha situada exatamente à porta da atual barragem, deu-lhe o nome Itaipu que, em sua língua quer dizer “pedra que canta”.

A rocha no meio do rio estava localizada logo após uma curva acentuada onde a correnteza parecia medir força com os barrancos.

Perto dali estava a foz do Rio Bela Vista, 15 quilômetros acima da Ponte da Amizade. O nome do rio vem do impressionante visual de seu vale que, ao contrário de todos os demais, encontra o Rio Paraná sem os saltos de transição e formação de cascatas. Relatos de antigos moradores localizavam o Rio Bela Vista como o passeio dominical preferido²⁰⁷.

Enzo Debernardi relata que, à época em que se procurava nome para a obra que fosse de fácil memorização e que tivesse significado importante, foi encontrado, casualmente, em biblioteca particular em Montevideu, um antigo mapa de Félix de Azara, datado de 19 de julho de 1793. No mapa, ao ser examinado cuidadosamente com lente de

²⁰⁶ DEBERNARDI, Op. cit. p.168.

²⁰⁷ Itaipu – YTE: pedra que canta mesmo em guarani. **Revista Memória de Foz do Iguaçu**. nº 2, dezembro de 1982, p.35.

aumento, aparecia a pequena ilha no Rio Paraná precisamente no local onde seria construída a barragem. Apesar do estado precário do mapa, podia se ler o nome da ilha: Itaipu, que, na língua guarani, significa “*la piedra que suena*”²⁰⁸.

O problema do nome estava resolvido. Possuía sonoridade agradável e era de fácil memorização. Além disto, possuía significado de igualdade nas línguas tupi e guarani.

O diário paraguaio – Pátria – publicou matéria no dia 19 de janeiro de 1973 afirmando que, segundo depoimento de Balbino Monges Peralta, profundo conhecedor do Alto Paraná, local onde seria construída a represa, tinha o nome verdadeiro de Itá Ypyté.

O nome Itaipu, foi o escolhido, assim nasceu, Itaipu “pedra cantante” na região fronteira entre Brasil e Paraguai.

Significados religiosos também servem para representá-la. “A usina é um templo sobre o rio”²⁰⁹, objeto de contemplação na fronteira onde sempre se concentrou as ambições nacionalistas: nas águas do Prata.

Itaipu, lenda moderna, gigantesca muralha configurada pela barragem com 196 metros de altura, sete quilômetros de comprimento e espessura equivalente a um prédio de seis andares. É a experiência da modernidade encontrada em ambiente apropriado cheio de aventuras e de transformações. Colocando mundos em confronto permanente. Todo um universo, aos poucos, se intercambia, se transforma, desaparece. “Tudo o que é sólido se desmancha no ar.” É a expressão de Marx, utilizada por Marshall Berman, no estudo sobre a dialética da modernização e do modernismo, que cabe tão bem para explicar seu significado.

²⁰⁸ DEBERNARDI, Op.Cit., p. 168

²⁰⁹ **Jornal de Itaipu**, Ano X, nº 106 - maio de 1998.

Muita história compõe a Itaipu. Foi no século passado que o objeto e a história apareceram. As polêmicas suscitadas durante as negociações serviram para medir força entre os países, que, durante séculos, disputaram a hegemonia.

A obra alia natureza e técnica, despertando fascínio e medo. É local em que culturas convergem na direção de um único e grande objeto, muito mais do que simples geração de energia. O paredão principal, que segura as águas do Rio Paraná, tem um quilômetro, dos sete que formam a barragem. Dos quadrados mais baixos (que têm a metade dos 17 metros de altura da esfinge) sai à água que passa e movimentada as turbinas.

Itaipu é uma das maravilhas do homem. Suas catedrais de concreto – perto das quais os monumentos egípcios pareceriam obras de pigmeus -, suas peças em metal, de milhões de quilos, girando com precisão submilimétrica, são trabalho materializado de dezenas de milhares de pessoas, por mais de meia década. E, em operação plena, ela será capaz de gerar energia suficiente para todo o consumo atual de energia elétrica do país: fábricas, ruas, casas e campos²¹⁰.

É o espetáculo que demonstra a força do homem perante a natureza. É o controle do homem sobre a natureza. É o ideal conscientemente proclamado pelos primeiros cientistas modernos²¹¹. É, com certeza, o que motiva o cientista e a atração que a natureza exerce com seus mistérios. Isto é um projeto civilizador.

Somente no início do período moderno é que houve transformação na forma de perceber o mundo natural. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem²¹². “As técnicas modernas, nas quais já são incorporados os

²¹⁰ Entenda Itaipu. **Revista Ciência Ilustrada**. n° 05, s.d. p. 52.

²¹¹ KEITH, Thomas. **O homem e o mundo natural**: mudanças em relação às plantas e aos animais 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 34.

²¹² Idem.

conhecimentos empíricos de origem científica, aparecem durante o Renascimento, quando homens, como Leonardo da Vinci, não fazem distinção das belas artes e nem hesitam em aplicar, na solução de problemas, conhecimentos científicos obtidos da experiência direta”²¹³.

Ao começar o período moderno, o domínio do homem sobre o mundo da natureza era a meta incontestada do esforço humano. O domínio do homem sobre a natureza foi fundamental para a história da humanidade. De acordo com teorias de Marx, os surgimentos da propriedade privada e da economia monetária conduziram à exploração da natureza.

Foi durante o século XVIII que os homens criaram máquinas, que causaram o aceleramento da expansão do capitalismo. Na segunda metade do século XX ocorreu o casamento da técnica com a ciência. As ciências da natureza no século XIX foram consideradas como paradigmas da cientificidade²¹⁴.

No Brasil, apesar de José Bonifácio ter-se referido à tecnologia já no começo do século, é somente depois da metade do século XIX que a tecnologia começa a se desenvolver no país²¹⁵. O interesse pela cultura científica moderna no Brasil surge vinculado à implantação do ensino superior, com a criação das academias de Medicina,

²¹³ VARGAS, Op. Cit., p. 16.

²¹⁴ Há distinção entre o significado de técnica e da tecnologia. De acordo com Ruy Gama, foi “a partir da Segunda Guerra Mundial que houve a difusão da palavra technology, substituindo, pura e simplesmente, a palavra técnica, querendo significar o conjunto de todas as técnicas, máquinas, aparelhos, equipamentos, gadgets e, enfim, tudo o que a indústria colocava para a faixa de consumo conspícuo, como a denomina a ‘mídia’ de consumo promovido. Por aí ela se associa ao sistema mundial de proteção de invenções e de patentes. Ela se associa também à idéia de nacionalidade, da qual toma ou empresta prestígio de maneira aberta ou subliminarmente”. In: VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

²¹⁵ Idem, p. 55-56.

Direito, Engenharia, além das militares. “Outro fator do aparecimento do interesse científico entre nós está nas várias expedições científicas que, na época, visitaram o Brasil. Embora estas expedições tenham tido a missão de estudar nossa natureza, com o intuito de desenvolver a ciência europeia, não se pode negar que elas acabaram transferindo conhecimentos científicos para o nosso meio”²¹⁶.

No que se refere à energia elétrica²¹⁷ em nosso país, “as empresas de eletricidade, desde a segunda metade do século XIX até hoje estiveram intrinsecamente ligadas aos processos de modernização e de transformação sócio-econômica do Brasil. A iniciativa individual de alguns pioneiros foi fundamental ao surgimento de energia elétrica no Brasil, quando o conhecimento tecnológico praticamente inexistia no país e os equipamentos eram importados. Hoje, ela dá lugar ao saber coletivo e disseminado”²¹⁸.

O progresso tecnológico registrado desde o começo do século na fabricação de grandes geradores hidrelétricos, na construção de barragens e na transmissão de eletricidade, vem ao encontro das condições peculiares à estrutura dos recursos energéticos do Brasil²¹⁹.

Vista sob a ótica histórico-geográfica, a energia elétrica do Brasil constitui um dos capítulos do desenvolvimento nacional em que mais se revelou a capacidade coletiva

²¹⁶ VARGAS, Op. Cit., p. 19.

²¹⁷ A utilização de máquinas elétricas, baseadas na teoria de indução eletromagnética que Faraday descobrira em 1831, começa a aparecer no fim do século: Thomas Alva Edison constrói a primeira central elétrica, em 1879, para o serviço público de distribuição de energia elétrica à cidade de Nova Iorque, e a primeira linha de transmissão à longa distância será construída em 1891, na Alemanha.

²¹⁸ PENTEADO JR., Aderbal de Arruda; DIAS JR., José Augusto. Energia Elétrica. In: VARGAS, Op. Cit., p. 247.

²¹⁹ BRASIL. **A energia elétrica do Brasil**: da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 56.

de aproveitamento dos avanços tecnológicos para dominar a natureza²²⁰. Se o meio ambiente se diferenciava pela carga maior ou menor de ciência, de tecnologia e de informação, segundo regiões e lugares, o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza²²¹.

Itaipu substituiu a natureza histórica e se transformou em atração que uniu a beleza natural com a técnica, tornando-se o principal elemento fomentador do “desenvolvimento regional”.

Itaipu é paisagem heterogênea que une elementos naturais e artificiais. A barragem erguida acrescentada à natureza para a produção de energia. É “a vitória sobre a natureza em etapas nítidas que influenciam as conquistas tecnológicas e o desenvolvimento nacional”²²².

Itaipu é monumento que traz no seu conjunto vários elementos; alguns, herdados do passado; outros, da inovação da ciência e dos interesses de seus planejadores. Se a percepção é seletiva, ela provoca vários movimentos.

A obra criada pelo homem pode ser vista e interpretada de acordo com a percepção de seu observador. Inegável é a pretensão ideológica implantada pelos administradores militares, que tinham o desejo de serem portadores de uma verdade universal, portadores da solução para o crescimento do país.

A ideologia é manifestação do imaginário sócio-político. Itaipu foi a maior obra daquele governo.

²²⁰ Idem, p. 46.

²²¹ SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Hucitec, 1996.

²²² BRASIL, Op. Cit., p. 46.

Na Idade Média, a arquitetura das catedrais foi a maior obra de período. Tinham relação direta com o papel desempenhado pelas igrejas. Itaipu, “estranha catedral”, representa as projeções presentes no mito do desenvolvimentismo atrelado à produção de energia elétrica.

A imagem da usina possui valor supremo do poder. Representa monumento de uma época. Tuan salienta que “uma pátria tem seus referenciais, que podem ser marcos de grande visibilidade e de importância pública, como monumentos, templos, campos de batalha sagrados ou cemitérios. Estes sinais visíveis servem para aumentar o sentimento de identidade das pessoas; incentivam a consciência e a lealdade para com o lugar”²²³.

Para viabilizar a construção de hidrelétrica é necessária a existência de água suficiente para a movimentação das turbinas da usina. Isto significa que a energia se torna disponível somente a partir do represamento de rios. Para fornecer energia elétrica, em substituição ao petróleo, as águas do Rio Paraná foram a causa escolhida para a implantação da maior de todas as hidrelétricas do mundo.

Argumentos não faltaram sobre as vantagens da energia hidráulica no Brasil.

É indiscutível que a predominância da opção hidráulica foi, e será, durante muito tempo, altamente vantajosa para o Brasil. Os argumentos são simples e irresponsáveis: a energia de origem hidráulica, além de renovável, é abundante em nosso país, liberando-se de suprimentos externos; temos um bem desenvolvido know-how de construção de hidrelétricas, e a nacionalização dos equipamentos alcança altos índices e, em alguns casos, até praticamente 100%, a prazo razoável²²⁴.

Estes argumentos foram utilizados para justificar a opção pela utilização dos

²²³ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: perspectiva da experiência: São Paulo: Difel, 1983. p. 176.

²²⁴ BRASIL, Op. Cit., p. 20-21.

potenciais hidráulicos para a geração de energia elétrica.

O pleito da jovem Antônia que pediu para salvar os Saltos de Sete Quedas retrata bem esta questão, mas, a resposta do presidente é contundente: “bom seria se pudéssemos ter Itaipu sem acabar com os salto da Sete Quedas”²²⁵.

O presidente da República, João Figueiredo, junto com a comitiva, podia se orgulhar do projeto da represa do rio. As mansas águas do lago artificial da hidrelétrica de Itaipu inundariam aos poucos a bela paisagem. A geografia regional teve que se defrontar com reservatório, cuja capacidade bruta é de 29 bilhões de metros cúbicos, cobrindo área de 1.350 km².

O potencial energético da região está presente em antigos relatórios de viagens. Caberia, entretanto, ressaltar a dimensão das reservas que dependem “das condições econômicas e tecnológicas em que é feita a avaliação”. E, mais, “estas condições não são constantes, nem no tempo e nem na escala, e variam em função do grau de avanço do conhecimento tecnológico, que possibilita uma maior ou menor capacidade de recuperação ou de aproveitamento dos recursos, que em função da conjuntura econômica, se torna viável ou inviabiliza financeiramente a recuperação ou o aproveitamento de recursos a partir dos seus custos”²²⁶.

A idéia de aproveitar o potencial hídrico da região está atrelada ao período em

²²⁵Conforme reflexões de Cornelius Castoriadis, “as modificações sucessivas que assinalamos no ‘saber racional’ das sociedades que podemos conhecer foram sempre condicionadas por modificações da representação imaginária global do mundo (de natureza e dos fins do próprio saber) - a última das quais cronologicamente ocorrida no Ocidente há alguns séculos, criou representação imaginária particular, segundo a qual tudo o que existe é ‘racional’ (e, em particular, matematizável). O que se pode saber é de direito esgotável, e, o fim do saber é o domínio e a posse da natureza”, In: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 313.

²²⁶BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: Para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável**. São Paulo: Livraria da Física: Fase, 2001. p. 19.

que o Paraná ainda era província de São Paulo. Engenheiros brasileiros, como os irmãos Rebouças, o Visconde de Mauá e Pereira Passos, ao realizarem estudos para projetos de investimento no Oeste da então Província do Paraná conceberam a idéia de aproveitar o potencial hidráulico de Sete Quedas.

O sonho de aproveitar o potencial hídrico do Paraná remetia a momento em que ainda não havia tecnologia para o transporte de energia a grandes distâncias.

Trago estes fatos ao conhecimento da Casa como uma demonstração do interesse do meu Estado em ver concretizado um sonho de cem anos, sonho de Rebouças, de Pereira Passos e de Mauá, que um dia acariciaram o louco projeto de fazer de Sete Quedas o instrumento de redenção de uma então ‘fronteira morta’, onde jazem incalculáveis potencialidades²²⁷.

Estudos preliminares também foram feitos pelas empresas São Paulo Light, Guairq Power Projet, pelo engenheiro Silvestre Souza, pela Divisão de Águas do Ministério das Minas e Energia, pelo escritório técnico de Marcondes Ferraz, além de outros.

Em 1961, a Eletrobrás criou, com a aprovação do Ministério de Minas e Energia, grupo de trabalho para estudar, sistematicamente, as sugestões do aproveitamento da região. Foram desenvolvidos estudos hidrológicos e geológicos para a definição do ponto de vista técnico e econômico. Os estudos de mercado ficaram a cargo do Comitê Energético da Região Sul, sob os auspícios da ONU, com a participação da Eletrobrás²²⁸.

A Eletrobrás foi criada em 1962 e com ela tornou-se predominantemente estatal a

²²⁷ LEÃO, Op. Cit., p. 21.

²²⁸ Idem, p. 7.

produção de energia elétrica²²⁹.

No Brasil, o setor de energia elétrica foi iniciado “em 5 de novembro de 1889, quando foi implantada a Usina Hidrelétrica Marmelos, no Rio Paraibuna, em Juiz de Fora. É considerado o ‘marco zero’ da história do setor de energia elétrica brasileira e da América Latina justamente por ter sido a primeira unidade de geração de hidrelétrica construída especificamente para o atendimento de serviços públicos e urbanos”²³⁰.

No governo militar, a construção de obras monumentais passou a ser prioridade. Itaipu é a imagem da natureza conquistada. Com sua força o homem se impõe. Espetáculo da usina que se ergue no rio sugere a vitória dos seus idealizadores. Nela se encontram tempos e espaços variados. A paisagem alterada e, o espaço regional, redesenhado.

Manifestações do imaginário social são voltadas para projeções futuras. Itaipu representa o futuro da nação. Possui força suficiente para se impor por si. Itaipu é o evento que, inegavelmente, marca toda uma década, revelando relações que são tanto espaciais quanto temporais.

O projeto para o uso das águas do Rio Paraná, a ser implantado a cerca de 14 quilômetros a montante da ponte internacional que une Foz do Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai, seria a redenção a solução para ambos os países. Pesquisas realizadas sobre a viabilidade do projeto concluíram que barragem única a ser edificada no local denominado de Itaipu seria a alternativa mais econômica e aproveitaria plenamente a carga e o potencial energético disponível a custo mínimo por quilowatts hora (kWh) de energia.

²²⁹ BRASIL, Op. Cit., p. 40.

²³⁰ Idem, p. 18.

A barragem de concreto, ferro e de aço construída no Rio Paraná exatamente onde a pedra cantava continua simbolizando os mitos que a precederam. Itaipu é obra-prima da engenharia nacional. O espectador sente-se diante de mistérios que provocam as mais diferentes sensações e impressões, visuais, sensórias ou auditivas.

Administrador, militar e homem público, o general José Costa Cavalcanti foi o diretor-geral da Itaipu Binacional e o presidente da Eletrobrás, funções que exercia simultaneamente.

O governo brasileiro, em duas administrações sucessivas, encabeçadas pelos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, entregou a Costa Cavalcanti a responsabilidade de gerir a monumental obra. Foi ele quem defendeu a proposta para construção de Itaipu aproveitando o desnível do Rio Paraná, localizando-a na ilha onde a pedra cantava.

Na reunião realizada para escolher a proposta sobre o aproveitamento hídrico da região, os argumentos de Costa Cavalcanti foram vitoriosos. Marcondes Ferraz, que defendeu outro projeto, não se conformou com a idéia de se construir uma hidrelétrica em conjunto com o Paraguai. Para ele, o Brasil cometeu erro fundamental.

A idéia do projeto defendido por Costa Cavalcanti era monumental e propiciava a exibição do país, que é “gigante pela própria natureza”. Seria a marca permanente do regime que se implantou com o golpe militar em 1964, no Brasil. “A decisão governamental em torno da construção da hidrelétrica de Sete Quedas é um dos passos decisivos da revolução brasileira na edificação do Brasil grande de hoje, e maior de

amanhã”²³¹.

Itaipu era mais do que uma hidrelétrica. Remetia a projeto de construção de uma nação. Por meio dela seriam criadas condições para o desenvolvimento econômico e social de um Estado, de uma região e de dois países. Mais do que isto; era obra de integração entre dois países, no caso, o Brasil e o Paraguai.

A construção da hidrelétrica vinha ao encontro do anseio de desenvolvimento realizado com o auxílio da ciência e da técnica, presentes no imaginário da modernidade e o fortalecimento do Estado, uma vez que é ele quem comandava, no caso específico de Itaipu, todo processo, partindo das primeiras negociações até a construção da obra. Os interesses populares, naquele momento, não eram relevantes, uma vez que é o Estado o responsável pelo desenvolvimento do país, cabendo-lhe a decisão final.

A política energética indicava o aproveitamento dos recursos naturais hídricos para a produção de energia para fomentar o progresso e o desenvolvimento vistos como fundamentais para o país. O Estado encontrou na ciência um grande aliado para implementar o seu projeto modernizador.

Foi no governo de Getúlio Vargas que o país ingressou na fase das centrais elétricas. O assunto também foi debatido nos governos de Eurico Gaspar Dutra e de Juscelino Kubitschek. Ganhou ênfase nos governos militares, pós 1964.

A construção de Itaipu foi influenciada e justificada por fator importante, a crise de petróleo, que o país enfrentou no início da década de 70, do século passado. O fato impulsionou a execução do projeto de Itaipu, uma vez que a geração de energia era fator

²³¹ Eurico Rezende, p.12 (Itaipu Hidrelétrica do Século).

de fundamental importância para o desenvolvimento industrial.

O Tratado de Itaipu coincide com os rumos da história do petróleo e da energia. De acordo com o projeto político para o país se desenvolver economicamente só seria possível com demanda disponível de energia elétrica.

Gildo Magalhães, ao refletir sobre a relação entre energia e tecnologia, comenta que:

[...] a política energética está na base do planejamento econômico, juntamente com os setores de apoio representados pelos transportes e pelas comunicações. Sem isto, não há meios materiais para atingir bem-estar social e boa qualidade de vida, intimamente ligados aos objetivos sociais mais amplos que devem ser ofertados de forma mais justa, como habitação, saúde, educação e cultura²³².

O contexto que a crise do petróleo gerava para a economia servia de argumento em defesa do projeto de Itaipu. Costa Cavalcanti afirmava que,

[...] quando Itaipu estiver funcionando, as suas 18 unidades vão produzir uns 70 bilhões de kw hora/ano de energia. Seriam precisos 111 milhões de barris de petróleo, cerca de 15 milhões de toneladas de petróleo. Se os senhores considerarem o preço de um barril de petróleo a 10 dólares, o que hoje já está a 13, vamos raciocinar 10, para facilitar o nosso cálculo, 11 milhões de petróleo a 10, seriam, a cada ano, um bilhão e cem milhões de dólares e, em quatro ou cinco anos, quatro bilhões e 400 milhões”. A ênfase em enfrentar o choque do petróleo esteve aliada, principalmente, à produção brasileira, entretanto, a adoção da política de substituição de derivados de petróleo no setor industrial acarretou o aumento substancial da energia elétrica no balanço energético global²³³.

Lançar mão dos recursos naturais, aliados aos avanços tecnológicos para dispor energia suficiente era o caminho escolhido para promover o desenvolvimento. Neste

²³² MAGALHÃES, Gildo. Energia e tecnologia. In: VARGAS, Op. Cit.,

²³³ Coordenação Clube de Engenharia. Políticas para o setor elétrico. Câmara dos Deputados comissão de Minas e Energia. Eletrobrás/CERJ, 1989, p. 56.

quadro foi inserida a necessidade da instalação de Itaipu.

Itaipu seria a solução para os problemas energéticos do país, além de representar a certeza de um futuro seguro para o crescimento econômico. A idéia da necessidade de se “construir o país” se perpetua ao longo da história, atrelada à necessidade da ocupação do território.

Eram argumentos patrióticos para mostrar o que Itaipu representaria para o povo brasileiro e paraguaio. Significava a solução para o país que dispunha, em abundância, recursos hídricos e carecia da produção petrolífera. Itaipu não era, portanto, apenas uma hidrelétrica. Era, sobretudo, o fruto do contexto que envolvia a sua construção e recepção, era o projeto desenvolvido e consolidado sobre as águas do rio Paraná.

Trabalhar com base em planejamento era fundamental para a execução do projeto. Para isto, o mercado consumidor de energia elétrica das regiões Sul e Sudeste do país serviriam de base. “Os responsáveis maiores pelo planejamento nacional estimaram que a Itaipu precisaria, em 1983, contribuir com dois milhões de quilowatts para a região, e, a partir daí, cerca de dois milhões de quilowatts por ano. Isto equivale dizer que a primeira unidade entraria em operação no primeiro semestre de 1983, e a última, a décima oitava, entraria em operação no último trimestre de 1988”²³⁴.

Em janeiro de 1977, César Cals de Oliveira Filho e Melquíades Pinto Paiva²³⁵ reforçaram a importância das hidrelétricas no Brasil. “No caso brasileiro, os reflexos da presente crise mundial seriam desastrosos se não contássemos com abundante suprimento

²³⁴ Idem

²³⁵ Em janeiro de 1977 ocupavam respectivamente os seguintes cargos: César Cals de Oliveira Filho – Diretor da coordenação da Centrais Elétricas Brasileira S.A – ELETBRÁS e Melquíades Pinto Paiva – Consultor da Centrais Elétricas Brasileira S.A – ELETROBRÁS e professor da Universidade Federal do Paraná.

de energia elétrica, produzida pelas hidrelétricas”²³⁶.

Os altos preços dos derivados de petróleo comprometiam a economia dos países que necessitavam de seus produtos. Em conformidade com o diretor e consultor da Eletrobrás, “o processo de desenvolvimento do Brasil torna-se possível graças à crescente disponibilidade de energia elétrica, resultante de planejamento sistemático de aproveitamento dos rios”²³⁷.

A possibilidade de haver novos e elevados aumentos nos preços do petróleo faziam com que o país se preocupasse com a questão energética. O presidente da Comissão Nacional de Energia, Aureliano Chaves, no ano de 1979, em entrevista, afirmou que:

[...] se o preço do barril chegar a 30 ou 40 dólares, confirmando rumores, pressionará violentamente a balança comercial de todos os países importadores”. Os países industrializados não sofreriam tanto o problema devido aos ágeis reajustes de sua economia, porém, no Brasil, e países em desenvolvimento, o choque seria sentido com maior intensidade. Se o barril de petróleo fosse valer US\$ 40, equivaleria dizer que os dispêndios em divisas para a compra do mineral seriam da ordem de US\$ 13 a 14 bilhões²³⁸.

Outras medidas foram tomadas no campo energético. Protocolos foram assinados para promover a substituição do óleo combustível nas indústrias siderúrgicas, estaduais e privadas, bem como para a conversão de motores à gasolina para que fossem utilizar álcool hidratado.

²³⁶ Na época, César Cals de Oliveira Filho era diretor de Coordenação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras; Melquíades Pinto Paiva – Consultor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras e professor da Universidade Federal do Ceará.

²³⁷ OLIVEIRA FILHO, Cesar Cals de; PAIVA, Melquíades Pinto. Indicações de usos múltiplos das principais represas hidrelétricas do Brasil. Rio de Janeiro: Eletrobras, janeiro de 1977. p. 1.

²³⁸ **O Globo**. 24/10/79.

A crise energética levantava polêmica principalmente em torno do acordo nuclear firmado entre Brasil e Alemanha. O assunto foi considerado vital para a economia nacional. Para “o ministro Delfim Netto, a importação de petróleo é um dos problemas mais delicados a respeito do qual pouco se pode fazer”²³⁹.

A questão da nacionalidade ocupa lugar central na construção de Itaipu. A política do governo era importar somente o que não houvesse similar nacional ou que não pudesse ser produzido um dos dois países, parceiros na construção da usina.

Itaipu contribuiu para a política nacionalista. O momento era ideal para a implantação de “uma senhora e pujante indústria de bens de capital”. Itaipu estava inserida “na esteira dos empreendimentos épicos dos governos da revolução, especialmente do governo do presidente Ernesto Geisel”²⁴⁰.

O Modelo da usina de Itaipu foi reproduzido no Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialistas tiveram a colaboração técnica e financeira da Companhia de Energia Elétrica do Paraná (Copel), empresa que gerencia o fornecimento de energia elétrica no Estado do Paraná. O modelo foi visitado por técnicos do mundo. Especialistas de Genebra, da França, da Itália e do próprio Brasil apreciaram o modelo, fato feito, principalmente, por técnicos ligados à Itaipu.

Coube a Costa Cavalcanti comandar os trabalhos de execução do projeto. Sua formação militar o fez compreender a importância do mandamento de bem cumprir as missões que eram delegadas. Para “cumprir as missões” sabia utilizar estratégias

²³⁹ BRASÍLIA. Op. Cit., p. 12.

²⁴⁰ Pronunciamento no Senado Federal em 14 de abril de 1975. “Itaipu – Refutando Críticas”, p.53.

militares. Foi o que aconteceu na construção de Itaipu.

Estudos minuciosos de topografia, de batimetria, de geologia e de hidrologia foram executados para estimar o preço do empreendimento. Segundo Costa Cavalcanti, o custo da usina, em janeiro de 1975, estava estimado em cerca de US\$ 3,5 bilhões, não estando computados os juros durante a construção.

Costa Cavalcanti esclareceu que “após criteriosa seleção entre diversas empresas de renome mundial, foram escolhidas a *International Engineering Company Inc.*, dos Estados Unidos, e *Elc-Electroconsult SpA*, da Itália, que, reunidas em consórcio (Ieco-Elc), receberam a incumbência de proceder aos estudos. As empresas, além de seu próprio pessoal técnico, contaram com a ajuda de serviços prestados por funcionários de empresas brasileiras e paraguaias, especializados em tarefas específicas”²⁴¹.

No local onde Itaipu foi instalada o Rio Paraná apresentava cerca de 400 metros de largura em vazão média. No leito, situado em média na cota 50, o canal tem 250 metros de largura. Nos primeiros 80 metros, as margens elevavam-se a 45°, diminuindo depois para 30°, alcançando platôs quase planos na cota 180.

O projeto Itaipu é formado por estruturas e componentes, caso do canal de desvio, estrutura de controle do desvio, ensacadeiras principais, barragem principal, barragem lateral direita, barragem de entroncamento, barragens de terra das margens esquerda e

²⁴¹ CAVALCANTI (1976), Op. Cit., p. 31. “Feita às comparações técnico-econômicas desses diferentes esquemas, sobressaíram duas soluções alternativas, que foram submetidas pela Comissão Mista à consideração dos governos: a primeira constando de uma barragem única no local denominado Itaipu, aproveitando todo o potencial numa só usina; a segunda constituída de duas barragens - uma em Itaipu e outra em Santa Maria, 150 km a montante, que aproveitaria o potencial por meio de duas usinas, uma ao pé de cada barragem”.

direita, vertedouro, casa de força e reservatório²⁴².

Há obras de navegação para ligar o reservatório de Itaipu ao tráfego fluvial comercial no baixo Paraná, Paraguai e La Plata²⁴³.

A inspiração para construir o tipo da barragem que requer mais sofisticação do que “gravidade aliviada” na qual se consome menos concreto e maior quantidade de ferro deve-se a experiência de técnicos, obtida na história da construção de hidrelétricas, ano após ano.

Para apreciar a beleza de Itaipu não é necessário entender de engenharia. Também não é preciso ser matemático. É obra da engenharia carregada de sentido poético e estético, presentes nas obras de grandes artistas. Philip Glass comentou ao visitar a obra: “O que me interesse é a idéia de que projetos progressistas, às vezes até perigosos, podem ser circundados por poesia”²⁴⁴.

Itaipu é uma barragem moderna. Foi construída para segurar as águas rebeldes e fortes do Rio Paraná. A magnitude e o esplendor da obra se encontram não na sua capacidade geradora instalada, mas, na capacidade de produzir energia. “Aí é que é impressionante Itaipu”. A capacidade de produzir energia ocorre em função do volume de água e da altura da queda de 120 metros do rio, que corre entre paredes de basalto, altas e relativamente estreitas, tornando o rio num dos mais violentos do mundo, dificultando a navegação. “O volume de água é uma monstruosidade”²⁴⁵ e, “a queda é grande, com

²⁴² Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

²⁴³ ITAIPU. O projeto. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição novembro de 1977, p. 7.

²⁴⁴ ITAIPU BINACIONAL, Op. Cit.

²⁴⁵ Costa Cavalcanti, Idem.

volume de água também grande, fatos que permitem produzir esta energia toda. É, praticamente, 75% ou mais, do que o Brasil produz hoje em termos de energia elétrica. Isto é Itaipu”²⁴⁶.

Costa Cavalcanti enfatiza a capacidade de Itaipu produzir energia. Inerente ao volume de água Bachelard mostra que é justamente pela atividade da água que começa o primeiro devaneio do operário que amassa, ou seja, a água tem o papel de dar forma à matéria. Ela tem o papel aglomerante. Ela une e desune.

Cavalcanti, nomeado pelos governos militares, marca aquele espaço.

A imagem natural e a monstruosidade do volume do rio enaltecem a característica, que, incondicionalmente, enfatiza o trabalho colossal e impressionante que está sendo feito na fronteira. A imagem da monstruosidade do rio tem seu sentido invertido. Justamente por possuir esta característica a barragem do Rio Paraná faz Itaipu ter a importância que tem.

O poder das águas não provoca estranhamento, mas suscita desafios e transforma a missão recebida em dimensões colossais, extrapolando tudo o que, até então, havia sido construído no mundo.

As características físicas do rio contribuíam para as intenções dos planejadores de Itaipu. Elas favoreceram a produção de energia, cujo potencial de massa suspensa a certa altura é a quantidade de trabalho possível de ser realizado com a sua queda. É o produto que resulta da divisão do peso pela altura.

O potencial propriamente dito é a quantidade de trabalho que pode ser realizado a

²⁴⁶ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

cada segundo em virtude da queda. É o produto do peso pela altura da queda, por segundo. “No século XX, Albert Einstein, por meio da teoria da relatividade especial, demonstrou a correspondência entre a massa e a energia, levando a uma compreensão mais ampla da conversão de energia”.

Domínio completo da natureza pelo homem depende, essencialmente, da transformação de energia em diversas manifestações como energia cinética, elástica, gravitacional, térmica, elétrica, química, radiante ou nuclear²⁴⁷.

Na água violenta a vitória é mais meritória; a água violenta é um esquema de coragem²⁴⁸. Se o rio era poderoso, o mesmo acontecia com os homens que edificaram a barragem.

Cavalcanti parecia que se preparava para uma “missão”. As práticas do Exército eram voltadas para a guerra, diferente dos dias atuais. No violento rio foi travada “impressionante” batalha entre poderes diferentes.

O rio violento foi desafiado por homens corajosos. Bachelard, no estudo sobre a poética das águas, apresenta passagem que bem serve para descrever a batalha.

Com efeito, quem ainda não viu, na borda do mar, uma criança linfática comandar as ondas? A criança calcula o comando para proferi-lo no momento em que a onda vai obedecer. Põe sua vontade de poder de acordo com o ritmo da água, que traz e leva as ondas sobre a areia. Constrói em si mesma uma espécie de cólera destramente ritmada em que se sucedem defensiva fácil e ataque sempre vitorioso. Intrépida, a criança persegue a onda que recua; desafia o mar hostil que se vai, zomba dele fugindo das ondas que retornam. Todas as lutas humanas são simbolizadas com essa brincadeira infantil²⁴⁹.

²⁴⁷ MAGALHÃES In: VARGAS, Op. Cit., p. 344.

²⁴⁸ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.175.

²⁴⁹ Idem, p.181.

Indiscutivelmente, para executar obra inigualável, como Itaipu, não se podia ser criança. Era necessário ser “gigante”, capaz de transformar ferro em flores, ou, melhor, ferro em barragem. Não se trata de qualquer obra, mas sim, da sétima maravilha do mundo moderno. Diante do gigantismo de Itaipu, os homens se sentiram pequenos, Costa Cavalcante menciona em seu discurso que é uma peça pequena. “Sou uma peça pequena que está cumprindo uma obra neste conjunto de obras conseqüentes a uma política energética”²⁵⁰.

Parecia que o progresso fluía pelas águas do Rio Paraná. O caudal revolucionário é quem geraria energia. Assim como os militares “revolucionários” buscavam o progresso da nação, o rio, naquele momento, adquiria características nacionais.

Jornais e revistas nacionais estampavam elogios ao comando de Cavalcanti. A revista paraguaia *Estrellas*, de março de 1979, registrou o seguinte:

El General Jose Costa Cavalcanti, nos atrevemos a afirmar y sin temor a equivocarnos, es el protagonista principal para que las etapas se vayan quemando y que Itaipu sea una realidad em el plazo estipulado. Desde luego que junto con el General Cavalcanti se encuentran innumerables técnicos de distintas especialidades, ejecutivos en general y miles de anónimos obreros paraguayos y brasileños que con la virilidad de sus brazos están contruyendo el futuro venturoso de sus hijos²⁵¹.

Itaipu simboliza a modernidade. O rio precisava ser domado em seu ponto mais selvagem. Para ser aproveitado, deveria ser disciplinado. Aceitando os desafios da

²⁵⁰ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

²⁵¹ Costa Cavalcanti: el hombre exacto para el lugar exacto. **Revista Estrellas**. Paragay: Ano XXX, nº 72, s.d. p. 15.

modernidade da nova era, “o passado dominado pelo futuro”, o rio violento era coisa do passado, já que a barragem simbolizava o futuro. A propaganda nacionalista projetava “obsessões nas águas”, e não era por acaso que as revistas e jornais teciam elogios a Costa Cavalcanti.

A obra constitui associações comerciais e militares. “O tema é responsável pelo grande prestígio e pela imagem cativante que o Brasil está projetando lá fora, que é o campo das grandes conquistas da energização nacional e, agora, com implicações internacionais”²⁵². Ao repassar a energia gerada para a região mais industrializada do país, Itaipu reforçava a “imagem do Brasil no exterior” por meio de produtos industrializados, exportados para diferentes lugares do planeta. E mais, “*Itaipu tendría, inclusive, la influencia para un cambio de mentalidad em el órden socio-económico*”²⁵³.

Os construtores da Itaipu são considerados como os melhores em termos de hidrelétricas. A barragem é a expressão perfeita do controle sobre as águas, “obediente e imune às vazantes e cheias imprevisíveis da história e da geografia”²⁵⁴.

A palestra sobre esclarecimentos às indagações sobre os possíveis efeitos no ambiente natural, da planta em fase de construção pela Central Hidrelétrica de Itaipu, proferida pelo general Costa Cavalcanti na Assembléia Legislativa do Paraná, solicitada pelo então presidente, deputado Paulo Alves de Camargo, veio ao encontro das preocupações do impacto que a implantação de empreendimento com a magnitude de Itaipu causaria ao equilíbrio ecológico do Oeste do Paraná.

²⁵² Eurico Rezende, p. 13.

²⁵³ In: **Revista Estrellas**, Op. Cit., p. p.17

²⁵⁴ SCHAMA, Op. Cit., p. 346.

Diante das explicações sobre o projeto, ganhou relevância a questão do alagamento das terras e a forma como estavam sendo realizadas as desapropriações na área que seria atingida pela formação do reservatório. “Se eu tivesse imaginado o interesse dos senhores neste particular – pensei que queriam conhecer mais, de maneira geral em relação ao Estado do Paraná, em relação ao Brasil, em relação à Itaipu – estaria aqui, sem dúvida, o Dr. Paulo Cunha, que é um dos grandes especialistas em desapropriação que possuímos no Brasil”²⁵⁵.

Paulo Cunha havia trabalhado durante a construção de Ilha Solteira, em São Paulo. As desapropriações de Itaipu estavam sob seu comando. As reclamações dos parlamentares paranaenses foram feitas com relação aos problemas de ordem econômico-agrícola.

Os questionamentos se referem ao Estado do Paraná que, como “unidade da Federação, só se firma perante um todo, no momento em que ele tem um potencial econômico, não só emergente, mas que atue na realidade”²⁵⁶. O que ocorria é que as áreas agrícolas mais férteis estavam sendo inundadas, podendo, em futuro próximo, chegar à situação insustentável que compromete não só a economia do Estado, mas, sobretudo, a economia brasileira²⁵⁷.

As perguntas feitas à Costa Cavalcanti, que ele não respondeu, na Assembléia Legislativa, foram:

²⁵⁵ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná. p. 39.

²⁵⁶ Questionamentos dos parlamentares a Costa Cavalcanti no dia 29/-6/1979.

²⁵⁷ Intervenção de Accioly Neto. Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

- Não entende V.Exa. que o Estado, como unidade da Federação, deve ser indenizado, nestas oportunidades de alagamento, em face de que perde, por isto, parte de seu potencial econômico agrícola?
- Qual será a participação do Paraná em face da produção elétrica de Itaipu, dentro do mercado de energia que decorrerá?²⁵⁸

Os prejuízos questionados por deputados referiam-se às perdas territoriais, às perdas do patrimônio natural, social, humano, às belezas turísticas e, também, se reportavam à energia produzida que seria consumida em outros Estados. Estas mesmas indagações levantaram questão no Congresso Nacional, com o Paraná pleiteando medidas compensatórias reais, em forma de *royalties*²⁵⁹.

Os *royalties*²⁶⁰ seriam uma forma compensar, os municípios atingidos pela formação do reservatório. Todas as formas de geração de energia, sejam hidráulica, petróleo, carvão mineral ou vegetal, são perturbadoras do meio ambiente. O uso de um recurso natural para a geração de energia, segundo a Constituição Federal deverá ter uma compensação financeira para a região afetada, em reconhecimento à perda irreparável que significa. Além de afetar diretamente as condições ambientais, ainda há necessidade de preservação futura, como é o caso de uma hidrelétrica.

Costa Cavalcanti não se julgou a pessoa apropriada para responder

²⁵⁸ Perguntas feitas por Accioly Neto Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

²⁵⁹ Os royalties são indenizações devidas a Estados e municípios pela exploração de petróleo, gás natural ou, no caso específico de Itaipu Binacional, de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, conforme determina o parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição Federal. É importante lembrar que os royalties pelo uso do potencial energético não são a mesma coisa que imposto sobre energia elétrica. É simplesmente uma compensação financeira pelos danos causados aos Estados e municípios atingidos.

²⁶⁰ A Lei Federal 7.990, de 28/12/80, entre outras providências estabelece que os royalties devidos ao governo brasileiro sejam distribuídos aos Estados e municípios direta ou indiretamente afetados pela existência do reservatório de Itaipu. A assembléia Nacional Constituinte aprovou em 07/03/88 dispositivo que determina o pagamento de royalties aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de petróleo, de gás natural e de outros recursos minerais.

questionamentos quanto às indenizações das terras que seriam cobertas pelas águas represadas. Seu papel era “cumprir a missão” recebida para dirigir equipe de brasileiros e paraguaios para construir determinada obra, conseqüente de um tratado, em cuja estava prevista a inundação de cerca de 800 km² de área no Paraná.

A política energética estava entrelaçada com o desenvolvimento do país. Para os militares, as questões eram “um misto de vibração patriótica e consciência do bom cumprimento do dever”. A referência encontra-se na apresentação do livro *Energia Elétrica no Brasil*, publicado em 1977 pela biblioteca do Exército.

É, justamente, com base nesta política instituída e “estimulada após a eclosão da Revolução de 1964” que Cavalcanti encontra argumentos para responder aos deputados estaduais, “como gente que cuida da política energética do país”. Atente-se para seus argumentos:

Primeiro, este fato é fruto de uma política energética do Brasil que não compete a mim discuti-la. Sou peça pequena que está cumprindo uma obra neste conjunto de obras conseqüentes a uma política energética. A política indica que se decidiu pelo aproveitamento máximo dos recursos naturais hídricos para a produção de energia. Se, porventura, não tivermos esta condição, teremos que ter outra fonte de energia. Todos nós sabemos que sem energia não pode haver desenvolvimento e nem progresso. Isto é ponto pacífico. A energia sozinha não é suficiente, mas, sem ela, não pode haver desenvolvimento, nem progresso. Se precisamos desta energia, se temos os recursos naturais hídricos, se temos os cursos d'água, vamos aproveitar estes recursos naturais existentes. Do contrário, teríamos que ir para o petróleo a 12 dólares o barril, petróleo que não temos e eu mostrei aí que, para produzir 70 bilhões de quilowatts/hora ano, seria preciso aumentar nossas importações de petróleo em mais de um bilhão de dólares por ano. Estamos importando atualmente mais de três só para gerar o que a Itaipu gera, teria que se aumentar mais de 1 bilhão a preços de hoje de dólares anuais de petróleo²⁶¹.

²⁶¹ Cf. Costa Cavalcanti em Pronunciamento no dia 29/06/1979, dirigido aos representantes da Assembléia Legislativa do Paraná. p. 48.

Construída Itaipu, ela forneceria “voltagem política” para os dois países dependentes da energia, necessária ao crescimento econômico. Os recursos hídricos, os cursos d’água naturais foram aproveitados, para isto, vilas, paisagens urbanas e rurais, naturais, desapareceram. O Rio Paraná, local de muitas aventuras, tal como em rios do mundo antigo, era tido como portador de destruição e morte devido a sua violência. Com o desvio do leito, assim como nas maldições de Tifão, foi portador de pragas como as do velho Egito²⁶².

Se o rio, portador naquele momento da morte das paisagens, poderia ser associado à vida, pois sua força seria capaz de produzir energia suficiente para iluminar boa parte do país. Itaipu surge neste quadro com relação predestinada entre violência e prosperidade.

A natureza selvagem foi transformada num gigantesco complexo de engenharia. Como cenário para a epopéia foram escolhidas as barrentas, violentas e belas águas do Rio Paraná. Antes da instalação do canteiro de obras de Itaipu, o local não passava de área inexplorada, a 12 Km da Ponte da Amizade.

²⁶² Estas questões foram discutidas na dissertação de mestrado, *Memória do Concreto; vozes na Construção de Itaipu*. 1º Começou a chover tanto na região depois da formação do lago de Itaipu que as águas, já vermelhas com sangue, acabaram por levar tanta terra fértil para o fundo dos rios, que já se prevê uma quebra de 30% na próxima safra de grãos, em consequência da erosão. 2º Não apareceram somente rãs nas casas dos ribeirinhos, mas também cobras, lagartos, aranhas, ratos, morcegos, cachorros e gatos abandonados pelos colonos que deixaram a área. 3º As águas paradas procriaram enxames de moscas, mosquitos, pernilongos, borrachudos e formigas. 4º Os animais mortos, putrefatos, causaram em certas enseadas um cheiro extremamente desagradável. 5º Enormes chagas no coração do povo. Separação de pais e filhos, parentes, vizinhos, comunidades esvaçados, velhos doentes desanimados; perda de bens, difícil adaptação em novas comunidades. 6º Chuvas, nunca antes vistas na região provocaram interrupção total do tráfego. Estradas novas sem cascalhos. O povo na escuridão se pergunta: é possível continuar vivendo na região? 7º Contrariando afirmações dos diretores de Itaipu, o engenheiro agrônomo Locateli, ex- chefe do escritório do ITC em Cascavel e deposto do cargo por ter defendido os colonos nos acampamentos no “Trevo da Vergonha”, afirmou, no dia 3 de dezembro último, que os colonos transferidos pela Itaipu para o Acre estão passando pela maior miséria. Como se não bastasse, a grande maioria está hospedando a malária. Por este e outros motivos, pais estão perdendo seus primogênitos, mas os filhos também estão perdendo os pais. Cf. *Boletim Poeira*, v. 5, p. 06-07, nov./dez., 1982.

No passado, o local era território de índios guaranis. A natureza parecia moldada para defendê-lo dos invasores. “Dali, daquele sítio privilegiado, os índios dominavam inteiramente o acesso a seus territórios. Protegidos num dos flancos pelo ‘inexpugnável Aracay’ e, à frente, pelas águas violentas do Paraná”²⁶³.

²⁶³ GUIMARÃES, Irineu; SOUZA, Juvenil de. Itaipu: a imagem de um novo mundo. **Revista Manchete**. Edição de 27/12/1980. p. 86.

CAPÍTULO 3 - MONUMENTALIZAÇÃO DA TÉCNICA: “A VITÓRIA DO TEMPO”

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO: HOMENS E MÁQUINAS

Itaipu transformou a natureza em
coadjuvante de uma superprodução humana.

Philip Glass

No lado brasileiro, próximo ao Rio Paraná, os campos dos trigos emolduravam a paisagem com seu amarelo que evocava os quadros dos impressionistas pelo tom expressivo e vivo das cores, contrastando com o vermelho da terra e o verde das demais plantações. No lado paraguaio, prevalecia a floresta e, vasta área intocada pelo homem.

Estudos hidrológicos e levantamentos geotécnicos haviam levado à escolha daquela alternativa como sendo a mais viável, segundo seus idealizadores. O modelo construído para estudos preliminares mostrava todos os comportamentos dos principais componentes eletrônicos.

O canteiro de obras de Itaipu era comparado ao complexo industrial dos maiores do mundo. Para instalação do complexo foi necessário um planejamento minucioso. A construção de Itaipu mobilizou engenheiros, dezenas de milhares de operários e técnicos, brasileiros e paraguaios, “num esforço gigantesco” que “revolucionou” a geografia de toda uma região. Ergueram um colosso de aço, ferro e de concreto, trabalho realizado em 24 horas interruptas, mantido por revezamento de turnos de 12 horas.

No recrutamento de pessoal, a preferência era dada ao barrageiro, homem que trazia a experiência de trabalho de outras barragens. Havia gente que tinha trabalhado nas

usinas de Ilha Solteira, Furnas, Jaguará, Itumbiara, Capivara, Boa Esperança, Acaraí, São Simão. Outros vieram de barragens de outros países, como a de Cabora Bassa, em Moçambique, na África.

Barrageiro, uma expressão comum em Itaipu. “Em Itaipu, quando se quer dizer que alguém é muito experiente no assunto, se diz que é barrageiro. O denominado abria largo sorriso de quem sabe o que faz e conhece seu valor”²⁶⁴.

É aquele que, seja obreiro, técnico ou engenheiro, chega a uma barragem quando sua construção está geralmente começando; aí permanece trabalhando em sua fase mais difícil, e, muitas vezes, quando a obra já esta adiantada, desloca-se para outra que esteja iniciando²⁶⁵.

Os engenheiros mais calejados gostam de lembrar aos leigos que existe uma instituição desconhecida, mas extremamente poderosa chamada ‘rádio peão’, cujo funcionamento é mais rápido e mais eficiente do que o de qualquer outro veículo moderno de telecomunicação. As notícias entre as barragens situadas a centenas de quilômetros de distância se transmitiam com velocidade espantosa e os barrageiros eram imediatamente informados das vagas eventuais que podiam solicitar, com a certeza de serem atendidos. Além disto, os velhos mestres de obras conheciam bem a folha de serviço de seus antigos auxiliares ou companheiros e acabavam sempre por chamá-los aos canteiros para onde se mudavam. De qualquer maneira, numa obra da dimensão de Itaipu, havia sempre a esperança de trabalho, porque o rodízio da mão-de-obra era relativamente grande²⁶⁶.

Aqueles que vinham de outras construções eram admitidos e alguns deles faziam parte da comissão interna de acidentes. O primeiro funcionário admitido por Itaipu Binacional de acordo com entrevistas de jornais e revistas da época, foi Roque Bueno, 45

²⁶⁴ ITAIPU. Itaipu: a obra, o homem. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição de março/1979. p.4.

²⁶⁵ ITAIPU, idem, p. 4.

²⁶⁶ Documento: Itaipu – Itaipu, energia para o desenvolvimento. **Suplemento de Manchete**. nº 1.384, s.d.

anos, com experiência de barrageiro, “própria posição que assumiu comprova a tarimba que possui em obras desse porte”. Nestor Samudio, paraguaio, foi o segundo inscrito, em 14 de novembro de 1974 ²⁶⁷.

O maior contingente de trabalhadores era oriundo do campo. Eram os ajudantes de serviços gerais. Homens que migraram para o oeste paranaense em busca de trabalho no campo, mas, a maioria deles acabou por tornar-se bóia-fria e encontrou em Itaipu nova possibilidade de trabalho, incorporado aos contingentes de barrageiros que migraram de outros Estados.

Os milhares de “ajudantes de serviços gerais”, chamados de serventes, os peões, homens que pegaram no pesado, na maioria eram originários do campo. Alguns haviam trabalhado em minas durante a década de 60, do século passado. Foram atraídos pela propaganda, que os levou a migrarem para o Oeste paranaense. Meeiros e bóias-frias formaram a maior parte da mão-de-obra que Itaipu recrutou. “Roça só dá para quem é dono da terra”, contou Aírton que, na Itaipu chegou a ganhar sete mil cruzeiros por mês, fazendo horas-extras, além das 12, do trabalho normal” ²⁶⁸.

Os jornais de circulação interna na Itaipu destacavam a procedência dos trabalhadores brasileiros. Eles transformaram Itaipu em “fenômeno racial”. Amazonenses, paraenses, acreanos, maranhenses, piauienses, cearenses, potiguares, paraibanos, pernambucanos, alagoanos, sergipanos, baianos, brasilienses, capixabas, goianos, mato-grossenses, mineiros, cariocas, paulistas, catarinenses, paranaenses e gaúchos trabalharam na implantação da hidrelétrica.

²⁶⁷ BARTOLO, Julio. Itaipu: a terra prometida. **Revista Manchete**. nº 1.231/1975. p. 81.

²⁶⁸ PINTO, Carlos. **Itaipu**: a revolução energética que vem das águas. p. 29.

Provisoriamente aproveitados para as tarefas que não exigiam qualificação, desterritorializados de seus espaços, os trabalhadores perdem, aos poucos, sua identidade, adquirindo novas referências, novas territorialidades.

Médicos em entrevistas às revistas que cobriam a construção da novidade do século, costumavam comentar. “A gente acredita que Itaipu, pela própria grandeza da construção, influencie o trabalhador positivamente. Ele vai para o serviço condicionado a ter cuidado com o gigantismo das operações”²⁶⁹. Os funcionários contratados, freqüentavam cursos preparatórios antes da “guerra-trabalho” começar.

A superação dos obstáculos e dos confrontos que se travaram entre homens tão diferentes, entre homem e natureza, homem e técnica, se metaforiza por meio da “guerra”, que inclui, entre outros fatores, a presença de elementos que promovem a desagregação e a fragmentação.

Para Virilio, a guerra “é um dos principais fermentos do progresso técnico”²⁷⁰ ou, então, “a guerra repousa agora inteiramente nessa desregulação do tempo e dos lugares”²⁷¹. A evocação à guerra se repete em diferentes enunciados.

A “guerra” que se travava no canteiro de obras era, também, cronológica, uma vez que os cronogramas necessitavam ser cumprido à risca. O tempo necessitava ser vencido a qualquer custo. O espaço já estava tomado e, o controle da fronteira estava garantido por meio do tratado assinado em 1973, entre os dois países.

A velocidade dos acontecimentos cotidianos mantinha os operários em constante

²⁶⁹ GUIMARÃES, Irineu; Juvenil de. Itaipu: a imagem de um novo mundo. **Revista Manchete**. Edição de 27/12/1980

²⁷⁰ VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p.107.

²⁷¹ VIRILIO, Idem, p.127.

movimento, afetando a realidade e as noções mais elementares da verossimilhança. Na guerra “a realidade parece abolida”. Eram estes trabalhadores que garantiriam “o esforço logístico”, para possibilitar a construção da hidrelétrica.

A referência à guerra conduz à comparação do canteiro de obras a um campo de batalha e submete homens a um controle que escapava das suas compreensões, expostos cotidianamente a perigos em que a morte não estava descartada. A guerra é o momento em que o Estado assume o total controle da esfera individual, controlando a autonomia e a liberdade, provocando transformações e exigindo preparo permanente de mobilização. As metáforas da guerra não foram utilizadas por acaso pelas pessoas envolvidas com a obra, nem os operários deixaram de usá-la.

Trabalhar na barragem possuía importância monumental. Apesar dos perigos e do cansaço, homens queriam continuar enfrentando todas as adversidades que lhes eram colocadas, afinal, a obra tinha significação de símbolo de uma nação em que preconizava a sobrevivência de um forte nacionalismo.

A propaganda instituída pelos militares misturava apelos emocionais, na argumentação de um Brasil que necessitava crescer e, atingia diretamente o indivíduo agindo sobre os mais diferentes grupos sociais, com a sociedade sendo embalada pelo ufanismo de pensar um Brasil grande. Este gigantismo instituiu-se no imaginário que encontrou em Itaipu seu símbolo perfeito. Cartazes da propaganda militar reforçavam estas idéias: “Ontem, Hoje, Sempre Brasil”. “Ninguém mais segura este país”. “Até 1964, o Brasil era apenas o país do futuro. E, então, o futuro chegou” e, ainda, “Brasil: Ame-o ou deixe-o”.

Trata-se de argumentos de forte teor ideológico que atingiam os trabalhadores no canteiro de obras, assistiam, na Rede Globo de Televisão, ao Jornal Nacional que seguia as orientações de censura e veiculava matérias de interesse do governo. “Os meios de comunicação também funcionam como justificadores ideológicos das ‘decisões modernizantes, que ajudam a legitimar o poder do Estado nos países latino-americanos”²⁷².

O filme “Selvagens cães de guerra” era o mais assistido naquele momento. A inserção do filme na temática da guerra fortalecia a produção de sentidos, além de exercer função pedagógica. Virilio, no livro “Guerra e Cinema”, frisa que “o campo de percepção de uma guerra é mais importante do que o campo da batalha propriamente dita”.

Dentro desta lógica, os barrageiros enfrentaram trabalho que provocava embriaguez de tantos perigos. O elemento surpresa fazia parte do cotidiano e, para superá-lo, as tarefas tinham que ser realizadas em equipes bem treinadas para evitar catástrofes. Na maioria das vezes, alguns dependiam dos reflexos e da experiência de seus parceiros.

O vínculo era estabelecido entre os que já vinham de tradição em obras de barragens e aqueles que aprendiam, aos poucos, a engenhosa tarefa. “Quem acostuma ser barrageiro não larga mais”.

A barragem que represava o rio derrubava as barreiras entre os homens. O contato no canteiro de obras era capaz de criar vínculos entre homens tão diferentes.

A forma de comunicação estabelecida entre eles se desenvolveu de contato

²⁷² SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Estado, sociedade civil e meios de comunicação. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 219

permanente em locais poucos convencionais que o trabalho desenvolvido exigia. Os barrageiros eram considerados povo que tinha suas próprias senhas e códigos que só eles conheciam. Tinham seus próprios ritos. As rotinas dos barrageiros se resumiam em acampar, construir e levantar acampamento.

O tipo de vida que levavam em canteiro de obras os treinava e, muitas vezes, os livrava de acidentes fatais. Era um aprendizado e um treinamento apurado pelos sentidos. Quando acidentes aconteciam, eles faziam parte da rotina. O gigantismo da obra e a ligação de homens com máquinas e peças como extensão de seu corpo servia como resistência. “O rolamento de uma pedra, esmagando as pernas de um companheiro, não toma proporção além do fato natural: ‘a pedra rolou’”²⁷³.

Todo o cuidado era pouco. Não se podia vacilar. Os trabalhadores sabiam disto, pois o contato prolongado em barragens ensinou-lhes um aprendizado de técnicas corporais para evitarem acidentes perigosos. Além de torná-los aptos a vencerem os obstáculos cotidianos, eles sabiam que se alguma coisa saísse errada podia causar-lhes a morte. Isto servia de laço para uni-los, diante do ambiente hostil.

Necessitavam estar sempre em alerta, trabalhando em equipe, pois um dependia do outro. O ritmo de trabalho era mantido pela harmonia dos milhares de homens.

Em obra assim, acidente é a sorte de cada um. Tem peão que com um dia de trabalho se machuca ou já encontra a morte. Com 14 anos de barragem nunca me acidentei. Quem sonha é mais azarado. Se a gente pensar uma coisa, e ela não vier no momento, depois não precisa”²⁷⁴.

²⁷³ Revista Manchete, nº 1326/1976, p. 84.

²⁷⁴ Revista Manchete, nº 1326, 1976, p.82.

Da harmonia do contingente humano dependiam os 12.600 quilowatts que a hidrelétrica forneceria para o país. O desenvolvimento dos trabalhos que dia-a-dia formavam a maior hidrelétrica do mundo, reforçava o culto do tecnológico no manejo da natureza, não descuidando da boa administração e do controle exercido pelos militares que comandavam a edificação da barragem.

Os barrageiros deram início aos trabalhos na área do canal, que começou a ser desmatada em 1975, ano que se constitui um marco inicial da realização do projeto de Itaipu (Figura 14). Sob o ponto de vista da execução da obra propriamente dita, enfrentaram várias dificuldades, como chuvas torrenciais que inundaram os acampamentos.

Figura 13 - INÍCIO DO PROJETO DE ITAIPU



FONTE: Revista Manchete (1975, nº 1.231, p. 74-75).

NOTA: Costa Cavalcanti observando o Projeto com brasileiros e paraguaios.

Acostumados à vida nômade, na qual o espírito de aventura os estimulava a

seguir em frente, vencer a adversidade e a imponente da natureza era apenas um desafio a mais a ser superado. Os operários chegavam a uma barragem quando a construção geralmente começava e ali permaneciam trabalhando nas fases mais difíceis. As grandes hidrelétricas eram, praticamente, construídas em lugares desertos, na beira de grandes rios, no oeste brasileiro.

As influências atmosféricas muitas vezes perturbaram o trabalho no canteiro de obras. Num primeiro momento foram as chuvas. Posteriormente, o frio intenso, com vento cortante e penetrante “capaz de anular o agasalho mais pesado, a lã mais protetora”. Tornava a tarefa mais árdua, mais penosa em razão do excesso de agasalhos e das pesadas botinas, ou botas de borracha.

A grande parte da mão-de-obra de Itaipu era constituída por nortistas e nordestinos, que estranhavam e sofriam com as baixas temperaturas do Sul do país²⁷⁵.

Fora das barragens, os homens se sentiam como “indivíduos inadaptados”. É difícil para o barrageiro viver fora de barragem. Variar, constantemente, de paisagem os estimulava. As condições mudavam entre as barragens. Havia, sempre, novidade, quer no estilo de construção quer nos equipamentos. Tudo exercia uma grande atração.

Com os salários, os barrageiros buscavam projetar o futuro. Embora o serviço fosse pesado, ele justificava a permanência na obra. Outras vantagens se relacionavam à moradia, ao serviço médico, à escola para os filhos e à alimentação, considerada “farta”. As diversões eram gratuitas. Havia shows, cinema, salão de jogos e quadras de esportes.

Depoimento de funcionário de Itaipu publicado em revista chama a atenção.

²⁷⁵ Revista Manchete – 14 de julho de 1979/p. 72 – (frio segundo o jornalista era de quatro graus positivos, conforme o termômetro da farmácia).

Eu acho que nós vivemos uma época em que o homem faz uma força tremenda para não ser parafuso, para não ser peça de máquina, e ser barrageiro é uma oportunidade que se tem de fugir disso.

O barrageiro é figura mitológica ou uma nova classe? A questão apareceu estampada em reportagem feita na época da construção de Itaipu. Anos depois, o trabalho realizado pelo barrageiro é comparado novamente à figura lendária. Desta vez, com Hércules.

Os operários reconstituíram um trabalho de Hércules. Eles alteraram o curso do sétimo maior rio do mundo, removendo 55 milhões de metros cúbicos de toneladas de terra e rocha para escavar o desvio de dois quilômetros. Depois, veio o concreto, 15 vezes mais do que foi usado para a construção do Canal da Mancha. Muito deste concreto foi usado nas fundações de Itaipu. A barragem principal é composta por segmentos ocos, preenchidos com concreto, enquanto as barragens laterais são preenchidas com terra ou rocha²⁷⁶.

A formação do reservatório de Itaipu tornaria navegável trecho considerado intransponível. A complexidade do empreendimento e a superação de transpor etapas eram imprescindíveis para o sucesso da construção da barragem e da implantação da grande obra. A nomeação aos trabalhos que mudaram a face da fronteira revela o significado e a força do evento, que poderia ser comparado à epopéia. “Imagens-forças (progresso, raça, máquinas, etc.) capazes de exercer fascínio coletivo bastante comparável ao dos mitos primitivos”²⁷⁷.

A lenda de Itaipu teve início com o desvio do Rio Paraná, que possui

²⁷⁶ **Revista MEGANEWS.** Itaipu Binacional, p. 3.

²⁷⁷ BRUNEL, Pierre. **Dicionários de mitos literários.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p.xix.

característica rara: enorme volume de água em espaço bastante reduzido. “Por isto, a construção do canal no prazo previsto foi uma verdadeira façanha da engenharia”²⁷⁸. Os trabalhos executados pelos operários poderiam se comparados a um espetáculo de dança “coreografia de movimento do corpo”, homem e natureza, homem e máquinas edificaram a barragem. A proeza das realizações e o fato de transpor obstáculos, que variavam entre o meio físico a suas resistências físicas e psicológicas, marcavam os espaços e construía tempo carregado de sentidos mitológicos, fabulosos e sobrenaturais em que “todas as barreiras humanas e naturais caem diante da corrida pela produção e pela construção”²⁷⁹. O trabalho realizado em Itaipu alcançou repercussões internacionais.

Os significados por si só são suficientes para dotá-los de características acima das humanas e equipará-los a heróis lendários, revelados ao mundo por trabalhos fabulosos, pela coragem de desafiarem o inimaginável, como as forças do violento rio. A missão era considerada como “sublime”, afinal, a barragem seria a solução para os problemas de energia. Forneceria luz para milhares de pessoas, salvaria o país do atraso, marcando uma nova era. Pelo menos era assim que os idealizadores da obra procuravam, por meio de vários “métodos”, provocar os operários, motivando-os ao trabalho.

Constantemente expostos a perigos, que não descartavam a morte, caso de caprichos da natureza, as águas violentas do “rio dragão”, das máquinas e dos lugares inacessíveis, o combate era diário. Os trabalhadores arriscavam a vida, suportando, em alguns locais, calor que ultrapassava 50°C, ou, então, enfrentando as baixas temperaturas

²⁷⁸ **Revista Manchete**. Documento Itaipu, suplemento nº 1.384.

²⁷⁹ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Traduzido por Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 64.

nas centrais de refrigeração, onde era preparado o concreto.

O trabalho no canteiro foi impondo costumes, surgidos da vivência, em que condensavam, sintetizavam e destilavam os conhecimentos de cada um. As equipes de trabalho mistas eram formadas por brasileiros e paraguaios de diferentes línguas e costumes. O aprendizado adquirido em outras barragens sofria alterações, ajustando-se ao novo contexto, que somava experiências e técnicas, que eram adaptadas e inventadas. A adaptação, ocorria nos locais mais imprevistos.

Nacionalidades diferentes, níveis e especializações diversas, duas línguas eram oficiais em Itaipu. Brasileiros se comunicavam em espanhol e paraguaios em português. Do encontro surgia uma espécie de terceira língua, o “portunhol”. “Os colegas paraguaios são alegres e brincalhões. Só tem uma desvantagem: se destratar um, destrata todo mundo. São muito unidos e não abrem mão do tererê, mate verde e frio que costumam tomar nos intervalos das refeições”²⁸⁰.

São conceitos palavras que descrevem os paraguaios como unidos, talvez tivesse sido forma encontrada por eles para assegurar alguma vantagem, um recurso tático, numa exigência para enfrentar as adversidades do meio e da diversidade de seus companheiros, afinal, era um espaço em que prevalecia a binacionalidade. Ao ser questionado sobre as maiores dificuldades políticas encontradas para o desafio de Itaipu, Costa Cavalcanti, entre outras coisas, destacou:

Ao nível de execução propriamente dita da obra, no canteiro de obras, no âmbito dos consórcios de firmas e empreiteiras brasileiras e paraguaias (Unicon e

²⁸⁰ Revista Manchete, nº 1.326/1976, p.86.

Conempa), onde se destaca a formação entre os trabalhadores das duas nacionalidades, de uma consciência nitidamente binacional, a qual, em grande parte, responde pelo bom êxito da execução de todas as atividades do canteiro de obras²⁸¹.

Na área técnica, a preferência recaía sobre o funcionário que havia trabalhado em outras barragens. O contingente paraguaio que fazia parte das equipes, na maioria, não tinha experiência no ramo. Por isto, uma das recomendações que os brasileiros experientes recebiam dos encarregados de setores era justamente o de transmitir conhecimento aos paraguaios. Aldaci, mais conhecido como Federal, rememora sobre esta relação com os paraguaios.

Com relação ao idioma não tínhamos problema. Recebemos ordem do Dr. Rubens Viana para aprender e passar para eles, os paraguaios, os nossos conhecimentos nas equipes de montagem de eletromecânica. Nosso contato com eles era bom. Havia algumas dificuldades já que eles não tinham tanto conhecimento quanto a gente, que vínhamos de outras barragens, mas, eles faziam o trabalho. Desenvolviam com certa morosidade, mas faziam²⁸².

No depoimento fica transparente a relação de poder que ali se constituía. Não era somente a nacionalidade que os diferenciava. O “conhecimento” definia a diferença e produzia, de certa forma, relações de desigualdades. Os paraguaios são os “outros” e, conseqüentemente, os que experimentaram práticas de discriminação e de subordinação.

Os paraguaios realizavam o trabalho “com certa morosidade”. A adjetivação reitera as representações feitas aos paraguaios, que remete ao indígena, um dos grupos formadores da região. Os paraguaios são descendentes, na maioria, de índios guaranis.

²⁸¹ Energia Elétrica. “Itaipu, o desafio”, setembro/79, p.18.

²⁸² Aldaci. **Federal**: entrevista [mês, 2003]. Entrevistadora: Maria de Fátima Bento Ribeiro, 2003. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto de Doutorado da Unicamp.

De um lado se tem o agente civilizador que são os brasileiros, detentores do conhecimento. Do outro, estão os que estão ali para aprender. Série de atributos presentes no imaginário marca o preconceito ao índio. O contexto específico evidencia a primazia de um grupo. O Brasil contribuiu com a maioria dos técnicos “já que o Paraguai não possuía em número e especialização o pessoal suficiente neste momento”²⁸³.

Fragmento de um “causo” (ver Anexo B) ocorrido na Itaipu nos mostra um pouco do dia-a-dia do trabalho no canteiro, e a distinção nas funções. “O transporte entre a central de concreto e a barragem era controlada por engenheiro brasileiro e a descarga ficava por conta de operários paraguaios”²⁸⁴.

O aprendizado adquirido em outras barragens era aplicado em Itaipu. Os operários paraguaios procuravam obter o conhecimento sobre o trabalho e a troca que ocorria com trabalhadores brasileiros, experientes na lida em barragens, contribuía bastante. As culturas diferenciadas existentes no local de trabalho não significavam elemento negativo, pelo contrário, na busca da produtividade e para evitar acidentes, os paraguaios procuravam inserir-se no canteiro. Há que se indagar se rivalidades nacionais dividiam os trabalhadores. E, também, se a harmonia, cuja existência era apregoada no canteiro de obras é bastante presente em discursos e nas reportagens jornalísticas, realmente existia. O aprendizado no canteiro de obras era constante. O livro que Germano Seidl Vidal publicou contém material contendo informações sobre “parte do imenso esforço desenvolvido pela Superintendência de Suprimentos, particularmente na área em

²⁸³ Cf. Costa Cavalcanti, Op. Cit.

²⁸⁴ Na dissertação de mestrado, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trabalhei alguns “causos” que recontam o cotidiano do barrageiro. Este especificamente foi trabalhado para mostrar os “percalços cotidianos em relação aos problemas de linguagem, de nacionalidade”.

que atuávamos, a do planejamento”, numa dedicatória feita para enfatizar o significado do trabalho desenvolvido na obra. “A todos que fizeram com espírito de missão, ainda que aprendendo...”²⁸⁵. Portanto, não eram apenas os paraguaios que estavam aprendendo com a obra.

O Brasil tinha setor elétrico mais desenvolvido do que o Paraguai. Contava com centrais hidrelétricas com diferentes potências. No Paraguai, ao contrário, o setor elétrico era um dos mais recentes da América Latina: “*Hasta el año de 1948, sólo una parte de la capital tenía servicio eléctrico regular, a cargo de una empresa privada, la Compañía Americana de Luz y Tracción (CALT). El interior estaba prácticamente desprovisto de abastecimiento, salvo unos pocos pequeños generadores en algunas ciudades y pueblos*”²⁸⁶.

No dia 13 de agosto de 1948 foi nacionalizada a CALT, e, no dia 22 de novembro foi adquirida, passando a ser chamada *Administración Nacional de Electricidad* (Ande). O pessoal técnico qualificado da CALT era estrangeiro sendo que no momento da nacionalização não havia técnicos paraguaios formados.

*Apenas três años después la ANDE, saneada financeiramente y com um nível técnico que comenzaba a ser adecuado, ya estuvo en condiciones de tener acceso al crédito internacional, sujeto a estrictos controles previos, con el cual nunca había tenido ninguna relación. Así comenzó la serie de financiamientos del Banco Interamericano de Desarrollo para la realización del aprovechamiento hidreléctrico del río Acaray, cuyas obras se iniciaron a 1965 y fueron habilitadas en diciembre de 1968, con ejemplar puntualidad. Fue la más grande obra pública realizada en el país hasta entonces*²⁸⁷.

Quando o serviço foi colocado em prática com as linhas de transmissões até

²⁸⁵ VIDAL, Op. Cit.

²⁸⁶ DEBERNARDI, Op. Cit., p. 110.

²⁸⁷ Idem, p. 112.

Assunção, o significado do acontecimento marca a história da eletricidade no Paraguai no período que antecede ao Tratado de Itaipu. *“Significo transponer, con un solo salto, el abismo que se interpanía entre la técnica de 6.000 volties hasta entonces utilizada por la ANDE, y la técnica de 220.000 volties de las nuevas instalaciones”*.

Comentário de Debernardi sobre o acontecimento é elucidativo. *“El desmitido que lê dio la ANDE com los resultados obtenidos, fue probablemente la prueba más contundente de la capacidad del hombre paraguayo cuando se le ortorgan las condiciones adecuadas de trabajo”*²⁸⁸. A experiência adquirida por técnicos paraguaios em Acaray é marcante para o trabalho realizado no canteiro de obras em parceria com o Brasil. Debernadi salienta que, *“con sorpresa de parte brasileña, los paraguayos se distinguieron por sus cualidades humanas, sus conocimientos técnicos, su competitividad y su economicidad”*²⁸⁹.

O tratado estipulava que a participação deveria ser paritária entre brasileiros e paraguaios²⁹⁰, no entanto, *“ello no ocurrió en la práctica y los niveles de participación. Paraguaya en Itaipú dejan mucho que desear”*²⁹¹. Foi um dos argumentos fortes para a aprovação do tratado de Itaipu junto ao parlamento paraguaio no que dizia respeito à participação paraguaia de 50% na construção da obra. *“La participación paraguaya cayó*

²⁸⁸ Idem, p. 112.

²⁸⁹ Idem, p. 177.

²⁹⁰ Alguns exemplos nas questões de participação técnica entre os dois países: - Nas obras civis da Central Hidrelétrica-(estrutura de participação em termos de obra): Contrato relativo ao primeiro estágio (escavação): Brasil: 90%; Paraguai: 10%; Contrato relativo ao segundo estágio (concretagem): Brasil: 90%; Paraguai: 10%. - Na fabricação de equipamentos (estrutura de participação em termos monetários contratuais): Equipamentos de produção, lançamento e transporte de concreto: Brasil: 70%; Paraguai: 8,4%; Turbinas e geradores: Brasil: 80 a 85%; Paraguai: até 5%.

²⁹¹ CANESE e MAURO, Op. Cit., p. 33.

em menos de cinco empresas, consorciadas em CONEMPA”²⁹².

Segundo Canese, as participações de empresas construtoras paraguaias nas obras civis principais foram inferiores a 50%. Com a área eletromecânica ocorreu o mesmo fato. *“Las empresas montadoras más importantes del país fueron dejadas de lado y se adjudicaron todos los trabajos al Consorcio de Ingeniería Electromecánica (CIE)”*²⁹³.

Existia a necessidade de conciliar os interesses governamentais com as necessidades técnicas no canteiro de Itaipu. Para isto, todas as orientações eram baseadas nas prescrições estabelecidas no Tratado de Itaipu e nos atos complementares, segundo depoimento da época de Costa Cavalcanti, que reconhece a limitação da participação paraguaia na parte técnica:

No fundo e a rigor, o que limita o grau de participação do Paraguai nas diversas atividades técnicas ligadas à construção da Central Hidrelétrica de Itaipu é a atual capacidade de execução, principalmente em termos quantitativos, das organizações daquela nação amiga, a qual, como é sabido, situa-se, ainda, em nível abaixo ao que desfruta o Brasil, sem embargo do esforço extraordinário, já coroado de pleno êxito, que os setores técnicos e industriais do Paraguai estão realizando²⁹⁴.

Desde o início, os idealizadores e executores de Itaipu estavam dispostos a cumprir rigorosamente com os cronogramas. Para levar adiante o colossal projeto da barragem antes de tudo era preciso manter a autoridade sobre o rio e os homens. A primeira etapa da execução da barragem foi a abertura do canal de desvio. “Havia, entre os engenheiros e barrageiros, o orgulho de uma façanha que passou para os anais da

²⁹² Idem, p.35.

²⁹³ Idem, p.35.

²⁹⁴ Itaipu desafio: entrevista exclusiva com Costa Cavalcanti. **Revista Energia Elétrica**, setembro de 1979, p.19.

engenharia mundial: o desvio do curso do Rio Paraná”²⁹⁵.

À medida que tudo se tornava superlativo em Itaipu, ocorre a ênfase na técnica, no cientificismo, na eficiência e na administração. A tecnologia alcançou o auge em Itaipu. A empreitada, extremamente sofisticada, representava, definitivamente, um poderoso instrumento de poder. O acesso e o domínio tecnológico atingido em Itaipu superaram a expectativa de seus idealizadores. A barragem foi erguida a partir de pressupostos técnico-científicos, com os mitos do nacionalismo permeando os mais diferentes discursos.

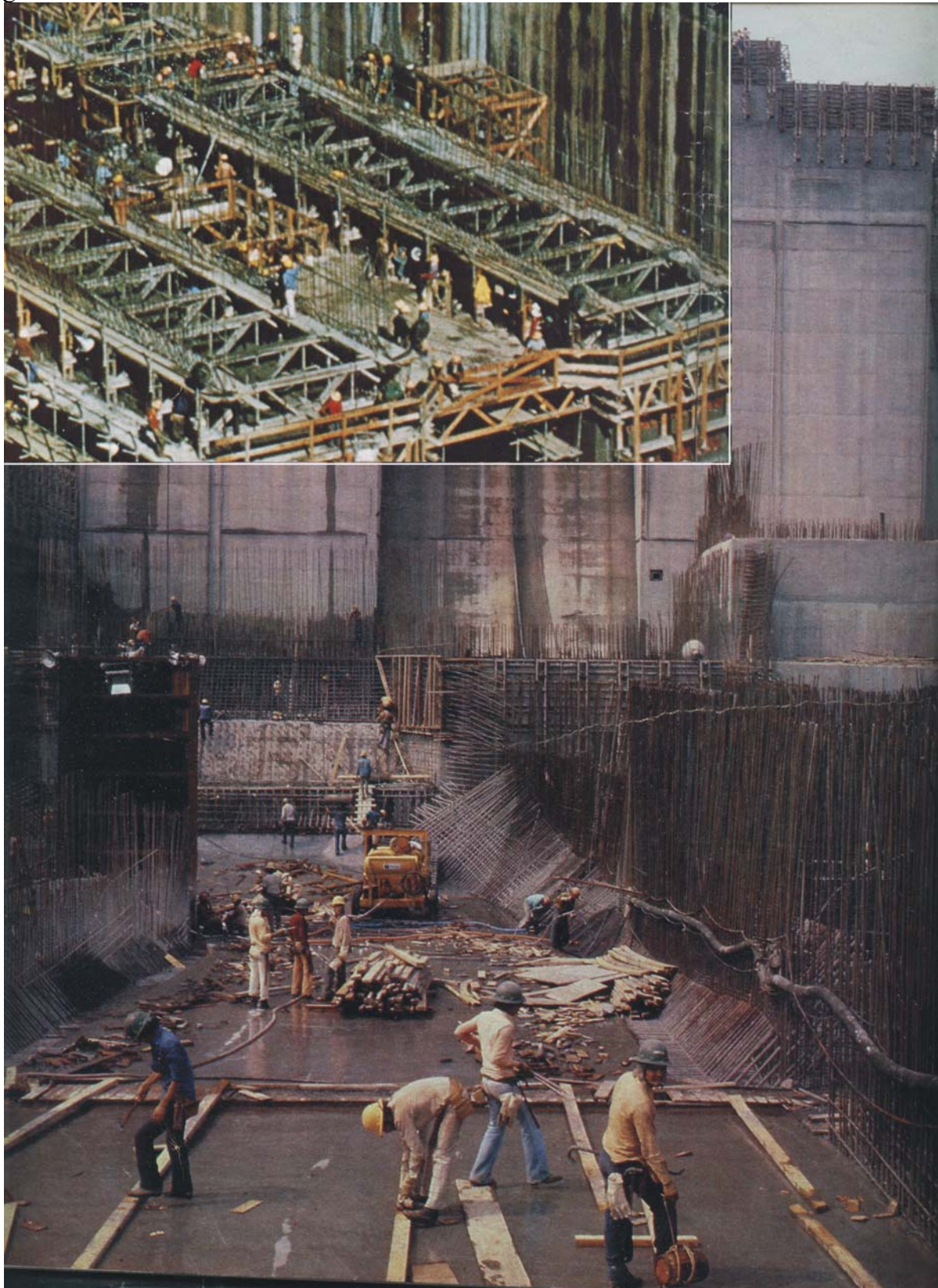
O cenário futurista do tempo, da substância invisível, é o fio condutor que orienta o imaginário da construção, na qual o símbolo extrapola a realidade. Modris Eksteins, na obra “A Sagração da Primavera”, expõe que, “na verdade, o empreendimento técnico, à medida que amplia suas dimensões, fica correspondentemente mais propenso à fabulação. A necessidade pode ter gerado a invenção, mas a invenção produziu, depois, a intenção. O técnico espiritualizou-se. A eficiência tornou-se um fim; deixou de ser um meio”²⁹⁶.

No local em que milhares de trabalhadores edificavam a barragem podia ser configurado como um não-lugar, um lugar de passagem, em que tudo é provisório. Em Itaipu tudo era gigantesco. O canteiro tornava-se um espaço propenso à fabulação, lugar em que as referências introduziam um efeito irreal ao mexer com a capacidade de percepção, que é, justamente, o entendimento do verossímil e do inverossímil provocando estranhamento e, na maioria das vezes, limitando os sentidos (Figura 15).

²⁹⁵ Itaipu: crescimento de um gigante. **Revista Geográfica Universal**. nº 97. Rio de Janeiro: Bloch Editores: dezembro de 1982. p. 51.

²⁹⁶ EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 107.

Figura 14 - BARRAGEIROS E GIGANTISMO DE ITAIPU



FONTE: Revista Manchete (1980, p. 82); Suplemento de Manchete (n° 1.384, p. 15)

O movimento sugere uma fronteira entre o que é “real” e o que é “irreal”, conflito decorrente da vivência cotidiana em espaço oposto ao mundo fora das barreiras do canteiro, no qual a vida fluía em outro ritmo. O “real” para Durand, é constituído a partir de arquétipos. “arquétipos que constituem o ponto de junção entre o imaginário e os processos racionais”²⁹⁷.

O imaginário é componente importante do real, considerando que o real depende sempre do olhar e da percepção de cada um de nós. Para Michel Maffesoli, “para além dos diversos dogmatismos e/ou positivismos que começam a perder o fôlego, a importância do imaginário é reconhecida, e vários trabalhos têm mostrado como ele]estrutura a sociabilidade de base”²⁹⁸.

É comum pensar-se em ficção que partiu de uma “realidade”. No canteiro de obras, há a inversão. É uma realidade que parece ficção.

Há que se perguntar sobre qual é a distância entre a realidade cotidiana e a ficção? Muito além das representações que poderiam propor ficções e deslocar-se para fabulações, os trabalhadores de Itaipu vivenciavam experiência moderna em que a realidade do trabalho estava mais próxima do fantástico e da ficção.

As dimensões do fantástico estavam presentes na construção e nos equipamentos que edificavam a obra. Daí que a noção de ficção era mais forte do que a “real”. O desdobramento provocava alterações e modificações no corpo e nos sentidos.

As técnicas utilizadas no canteiro para a realização do trabalho cotidiano são fundamentais para a percepção do tempo e do espaço. Por seu intermédio é que se “realiza

²⁹⁷ DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 61

²⁹⁸ Idem, p. 96

a união entre espaço e técnica”. Segundo entendimento de Milton Santos,

[...] as técnicas participam na produção da percepção do espaço, e, também, da percepção do tempo, tanto que sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece como produção, para a vinculação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva²⁹⁹.

A superação dos limites era uma das manifestações provocadas no espaço. Trabalhar na barragem adquiria importância monumental, apesar dos perigos e do cansaço, homens queriam continuar enfrentando todas as adversidades que lhes eram colocadas. Era o desafio cotidiano e a superação de limites a que se submetiam os operários.

As fantasias de poder, os desafios brutais e o “gosto pelo risco”³⁰⁰ evocam o mito de Fausto, “personagem tão alegórico das conquistas técnicas dos tempos modernos, ninguém duvida que encarna uma relação entre o homem e a natureza, é algo mais ou menos evidente”³⁰¹. Inelutavelmente, é um símbolo da modernidade que, “para os marxistas, nada mais é do que um novo Prometeu”³⁰².

É a era de Itaipu. Era de jovens que enfrentaram poeira, sol, chuva e o violento rio. Terra e água. O que os estimulava? Itaipu provocava movimentos. O sentimento de medo não seria apenas um, entre tantos outros? Itaipu significava mudança. O trabalho

²⁹⁹ Idem, p. 45.

³⁰⁰ CHARTIER, Pierre. Os avatares de Fausto. In: BRICOUT, Bernadette. **O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.156.

³⁰¹ CARRIÉRE, Jean-Claude. Juventude dos mitos. In: BRICOUT, Op. Cit., p. 32

³⁰² DABEZIES, André. **Dicionários de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 338

parecia assustador. Muitas vezes era criativo e, quem sabe, no fundo, poético, já que trazia embutido na sua totalidade, a criatividade e prenunciava mudanças. Para a psicanálise, o medo é componente importante para a criação poética? (Figura 16).

Figura 15 - OS BARRAGEIROS – UMA IMPLOÇÃO! NASCEU



FONTE: Revista Isto É (25/10/1978, p. 94).

Vivenciar um cotidiano ameaçador equiparado a uma obra ficcional era, talvez, o elemento responsável pela superação dos medos. “O fantástico e a ficção não têm outro sentido, senão organizar um espaço vital, tornar o cotidiano aceitável”³⁰³.

Não são apenas os equipamentos que sofrem modificações. Os operários alteram o ritmo como as máquinas. O trabalho em turno os obrigava a modificar e a subverterem a

³⁰³ MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Natal: Argos, 2001. p. 100.

tradição e a percepção do tempo. Era preciso trocar o dia pela noite, em semanas alternadas.

O trabalhador do campo sofria como funcionário de Itaipu. Adquiria nova experiência. Seu comportamento, bem como os valores, são alterados. Vivencia uma experiência “urbana”. O tempo era o do trabalho que transformava homens em máquinas que desumanizavam. Criava, momentaneamente, a ilusão de um trabalho que o dignificava. “Isto aqui é uma ilusão. A gente ganha bem, mas a vida é muito cara e acaba-se gastando tudo”³⁰⁴.

O indivíduo que erguia a gigantesca barragem perdia suas referências pessoais, afetava “a duração do tempo” vivido fora do canteiro, agia mais por instinto e experiência nos locais jamais imaginados, como o fundo do rio onde era erguia a majestosa barragem.

A abordagem da temporalidade vivenciada pelos trabalhadores é fundamental para que o significado de Itaipu não fique limitado. Paul Virillio, argumenta que: “se privando de uma abordagem dos regimes de temporalidade associados aos diversos ‘ecossistemas’, em particular aqueles que têm origem na tecnosfera industrial e pós-industrial. Ciência do mundo finito, a ciência do meio ambiente humano parece se privar voluntariamente de sua relação com o tempo psicológico”³⁰⁵.

Como ficam as percepções na relação entre homem e máquina? E, o tempo das máquinas sobre os homens? A suas vidas eram afetadas pelo longo tempo de permanência no canteiro, pelo tempo de utilização dos equipamentos. No que se constitui e qual o significado de Itaipu para eles?

³⁰⁴ Itaipu: A Revolução energética que vem das águas, p. 29.

³⁰⁵ VIRILIO (1993), Op. Cit., p. 107.

A realidade das coisas sofria inversões. O tamanho dos objetos das figuras não era “mais o parâmetro do real”. Não era por acaso que quem visitou a obra comparava ilustrações clássicas para representar o canteiro. Era equipará-lo ao mundo imaginário dos liliputianos no universo de Gulliver. O que surgia não era fisicamente capaz de reproduzir o cenário da obra. A falta da realidade fazia com que recorressem a imagem presente nas obras de ficção, difícil era separar realidade de ficção. Fragmento de reportagem jornalística evidencia uma comparação:

É necessário descer ao pé da barragem principal, correr os olhos sobre aqueles paramentos de concreto que materializam a idéia de monstruosidade, para se ter uma imagem mais ou menos exata da escala de Itaipu. Um dos blocos da margem direita (lado brasileiro) já atingiu a chamada cota de coroamento, a 225 metros da base - que será a altura definitiva da barragem inteira, Para quem se coloca ao pé deste bloco, homens e equipamentos que passam pelo topo lembram as ilustrações clássicas dos liliputianos às voltas com o universo de Gulliver. Mas, aqui, os fios que amarram o gigante são cabos de aço puxados por tratores e os liliputianos vencem sempre – sistematicamente³⁰⁶.

Para comparar o canteiro foi necessário lançar imagens (códigos) que se adequasse à cultura. Optou-se por uma imagem presente na ficção literária universal. Os liliputianos de Gulliver, apesar da distância temporal e espacial, simbolizavam e recriavam o trabalho das ações humanas realizadas naquele momento. A obra literária é uma ficção.

A poeira da obra quando o sol desaparecia no final do dia, as pedras e os equipamentos monumentais lembravam uma obra de ficção, propícia para eclosão de situações imaginárias, em que, racionalmente, não se consegue dar explicações.

³⁰⁶ GUIMARÃES, Irineu; SOUZA, Juvenil de. Itaipu: a imagem de um novo mundo. **Revista Manchete**. Edição de 27/12/1980. p. 86.

Comentário feito por Nicole Ferrier – Caverivière, chama atenção ao fato de,

[...] quando um acontecimento histórico ou a atitude de um grande personagem aparece em ruptura com a trama da época ou com a normalidade dos comportamentos humanos, quando uma zona de sombra e de incompreensão os invade de repente e os faz escapar ao domínio da ciência e da pura inteligência, a imaginação de um grupo de homens ou de um povo, em desafio às leis do cotidiano, encontra naturalmente o meio de impor suas cores e suas metamorfoses, suas deformações e suas amplificações³⁰⁷.

A sensação de trabalhar em locais tão altos provoca uma mudança na perspectiva da paisagem visual. “Como imaginar uma perspectiva qualquer, espacial ou atmosférica, depois da perda dos referenciais ‘acima’ e ‘abaixo’? Da mesma forma, como pensar a separação entre o ‘próximo’ e o ‘distante’ sem a resistência ao avanço?”³⁰⁸.

O canteiro de obras, “lugar artificial” em que cotidianamente homens superavam seus limites físicos. O corpo era modificado pelo trabalho. Máquinas subvertiam noções básicas e prejudicavam sentidos. O espaço altamente instrumentalizado era modificado com esforço e a fadiga de anônimos trabalhadores.

As trajetórias no canteiro modificavam a estrutura. Daí, a “plasticidade” ser uma característica destes homens. Era preciso ser de ferro, metáfora que remetia ao trabalho no canteiro e utilizada para descrever o esforço de cada um para suportar as adversidades cotidianas. Tinham que ter a consistência de um elemento resistente.

O ritmo era determinado e constituído pelas máquinas. É como se experimentassem dois mundos simultâneos, sendo comum à imagem constante nos depoimentos de equiparar a vida no canteiro de obras como “ilusão”, “sonho”.

³⁰⁷ BRUNEL, Op. Cit. p.385.

³⁰⁸ VIRILIO (1993), Op. Cit., p 113.

Sentiam, com certeza, “o impacto do fluxo temporal”. Tudo era programado em função do tempo. “A concepção que se impôs a partir do Renascimento, segundo a qual o tempo é não só uma dimensão crucial do mundo físico, como, ainda, a força que molda a história individual e coletiva do homem”³⁰⁹.

Era como se vivenciassem, naquelas condições, um “tempo fora dos eixos”. Northrop Frye explica que “o tempo está fora dos eixos, quer como noção de que o tempo é o devorador da vida, a boca do inferno no momento anterior, quanto o potencial passa para sempre ao atual, ou, em seu supremo horror, a sensação de Macbeth de que o tempo é apenas um tique-taque de relógio após outro”³¹⁰.

Procurando alcançar maior economia e velocidade, buscando técnicas que qualitativamente e quantitativamente cooperassem no tempo estipulado da construção, equipamentos eram modificados, alterando o ritmo do manuseio deles, quando utilizados por operários.

Para a operação dos equipamentos foi necessário treinar operários, amoldando-os a superarem “as asperezas do meio”, exigindo deles reflexos precisos, como, por exemplo, do operador que de uma cabine de comando do cabo aéreo, que está longe da central de concreto e afastada do local de seu lançamento.

A obrigação de vencer o fator tempo e as asperezas do meio, levou os construtores a inventar. Algumas técnicas, a do resfriamento artificial do concreto, na escala de Itaipu, representam soluções que serão, certamente, retomadas, com as

³⁰⁹ WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 22.

³¹⁰ FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1989. p. 211.

necessárias adaptações nos futuros canteiros de barragem no mundo³¹¹.

É como se dentro do canteiro o mundo se repetisse de forma “precisa, infinitamente”. Era o tempo das máquinas, o tempo dos corpos, como se os corpos dos operários fossem máquinas. Os corpos se ajustavam ao tempo estabelecido pelos cronogramas, tinham que cumprir ordens, cumprir com os prazos. A barragem era constituída de água, corpos e máquinas.

Em todo o canteiro de obras viviam homens que se encontravam, constantemente, em locais jamais imaginados. O tempo e o espaço alterados deixam de ter importância em meio à tecnologia da barragem. O “barrageiro” perdia a individualidade e, não era por acaso ou ironia que eram reconhecidos pelas autoridades como números e, pelos companheiros, com apelidos.

A relação que se estabelecia entre homens e natureza era dada por meio da técnica. Técnica que proporcionava a simples “barrageiros” erguerem a poderosa barragem. Técnica que permitia a transformação do território aquático do rio poderoso, que, no passado, assustava, evocava no presente, a construção narrativa de vida e de morte.

O cenário equiparava-se a um formigueiro. São milhares de trabalhadores com capacetes amarelos, azuis e vermelhos espalhados pelo canteiro de obras. Há caminhões de quatro metros e meio de altura, com capacidade para 75 toneladas de carga. Só os pneus têm 2,3 metros de altura. Guindastes retiram do chão enormes blocos de rocha. As centrais de concreto operam produzindo 2.700 toneladas por hora, o que permitiria a

³¹¹ GUIMARÃES, Irineu; SOUZA, Juvenil de. Itaipu: a imagem de um novo mundo. **Revista Manchete**. Edição de 27/12/1980. p. 83.

construção de 20 edifícios de 18 andares por dia³¹².

O incentivo estatal à obra é total, fato que facilita a construção com recursos subsidiados pelo governo federal por meio de financiamentos. Exemplo da exaltação ao nacionalismo encontra-se também na ênfase que é dada à tecnologia de ponta nacional, isto, talvez, seja digno de nota no campo tecnológico. O que existe de mais atual encontra-se em Itaipu.

No tocante à fabricação de equipamentos elétricos e mecânicos permanentes (destinados à casa de força, à estrutura do desvio e ao vertedouro) em face do elevado nível de nacionalização, a indústria brasileira vem se articulando, com êxito, até o presente momento, para vencer todos os óbices de natureza tecnológica. Neste quadro há que se fazer referência à fabricação, já iniciada, de 18 unidades geradoras de porte inédito – 700 MW cada - cujo índice de nacionalização situa-se na ordem de 80 a 85%³¹³.

O culto à técnica que é empregada nas grandes obras é parte do ufanismo militar da época. Encontraram em Itaipu “o símbolo do tecnicismo e da administração”, empreendimento que vai ao encontro dos discursos de modernização e do progresso, promovendo o desenvolvimento do país, fomentando modelo industrial que se deseja implantar e incrementar os já existentes, afinal, o emprego de energia é importante indicador de desenvolvimento industrial.

Itaipu é, também, uma hidrelétrica como outra qualquer. Divide-se em três partes principais: barragem, casa de força e vertedouro.

As vantagens de se construir próximo a Itaipu. A disposição é essencialmente simétrica da barragem principal e da casa de força, pois o canal do rio é suficientemente

³¹² Documento: Itaipu. Suplemento de Manchete. nº 1.384, s.d.

³¹³ **Revista Energia Elétrica**. setembro/79, p.18.

largo para acomodar as 14 unidades geradoras e, o canal de desvio, as quatro geradoras remanescentes.

A ilha de Itaipu divide o rio em dois canais, fato que facilita a construção da ensecadeira principal de montante; canal de desvio pela margem esquerda serve também de jazida para o enrocamento da barragem esquerda e agregado para concreto; a localização do vertedouro na ombreira direita permite descarregar o excesso de água a cerca de 1000 metros a jusante da casa de força, minimizando a interferência com ela e a sobrecarga na água de jusante da casa de força. As duas margens estão aproximadamente na mesma cota, ficando o reservatório quase simétrico entre os dois países, não exigindo diques excessivamente grandes ou longos em cada margem³¹⁴.

Os dois diques da ensecadeira gigante, localizados a 800 metros um de outro, protegem as obras da barragem principal e da casa de força. A ensecadeira foi conformada com material de enrocamento lançado em quatro diques, dois a dois nos lados montante e jusante, e protegendo em seu interior um núcleo de argila impermeabilizante a ser lançado em grandes volumes por meio da técnica de escorregamentos sucessivos, a partir da borda da plataforma situada a 2 metros acima da lâmina d'água. O método, adotado quando da construção da Rodovia dos Imigrantes, em São Paulo, no aterro da estrada da barragem de Billings, visa a evitar a dispersão da argila, dada a grande profundidade que deverá atingir. A baixa vazão do Rio Iguaçu e Paraná permitiu que o fechamento da ensecadeira fosse efetuado em sete dias e não 15 ou 20 como estava previsto³¹⁵.

As obras de desvio foram projetadas para proporcionar a máxima segurança em

³¹⁴ ITAIPU. O projeto. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição novembro de 1977, p. 4.

³¹⁵ Op. Cit., p. 42

todos os estágios de construção e completa confiabilidade da operação final de fechamento com risco mínimo, levando-se sempre em conta economias de custo e de tempo construtivo³¹⁶.

O canal de desvio, cavado em rocha pura, foi um dos trabalhos mais duros da obra. A escavação do canal de desvio, envolvendo desmonte subaquático e dragagem, foi considerada a mais crítica das operações em relação ao cronograma geral da construção. A perfuração e a detonação das bancadas subaquáticas no leito do Rio Paraná tornaram-se internacionalmente conhecidas, pelo volume de rocha envolvido e pelas técnicas adotadas.

A montante foi escavada um volume de rocha de 29.500 m³; e a jusante, 137.500 m³. A profundidade das aéreas de perfuração chegava a 18 metros e a velocidade de deslocamento das águas variava de 3 a 4 metros por segundo, não apenas dificultando a perfuração em si, mas, principalmente, o posicionamento do equipamento de perfuração.

A quantidade de hidrelétricas construídas no Brasil e com Itaipu, a tecnologia brasileira de construção de barragens é considerada uma das mais aprimoradas do mundo. Itaipu, devido a sua dimensão, exigiu que técnicas fossem desenvolvidas e adequadas. Já havia tradição de construção de barragens no país antecedendo a construção de Itaipu. O princípio de funcionamento era o mesmo. “O básico de Itaipu veio de outras barragens”, o que variava era a dimensão gigantesca, por isto as adaptações eram constantes, máquinas, equipamentos e homens sofriam o processo.

Os equipamentos tradicionais de lançamento de concretos em barragens

³¹⁶ ITAIPU. O projeto de desvio do rio. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição novembro de 1977. p. 9.

brasileiras – guindastes de torre e outros – não bastavam em obra do porte de Itaipu. Precisavam ser modificados. Tornavam-se obsoletos. Necessitava-se de cabos aéreos que cobrissem distâncias nunca antes tentadas.

Os cabos aéreos, baseados em estudos da Itaipu, eram uma necessidade que se transformou em “achado”, uma vez que o mercado internacional não dispunha de cabos que pudessem operar e cobrir, em um só lance, toda a largura do Rio Paraná.

A Translift, empresa do grupo Isomonte, desenvolveu o maior cabo aéreo já empregado em lançamento de concreto, de 95 e 110 metros de altura, 1.360 metros de vão entre os apoios e 20 toneladas de capacidade, que é o peso médio de uma caçamba cheia de concreto de 6 m³ de capacidade.

Monovias (sistema semi-automático de 800 metros de comprimento, sofisticado e caro) foram acionadas pela primeira vez no mundo para transporte do concreto, a 120 m/h³¹⁷, as monovias nunca tinham sido empregadas para o transporte de concreto, mas em Itaipu sua importância como equipamento de apoio e condições ideais por ser imune a interferência da neblina, tão comum nas noites de inverno de Foz do Iguaçu.

As monovias ganhavam um novo uso totalmente diferente fora adaptada para a produção local e para funcionar em conjunto com os outros equipamentos.

O concreto lançado refrigerado. A temperatura de produção dele era especificada em 6°C na usina. Foram previstas três centrais de refrigeração: uma na margem esquerda, para atendimento das necessidades das centrais de concreto 1, 2, e 3; uma na margem direita, para atendimento às necessidades do sistema de água às centrais de concreto 4, 5 e

³¹⁷ Equipamentos inéditos e técnicas avançadas lançam concreto em Itaipu. **Revista O Empreiteiro.** *Diciembre/Dezembro/78.*

6 e as necessidades de ar frio e gelo para as centrais 4 e 5. Há também uma central de refrigeração para o sistema de ar frio e gelo, central 6, da margem direita. Todas foram fornecidas pela Sulzer do Brasil³¹⁸.

A harmonia era importante para se colher bons resultados. O trabalho de grupo desenvolvido por todos permitia resultados positivos de produção e de prevenção contra os acidentes.

Na armação eram comuns acidentes com ferimentos nos braços, pernas e unhas das mãos e dos pés. O armador tinha que trabalhar com muito cuidado para evitar a queda de ferragem, que podia cair sobre outros operários que trabalhavam mais abaixo.

A principal medida de segurança diz respeito à posição que o vibradorista vai ocupar na área do trabalho. É obrigatório o uso de capacete e de botas de borracha devido, sobretudo, ao concreto gelado. A preocupação do feitor no lançamento de concreto é mais com as medidas de segurança.

No lançamento de concreto, assim que a caçamba é furada (aberta), o vibradorista tem de entrar em ação, levantando o vibrador que pesa 45 quilos, no monte de concreto.

Os homens que faziam a limpeza fina do concreto, tirando a nata suja do concreto e deixando-o limpo, na pedra viva, para dar ligação perfeita ao concreto novo, a ser lançado, é serviço que oferece risco, uma vez que o jato d'água sai a uma pressão extraordinária, em torno de 8 a 9 mil libras.

Por isto, quem trabalha com a máquina de corte deve tomar certo cuidado e, sobretudo, evitar situações imprudentes. Os engates da mangueira devem ser verificados

³¹⁸ REPORTAGEM DE CAPA. Escavações e perfurações fases decisivas em Itaipu. **Revista Construção São Paulo**. Revista semanal, ano XXXI, nº 1579, 15 de maio de 1978, p.11.

constantemente porque podem soltar. Por outro lado, não se deve trabalhar de jeito nenhum com o gatilho da espingarda amarrado com arame, por exemplo, porque se o feitor sofrer uma queda, a espingarda continuara acionada, podendo provocar acidentes graves.

Num ambiente em que todos estão atentos aos movimentos das máquinas e suas cargas o entendimento entre os membros do grupo é fundamental para que tudo saia bem e que o serviço renda.

Quem opera o cabo aéreo, por exemplo, é o sinaleiro. O operador lá na torre faz apenas o que o sinaleiro pede. Daí, a atenção e o treinamento que deve ter o sinaleiro. No transporte de equipamentos e cargas, os sinaleiros continuam tendo importância fundamental na fiscalização da forma e condições em que o objeto está sendo transportado.

De acordo com a carga, ele deve observar sem que haja nenhuma dúvida, se a carga está bem firme e se o cabo utilizado é adequado ao peso. A harmonia entre a turma é não só desejável como indispensável neste setor, onde um profissional depende diretamente do outro para exercer suas funções. “Imaginem vocês um desentendimento sério entre um sinaleiro e um operador. O que não poderia acontecer? Por isto, só a cooperação que existe aqui entre nós dá-nos a certeza de que tudo vai sair bem”³¹⁹.

Os feitores e sub-encarregados presenças constantes entre os operários da produção, que realizavam a tarefa de erguer a barragem. Uma das maiores preocupações do feitor era com a segurança do operário. A presença do feitor era para garantir a

³¹⁹ Adelir Jesdick. Informativo Unicon, 15 de abril de 1981, p. 5.

confiança deles e, também, para alertar sobre condições que podem levar a acidentes. “O gigantismo da obra e o envolvimento dos homens como peças integrantes de seu mecanismo os mantém lubrificado para resistir a todos os tipos de tensões”³²⁰.

O serviço da carpintaria era um dos mais perigosos da construção civil porque seu profissional trabalhava pelo lado de fora da construção. Por essa razão ele precisa ter muito cuidado antes de começar o trabalho, verificando as condições e providenciando os equipamentos individuais para a proteção. A preocupação com o cinto de segurança era constante devido à altura em que trabalhavam.

Assim, os carpinteiros, os armadores, os lançadores de concreto, os operadores de bombas de corte, de máquinas, guindastes e cabos aéreos, e tantos outros profissionais têm motivos de estímulo em seus feitores. É no tratamento deles que os martelos batem no ritmo certo, os alicates torcem e cortam na cadência da produtividade, as caçambas balançam no ar e furam uma após outras sem parar, as espingardas projetam a água sob pressão que corta sobre o concreto, os peiners dão giro sobre si mesmo como uma bailarina que sabe que cada movimento seu deve ser preciso. Os feitores são como regentes de várias orquestras que espalham uníssonas as músicas da produção no seio da barragem³²¹.

A concretagem por seus grandes volumes obrigou a construção da maior central frigorífica da América Latina. A grande quantidade de concreto necessitava para não provocar futuras rachaduras internas, que o concreto fosse gelado³²². “Ninguém queria ficar na central de concreto, onde o pó do cimento afetava os pulmões de que ali permanecia muito tempo. O transporte dos sacos de cimento era feito manualmente”.

³²⁰ **Revista Manchete**. n° 1326/1976, p. 84.

³²¹ Informativo Unicon, 15 de abril de 1981, p. 4.

³²² “Excesso de cuidado? Não. Soluções desse tipo não existiam ainda, quando desabou a represa de Saint Francis, Los Angeles, EUA, em 1928. Uma pequena trinca deixou infiltrar água pelas laterais da barragem, descolando o concreto da rocha e causando o maior desastre da história das represas: 450 mortos”. **Revista Ciência Ilustrada**. n° 05, p. 61.

Os estudos realizados durante a fase de viabilidade demonstram claramente que a casa de força constituída por 18 unidades de 700 MW representa a configuração com a melhor relação benefício-custo, operando o aproveitamento como uma instalação de base³²³. Embora haja espaço para vinte máquinas.

A casa de força está localizada no pé de jusante da barragem principal, transversalmente ao rio. O vertedouro está situado no planalto na margem direita.

Cada momento da construção exigiu um conjunto de operações técnicas e humanas ao meio natural que viveu milênios de anos, se transformava num espaço híbrido. Segundo Milton Santos, “o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo”³²⁴.

Enfrentar ambientes perigosos já fazia parte do imaginário dos barrageiros e da população local, acostumada com histórias do Rio Paraná. As adversidades enfrentadas nos trabalhos em diversas barragens tornaram os homens aptos em ambientes que exigiam cuidados. Com riscos constantes de acidentes, homens assumiram o desafio de construir a gigantesca obra. Sentiam-se orgulhosos de participar de uma obra que entrava para os anais da engenharia.

Os perigos do trabalho no canteiro já eram conhecidos dos homens. Reportagem publicada por Ricardo Kotscho, jornalista da Folha de São Paulo, em Indústria, sob o título “Itaipu: Ilusão ou Realidade”, é material amplamente elucidativo.

Álvaro de Souza, 50 anos, carpinteiro [...] Ganhava 8 cruzeiros por hora e veio

³²³ Separata da Revista Construção Pesada, edição novembro de 1977, pg. 22.

³²⁴ SANTOS, Op. Cit., p. 94

arriscar a sorte para ganhar 9,80 cruzeiros por hora em Itaipu, onde já trabalhava seu genro [...] Corpo forte, mas curvado, com problemas de coluna, foi proibido pelo médico de trabalhar e está ali sentado na cadeira esperando a aposentadoria, que sai em cinco meses. ‘Se não fosse por isso, já tinha ido embora. Agora está perigoso demais trabalhar aí. Isso aí é um açougue, minha gente’, diz, e vai lembrando do seu amigo Paulo, que morreu atropelado por uma carregadeira. ‘Moço, o coração dele saltou e ficou pulando no chão, acredita?’. Álvaro viu outros colegas morrerem, mas não lembra o nome. Explica que o trabalho é tanto que ninguém sabe o nome de ninguém ³²⁵.

As mortes podiam ser causadas por acidentes dos mais variados, como, por exemplo, queda ou projeção de pedras; atropelamento por máquinas, choque elétrico, queda de altura; trânsito; soterramento; prensagem; queda de objetos; ricocheteamento de projétil; afogamento e raio ³²⁶.

Acostumados a trabalhos que exigiam atenção redobrada para evitar acidentes que poderiam levar à morte. “As estatísticas mostram: quinta-feira é o dia da semana com maior número de acidentes; o horário crítico é entre 9h00 e 11h59 min; 35% dos acidentes ocorrem com operários na faixa entre 21-25 anos e 35,3% do total são provocados por distrações e brincadeiras” ³²⁷.

Pela vida que estavam acostumados a levar, estes homens não tinham medo do perigo. Pelo contrário, enfrentar as adversidades do meio era um desafio ao espírito aventureiro, o que se tornava possível devido à “plasticidade”, em que a adaptação é uma característica na qual as mudanças são potencialmente possíveis e aceitas. Habilidade adquirida no trabalho em outras barragens faz deles “uma síntese gigantesca dos melhores

³²⁵ KOTSCHO, Ricardo. Itaipu: ilusão ou realidade. **Revista Indústria**. Março/abril, nº 30/Ano 6, 1980. p. 28

³²⁶ Estes acidentes foram publicado em *Indústria*, no mês de março/abril de 1980. A reportagem, com o título “Itaipu: ilusão e realidade”, p.29, que relatava o número de acidentes nas obras no ano anterior, que foram 7.542 acidentes, causando 45.762 *dias de trabalho perdidos*, com 13 operários mortos. Cf. Idem.

³²⁷ **Revista Manchete**, 1975.

recursos humanos em matéria de construção civil”³²⁸.

A experiência anterior fazia muitos trabalhadores se sentirem mais seguros. A surpresa no canteiro era constante. Eram inventadas novas formas de executar as tarefas diárias. Apesar da experiência em outras barragens, em Itaipu tudo era colossal.

Os operários eram como artistas esculpindo a maior obra do século XX. Isto era motivo de orgulho. Realizavam o trabalho e “quando a hidrelétrica estiver em operação, ninguém se lembrará dos bilhões de pontos de solda que tornaram possíveis a concretagem, mas os soldadores saberão”³²⁹.

O trabalho gira em torno desses grupos básicos. “O peão recebe ordem do feitor, o feitor do sub-encarregado, o sub-encarregado do encarregado, o encarregado do chefe do setor, o chefe do setor do assistente técnico, o assistente técnico do engenheiro do setor”³³⁰.

Segundo Luiz César Rosário, num canteiro como o de Itaipu, a criatividade individual e coletiva é solicitada permanentemente e acaba encontrando soluções genialmente simples para imprevistos que surgem a todo o momento, em todos os níveis. Às vezes, é um circuito simplificado que se descobre por simples intuição na movimentação de pessoal dentro do canteiro. Outras vezes, é uma operação inútil suprimida em equipamento mais sofisticado. E quase sempre é a própria intimidade do trabalhador com sua tarefa que o leva a um aprimoramento operacional justificado

³²⁸ Depoimento de Costa Cavalcanti, publicado no Informe Especial Itaipu. Novembro, 1982, p. 39.

³²⁹ **Revista Manchete**, Rio de Janeiro: nº 1.231, 1975

³³⁰ **Revista Manchete**. Rio de Janeiro: nº 1.231, 1975. p. 31.

plenamente pelos cálculos depois³³¹.

Itaipu inventou. Há feitos notáveis. Pouca gente sabe, por exemplo, que nas centrais da hidrelétrica se montaram uma fábrica de areia artificial e uma das maiores usinas de refrigeração do mundo. A areia é resultado do pó da rocha. Quanto ao gelo, a história é mais espantosa. O contato do cimento com água e os agregados necessários à fabricação do concreto determina uma brusca elevação de temperatura que atinge níveis bastante altos. E necessário, então, esperar o resfriamento chegar aos limites de dilatação normais. Para controlar um dos elementos mais críticos de Itaipu – exatamente o fator tempo –, recorreu-se às galerias de refrigeração. Alguns tipos de britas são refrigerados a ar forçado, chegando a temperaturas de até 17 graus abaixo de zero no momento de serem utilizados. Por outro lado, determinados volumes-padrões de concreto recebem, na fabricação, proporções de até 80 quilos de gelo em escamas. A temperatura média de lançamento do concreto em Itaipu é de 6 graus centígrados, o que acelera consideravelmente o processo de sua utilização³³².

Em Itaipu, a inovação tecnológica estava presente em toda parte. O uso de materiais, a adaptação de instrumentos de trabalho, os equipamentos tradicionais utilizados na construção de outras barragens brasileiras tornavam-se obsoletas em Itaipu devido seu porte “descomunal”, somado à necessidade de se alcançara maior velocidade e economia.

Há ali uma operação simultânea de várias técnicas. São máquinas e homens manejados para produzirem com a máxima eficiência. Milton Santos frisa que “o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo – tempo das coisas – sobre o qual vêm agir outras manifestações do tempo, por exemplo, o tempo como ação e o tempo como norma. Não é que ela suprima o espaço e o tempo,

³³¹ GUIMARÃES, Irineu; SOUZA, Juvenil de. **Itaipu**: a imagem de um novo mundo. Revista Manchete. Edição de 27/12/1980. p. 88.

³³² Id Ibid

apenas altera em sua textura, e pode também alterá-los em sua duração”³³³.

O leito do rio foi escavado para receber concreto. O leito natural do rio ficou a mercê da técnica. O trabalho, em Itaipu, foi realizado em ciclos de 100 horas, sendo 80 horas para perfuração, quatro horas para reposicionamento dos furos, quatro horas para reposicionamento das torres, seis horas para remoção e retorno das plataformas antes e depois da detonação, deixando-se ainda período de seis horas para imprevistos³³⁴.

No inverno, a neblina cobria o fundo do canal de desvio e os guindastes, levando as caçambadas de concreto que não paravam seu movimento interrompo precisavam ser orientados por rádio, uma vez que o operário operador de guindaste apesar de ter sido treinado, não visualizava o que estava acontecendo na parte de baixo. Seu treinamento não era suficiente para atingir o local exato onde estava sendo erguida a barragem principal. “Contam ainda que, ao final do dia, se constatada a falta de algum peão, sentenciava-se, nem sempre como ironia, que ele havia sido ‘concretado’”³³⁵.

No universo em que predominavam os discursos em prol do progresso e da eficácia altamente racionalizada, em que tudo era calculado minuciosamente, uma leitura pelo viés do imaginário, pode ser caminho instigante de leitura para um significado que extrapole discurso centrado apenas no político-econômico.

Existe discurso dominante que louva os feitos cotidianos dentro da obra, com datas comemorativas a todas adversidades superadas, no entanto, os “causos” trazem situações cotidianas em que o componente imaginário é enfatizante. “É à parte da sombra

³³³ SANTOS, Op. Cit., p. 39

³³⁴ **Revista Dirigente Construtor**. nº 9 – out/78. Vol. XIV. Projetos e obras: Itaipu - o momento e o futuro. p. 22/23.

³³⁵ **Revista Ciência Ilustrada**. nº 5, p. 59.

que está presente no social”³³⁶.

Impregnam até os dias de hoje nos espaços da hidrelétrica de Itaipu, histórias extraordinárias, em que o elemento imaginário pode ser percebido nos diversos “causos” em que presente estão elementos que fizeram parte da “constituição da realidade” do grupo suas ações do cotidiano e maneiras de pensar. São como uma construção coletiva da memória do trabalho preservada de forma alternativa, como nos contos analisados por Darton; “apesar de ocasionais toques de fantasia, portanto, os contos permanecem enraizados no mundo real”³³⁷.

São mostrados os perigos enfrentados dentro da usina, vida e morte. A vítima é um paraguaio a brincadeira é aplicada a um “hermano”, as fronteiras antes de serem naturais ou físicas, são, principalmente, simbólicas.

Desmentir como?

No início da fase da montagem, lá estava o Zeca, em horário de almoço, enfiado nas “cotas da barragem”. Em suas andanças, achou um pé de sapato, desses que são usados em obediência a normas de segurança.

Zeca teve então uma idéia: cortou o sapato e colocou com massa a ponta numa coluna vazada. Feito isso, foi sentar-se sossegado ali por perto.

Logo a seguir chegou um “hermano”. Em bom portunhol, ambos começaram a conversar. A certa altura, o assunto foi descambando para as “fatalidades” ocorridas durante a fase de concretagem. Aproveitando a deixa, Zeca despeja;

- É, de fato. Já morreu muita gente enterrada no concreto...
- Será? – duvidou o outro.

Olha, eu ouvi dizer que, aí nesta coluna, um peão foi enterrado com uma çaçambada de cimento. Não deu nem para tirar o corpo.

O outro foi se aproximando do local e, para seu espanto, lá estava o bico do sapato sobressaindo-se do concreto. Nem é preciso falar que o hermano ficou apavorado e saiu dali em desabalada carreira, enquanto o Zeca se partia de rir.

Mas no dia seguinte para surpresa do Zeca, o hermano tinha voltado, junto com

³³⁶ MAFFESOLI, Op. cit., p.96.

³³⁷ DARTON, Robert. O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 54.

meia dúzia de colegas para rezar pela alma do pobre coitado³³⁸.

Quase tudo o que o país tinha sabido de Itaipu e de seus empregados, através dos anúncios de televisão patrocinados pelo governo, estaria assim perto da verdade?

O canteiro pode ser comparado com estrutura militar no comando das obras. Cedo em torno das seis horas da manhã chegava a turma do dia. Semanalmente ocorria a troca de turnos, alternando as semanas entre turnos diurnos e noturnos.

As instabilidades do peão eram muito grandes devido à rotatividade da mão-de-obra no canteiro. Viviam inseguros, com medo de se machucar e de serem mandados embora. “Isso aqui é uma ilusão, a gente ganha bem, mas a vida é muito cara e acaba-se gastando tudo”³³⁹.

Enquanto a vida fora das obras podia se equiparar a outra cidade qualquer, no canteiro de obras a avenida de acesso terminava nas cabines de fiscalização “que lembram os postos de pedágio das grandes estradas. Como se guardassem um tesouro numa praça de guerra, os ‘mata-cachorros’, como são conhecidos os agentes de segurança, têm a missão de não deixar passar quem não seja soldado, uns e outros devidamente identificados”³⁴⁰.

O território e suas imagens traziam várias representações como um cenário em constante movimento, onde se desenrolavam as tramas cotidianas, pouco se sabia sobre a real situação dos trabalhadores naquele momento. Itaipu era considerada por alguns como

³³⁸ ITAIPU BINACIONAL. **Causos de Itaipu**: histórias publicadas no Jornal de Itaipu/Itaipu Binacional. Organizador, Assessoria de Comunicação Social – Curitiba, 2001 p. 63.

³³⁹ PINTO, Carlos. **Itaipu** a revolução energética que vem das águas, p. 29.

³⁴⁰ PINTO, Carlos. Op. Cit.

pobre de história, porque nada acontecia além do planejado, vale ressaltar que nada era publicado sem autorização de seus dirigentes.

Tudo havia sido “planejado”, não havendo espaço para “imprevistos”. Os acidentes eram raros, segundo dados oficiais. Publicação de março de 1979 noticiava o baixo índice de acidentes.

Na construção da barragem de Itaipu, desde o seu início, há quase quatro anos, quando já foi atingido um pique de 31000 operários, somente 40 acidentes fatais ocorreram, dos quais 23 foram acidentes de trânsito, só considerados de trabalho, porque ocorreram em função deste. Este é um índice dos mais baixos do mundo, levando-se em conta, também, as condições *sui generis*, com que está sendo desenvolvida a obra.

Contrariando a versão, no Jornal Tribuna do Estado, de 23/04/79, encontra-se matéria com o título *Reverendo diz e Itaipu contesta*: “O reverendo anglicano inglês Chad Varad, em Porto Alegre, anteontem, denunciou-se alarmado com os altos índices de suicídio entre os trabalhadores de Itaipu. [...] Chade, em Porto Alegre, disse que em Itaipu são registrados, em média, oito suicídios por mês, fato que classificou de *sui generis* no mundo”.

As informações segundo o jornal “O Estado do Paraná” de 21/04/79, careciam de fundamento científico. A notícia foi contestada pelos dirigentes que reforçavam a imagem de uma instituição preocupada com o controle da segurança implantado pela binacional.

Dentro do canteiro, quando as visitas são permitidas, há outras restrições: é proibido conversar com os peões, ‘para não atrapalhar a segurança do trabalho’; os poucos jornalistas que conseguem autorização para tirar fotos são avisados de que não podem fotografar os peões em seus alojamentos ou durante as

refeições³⁴¹. Documento produzido pela Comissão Pastoral da Terra, intitulado de “O Mausoléu do Faraó”, publicou que no dia 8 de março de 1978, mais de três mil peões, que esperavam o pagamento, iniciaram um quebra-quebra e que nenhum jornal havia noticiado o acontecimento:

A comida ruim, as más condições dos alojamentos, a falta de água num lugar onde o calor é insuportável... juntou-se isso tudo ao atraso do pagamento, e estourou a revolta. Os trabalhadores começaram a destruir as instalações dos refeitórios, alojamentos etc. A força de segurança da Itaipu quis reprimir, mas não conseguiu. Os peões espancaram e apedrejaram várias ‘seguranças’, e destruíram os carros deles. O quebra-quebra só foi parando depois que um chefe da segurança pegou um megafone e, falando aos peões, conseguiu acalmá-los, prometendo um vale para a mesma noite. (O vale foi pago, realmente, embora o pagamento só tenha sido completado quatro dias depois)³⁴².

A instalação de uma infra-estrutura para o abastecimento de alimentos exigiu planejamento, afinal os refeitórios do canteiro de obras serviam em torno de 40 mil refeições por dia: A empresa pensava em todos os detalhes no que dizia respeito a máquinas e homens. Adotava critérios científicos e assépticos. Exemplo interessante era com relação ao corpo do trabalhador. Sua alimentação era programada, as calorias, por exemplo, eram em razão do esforço físico de suas atividades e dos locais em que trabalhavam.

O momento era de cuidar da manutenção e lubrificação das enormes máquinas e do estômago dos operários. A imensa cozinha do refeitório central lembra uma outra fabrica, com 180 pessoas revezando-se no trabalho durante 24 horas. Ali se podem cozinhar 480 quilos de arroz em 20 minutos. Em cada painelão de feijão cabem dois sacos de 60 quilos. Como numa linha de montagem, vão sendo

³⁴¹ MAZZAROLO, Juvêncio. O Mausoléu do Faraó. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, s.d. p. 38.

³⁴² MAZZAROLO, (s.d., p. 38).

despejados nos bandejões, que andam sobre esteiras, arroz, feijão, carne, legumes, uma sobremesa. Vinte e três operários por minuto são atendidos em cada uma das esteiras³⁴³.

O “espírito democrático” que os administradores de Itaipu enfatizavam era uma idealização. Toda a infra-estrutura montada pela binacional refletia hábitos brasileiros que os paraguaios tinham que se adaptar. Reportagem com respeito à alimentação nos canteiros.

Uma novidade, para os trabalhadores paraguaios, deve ser a organização dos refeitórios, que não deixa de ser um reflexo das classes sociais brasileiras. Nos refeitórios C e D é servida comida idêntica num bandejão: arroz, feijão, carne ou frango, salada e mistura, com eventuais incursões por uma ‘sopa paraguaia’, na verdade um omeletão feito de milho e banha. A diferença entre C e o D é que, para estes a refeição é gratuita. Na classe C custa 12 cruzeiros (ou 72 guaranis). Na classe A e B existem mais opções: vários tipos de saladas e misturas. Se na B ainda se come de bandejão, na classe A já existem garçons e ar condicionado. Para a classe B uma refeição fica em torno de 20 cruzeiros. Para a classe A, entre 30 e 35. Ao todo são 19.506 refeições diárias com 1.700 calorias cada uma, mais que uma refeição-padrão da classe média de São Paulo ou do Rio, dizem os técnicos³⁴⁴.

Os ônibus foram apelidados pelos peões de “pescoço mole” ou “discoteca de baiano” (como não tem bancos, viaja-se dançando). “Os ‘pescoços moles’ chegam apinhados com cabeças esticadas para fora em busca de ar, como se fossem galinhas. Todos descem correndo, atropelando-se uns aos outros”. Agora, as legiões que construíram a hidrelétrica iniciam a retirada. Lentamente, vão sendo substituídos pelos que se preparam para operar Itaipu. Essa é a rotina dos chamados barrageiros: acampar, construir, levantar acampamento. Barrageiros brasileiros e paraguaios compuseram a

³⁴³ PINTO, Op. Cit., p. 30.

³⁴⁴ BRIGUGLIO, Nunzio. Uma implosão! Nasceu. **Revista Isto É**. Edição de 25/10/1978. p. 98.

epopéia do Rio Paraná”³⁴⁵.

Itaipu atingiu índices de desenvolvimento tecnológico jamais alcançados por qualquer empreendimento da construção pesada em todo o planeta, mas, a hidrelétrica não constitui apenas a vitória da técnica, o homem se faz presente e une suas forças a tecnologia: “Itaipu transformou a natureza em coadjuvante de uma superprodução humana”³⁴⁶.

Vejamos nas imagens a seguir um histórico fotográfico da construção de Itaipu.

Figura 16 - HISTÓRICO FOTOGRÁFICO DE ITAIPU



FONTE: Revista Círculo de Engenharia Militar (1983, Ano XXXV, nº 86, p. 32-33).

NOTA: - Nov/1975: Ilha de Itaipu, é aqui que se ergue a Central Hidrelétrica de Itaipu. O local foi

³⁴⁵ **Revista Conjuntura.** Informe Especial, novembro de 1982, p. 32. Itaipu, energia do ano 2000.

³⁴⁶ GONÇALVES FILHO, Antonio. Cultura FM traz a “Itaipu” de Philip Glass. **Jornal Folha de São Paulo.** 18 de maio de 1990, p. E - 4 Ilustrada.

escolhido pelos governos do Brasil e do Paraguai por permitir a construção de uma só barragem, aproveitando todo o potencial numa única Usina. – Jan/1976: Trabalhos de desmatamento para construção do canteiro de obras; - Jan/1977: Início da abertura do canal de desvio; - Out/1978: Canal de Desvio; - Jan/1979: Ensecadeiras de jusantes e de montante; Ago/1979: Início da construção da barragem principal e da casa de força; Set/1980: Aspecto principal da construção da barragem principal e da casa de força; Fev/1982: Vista geral do complexo de Itaipu; 1983: Vertedouro já concluído.

Figura 17 - BARRAGEM DE ITAIPU CONCLUÍDA



FONTE: Itaipu Binacional

NOTA: 1 – Vertedouro; 2 – Barragem principal; 3 – Casa de força; 4 – Canal de desvio; 5 – Barragem de Enrocamento.

CAPÍTULO 4 - ITAIPU ESPETÁCULO DE LUZ E MORTE

Iluminar Itaipu, foi segundo a empresa um desafio lançado em 1997, ao especialista em luminotécnica do Brasil, Peter Gasper. A iluminação é parte das ações de Itaipu para atrair mais turistas para a cidade de Foz do Iguaçu, a hidrelétrica é considerada uma atração turística do oeste paranaense (Figura 19). “Com o nome pomposo de Iluminação Monumental de Itaipu, o acendimento dos refletores deverá ser uma das maiores atrações turísticas de Foz do Iguaçu e do Oeste Paranaense”³⁴⁷.

Figura 18 - ILUMINAÇÃO MONUMENTAL DE ITAIPU



FONTE: Folder de Itaipu (2004)

Antes dos refletores serem ligados, nos telões é exibido um filme sobre Itaipu. O poder da imagem é reforçado pela iluminação e trilha sonora que mexem com a

³⁴⁷ ITAIPU. E fez-se a luz. Assessoria de Comunicação Social: Dezembro, 2002. p. 25

emoção dos espectadores provocando encantamento. O filme que antecede ao espetáculo das luzes e som, tem como função lembrar o significado do trabalho humano na edificação da obra e mostrar os benefícios de sua construção. “A trilha sonora torna o acendimento uma coisa única, original, jamais vista no planeta”³⁴⁸.

A música contribui para que a fantasia e a realidade se fundem. É impossível não contemplar a beleza das águas. A magia do momento. Costa Cavalcanti costumava dizer “um país que constrói uma obra destas não pode temer o futuro”; o que o monumento de luz e som transmite não com palavras, e sim com imagens a mesma mensagem.

Mensagem que é fortalecida pelo som que constitui uma espécie de documento. Luz e sons associados forja a “memória viva” da realização da narrativa, da materialização do sonho de construir um Brasil grande. A sonoridade já faz parte da origem do nome de Itaipu que significa pedra que canta. A trilha sonora foi composta por Antonio Faya: “A intenção foi narrar musicalmente a iluminação, com movimentos diferentes e sincronizados”³⁴⁹.

Como lembra Le Goff, a palavra latina *monumentum*, significa também iluminar³⁵⁰. Ou ainda monumento pode significar “aquilo que traz a lembrança alguma coisa”³⁵¹. Vale ressaltar as reflexões de Françoise Choay, a respeito do monumento: “A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a

³⁴⁸ Peter Gasper, cf. **Revista de Itaipu Binacional**. nº 1, dezembro de 2002

³⁴⁹ **Revista de Itaipu**. nº 1- dezembro, 2002, p. 27

³⁵⁰ “A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”. Cf. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 526

³⁵¹ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001. p. 17

memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse permanente”³⁵².

Ao se falar em Itaipu, imediatamente se pensa em algo monumental, possível de ser admirado por várias gerações. Esta referência já aparecia nos discursos anterior à conclusão da obra quando ainda era apenas um projeto.

Nossa geração vai não só testemunhar o empreendimento, como se beneficiar diretamente com ele, e, mais do que isto será contemporânea do início de uma nova época, numa área do Sul do continente, que foi historicamente turbulenta e herdeira de um mundo então dividido contra si mesmo, de escasso espírito de fraternidade e quase nenhum desenvolvimento³⁵³.

O passado que é rememorado cotidianamente é datado e localizável. A mensagem contida no filme é material que foi selecionado, recortado para reverberar uma memória da proeza da técnica associada ao desafio dos homens, ou melhor de anônimos barrageiros, de desafio à natureza. Encontra-se ali também iluminado o belíssimo painel de Poty Lazzarollo (Figura 20).

Figura 19 - PAINEL DO BARRAGEIRO



FONTE: Itaipu Binacional (1998)

³⁵² Idem, p. 18

³⁵³ Pronunciamento no Senado Federal, em 12 de abril de 1973. “De Sete Quedas a Itaipu”, p. 34.

O espetáculo reverbera e destaca o papel da obra para o desenvolvimento nacional e de símbolo de integração. As imagens fortalecem uma memória na perspectiva de seus idealizadores. Tem uma função pedagógica, ao tocar na emoção dos espectadores, reforça sua importância. A contemplação da beleza, a dança das águas. O contraste de luz e sombras, revela aos espectadores a “sétima maravilha” do mundo moderno. A Luz possui um enorme simbolismo, a luz é mistério, associa-se à criação. Paul Virilio, mostra que a luz artificial é em si um espetáculo. É que a iluminação contribui para tornar o real ilusório³⁵⁴. Choay, a propósito da iluminação noturna dos monumentos, diz o seguinte:

A década de 1930 inventou a iluminação noturna, que posteriormente não deixaria de se aperfeiçoar. Rompendo a espessura da noite, o monumento, assemelhando-se à aparição de uma divindade gloriosa, parece irradiar a eternidade. A luz artificial tira um grande partido da sombra, fazendo que dela surjam figuras impolutas, formas jamais vistas, topografias desconhecidas. Esse artifício, cujo defeito não desprezível é suprimir o peso da obra arquitetônica, revela a dimensão do monumento, poético ou transcendente³⁵⁵.

A Barragem de Itaipu, no Rio Paraná, é um marco da engenharia moderna do Brasil, projeto desenvolvido durante a ditadura militar que modificou todo o perfil de uma região. Obra da engenharia hoje a maior em operação do mundo, “transcende” à simples disponibilidade em energia para atender ao progresso e ao desenvolvimento das duas nações associadas³⁵⁶.

Inevitavelmente acontecimentos traumáticos são ocultados. Itaipu traz em sua história migrações, desapropriações de terra, extinção de paisagens urbanas, rurais,

³⁵⁴ VIRILIO, Paul. **A máquina da visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 25

³⁵⁵ CHOAY, Op. Cit., p. 215

³⁵⁶ **Jornal Canal de Aproximação**. ano VII, nº 53/ fevereiro de 1993, p.4.

paisagens naturais escondidas pela cortina de luzes. Expõe um quadro em que interesses capitalistas são colocados em primazia. “Para alguns historiadores, foi o Renascimento e as revoluções científicas dos séculos XVI e XVII que condenaram a terra a ser tratada pelo Ocidente como uma máquina que nunca quebraria, por mais que o homem usasse e abusasse”³⁵⁷.

A questão da história e da memória é um dos temas envolventes para se pensar o seu significado. Itaipu nos traz os impasses e tensão que este estudo provoca. Edgar de Decca faz o seguinte comentário:

Ainda que a história reinterprete e destrua as dimensões afetivas e os tênues fios que tecem a memória coletiva, ela é um conhecimento que evita o esquecimento do passado, porque a sua insistente reinterpretação consolida a própria estrutura do passado e torna absolutamente ligado ao presente. Por esta razão o historiador, mais do que o memorialista, tem uma enorme responsabilidade ética com relação ao passado e reinterpreta-lo permanentemente, significa recuperá-lo para a história, impedindo o seu esquecimento³⁵⁸.

Os aspectos documentais de Itaipu estão presentes na estrutura da usina: museu e demais acervo documental. Neles é possível encontrar os mais diferentes documentos. Um exemplo, é o primeiro Museu da América do Sul, visando a preservação do meio ambiente, inaugurado em 16 de outubro de 1987.

Le Goff ressalta que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e

³⁵⁷ SCHAMA, Op. Cit., p. 23.

³⁵⁸ DE DECCA, Edgar. O holocausto. In: **Revista Temas & Matizes**. Cascavel: Unioeste, Ano I, nº 01, 2001. p. 32

do tempo que passa, os historiadores”³⁵⁹.

Estes acervos onde estariam armazenados dados referentes à obra, não seriam espaços que promovem o esquecimento? Exibem-se, nestes locais, diferentes fases que remetem à história de sua construção. Não seriam estes espaços locais da anti-memória?

Gadamer destaca ao comentar sobre acervos e museus:

O museu, p. ex., não é simplesmente um acervo que se tornou público. Mais do que isso, os antigos acervos espelhavam (nas cortes e nas cidades) a escolha de um determinado gosto e continham, preponderantemente, os trabalhos de uma mesma “escola”, concebida como exemplar. O museu, ao contrário, é o acervo de tais acervos e, caracteristicamente, alcança sua perfeição no encobrir seu próprio surgimento a partir desses acervos, quer através de uma reordenação histórica do conjunto, quer através da complementação mais abrangente possível³⁶⁰.

Ao preservar a memória da construção da obra, não estariam destruindo as “outras memórias”? De acordo com Pierre Nora, “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”³⁶¹.

A façanha do marco da engenharia tem seu feito rememorado. A barragem é reconhecida. O cenário e as experiências que marcaram sua aparição são mais que objeto de atração turística. É registro de história e da memória.

As apresentações representam o triunfo da técnica. São “lugares da memória”

³⁵⁹ LE GOFF, Op. Cit., p. 525

³⁶⁰ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.155.

³⁶¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981. p. 13.

para utilizarmos uma expressão de Pierre Nora. É a memória histórica recriando e reinterpretando um acontecimento do passado de um lugar, de uma região. Enfatiza-se uma versão de passado em que todas as outras memórias são esquecidas frente à magnitude da obra e de seus feitos, a versão que prevalece é a memória na perspectiva dos cultores de Itaipu, esta memória é apropriada pela maioria das pessoas. As datas comemorativas, por exemplo, são importantes como estratégia, para os relatos do passado, nacional, regional.

Que memória histórica pretende projetor. Com certeza seus idealizadores foram unânimes em afirmar que Itaipu representava uma nova era para a história do país. Destinada a produzir energia, a solução dos problemas energéticos responsável pelo incremento da indústria e, conseqüentemente pelo desenvolvimento do Brasil, símbolo de união, modelo de um governo moderno de uma nação que soluciona os conflitos e divergências políticas. Vejamos fragmento de um texto em que Itaipu é exaltada com sentimento nacional:

Itaipu não é somente aço, concreto, turbinas, energia, prosperidade e riqueza. Itaipu não é apenas um testemunho da genialidade criativa do homem. Ela é também, o sonho, a alegria e a tristeza de todos aqueles que direta ou indiretamente, à custa Deus sabe de quanto sacrifícios, a tornaram uma realidade. Itaipu é acima de tudo, o destino, o futuro do homem. Ela é o hino:
...Gigante pela própria natureza,
És bela, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza!³⁶²

Mais que uma hidrelétrica e um monumento, equiparada ao hino nacional um dos

³⁶² Antonio Violante da Costa, texto publicado pelo Jornal Interno de Itaipu, Canal de Aproximação, nº 20, ano III, 1998, p.11

símbolos cívicos mais tradicional em que o amor pela pátria é sua maior referência, segundo José Murilo de Carvalho o hino é a identificação nacional, ou melhor, a “identificação oficial de países”³⁶³. Mais que o testemunho do passado é a tradição que se apresenta na forma como Itaipu é nomeada. Nos remetendo ao espaço da memória, da forma como diferentes grupos se utilizam desta apropriação veremos que esta vem da tradição, portanto, quando um sujeito fala, ou quando nos remetemos a algo aparentemente novo, muitas vezes quem fala por nós são elementos de uma tradição que antecede a nossa própria existência. Quando interpreto algo, um texto, uma obra de arte, mesmo que me apropriando de um método científico, existe a tradição que antecede e que sutilmente está presente.

O sentimento de amor à pátria é exaltado a partir da Itaipu, ela é o símbolo nacional, “ela é o hino”. A difusão de grandeza é nomeada, de força e poder. A idéia que prevalece e da solução harmônica encontrada a partir da conciliação realizada entre brasileiros e paraguaios por meio da assinatura de um tratado. Estes discursos negam o conflito e as tensões que surgiram em torno desta escolha. Aliás esta idéia de nação que nega ou omite os conflitos tem sido uma constante ao longo de nossa história. No período em que Itaipu foi edificada os militares usaram constantemente este discurso de união, amizade, fraternidade, integração. Este modelo de relacionamento cordial presente no brasileiro já faz parte da tradição do modo de ser do brasileiro Decca, faz o seguinte comentário:

³⁶³ CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.14

Ela constituir-se-ia no traço psicossocial mais representativo do brasileiro, em sua busca permanente de uma impossível identidade e do diferente pelo diferente. A cordialidade seria, portanto, o nosso enredo e a nossa trama histórica, e todos os produtos da cultura estariam marcados por ela.³⁶⁴

Itaipu e produto da cultura marcada pela cordialidade entre povos irmãos Espedito de Freitas Resende, já destacava em discurso o quando o Brasil gostava de cooperar diz o seguinte: “Testemunho da evolução do Brasil e de sua capacidade de cooperar com seus vizinhos, prova maior desta cooperação era o fato de o Paraguai em direitos com o Brasil na construção e gestão da obra, não precisar de financiamento de um dólar sequer”,³⁶⁵.

Se o Brasil possui o maior rio, e florestas grandiosas, com Itaipu o país tem a maior hidrelétrica. Marilena Chauí, ao trabalhar o mito fundador e a sociedade brasileira, argumenta que:

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso. Sabemos por isso que o Brasil é um “gigante pela própria natureza”, que nosso céu tem mais estrelas, nossos bosques tem mais flores e nossos mares são mais verdes. Aprendemos que por nossa terra passa o maior rio do mundo e existe a maior floresta tropical do planeta, que somos um país continental cortado pela linha do equador e pelo trópico de Capricórnio, o que nos faz um país de contrastes regionais cuja riqueza natural e cultural é inigualável. Aprendemos que somos “um dom de Deus e da Natureza” porque nossa terra desconhece catástrofes naturais (ciclones, furacões, vulcões, desertos,

³⁶⁴ DECCA, Edgar de. Tal pai, qual filho? narrativas histórico-literárias da identidade nacional. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 2002, p. 108

³⁶⁵ Problemas Políticos Decorrentes de Itaipu. Cf. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR SPEDITO DE FREITAS RESENTE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974.

nevascas, terremotos) e que aqui, “em se plantando, tudo, dá”³⁶⁶.

Itaipu, faz parte de um projeto edificado sobre as águas do rio Paraná. As águas do rio violento, alimentaram o sonho do Brasil Potência, do Brasil Grande. As águas e a sua importância fazem parte da história do país, movem projetos de desenvolvimento, historiadores, romancistas destacaram esta importância. Como exemplo, podemos citar o romance de José de Alencar, que no início do livro “O Guarani” descreve o rio Paquequer³⁶⁷. Não é apenas a descrição da natureza que o romancista destaca em sua obra, considerada como romance histórico³⁶⁸, e muito mais. O rio é o arquétipo de nossa nacionalidade, é o cenário que a natureza escolheu para o desenrolar dos seus “dramas majestosos”. Assim como a obra de Alencar, tem seus dramas desenrolados às margens do rio, Itaipu teve seus dramas desenrolados às margens do rio Paraná, local onde o desejo de construir um Brasil novo recupera o imaginário presente no final do século

³⁶⁶ CHAUI, Op. Cit., p. 5

³⁶⁷ “De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio d’água que se dirige para o norte e engrossando com os mananciais, que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal. É o paquequer: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espriguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito. Dir-se-á que vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do susserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre alas: escravo submisso, sofre o látigo do senhor. Não é neste lugar que ele deve ser visto; sim três ou quatro léguas acima de sua foz, onde é livre ainda, como o filho indômito desta pátria e liberdade. Ai, o Paquequer lança-se rápido sobre o leito, e atravessa as florestas como o tapir, espumando, deixando o pêlo espesso pelas pontas do rochedo, e enchendo a solidão como o estampido de sua carreira. De repente, falta-lhe o espaço, fuge-lhe a terra; o soberbo rio recua um momento para concentrar as suas forças e precipita-se de um só arremesso, como um tigre sobre a presa. Depois, fatigado do esforço supremo, se estende sobre a terra, e adormece numa linda bacia que a natureza formou, e onde o recebe como em um leito de noiva, sob as cortinas de trepadeiras e flores agrestes. A vegetação nessas paragens ostentava outrora todo o seu luxo e vigor, florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, que corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques de palmeiras. Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa”. Cf. ALENCAR, José. **O guarani**. São Paulo: FTD, 1999.

³⁶⁸ Valéria de Marco se propôs a percorrer os romances históricos de José de Alencar examinando algumas de suas obras como imagens da história do país: “Alencar explicita que o eixo central de sua proposta para a construção da literatura nacional, consiste na exploração do texto literário como recriação da história do país”. MARCO de Valéria. **A perda das Ilusões: o romance histórico de José de Alencar**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p.227.

XIX, objetivando a construção da nação. No presente este passado é reatualizado por meio do espetáculo.

Outro exemplo, José Adilçom Campigoto, escreveu uma belíssima tese de doutoramento “Hermenêutica da Fronteira: A Fronteira entre o Brasil e o Paraguai”, em que destaca que “a escrita da fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá sobre o papel e as águas do rio”³⁶⁹. Diz o seguinte:

O monumento faz chegar a nós as antigas tradições, a linguagem dos rios, das fronteiras, do poder do Estado-Nação, dos territórios, da fonte de poder e muitos outros temas sem que exista uma hierarquia entre eles. É a forma como a tradição acontece no Brasil do século XIX, e também, no momento em que a interpretamos. É um lugar onde o rio se dá como rio da fronteira³⁷⁰.

Se de acordo com Campigoto o império se fez representar por uma tradição eqüestre em que “a tradição de representar as fronteiras pela estatuária foi transmitida de pai para filho, durante o período imperial no Brasil, assim como se transmitia o direito de governar”³⁷¹. Podemos também concluir que para o regime militar Itaipu seria este monumento, edificado nas águas do rio Paraná.

Narrativas históricas e literárias remetem a pensar a construção da nação em que o rio serve de referência, as águas movem projetos políticos, “o rio, uma entidade mito próxima ao ser vivo, representa um objeto, ou então um acidente geográfico”³⁷². Se no romance de Alencar a ênfase foi dada aos aspectos da natureza, em Itaipu os aspectos humanos é que são destacados na construção de uma memória, na construção da “lenda

³⁶⁹ CAMPIGOTO, Op. Cit., p. 53

³⁷⁰ Idem, p. 300

³⁷¹ Idem, p. 302

³⁷² Idem, p. 155

moderna” na tentativa de se criar uma narrativa. Vejamos fragmento do texto de Valeria de Marco, estudiosa desse autor: “Para caracterizar a natureza como elemento constitutivo do mito que o romance quer construir era preciso elevá-la, apagar-lhe as marcas de banal acidente geográfico a ela atribuídas pelo olhar do historiador”. E mais; “[...] a absoluta comunhão entre homem e natureza, estampada nas faces do Paquequer e enunciada pelo próprio narrador (... ‘para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa’ – p.7) já está a indicar que a narrativa caminha para o mito”³⁷³.

Com Itaipu o que vai elevá-la a condição de “sétima maravilha do mundo moderno”, é justamente a façanha humana, em que a natureza será mera coadjuvante, É pela proeza técnica que recebeu este título, versão moderna do colossal foi assim nomeada pelo repórter italiano “Itaipu é uma obra colossal, um faraônico testemunho do progresso técnico e científico do Homem”³⁷⁴.

É a partir daí que Itaipu se torna referência e é nomeada junto a outras obras pela Sociedade Americana de Engenharia Civil (ASCE), como maravilha do mundo moderno. O título se refere às Sete obras do século XX. A lista começa exatamente pela Hidrelétrica de Itaipu e é complementada pela ponte Golde Gate, em São Francisco, na Califórnia (EUA); o Canal do Panamá, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico (Panamá); o Eurotúnel sob o canal da Mancha, unindo França e Inglaterra; os Projetos do Mar do Norte para controle das águas na (Holanda); o Edifício Empire State, em Nova York

³⁷³ MARCO, Valéria de. **A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 84

³⁷⁴ **Jornal de Itaipu**, ano X, nº 95. Canal de Aproximação, março de 1997, p. 7

(EUA); e a Torre da Canadian National em Toronto (Canadá)³⁷⁵ (Figura 21).

Figura 20 - DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL DA ITAIPU COMO A SÉTIMA MARAVILHA DO MUNDO MODERNO



FONTE: Capa da Revista *Popular Mechanics* (December, 1995)

Com Itaipu o país se torna referência para outros países. Destaque-se sua importância no setor elétrico e para a ciência e tecnologia. “Itaipu, além de vender energia

³⁷⁵ Cf. *Jornal MegaNews*, 1995, p. 3.

para o Brasil e Paraguai, vende também sua tecnologia, em dólares, para sete países do mundo. União Soviética, Angola, Argentina, Paraguai, Chile, Peru e Equador”³⁷⁶.

Ser referência era também o desejo dos militares que governaram o país no momento em que o projeto foi planejado e executado, Scalco anos depois reverbera esta memória, este desejo “Itaipu é a exceção que invalida a regra”, o primeiro mundo reconhece a obra com maravilha do mundo moderno é tema de seminários de âmbito nacional e internacional, de ópera, literatura, pintura e fotos. Vejamos fragmento do depoimento de Euclides Scalco publicado no jornal interno de Itaipu de 1995, diz o seguinte:

Hoje, o Primeiro Mundo é obrigado a reconhecer Itaipu como uma das sete maravilhas do mundo moderno. Os outros seis estão na Europa e América do Norte, menos o Canal do Panamá, porém construído pelo Estados Unidos. Itaipu é a exceção que invalida a regra de que ao Terceiro Mundo cabe apenas se curvar à superioridade dos países desenvolvidos³⁷⁷.

Com Itaipu o terceiro mundo no que diz respeito à tecnologia na área da produção de energia não mais precisa se curvar à superioridade dos países desenvolvidos, a hidrelétrica e produto da modernidade apreciada e vista não apenas por ingleses mas por povos do mundo inteiros, é referência para o mundo, é esta a mensagem contida na mensagem do então diretor geral de Itaipu Binacional.

Outra forte referência é que Itaipu concretizou os ideais de entendimento e cooperação entre os países do Cone Sul muitos anos antes de se falar em Mercosul.

³⁷⁶ **Jornal Canal de Aproximação**. ano II, nº 18. Setembro de 1988.

³⁷⁷ Nº 81. Ano IX – Edição de Natal/1995, p. 02.

Memória que foi incorporada e que prevalece é a memória da técnica militar do progresso da união, fragmento do discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva; emblemático:

Itaipu é um símbolo de engenharia política, econômica e diplomática. Um modelo de relacionamento entre dois países que podem e devem ser tomados como referência para a integração da América do Sul e da América Latina. Nesse sentido podemos dizer que Itaipu, simboliza o embrião do Mercosul³⁷⁸.

As imagens do gigante de concreto aumentam o conhecimento do passado e diminuem a necessidade de outras recordações. As informações de sua construção são nomeadas bem como o significado para o país na área da produção de energia³⁷⁹. No entanto, a ênfase recai nos seus aspectos que remetem à idéia de grandiosidade.

A referência anterior à sua construção não é percebida, é pouco nomeada. É como se o tempo estivesse dividido em antes e depois de Itaipu, antes representando o atraso e depois, o progresso. Mais que um marco da engenharia do país, faz parte de um “ritual de memória institucionalizada”, de uma memória celebrativa. A ênfase nos dados técnicos com relação à construção da obra, e demais documentação, vem reforçar o desejo de reconhecimento desta epopéia. Para demonstrar sua importância, detalhes que norteiam seu feito são rememorados cotidianamente o ritual de luz e som.

Os impactos ocasionados pela execução do Projeto de Itaipu certamente foram

³⁷⁸ Cf. **Revista de Itaipu**. nº 2, set/2003, p. 6

³⁷⁹ Seríamos injusta se não nomeássemos também sua importância para o suprimento de energia elétrica do país. “Desde de 1984 Itaipu produziu 1.243.041.552 mwh, energia suficiente para abastecer o planeta durante 36 dias”.(30 anos : Itaipu Binacional Energia para Todos, maio de 2004, p.4). Itaipu saboreia o gosto de ser a única hidrelétrica no planeta a atingir a cifra acumulada de 1997: exatamente 89.237.001 megawatts-hora. (O Canal de Aproximação, ano X, nº 102, janeiro/98, p.03). Para o Brasil sua participação gira em torno de 25%. Nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2004, em virtude de estiagens, Itaipu ampliou sua geração de energia, acima da disponibilidade usual, para compensar a queda de produção de outras hidrelétricas por falta de água. Cf. ITAIPU BINACIONAL. **30 anos de energia**. Itaipu Binacional Energia para todos, maio de 2004, p. 5.

marcantes. O desaparecimento de Sete Quedas foi um deles. No entanto, o desaparecimento desta paisagem não foi total. Ao contrário, depois de um longo período foi possível que ganhasse novamente visibilidade. Isto ocorre quando reapareceram antigas corredeiras e restos dos vilarejos, como um fantasma. Em fevereiro de 2000, quando do rebaixamento ocorrido no lago de Itaipu (Figura 22), para socorrer as hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste do país, que enfrentavam risco de blecaute por causa da estiagem prolongada. Vejamos fragmento de um texto publicado quando do rebaixamento do lago:

O que aos poucos reaparece, são rastros do que a água não destruiu. São espaços que outrora foram ocupados por milhares de homens, mulheres e crianças. São casas destruídas, cheias de objetos comuns, de uso cotidiano, objetos perdidos, sapatos, meias, bolas e bonecas e outros, símbolos de uma história que estiveram submersos durante 18 anos. São as marcas de vidas que habitavam este espaço. As imagens são portadoras de significados, carregadas de sentido, arrastando consigo lembranças, memórias do cotidiano dos moradores das antigas vilas³⁸⁰.

Figura 21 - REBAIXAMENTO DO LAGO DE ITAIPU



FONTE: BENTO RIBEIRO (2000).

³⁸⁰ Ribeiro, Maria de Fátima Bento. “A Reinvenção da Paisagem e os Espaços da Memória”.

Sete Quedas ficou marcado na memória daqueles que tiveram oportunidade de apreciar suas belezas. O evento traumático desvenda o desastre ecológico que é reprimido e esquecido, e que só reaparece no momento em que ocorre o rebaixamento.

Os índios da tribo Avá-Guarani (reserva indígena Ocoí), município de São Miguel do Iguçu, confeccionam um artesanato muito interessante “Árvores da Vida” (Figura 23). A lembrança do alagamento assumiu a forma de uma árvore metáfora da vida, da liberdade, portadora de memória. De acordo com eles, “com o subir das águas os animais buscaram abrigo no topo das árvores, na tentativa de preservar suas vidas. Aos olhos dos índios, essas eram ‘árvores da vida’ cuja obra da natureza é hoje representada pelo artesanato que leva o mesmo nome”.

Figura 22 - ÁRVORE DA VIDA – ARTESANATO INDÍGENA



FONTE: Cartão Postal de São Miguel do Iguçu (nov, 2001).

Na história “oficial”, o alagamento de Sete Quedas e o movimento organizado dos colonos do oeste paranaense que tiveram suas terras alagadas e os índios da região não são marcos decisivos. Embora existam alguns trabalhos isolados visando proteger também esses marcos. Como disse Decca:

Apaziguar os eventos do passado, assim constitui o trabalho da História, muito diferente da memória, que os reatualiza, exigindo que eles entrem, novamente, na experiência do vivido, se debatam e se confrontam com o nosso presente. Não se deveria autorizar que qualquer crime contra a humanidade fosse transformado em relato histórico, pois ali ele encontraria a sua justificativa. A História, e sua maneira de relatar o evento, paralisa-o no tempo – como dizem os historiadores: precisamos historicizá-lo – e a partir daí, ele tem uma data, uma circunstância, causas próximas ou remotas, sempre inteligíveis, sempre passíveis de julgamento, desde que estejam respeitados os cânones de que todo evento está aprisionado ao tempo em que ele aconteceu³⁸¹.

O fascínio despertado pela hidrelétrica provoca várias manifestações das mais diferentes, ao longo de sua história, destacaremos alguns exemplos. Algumas cômicas, como a da senhora que queria pintar a barragem de uma cor mais alegre; outras, ainda, visionárias, como a de Henry Kissinger que qualificou Itaipu de inspiradora e “um grande tributo ao talento brasileiro e à habilidade da engenharia; um tributo ainda maior ao espírito humano”³⁸².

Em 1982, para uns cinquenta cidadãos britânicos, membros do Instituto de Engenharia do Reino Unido, na cota 225, pista sobre o vertedouro da usina hidrelétrica de Itaipu, diante do magnificante aspecto daquela construção o coronel Milton Freixinho ressalta: “Meus senhores, isto não é para inglês ver! Isto é para ser visto pelos ingleses e

³⁸¹ Decca, Edgar Salvadori de. Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, junho de 1999, nº 2, p. 115.

³⁸² **Jornal Canal de Aproximação**. Ano III nº 26, agosto de 1989, p.12.

por todos os povos da terra!”³⁸³ Em 2000, o coronel publicou um livro com o nome de Itaipu a luz.

Outros ficam comovidos como a poetisa Cora Coralina que disse: *não consigo compreender como as pessoas podem parecer frias diante de tanta beleza*. O cenário que Cora Coralina aprecia é produto da engenharia humana, resultado de outros espaços, “contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo”³⁸⁴. De acordo com as reflexões de Simon Schama:

O impacto causado na natureza, o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo, parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem³⁸⁵.

Nem todos têm a mesma leitura e percepção de Itaipu. O Pastor Werner Fuchs, em novembro de 1980, declarava: “De fato, a imagem de Itaipu é a de um monstro devorador. Não apenas consome com orçamentos astronômicos, mas também devora terras produtivas, destrói famílias e comunidades. Como todos os monstros, já nasceu grande”.

Itaipu, para Fuchs, expõe relações com antigas formas de organização, denunciando o homem que, com poderes políticos suficientes, acha-se autorizado a explorar a natureza. Não quero, no entanto, afirmar que somente com Itaipu começou uma agressão ao meio ambiente. As queimadas realizadas pelos primeiros colonos, a

³⁸³ **Jornal Canal de Aproximação**. Ano VII nº 53 – fevereiro de 1993, p.4

³⁸⁴ SCHAMA, Op. Cit., p. 27.

³⁸⁵ Idem, p. 20.

devastação das florestas pelas madeireiras e a exploração da erva-mate, por exemplo, em muito contribuíram para a destruição destes espaços. No entanto, com Itaipu o impacto tomou proporção gigantesca. Não é por acaso que Fuchs mencionou o seu gigantismo.

Adolfo Mariano da Costa era, na época das desapropriações de Itaipu, assessor jurídico da CPT e CNBB, na região. Participou da angústia dos expropriados das obras “faraônicas tipo - Itaipu”, cujo tema serve de argumento e roteiro para Canal de Desvio³⁸⁶, drama em quatro atos, na qual a mãe, em busca de seu filho barrageiro desaparecido, vê, diante dos próprios olhos, a monstruosidade dos projetos engendrados pela geopolítica oficial.

Além do objetivo aparente de incrementar a produção energética, outros se configuram – manifestação em força do poder nacional, através de investimentos de natureza tecnológica e provocação da diáspora de multidões contestadoras do sul, em várias direções – Amazônia legal e países liminhos³⁸⁷. “Réquiem da cultura indígena, a peça denuncia a exploração predatória dos recursos naturais e mostra a resistência popular através de protestos ecológicos e outras formas de organização”. “Canal do Desvio” apresenta uma combinação de:

[...] realismo e fantasia, ironia e sarcasmo, denúncia e poesia, lançando luz sobre a face oculta das tão decantadas obras ciclópicas, em que a propaganda oficial consome fantásticas verbas, para promovê-las a qualquer custo, sem atentar para os seus nefastos efeitos ecológicos, econômicos e sociais, que comprometem seriamente o futuro das áreas afetadas.

³⁸⁶ COSTA, Adolfo Mariano. **Canal de desvio**. Medianeira: Paraná: Edições Populares, s.d.

³⁸⁷ SAMPAIO, Antonio Possidonio. Prefácio. In: COSTA, Op. Cit., p. 8.

É possível reconstituir a história da peça, pois ela tem como tema Itaipu, cujo drama e angústia dos expropriados das “obras faraônicas” servem de argumento. O roteiro é um drama em quatro atos, “no qual a mãe em busca de seu filho barrageiro desaparecido, vê, diante dos próprios olhos, a monstruosidade dos projetos engendrados pela geopolítica oficial”.

O primeiro Ato inicia com cenário os arredores do canteiro de obras, palco em que se travará o conflito. A imagem da cerca de arame já expõe ao isolamento e as tensões, os personagens são indígenas. Representam o tempo arcaico, ao passado dos primeiros moradores desta região.

Estão com indumentária natural, não houve ainda o contato com outras culturas. Preservam seus hábitos e indumentárias. É desta forma que o espectador entra na peça:

Primeiro Ato:

Arredores do canteiro de obras de uma gigantesca hidroelétrica em construção. Cercas de arame farpado separando a usina dos sítios exteriores. Tardinha. O caso. Entra meia dúzia de índios pertencentes a alguma tribo ou reserva próxima. Os índios, com sua indumentária natural de não-aculturados, têm necessariamente gestos e ademanos primitivos e trazem seus instrumentos musicais típicos indispensáveis ao acompanhamento dos trabalhos fúnebres – máscara mortuária Me-karón, alma ou visagem, para que as significativas cerimônias do despacho do Defunto, aquele que cumpriu (?). Vozerio lúgubre, bamboleio sinistro e ritmado com o corpo, gritos e palavras téticas.

Define-se, assim, o que conduzirá seu trabalho. A imagem do funeral indígena remete às destruições do espaço e da natureza e, mais, é uma denúncia aos projetos que não levam em conta a luta dos povos explorados, sua cultura e de sua identidade.

A pedra já não canta mais: “Ita nda ipu veima”. Se os idealizadores da obra

comemoravam as manobras realizadas dentro do canteiro responsável pelo desvio do curso do rio, os indígenas, por sua vez, realizavam cerimônia fúnebre, lamentavam, por meio de seus rituais, o destino que era imposto à natureza. Atribui-se ao indígena a prerrogativa de conduzir a ação, invocando a tradição da cultura indígena, baseada numa relação de respeito e cuidado com a natureza, tão diferente de nossa cultura.

No final do primeiro ato, o ritual indígena é substituído pelo ritual caboclo. O Defunto é vestido segundo o sistema caipira, caboclo, nordestino. Afinal, todos são povos explorados, são oprimidos. Suas denúncias não eram fatos isolados. “Com grande sentimento e saudade, os populares rezam e cantam com muita alma as cerimônias fúnebres do companheiro oprimido e irmão que a obra faraônica levou à morte”³⁸⁸.

Segundo Ato:

A obra ciclópica ao amanhecer. Portões de acesso ao Canteiro de Obras. Segurança da Usina em ação. Guardas armados e alguns cães patrulham e controlam entrada e saída de pessoas e veículos que entram e saem. Entre os guardas, apenas dois em posição de sentido, costumam prestar informações ou atender a todos que estejam desprovidos do visa especial de acesso ou saída do Canteiro de obras. Chega uma mulher vestindo uma pesada roupa de luto. É a mãe, apenas a mãe de uma das vítimas, de semblante impreciso, de tal forma que tanto pode ser a mãe de um índio, de um caboclo, de um barrageiro, de um colono, até mesmo europeu ou inclusive caipira. A mãe demonstra cansaço, embrutecida pela insônia de quem busca um filho desaparecido dias e noites sem parar.

Ao escolher uma mulher vestida de luto para o segundo ato, Mariano quer chamar atenção para fatos que não são registrados, para as mortes com que cotidianamente se defrontam os trabalhadores dentro do canteiro de obras.

³⁸⁸ COSTA, Op. Cit., p. 17

A morte tangia o destino naquele momento da natureza, dos trabalhadores por adentro da usina e também para os caminhos que escolhiam a população de índios, posseiros, colonos, agricultores: que partiam para outras regiões com a morte tangendo seu destino. A mãe poderia ser de um colono-barageiro-bóia-fria-peão-assalariado-vítima deste sistema.

A mulher vestida de luto denuncia violências do passado, evoca a memória da morte, da terra, dos conflitos desde a época do jaguncismo.

Casas queimadas, animais carneados, posseiros despojados, homens assassinados e mulheres violadas. Depois da ocupação brutal das terras pelos latifundiários, com a indiferença do Governo, agora é a Transnacional que arruína os que suportam as chacinas passadas³⁸⁹.

Estas mesmas narrativas dos conflitos se encontram no pronunciamento do deputado Gernote Kirinus, na Assembléia Legislativa do Paraná, em 31/10/90.

Transcrevo fragmento do seu discurso.

[...] Foi à mesma experiência de fé luterana que nos deu coragem suficiente para desafiar o poder dos que assassinaram lavradores para tomar suas terras e continuam impunes até nossos dias. A fé luterana tornou-se sensível diante do clamor daqueles que da noite para o dia se viam despojados de suas terras com violência. Foi apenas um ato de fé que nos levou a denunciar em Brasília ao lado de Dom Agostinho Sartori, na CPI da terra, os bárbaros crimes praticados contra camponeses na região oeste, inclusive a mando de autoridades.

Kirinus, preocupado com a violência na região, denuncia como Costa a problemática da terra. As duas narrativas diz respeito ao mesmo momento em que a

³⁸⁹ Idem, p. 42

região sofreu o impacto da construção da hidrelétrica.

O terceiro e o quarto ato se passam na sala de reuniões da diretoria transnacional³⁹⁰. “Canal de Desvio” denuncia o desvio do curso de um grande rio, o desvio do curso da história de dezenas e milhares de pessoas expropriadas e expulsas de suas comunidades, propriedades, lares, famílias, bens, culturas, trabalho e destruições dos sítios arqueológicos até o extermínio do meio ambiente. O luto da nação é representado pela mãe vestindo preto, que busca seu filho, que chora seu desaparecimento.

Quando morre alguém que se ama, fica uma sensação de torpor, um anseio e um protesto. Perde parte de si mesmo, fica-se inquieto. O primeiro estágio da dor é o choque. Para a psicologia, os sentimentos de raiva, diante da possibilidade da morte, precisam ser expelidos como parte normal do processo de mágoas, para que mais tarde, as lembranças do que se foi possam ser apreciadas sem amargura.

Para Costa, o ato inaugural da hidrelétrica é a morte, o sacrifício. Vale lembrar que, para Freud, o ato inaugural da cultura também é um ato de violência. De acordo com as reflexões de Richard J. Bernstein, “a verdade histórica, portanto, é a que ‘traz um retorno do passado’”. O texto de Mariano se situa “nesta articulação da história com a ficção”³⁹¹. Importante é mencionarmos que “fato e ficção movem-se um em direção ao

³⁹⁰ Sala de reuniões da diretoria transnacional. Modernas instalações. Posters e grandes fotos ilustram as várias fases das obras da usina dos sonhos dos tecnocratas, inclusive a concepção artística já em fase de acabamento e mesmo já em funcionamento, através de suas dezenas de enormes turbinas, em lances “majestosos”. Um grande pôster mostra o general-presidente da transnacional coordenando pessoalmente os trabalhos técnicos de grande envergadura, no canteiro de obras. O diretor-superintendente-Tecnocrata-Mor ou Ministrinho - é o técnico metódico senhor de si. Tem a segurança pessoa de ser a encarnação da tecnocracia triunfante, - hábil, eficiente, irresistível e indestrutível. Ao lado, noutro compartimento, a Recepção. A recepcionista é figura típica da Secretaria Alto Padrão das grandes corporações. Quarto Ato: Sala de reuniões da diretoria Transnacional. O ministro e, Lívia conversam animadamente, coloquialmente com a maior liberalidade e reciprocidade afetiva. Cf. COSTA, Op. Cit.

³⁹¹ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 301

outro, apesar de não se confundirem um com o outro”³⁹².

Os personagens de Mariano são inspirados em acontecimentos “reais”, são pessoas comuns anônimas, personagens que fazem parte do cotidiano, que vivenciam a transformação provocada pela técnica. Estão envolvidos com a construção da obra, direta ou indiretamente. A escolha pela mulher pode ter duplo significado. Pode representar também Clio, musa da história, filha de Mnemósine a memória e, quem chama atenção para os crimes, para o esquecimento, para as perdas irreparáveis.

Mais que uma data, o desvio do rio é um marco fundador. Morriam paisagens urbanas, rurais as Sete Quedas e no seu lugar nascia Itaipu: “O que era rio. Agora é lago, o que era lenda, agora é realidade: A usina de Itaipu”.

E justamente o desvio do rio que determina a saga, que deu o título à barragem da sétima maravilha do mundo moderno. É o que determina a produção da lenda. O violento rio transformou-se em um lago tranquilo. É o feito considerado lendário que é reverberado no presente como maneira de “apaziguar” e ocultar as destruições do passado.

Se a história aprisiona o evento de acordo com as circunstâncias em que estes ocorreram, envolvendo tanto o esquecimento como a lembrança, caberia aqui novamente a reflexão de Decca:

A História, do meu ponto de vista, institucionaliza uma versão do vivido, seqüestra da experiência do vivido os eventos, num trabalho completamente

³⁹² DE DECCA, Edgar. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Rita. **Pelas margens**: outros caminhos da história e da literatura. Campinas: Porto Alegre: Ed. da Unicamp e Ed.da UFRGS, 2000. p. 143.

arbitrário. No limite, seria quase como dizer que o evento subtraído do vivido pela História estaria resguardado de qualquer renascimento ou acerto de contas. Submetido a uma ordem do sentido, o evento se apaziguaria e não mais incomodaria a nossa boa consciência. Estaria devidamente incorporado ao passado, é a história. Não caberia mais revivê-lo, uma vez que a História já teria realizado o seu trabalho de controlar as suas possíveis insurgências inoportunas³⁹³.

A destruição de espaços físicos, políticos e culturais é “atenuada” na criação de uma outra memória, uma memória nacional conciliando um acordo político realizado entre dois países. A hidrelétrica é produto da destruição da natureza, não em consequência do tempo e, sim, da modernidade. Para edificá-la, homem e natureza se uniram, homem e tecnologia.

A imagem que Mariano escolheu foi a da morte, do luto como denúncia. Encontramos em outra narrativa, de Juvêncio Mazzarolo, a imagem de ruínas como denúncia da modernidade. Mazzarolo, jornalista do jornal Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu, nessa função acompanhou o drama das desapropriações de Itaipu. Vejamos fragmento de material publicado em 1982:

A área estava à espera das águas, apresentando um imenso cenário de ruínas e desolação. Transitar pelos quase 200 quilômetros de Foz do Iguaçu a Guaíra, margeando o Rio Paraná, era uma experiência dolorosa. Dava a impressão de estar circulando entre escombros causados por uma catástrofe. Em toda parte estavam as marcas da presença de pessoas e animais, mais nada. Como um vendaval que tudo varreu, só restavam as marcas. Tudo fora fulminado. Até o final de 1982 a água sepultaria as terras e o que sobre elas tivesse restado.

Edgar de Decca, em texto sobre Euclides da Cunha, “Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura?”, chama-nos a atenção para o tema das ruínas na obra literária de

³⁹³ DE DECCA, Edgar. Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. n° 2, junho de 1999. p. 115.

Euclides da Cunha e para “a fundação do Brasil assentada nas ruínas do passado”:

[...] as ruínas, historicamente produzidas, têm os seus agentes responsáveis e, lendo Euclides, não há como escapar do julgamento histórico dos responsáveis por esta devastação. O crime das nacionalidades é também o crime da apropriação predatória que a colonização ibérica realizou nas Américas, e os sertões nordestinos comparam-se, enquanto ruínas, às terras desoladas deixadas por Pizarro e Cortez na conquista do México e da região andina. Apesar de fortes imagens de ruínas, maior é o seu desejo de transformá-las, porque elas são, segundo o autor, o resultado de um certo modo de realização histórica³⁹⁴.

Como Euclides da Cunha, Mazzarolo nos remete à imagem da ruína como medida da “catástrofe da história”. A narrativa de Mazzarolo evoca imagens da história local, regional e nacional.

De acordo com Decca, “esta relação de ambivalência das ruínas com a modernidade” encontra-se presente no pensamento de Euclides de Cunha e de outros escritores nacionais. Em seu texto destaca também José de Alencar, e sua obra fundadora da nacionalidade “O Guarani” em que “as ruínas de um passado colonial de traços ibéricos vão sendo deixadas para trás em nome de um outro tempo histórico, fundador da nacionalidade”³⁹⁵.

A peça de Mariano evoca este tempo histórico em que o passado é destruído não por um grande incêndio, como na obra de Alencar, e, sim pela explosão da dinamite que muda o curso do rio, o curso da história.

O poder da dinamite representa o poder do fogo. Para José de Alencar, “tanto

³⁹⁴ DE DECCA, Edgar. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura. In. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res) sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 153

³⁹⁵ Id. Ibid.

fogo como a água são símbolos da purificação”³⁹⁶. Assim como no romance de Alencar, o dilúvio está presente na narrativa de Costa. Antes de Itaipu chegar, já existia na tradição indígena a presença de narrativas que remetiam ao dilúvio. Vejamos um fragmento de sua peça: “Quando Tuná-imó, o dilúvio, acabou, o resto dos homens desceu do Toronori e se espalhou. Mais tarde, Pura foi para a nascente, onde fez outra gente que também era panano. Mas o fogo veio também até cá e queimou tudo”.

Se, para os idealizadores da hidrelétrica, o dilúvio que deu origem ao lago tem a finalidade de pacto de conciliação, para Costa não existe este pacto. O futuro é assustador. A imagem do funeral, da morte, é muito intensa em sua obra. Serve de advertência para os “descaminhos do meio ambiente”. É uma mensagem contra a destruição da terra contra a perda de identidade e perda da cultura das comunidades. “No fim dos tempos não haverá mais índios e nem mesmo brancos para contar nem mesmo a história da desgraça humana da terra”³⁹⁷.

As imagens deixadas nos mais diferentes materiais permitem encontrar outras versões do passado, diferentemente das narrativas oficiais construídas pelas estratégias discursivas que criaram uma “história oficial”: a epopéia Itaipu. O sentido político das teses de Benjamin é justamente este que “ressalta que a narração da historiografia dominante sob sua aparente universalidade remete à dominação de uma classe e a suas estratégias discursivas. Esta narração por demais coerente deve ser interrompida, desmontada, recortada e entrecortada”.

Evocamos uma citação de Walter Benjamin sobre o conceito da história: “a

³⁹⁶ Idem, p.154.

³⁹⁷ COSTA, Op. Cit.

verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”. E, mais, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”³⁹⁸.

É inegável a imagem de fascinação que a usina provoca em seus observadores. Cora Coralina é um exemplo. A usina transformando-se em monumento produz o esquecimento de outras histórias, outras memórias.

Restaram fragmentos isolados como o texto da peça de Costa: “escrever é o que resta”. “A prática escrituraria é, ela mesma, memória,” comenta Certeau, “é a narrativização deste tempo praticado; é o relato onde a escrita, ao mesmo tempo produtora e objeto desta encenação, se analisada como tradição de uma morte”³⁹⁹.

É óbvio que nestes materiais, produzidos pelos idealizadores e seguidores da obra, não existe a mesma referência que na peça de Costa. Aqueles são documentos redigidos e organizados querendo ocultar esses fatos, pois removem estas informações “traumáticas” da narrativa sobre Itaipu. Para Costa, a pedra já não canta mais, “*Ita nda ipu veima*”. Concordamos com Freud, que faz uma analogia entre a deformação de um texto e um assassinato, vejamos a citação do autor:

Em suas implicações, a deformação de um texto assemelha-se a um assassinato: a dificuldade não está em perpetrar o ato, mas em livrar-se de seus traços. Bem poderíamos emprestar à palavra “Entstellung [deformação]” o sentido duplo a que tem direito, mas do qual, hoje em dia, não se faz uso. Ela deveria significar não apenas “mudar a aparência de algo”, mas também “pôr algo em outro lugar,

³⁹⁸ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224.

³⁹⁹ CERTEAU, Op. Cit., p. 315

deslocar”. Por conseguinte, em muitos casos de deformação textual, podemos não obstante esperar descobrir que o que foi suprimido ou renegado está oculto em outro lugar, embora modificado e despojado de seu contexto. Apenas, nem sempre será fácil reconhecê-lo. (MM, ESB, p.40)⁴⁰⁰.

A peça de Costa, as matérias produzidas pela empresa (sejam revistas, fotos, jornais, livros) são uma parte da história, são “traços” de uma história toda. No entanto, narrativas como a de Mariano vão sendo esquecidas nas demais narrativas que perpetuam uma história “oficial” de Itaipu. O evento “traumático” é “reprimido ou esquecido”. Retornam em alguns trabalhos de historiadores, poetas, na memória de grupos que têm outra leitura, outra representação do significado de Itaipu. De acordo com Raphael Samuel:

A memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de dados de imagens do passado, é, isto sim uma força ativa que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de negativo⁴⁰¹.

“Sete Quedas, sete anões e um dragão” é obra da literatura infantil que tem como enredo uma história de água, magia, morte e poder. Escrito por Glória Kirinus, quando morava em Guaíra no tempo em que turistas apreciavam os encantos das quedas, narrou, ao evocar a memória das quedas: “as Sete Quedas desapareceriam debaixo das águas, a favor da hidrelétrica de Itaipu. O que fazer? Não haveria outro jeito? Quando vi as águas cobrindo hortas, plantações e casas recém-abandonadas, guardei meu espanto por mais de

⁴⁰⁰ BERNSTEIN, Richard J. **Freud e o legado de Moises**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 30

⁴⁰¹ SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. In: Projeto História. **Revista do Programa e Estudos Pós Graduação em História** e do Departamento de História da PUC/SP. nº 14. São Paulo: editora, 1997. p. 44.

quinze anos. Agora, o que era uma vez, está aqui transformado em conto”.

Eram sete, Sete Quedas
Lamentando seu destino
Arco-íris feito pranto
Ondulado de pavor
Eram sete, Sete Quedas
Com sete dias contados
De música, cor e sol⁴⁰².

Ao se rememorar o desaparecimento das Sete Quedas tem-se a idéia de que o esquecimento não foi total. Se Itaipu periodiza a história regional, dividindo-a em antes e depois e, se perpetua como marco único a lembrança das antigas quedas, presentes na narrativa de Glória Kirinus, elas não foram aprisionadas pelo evento monumental.

A imagem da paisagem é evocada, e, por meio do conto, são transmitidas suas reflexões críticas. Mistura elementos que “nascem da simbiose entre a magia e a realidade” fornecendo modelo muito rico da preservação da memória, das experiências íntimas com o lugar. “É, no entanto, através do pensamento reflexivo que os momentos fugidios do passado são trazidos para perto de nós, na realidade presente e ganham uma certa permanência”⁴⁰³.

O interesse pelo conto surgiu entre os românticos alemães. “O manifesto interesse dos românticos pelo conto de fadas é uma reação ao furor racionalista do período iluminista que, no intuito de banir da face da Terra as crendices e as superstições, execrou

⁴⁰² KIRINUS, Glória. **Sete Quedas, Sete Anões e um Dragão**. Curitiba: Editora Braga, 1997.

⁴⁰³ TUAN, Op. Cit., p. 164.

toda a forma de magia, e, em consequência, também o conto de fadas”⁴⁰⁴.

A forma de contar ou recontar uma história depende do horizonte do historiador. Para Michel de Certeau, a teoria do relato é indissociável da teoria das práticas. Isto implica em reconhecer que “o conto popular fornece ao discurso científico um modelo e não somente objetos textuais a serem tratados”.

A tendência de pesquisadores que se debruçam sobre o significado de Itaipu para a região e para o país, e que se voltam para a carga documental presente nos acervos da hidrelétrica, percebe no conto de Glória Kirinus um valor da crítica social de uma época como documento que é verdadeiro “saber-dizer”.

Na história de Itaipu há um espetáculo de luzes e outro de morte. São representações utilizadas para a construção de uma memória. No palco de água, concreto e basalto abre-se o cenário para uma luta de representações. Para os idealizadores e cultores da tecnologia moderna Itaipu é toda luz. Para os expropriados, os marginalizados Itaipu é uma idosa vestida de negro, ou o canto fúnebre dos indígenas. Cenário de morte e luto, pois conforme alguns interpretes do guarani Itaipu significa pedra que chora.

O texto de Mariano é como os anjos presentes no filme *Asas do Desejo* do cineasta Win Wenders, neste filme os anjos acumularam uma memória da humanidade mas são impossibilitados de interferir, são apenas testemunhas. A peça assim como o cinema “é confiada a tarefa da memória”. Assim como os anjos de Wenders, quando ao final do filme, suplicam aos humanos: “deixem-nos morar em seus olhos, ver seu mundo,

⁴⁰⁴ VOLOBUEF, Karin. **Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. p. 52.

através de nós”⁴⁰⁵.

A peça de Mariano nos permite ver narrativas da natureza, de anônimos personagens que sofreram diretamente o impacto da tecnologia em seus territórios e ainda hoje sentem como é o caso dos indígenas. São narrativas interpretativas da geografia, da história, e mais, rememoração de um passado, contido em sua peça. As narrativas se encontram narradas na primeira pessoa. O narrador é quem testemunha os acontecimentos que relata, sobre estes pode atestar. São acontecimentos que acontecem no tempo presente da escritura, “o narrador é o elemento mediador entre as imagens, tal como elas se apresentam no momento de sua constituição imediata e a significação que ganharão ao longo do texto”⁴⁰⁶.

Vale ressaltar as reflexões de César Guimarães ao comentar sobre as imagens da memória: “Os signos da memória, contudo, não se limitam a uma memória individual, mas podem encerrar também traços coletivos (de época, lugares, costumes, acontecimentos)”, e mais, ”ao tentar reatar o liame das imagens ou o desaparecimento desse mundo que habitamos, o mundo visível, mas antes preocupa-se com nossa perda de capacidade de enxergar o invisível”. Virilio, ao comentar sobre o espetáculo de luzes que é o filme, diz o seguinte: “Estas imagens eram as do *fatum*, da coisa concluída de uma vez por todas, elas expunham o tempo, o sentimento do irreparável e, em reação dialética, engendravam essa violenta vontade de assumir o futuro que se encontravam invariavelmente enfraquecidos por toda encenação aparente todo discurso estetizante”⁴⁰⁷.

⁴⁰⁵ GUIMARAES, César. **Imagens da memória**: entre o legível e o visível. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997. p. 13

⁴⁰⁶ Idem, p. 78

⁴⁰⁷ VIRILIO, Paul. **A máquina da visão**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002. p. 45

Se Costa se inspirou em fatos que estavam acontecendo no cotidiano desta região para compor sua peça é porque “ele encontrou ali um material que condiz com seus propósitos estéticos e culturais”⁴⁰⁸.

Canal de desvio é o testemunho de um evento do passado são imagens de catástrofe, conflito e morte. Diferentemente dos anjos de Wenders, que só é permitido observar, sem poder interferir na realidade dos homens Mariano, vai interferir nesta realidade, ao se tornar assessor jurídico da CPT, ao questionar a ditadura “ninguém queria colocar seu registro em favor de posseiros e índios”.

É o conflito que sobressai em todo seu texto, diferentemente dos discursos de amizade, harmonia, cordialidade e conciliação que encontramos nos discursos dos presidentes Geisel, Stroessner e dos diplomatas brasileiros para nomear Itaipu. Se o espetáculo de luz e som reverbera esta memória a peça de Costa é um registro na perspectiva daqueles que ficaram em silêncio. Como as corredeiras de sete quedas, que em momento de estiagem se escuta seu murmúrio sonoridade de uma música ao longe⁴⁰⁹, a leitura da peça, permiti-nos ouvir estas vozes silenciadas, as imagens e a representação na construção de uma memória de Itaipu produzidas por estes grupos. Roger Chartier, resume bem esta questão:

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua

⁴⁰⁸ COSTA, Op. Cit., p. 22

⁴⁰⁹ De acordo com manchete estampada no jornal O Estado do Paraná de 09/01/2000, momento em que ocorreu o rebaixamento do Lago de Itaipu: “Enquanto permaneceram submersas, Sete Quedas silenciaram. Agora, até a uma distância de cinco quilômetros é possível ouvir o som que sai das corredeiras dos saltos”. Cf. NUNES, Osmar. Sete Quedas reaparece, 17 anos depois. In: **Jornal O Estado do Paraná**. Edição de 09/01/2000. Cascavel.

concepção do mundo social, os valores que são seus; e o seu domínio.⁴¹⁰

⁴¹⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1999. p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manchetes dos jornais do dia 20 de outubro de 1978, noticiaram o desvio de rio Paraná, feito que entrou para a história do país e para os anais da engenharia do mundo.

A implantação da Usina de Itaipu no oeste paranaense trouxe uma série de mudanças, às paisagens urbanas, rurais e naturais foram transformadas pela técnica e pelo homem, destacando a superioridade humana sobre a natureza. O rio se transformou em lago. Os relatos sobre a fúria do rio Paraná, portador de história de vida e morte, foram substituídas pelas narrativas dos sujeitos que relatam os feitos realizados durante a construção da hidrelétrica.

As águas do rio subiram e foram submergindo tudo o que encontravam pela frente, como um grande dilúvio no qual nenhum espaço da área demarcada foi poupado. Nascia assim o lago de Itaipu e desaparecia toda uma paisagem, a natureza era reinventada. Parte da história da região ficou submersa.

Os rios sempre representaram importante papel na história do Brasil. A fronteira do Brasil com o Paraguai se escreve também pelas águas do rio Paraná. A escolha pelo projeto de Itaipu no local em que a “pedra cantava”, foi uma decisão política, conduzida pelo Itamaraty. Como podemos depreender das narrativas de Mario Gibson e Marcondes Ferraz, a decisão pelo projeto de Itaipu estava no comando do Itamaraty e não no setor elétrico.

Apesar de vários setores terem se manifestados contrários à execução do projeto,

não houve argumentos que ponderassem frente à justificativa da carência de energia para o desenvolvimento do país. O Brasil se tornaria referência, cumpriria sua missão e se destacaria no cenário internacional, com a energia produzida pelas águas do violento rio. Aliás, é esta característica assustadora no passado, que fascinou Costa Cavalcanti, é justamente pelo desnível responsável pela destruição de tantas embarcações que a Usina produz energia em abundância.

Se puder afirmar que o rio é o arquétipo da nação, naquele momento o rio Paraná era portador não de morte, mas também de luz, de energia suficiente para fomentar o desenvolvimento da nação. A memória consagra a idéia de harmonia, da conciliação, da amizade, reverberada em diferentes narrativas. É emblemático o discurso do presidente Geisel, na ocasião do desvio do rio Paraná. Vejamos um fragmento: “O que fizemos até hoje, nesses cinco anos, que se iniciam com a assinatura, em 1973 do Tratado de Itaipu, é algo inédito na história das relações internacionais, e sua implantação harmônica merece figurar entre as páginas mais significativas das grandes realizações humanas”⁴¹¹.

A trajetória da pesquisa nos levou a visualizar que na história de Itaipu há um espetáculo de luzes e outro de morte. São representações utilizadas para a construção de uma memória. Se os cultores de Itaipu, ao longo dos anos, insistiram no discurso de harmonia, que remete a ausência de conflito, inverteo afirmando que Itaipu é o monumento do conflito.

Conflito que antecede a assinatura do Tratado, que permaneceu durante sua construção e é revelador na preservação da memória. A dimensão do significado da

⁴¹¹ Confiança no destino nacional. **Jornal do Commercio**. Publicado em 21/10/78

memória é muito importante para este trabalho, citamos Raphael Samuel: “Longe de ser meramente um receptáculo passivo e uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que planeja esquecer e tão importante quanto o que ela lembra”.

A memória (re)atualiza os eventos do passado, pois eles estão entrelaçados com a experiência presente, de acordo com Decca: “Apaziguar os eventos do passado, assim se constitui o trabalho da História, muito diferente da memória que os reatualiza, exigindo que eles entrem, novamente, na experiência do vivido, se debatam e se confrontam com o nosso presente”.

O ritual de luzes e sons, (re)atualiza e reverbera o significado de Itaipu na perspectiva de seus cultores, encobrindo todos impactos ocasionados com a sua construção, é o obscurecer de outras memórias que conflitaram com a decisão dos dirigentes do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

ALDACI. **Federal**: entrevista [mês, 2003]. Entrevistadora: Maria de Fátima Bento Ribeiro, 2003. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto de Doutorado da Unicamp.

ALENCAR, José. **O guarani**. São Paulo: FTD, 1999.

AMARAL, Carlos Autran. **Influjo Geopolítico de Itaipu**. 1989. Trabalho T.C.C. Academia de Guerra Naval, Curso de Estado Maior. p. 9.

ARANTES, Antônio. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e eliminação de diferenças no espaço urbano. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: 1994. p. 191-203.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço de toda a vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARTOLO, Julio. Itaipu: a terra prometida. **Revista Machete**. Rio de Janeiro: nº 1.231, 1975. p. 78.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Traduzido por Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986,

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil**: Para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável. São Paulo: Livraria da Física: Fase, 2001.

BERNSTEIN, Richard J. **Freud e o legado de Moises**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

BESPALEZ, Roberto. **Histórico relatado de Porto Mendes** – Marechal Cândido Rondo. Porto Mendes, 11.11.1979.

Boletim Poeira, Ano I, nº 5, s.d.

Boletim Poeira, ano VI, nº 21, março/abril, 1982.

Boletim Poeira, ano VI, nº 26, janeiro/fevereiro de 1980.

Boletim Poeira, ano VI, nº 27, março/abril, 1983.

Boletim Poeira, v. 5, nov./dez., 1982.

Boletim Poeira. Ano IV- Nº 17 – julho/agosto de 1981.

Boletim Poeira. ano IV, nº 18, setembro/outubro, 1981.

BRASIL. **Diário Oficial de 5/11/1979**. Brasil – Argentina – Paraguai: acordo sobre cooperação técnico-operativo entre os aproveitamentos de Itaipu e Corpus. Brasília/DF: Divisão de Atos Internacionais, 1979.

_____. **A energia elétrica do Brasil**: da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 56.

BRASÍLIA. **Resenha de acompanhamento de política externa e comércio exterior**. Resenha Quinzenal. Ano I, nº 15, out., 2ª quinzena, 16 a 31/10/1979.

BRICOUT, Bernadette. **O olhar de orfeu**: os mitos literários do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRIGUGLIO, Nunzio. Uma implosão! Nasceu. **Revista Isto É**. Edição de 25/10/1978. p. 98.

BRUNEL, Pierre. **Dicionários de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Hermenêutica da fronteira**: a fronteira do Brasil e o Paraguai. 2000. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2000.

CANESE, Ricardo; MAURO, Luiz Alberto. **Itaipu**: dependência e desarrollo. Editorial

Aravaré: Assuncion Del Paragay, 1985.

CARRIÈRE, Jean-Claude. Juventude dos mitos. In: BRICOUT, Bernadette. **O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAUBET, Christian Guy. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata.** São Paulo: Acadêmica, 1989.

CAVALCANTI, José Costa. A Itaipu binacional: um exemplo de cooperação internacional na América Latina. **Revista de Administração Pública.** v.10, nº 1, jan/mar. 1976, p. 25

CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Pierre. Os avatares de Fausto. In: BRICOUT, Bernadette. **O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Difel, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001.

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR ESPEDITO DE FREITAS RESENTE EM 19 DE ABRIL, 1974, Brasília/DF. Conferência Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1974. p. 21

Costa Cavalcanti: el hombre exacto para el lugar exacto. **Revista Estrellas.** Paragay: Ano XXX, nº 72, s.d.

COSTA, Adolpho Mariano. **Canal de desvio**. Medianeira: Paraná: Edições Populares, s.d.

CPT. **CPI Desparanização**. Depoimento do Pastor G.G. Kirinus. Curitiba: CPT, 1978.

DABEZIES, André. **Dicionários de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DARTON, Robert. **O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE DECCA, Edgar. Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. nº 2, junho de 1999.

_____. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura. In. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. O holocausto. In: **Revista Temas & Matizes**. Cascavel: Unioeste, Ano I, nº 01, 2001.

_____. **O silêncio dos vencidos**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Rita. **Pelas margens**: outros caminhos da história e da literatura. Campinas: Porto Alegre: Ed. da Unicamp e Ed. da UFRGS, 2000.

DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la historia política de Itaipu*. Assunción. Paraguay: Editorial Gráfica Continua S. A, 1996.

DETIENNE, Marcel. **A invenção da mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

- Entenda Itaipu. **Revista Ciência Ilustrada**. nº 05, s.d.
- FERRAZ, Sílvio. Reportagem de Juracy Magalhães. **Jornal do Brasil**. 15, out., 1978.
- FOZ DO IGUAÇU. **Retratos de Foz de Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Gráfica e Editora Paraná: 1997, p. 28.
- FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- _____. **Fábulas de identidade: ensaios sobre mitopoética**. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GAMÓN, Efraín Enriquez. *Itaipu: águas que valen oro*. Impresso em la Artentina, 1975.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Os expropriados de Itaipu: terra e água – o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA e ULBRA, 2003.
- GLEISER, Marcelo. **A dança do universo: dos mitos de criação ao Big-Bang**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- GUEVARA, Ernesto Che. **O socialismo: humanistas e clássicos do pensamento político**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GUIMARAES, César. **Imagens de memória: entre o legível e o visível**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

GUIMARÃES, Irineu; SOUZA, Juvenil de. Itaipu: a imagem de um novo mundo. **Revista Manchete**. Edição de 27/12/1980. p. 88.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Visões do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ITAIPU BINACIONAL. **30 anos de energia**. Itaipu Binacional Energia para todos, maio de 2004, p. 5.

_____. **Aspectos Técnicos do Empreendimento Itaipu**. Rio de Janeiro: Itaipu Binacional, 1989. p. .22.

_____. **Causos de Itaipu**: histórias publicadas no Jornal de Itaipu/Itaipu Binacional. Organizador, Assessoria de Comunicação Social – Curitiba, 2001 p. 63.

_____. **Itaipu a pedra que canta**. Foz do Iguaçu: Assessoria de Relações Públicas, 1987.

ITAIPU. **Hydroelectric Project**. Curitiba/PR: Itaipu Binacional, 1994. p. 1.12

_____. **La central hidroeléctrica de Itaipu**. Paraguay, s.d. p. 8

_____. **O bê-á-bá da Itaipu**. Assessoria de Comunicação Social de Itaipu Binacional, 2001.

_____. **Relatório de 1981**.

_____. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição de março/1979.

_____. **Separata da Revista Construção Pesada**. Edição de novembro de 1977. Novo Grupo editora técnica Ltda.

Jornal de Brasília. Editado em 21 de out., 1978.

Jornal de Itaipu, nº 86, Ano IX – junho de 1996.

Jornal do Commercio. Publicado em 21/10/78

Jornal MegaNews. 1995

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu de 13 a 19/05/81

JUNIOR, Aderbal de Arruda Penteadó; JUNIOR, José Augusto Dias. Energia Elétrica. In: VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

KEITH, Thomas. **O homem e o mundo natural:** mudanças em relação às plantas e aos animais 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

KIRINUS, Gernote. **Entre a cruz e a política.** Curitiba: Beija Flor, s.d.

KIRINUS, Glória. **Sete Quedas, sete anões e um dragão.** Curitiba: Editora Braga, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. Itaipu: ilusão ou realidade. **Revista Indústria.** Março/abril, nº 30/Ano 6, 1980.

LAINO, Domingo. **Paraguai:** fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEÃO, Mattos. **Itaipu:** a hidrelétrica do século. Brasília: 1975.

LOPES, Luiz Eduardo Veiga. **O meio ambiente na Itaipu Binacional.** In: Ecomuseu de Itaipu, livro texto.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente.** Natal: Argos, 2001.

MAGALHÃES, Gildo. Energia e tecnologia. In: VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

MARCO, Valéria de. **A perda das ilusões:** o romance histórico de José de Alencar. Campinas, SP: Editora da UNICVAMP, 1993.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **O Mausoléu do Faraó.** Curitiba: Comissão Pastoral da Terra.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MOREIRA, Mil Mauro. Itaipu: antecedentes históricos. **Revista Círculo de Engenharia Militar.** Ano XXXV, nº 86, set., 1983.

MUNTOREANU, Hortência Zeballos. **Guahyrá:** Guaíra. São Paulo: Arte Impressa N, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1981.

NUNES, Osmar. Sete Quedas reaparece, 17 anos depois. In: **Jornal O Estado do Paraná.** Edição de 09/01/2000. Cascavel.

O Globo. 24/10/79.

OLIVEIRA FILHO, Cesar Cals de; PAIVA, Melquíades Pinto. Indicações de usos múltiplos das principais represas hidrelétricas do Brasil. Rio de Janeiro: Eletrobras, janeiro de 1977.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** e o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PENTEADO JR., Aderbal de Arruda; DIAS JR., José Augusto. Energia Elétrica. In: VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

PERES, Lúcia Maria Vaz (org). **Imaginário:** o “entre-saberes” do arcaico e do cotidiano. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPEL, 2004.

Perfil anuário estatístico/Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento, Dep. Extraordinário de Pesquisa e Informação, 1995.

PINTO, Carlos. **Itaipu:** a revolução energética que vem das águas.

POLLANCK, Michel. Memória, silêncio, esquecimento. **Revista Estudos Históricos**. v. 2, n.3, 1989. p. 03-15.

PRADO, Caio Jr. **História econômica do Brasil**. 38ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

QUINTANA, Caito. **Querem afogar o Paraná**. Curitiba, 1984.

Revista Círculo de Engenharia Militar. ano XXXV- nº 86 – set/1983.

Revista Construção São Paulo. Revista semanal, ano XXXI, nº 1579, 15 de maio de 1978, p.11.

Revista de Itaipu Binacional. nº 1, dezembro de 2002

Revista de Itaipu. nº 2, set/2003.

Revista Dirigente Construtor. nº 9 – out/78. Vol. XIV

Revista Energia Elétrica. setembro/79.

Revista Estrellas Ano XXX, nº 72, 1979.

Revista Geográfica Universal. nº 97. Rio de Janeiro: Bloch Editores: dezembro de 1982. p. 51.

Revista Isto É. Publicada em 25/10/1978.

Revista Machete. Rio de Janeiro: nº 1.231, 1975.

Revista MEGANEWS. Itaipu Binacional, p. 3.

Revista Memória de Foz do Iguaçu. dezembro de 1982

Revista Memória de Foz do Iguaçu. nº 2. Foz do Iguaçu: Gráfica Eldorado, dezembro, 1982.

Revista Popular Mechanics (December, 1995)

RIBEIRO, Ângela Mara Bento. **Planejamento turístico regional**: um estudo da região

Costa Oeste do Paraná. 2005. 136f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Universidade Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. A reinvencão da paisagem e os espaços da memória. In: SOUZA, Álvaro José de (org). **Paisagem território e região: em busca da identidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

_____. **Memória do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

_____; LODI, Odete. **Abrindo caminhos: os primeiros 40 anos da Eucatur**. São Paulo: Prêmio, 2004.

RONCAGLIO, Cynthia. **Das estradas às rodovias: meio século de rodoviarismo no Paraná**. Curitiba; DER, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. Cidades. In: **Enciclopédia Einaundi**. PUC-SP, 1986.

SADER, Eder. **Quanto novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. In: **Projeto História**. Revista do Programa e Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC/SP. nº 14. São Paulo: Educ, 1997. p. 41-82.

SANTOS, José Carlos. **Praticantes da escrita e construtores do espaço: narrativas sobre o homem e o território paranaense, nas décadas de 1930 e 1940**. 2002. 227 f..Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCARONE, Hugo. **Itaipú la bomba hídrica brasileña**. s.d.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. **Itaipu: geopolítica e corrupção**. São Paulo: Cedi, 1991.

SERPA, Élio Cantalício. Evolução, integração e educação: escritas para comemorar. In: SERPA, Élio Cantalício et al. (Orgs). **Escritas da História: memória e linguagem**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. Fim da história. **Revista Atrator Estranho**. Escola de Comunicação e Artes da USP, nº 19, jan., 1996.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Estado, sociedade civil e meios de comunicação. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Newton Camargo de Andrade. **Análise de uma Experiência pioneira após 20 anos**. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. Curso de Altos Estudos de Política Estratégica. Rio de Janeiro: 1993.

SILVEIRA, Joel. Uma fronteira muito viva. **Revista Manchete**. 14 de julho de 1979, p. 72

SOSNOWSKI, Saul. Contra os consumidores do esquecimento. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul. **O trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional**. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1998.

_____. **Estado: produção da região do Lago de Itaipu- turismo e crise energética**. 2002. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. A política econômica do autoritarismo. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TEIXEIRA, Hélio. O colosso hidrelétrico. **Revista Veja**. Edição de 3 de novembro de 1982, p. 54-62

_____; FRANCO, Pedro. Cerimônia do adeus: as águas do lago de Itaipu vão começar a cobrir Sete Quedas, uma relíquia que a natureza demorou 50 000 anos para esculpir. **Revista Veja**. Setembro, 1982.

TRAVASSOS, Milton. Entrevista Gen José Costa Cavalcanti. **Revista Círculo de Engenharia Militar**. Ano XXXV – nº 86- set/83, p.17.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: perspectiva da experiência**: São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

VIDAL, Germano Seidl. Síntese de relatório especial, distribuído com caráter reservado em forma de livro, relativo à construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional (12600 MW - a maior do mundo), abrangendo o período de 1974 a 1987. Rio de Janeiro: Ed. autônoma, 1994.

VIRILIO, Paul. A cidade superexposta. In: Espaços e Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, 1981.

_____. **A máquina da visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

_____. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

VOLOBUEF, Karin. **Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

WACHOWICZ, Rui Cristowan. **História do Paraná**. 6ª ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1999.

WHITEHEAD, Alfred North. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

YURKIV, José Erondi; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Maripá e sua história**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - INDICADORES DO PROJETO DE ITAIPU

Repercussões da implantação do projeto de Itaipu no desenvolvimento das comunidades de Foz do Iguaçu e de Presidente Stroessner.

Indicadores:

		1974	1976	1979	1980
		1974	1976	1979	1980
População	Foz e Stroessner	39.106 5.280	8.940	140.000 23.270	142.000 25.000
Estabelecimentos Comerciais	Foz Stroessner	258 57	468 329	1.203 1.419	1.454 1.590
Estabelecimentos Industriais	Foz * Stroessner	39 10	156 13	1.041 116	1.100 180
Número de Alunos	Foz Stroessner	10.010 1.070	15.174 2.575	26.067 7.982	35.000 11.340
Área Urbana (Pavimentada) (m ²)	Foz Stroessner	1.060 28.500	117.723 80.663	482.402 268.778	1.165.000 430.000
Arrecadação Municipal	Foz Stroessner	8.746 -	55.434 -	190.574 -	295.797 210.000

FONTE: AMARAL (1989)

NOTA: * Inclui empresas de prestação de serviços

** Inclui as obras de urbanização, executadas na margem esquerda do projeto (607.480 m²)

ANEXO B - CAUSO DE ITAIPU

Durante a década de 1980, a construção de Itaipu determinava um ritmo nervoso aos trabalhos de concretagem. Afinal, as barragens principal e laterais receberiam 8,1 milhões de metros cúbicos, a Casa de Força 3,2 milhões de metros cúbicos, além de 700 mil metros cúbicos de concreto no vertedouro. Números nunca vistos na engenharia do planeta.

Da produção do cimento em diversas indústrias do país até o transporte (só em 1980 foram utilizados 20,113 camilhões-trucks, 10,011 veículos comuns e 6,648 vagões ferroviários, numa fila que daria 386 quilômetros, 60 a mais do que a distância entre Foz do Iguaçu e Assunção), havia um cronograma milimetricamente planejado.

Mas o que ninguém contava acabou ocorrendo numa noite. O transporte entre a Central de Concreto e a barragem era controlado por um engenheiro brasileiro e a descarga ficava por conta de operários paraguaios. Tudo pelo rádio. De repente, o engenheiro brasileiro ficou perdido.

- To jho epetei vê! (Vai mais um!)

- He guerahja-ká! (pode mandar!)

Os peões paraguaios resolveram tocar o serviço no mais puro guarani, idioma pátrio, esquecendo o espanhol e o “portunhol” até então praticados.

O engenheiro chamou o chefe, que chamou o superintendente, que falou ao diretor não ser possível controlar a concretagem sem entender o guarani. Os paraguaios reclamaram que a língua era oficial de seu país e não tinham o direito de mudar o hábito.

Crise. Questão diplomática. Reuniões onde brasileiros falavam rápido num português recheado de gírias, evitando que os paraguaios entendesse. E esses, no mesmo ritmo, só conversavam em guarani. Um caos. Os brasileiros imaginaram um curso intensivo de guarani. Intensivo de guarani? Só quando a obra estivesse pronta.

Solução: engenheiro paraguaio com peão paraguaio? Isto enlouqueceria o pessoal que determinava os turnos. A solução foi conciliar gregos e troianos, optando-se pela soma do português com o espanhol, o nosso conhecido “portunhol”. Uma solução binacional (“Concreto portunhol”. Jornal de Itaipu, dezembro de 1997).

ANEXO C - BOLETIM POEIRA - PRIMEIRAS EDIÇÕES

